adecoagro

ADECOAGRO BRASIL PARTICIPAÇÕES S.A.

CNPJ nº 07.835.579/0001-51

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO

Os resultados da Adecoagro no Brasil em 2023 atingiram números expressivos reforçando a trajetória do Grupo Adecoagro alicerçada no trabalho focado na eficiência, na flexibilidade, nas pessoas e na estratégia comercial. Ao longo do ano 2023, a Adecoagro processou 12,5 milhões de toneladas de cana-de-açúcar, estabelecendo assim o recorde histórico de moagem. Esta quantidade de matéria-prima gerou a produção de 806 mil toneladas de açúcar e de 523 mil m3 de etanol, além de ter proporcionado a exportação de 694 mil Mwh de energia elétrica.

Seguimos com a ampliação de nossa área de cultivo e os indicadores de produtividade voltaram ao patamar histórico esperado. Operamos com um modelo de safra contínua maximizando a eficiência do uso das instalações e maquinários. Nosso formato de negócio, pautado pela alta flexibilidade, possibilitou a expansão do foco na fabricação de açúcar, item com maior contribuição marginal (mais de 40% em relação ao etanol) na safra. E a comercialização de nossos produtos nos momentos mais vantajosos representou também outro importante diferencial para alcançarmos os resultados projetados.

Em todas as nossas operações, realizamos uma série de programas e práticas de prevenção, conscientização, desenvolvimento e gestão de saúde e segurança, incluindo ações contínuas de treinamento relacionados a estas áreas. Trabalhamos para garantir saúde, segurança e bem-estar físico, mental e social a todas as pessoas que fazem parte do Grupo Adecoagro. Nosso programa "Operar Seguro" objetiva a melhoria de processos, métodos, ferramentas e indicadores, e inclui medidas e ações preventivas nas operações agrícolas, industriais e administrativas.

Como sempre evidenciamos, os resultados do Grupo Adecoagro são obtidos com e através das pessoas e o fator humano é o motor de nosso crescimento contínuo. Estamos satisfeitos e honrados com mais um reconhecimento da Great Place To Work (GPTW). Após conquistarmos o 4º lugar no ranking das melhores empresas para se trabalhar no Centro-Oeste na categoria Grandes Empresas, também participamos dos rankings Melhores Empresas do Agronegócio Nacional e das 150 Melhores Empresas para Trabalhar no Brasil. Isto confirma que estamos no caminho certo para criar um ambiente de trabalho atrativo, diverso, que valoriza e desenvolve nossa gente, promovendo uma cultura de excelência e inovação.

Temos também evoluído bastante no caminho da sustentabilidade. Desde o início de nossas atividades, há pouco mais de duas décadas, procuramos aperfeiçoar modelos de produção sustentáveis. Através do Comitê de ESG, buscamos comunicar cada vez melhor os esforços para geração de valor do ponto de vista econômico, ambiental e social, sempre sob um sólido modelo de governança.

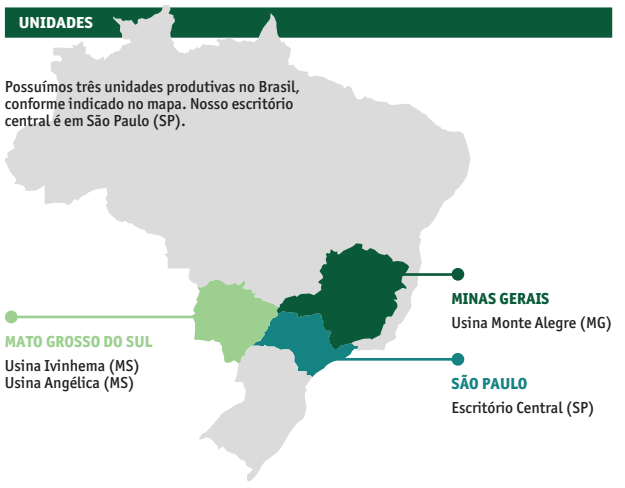
Em 2023, conseguimos materializar várias dessas ações que já estão trazendo resultados para a empresa. As agências especializadas, como a Sustainalytics, já nos posicionam entre os líderes da indústria. Enquanto isso, continuamos avançando com o projeto de geração de biogás e biometano a partir da vinhaça concentrada. Já podemos destacar a redução do consumo de combustível fóssil da frota de veículos leves - 125 veículos leves passaram a rodar abastecidos com biometano. Este é um grande passo no caminho para nos tornarmos cada dia mais sustentáveis e eficientes.

Para finalizar, quero valorizar, mais uma vez, as pessoas que formam a Adecoagro e que representam o espírito e a imagem do Grupo Adecoagro. A entrega, a disciplina e o engajamento de todas as colaboradoras e todos os colaboradores, aos quais externo minha gratidão, nos proporcionam continuar crescendo de maneira robusta, sólida, segura, consistente e alinhada às metas da transição energética.

Renato Junqueira Santos Pereira
Vice-Presidente Açúcar, Etanol e Energia

1. NOSSOS NEGÓCIOS

UNIDADES



Nossas operações estão localizadas em Mato Grosso do Sul e em Minas Gerais, Brasil. Cultivamos a cana-de-açúcar, o mais eficiente para produzir açúcar, etanol e energia. O clima e a qualidade do solo nos permitem obter um alto rendimento com baixo custo de produção.

Operamos com um modelo de safra contínua e colhemos o ano todo nas unidades Angélica e Ivinhema, o que maximiza a eficiência do uso das instalações e maquinário.

Ao longo do ano 2023, o Grupo Adecoagro processou 12,5 milhões de toneladas de cana-de-açúcar, nosso recorde histórico de moagem. Com isso, nossa produção atingiu 806 mil toneladas de açúcar, 523 mil m³ de etanol e exportamos 694 mil Mwh de energia elétrica.

2. NOSSO DESEMPENHO OPERACIONAL

	Métrica	2023	2022	Var.%
Moagem				
Cana-de-açúcar moída	tons	12.497.000	10.485.000	19,2%
Produção				
Açúcar	tons	805.608	481.918	67,2%
Etanol	M³	522.508	540.231	(3,3%)
Hidratado	M³	*259.581*	*184.644*	*40,6%*
Anidro	M³	*262.927*	*355.587*	*(26,1%)*
Energia exportada	MWh	694.259	608.964	14,0%
CBIOs	Un.	402.183	500.333	(19,6%)
Area				
Plantação de cana-de-açúcar	hectares	198.747	192.987	3,0%
Área de expansão e renovação	hectares	33.843	31.405	7,8%

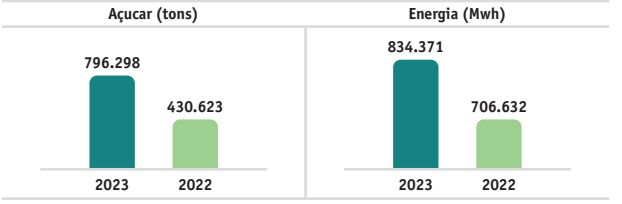
Em 2023 tivemos um aumento de 19,2% no volume de moagem em relação ao ano anterior, atingindo 12,5 milhões de toneladas de cana-de-açúcar, um recorde histórico para nossas usinas. Tal resultado foi impulsionado por (i) maior disponibilidade de cana-de-açúcar, (ii) sólidos indicadores de produtividade devido à implementação de técnicas agrícolas inovadoras, como mudas pré-brotadas (MPB); e (iii) melhores condições climáticas. Assim, o ATR equivalente produzido foi 20,6% superior a 2022, dos quais destinamos 52% para a produção de açúcar, comercializado em média 40% acima do etanol hidratado no Mato Grosso do Sul. Durante 2023, aproveitamos nossa flexibilidade produtiva e alta eficiência industrial, o que nos permitiu produzir um volume recorde de açúcar de 806 mil toneladas.

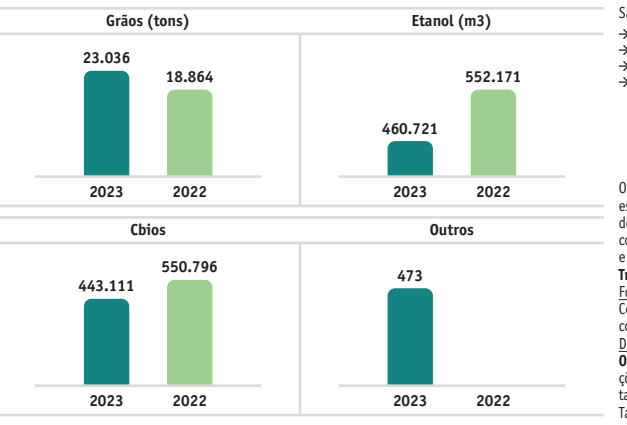
3. NOSSO DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

	2023 (em R$)	2022 (em R$)	Var. %
Receita Líquida	3.476.365	3.092.754	12,4%
EBITDA	2.274.670	2.167.443	4,9%
Margem EBITDA	65,4%	70,1%	(6,6%)
EBIT	1.077.527	1.056.956	*1,9%*
Margem EBIT	31,0%	34,2%	(9,3%)
Índice de liquidez corrente	1,97	2,30	(14,3%)
Dívida líquida (R$/mm)	2.344.344	2.291.231	2,3%
Alavancagem (Dívida líquida/EBITDA)	1,03	1,06	(2,5%)

	2023 (em R$)	2022 (em R$)	Var. %
Açúcar	2.063.078	949.448	117,3%
Etanol	1.164.217	1.891.297	(38,4%)
Energia	155.713	150.592	3,4%
Cbios	42.261	49.074	*(13,9%)*
Grãos	48.141	51.781	(7,0%)
Outros	2.955	562	425,8%
Total receita líquida	**3.476.365**	**3.092.754**	**12,4%**
Total receita bruta	**3.708.547**	**3.361.527**	**10,3%**

Quantidades vendidas





Receita líquida

Em 31 de dezembro de 2023, a receita líquida foi de R$ 3.476 milhões, registrando um avanço de 12,4% em relação ao mesmo período do ano anterior. O aumento na receita líquida se deve principalmente ao incremento na quantidade comercializada de açúcar frente a 2022 (+366 mil toneladas) reduzida pelo menor volume de etanol comercializado em relação ao ano anterior, o que foi impulsionado por (i) nossa estratégia de mix de açúcar; e (ii) nossa estratégia comercial de construir estoque de etanol até verificar a recuperação dos preços previstos para o período de entressafra.
Dentro do nosso volume de anidro comercializado, conseguimos exportar 54,4 mil m³ o que representa uma vantagem competitiva, pois contamos com as certificações necessárias e a capacidade industrial para atender às especificações do produto para ser comercializado no mercado europeu e capturar melhores preços de venda, aproximadamente 100 US$/m3.

EBITDA

O EBITDA apresentou um avanço de 5,0% comparado com o período de 2022, impulsionados principalmente pelo aumento na receita líquida de açúcar e pelo ganho na marcação a mercado dos derivativos de açúcar para cobertura dos estoques. Adicionalmente, as despesas com vendas apresentaram um incremento comparado com 2022, decorrente ao aditamento de fretes em função do crescimento do volume de açúcar comercializado.

Estoques

Nos estoques de passagem registramos incremento de 4,5% para o açúcar, sendo para o etanol um incremento de 38,6% respeito do mesmo período do ano anterior, impulsionado pela nossa estratégia comercial para capturar melhores preços.

Volume de Estoques	Métrica	2023	2023	Var.%
Açúcar	tons	78.526	75.151	4,5%
Etanol	M³	186.699	134.690	38,6%
Cbios	Un	37.232	78.160	(52,4%)
Outros	-	290	21	1.281%

Investimentos (Capex)

	2023 (em R$)	2022 (em R$)	Var. %
Plantio de cana-de-açúcar	719.544	581.325	23,8%
Agrícola, industrial e outros	531.284	467.975	13,5%
Total	**1.250.828**	**1.049.300**	**19,2%**

Os investimentos totalizaram R$ 1.251 milhões durante 2023, 19,2% maiores em relação ao ano passado. A evolução de 23,8% versus o ano anterior corresponde ao incremento decorrente da área plantada combinado ao aumento no custo de plantio como consequência da inflação nos preços dos insumos.
O impulso de 13,5% nos investimentos agrícola e industrial estão relacionados a pequenos projetos incluindo a expansão para ampliar a produção de biogás, que será convertido em biometano e utilizado para substituir parte do nosso consumo de diesel.

4. REMUNERAÇÃO AOS ACIONISTAS

De acordo com a Lei das S.A. e Estatuto Social da Companhia, os lucros apurados terão a destinação que os acionistas determinarem, após as destinações legais obrigatórias. Em 31 de dezembro de 2023 foram distribuídos R$ 284.591. A proposta da administração é que o restante dos lucros do exercício, após constituição das reservas obrigatórias, seja constituído como reserva de lucros a distribuir.

5. ESG - SUSTENTABILIDADE

Planeta

Eficiência energética
Etanol hidratado e anidro são vendidos para grandes distribuidoras no Brasil, reduzindo a dependência energética de combustíveis fósseis.
Produzimos energia elétrica a partir de um dos subprodutos do processamento da cana-de-açúcar: o bagaço. Nossas usinas Angélica e Ivinhema (MS) são equipadas com caldeiras de vapor de alta pressão e turbogeradores com capacidade de aproveitamento de todo o bagaço da cana para geração de energia elétrica. Utilizamos parte disso em nossas operações e o excedente é distribuído ao Sistema Nacional de Distribuição de Eletricidade.
Na Usina Ivinhema, no Mato Grosso do Sul, produzimos biogás a partir da vinhaça concentrada, um subproduto da produção de etanol. Purificamos o biogás para produção de biometano e utilizamos como combustível em nossa frota interna.
Economia circular
Após processar a cana-de-açúcar para obtenção de açúcar e etanol, utilizamos o resíduo fibroso - o bagaço - para produzir biomassa. A partir deste subproduto, geramos vapor e eletricidade. A maior parte da energia gerada neste processo é consumida nas nossas instalações e a restante vendida ao Sistema Nacional de Distribuição de Eletricidade. A energia elétrica que fornecemos à rede estadual é suficiente para atender a demanda de 1.070.000 pessoas no Mato Grosso do Sul.
Outros subprodutos do nosso processo industrial são utilizados na elaboração de biofertilizantes, devolvidos às nossas lavouras. As cinzas das caldeiras juntamente com a torta de filtro passam por um processo de compostagem e são utilizadas como adubo orgânico nas áreas de cultivo de cana-de-açúcar.
Em nossas usinas Angélica (MS) e Ivinhema (MS), a vinhaça gerada no processamento da cana-de-açúcar é convertida em adubo líquido orgânico a partir do método de concentração industrial, registrado e reconhecido pelo Ministério da Agricultura e Pecuária (MAPA). Parte deste processo, é aplicado como biofertilizantes nas lavouras de cana, enquanto outra parte é utilizada na fabricação de biogás e biometano.
Mudanças climáticas
Nossa estratégia climática inclui principalmente a redução das emissões de gases de efeito estufa, a circularidade por meio do uso de subprodutos em nossas operações agrícolas e industriais e o uso de fontes renováveis de energia.
Créditos de carbono
Nossas usinas estão entre as melhores do Programa Brasileiro RenovaBio, que reconhece a Nota de Eficiência Energética Ambiental (NEEA) do etanol. Como resultado deste Programa, comercializamos Créditos de Carbono no mercado. Fomos a primeira produtora de biocombustíveis a comercializar créditos de carbono (CBios) no Brasil, em junho de 2020.
GAS-REC
Nossa usina de biogás, em Ivinhema (MS), foi a primeira do Brasil receber autorização para emissão de Certificados de Gás Natural Renovável (GAS-REC) para indústrias que desejam descarbonizar sua produção.
Valor da Biodiversidade
A preservação da biodiversidade é um dos pilares do nosso modelo de produção sustentável. Procuramos garantir que a biodiversidade e os ambientes representativos de cada uma de nossas instalações coexistam com a produção. Cada instalação possui objetivos específicos de acordo com os ecossistemas e espécies presentes.
A partir de monitoramentos frequentes é possível confirmar a presença de diversas espécies de fauna e flora em áreas específicas

PESSOAS

Segurança do Trabalho
Operar de forma segura e responsável é um compromisso inegociável da Adecoagro para com seus colaboradores e contratados. Abrangemos todos os níveis hierárquicos da empresa através de Comitês de Segurança e Comissões Internas de Prevenção de Acidentes (CIPA), compostas por colaboradores e colaboradoras de todos os níveis, tendo como pauta temas voltados a metas, indicadores e programas que garantem a manutenção do mapeamento, classificação e monitoramento dos riscos, conforme metodologia e governança instituída.

Contamos com um Programa denominado Operar Seguro, que visa a redução de perdas, sensibilização da liderança, gestão de riscos e melhoria contínua, de forma a sustentar nossa cultura de segurança.

Como destaque, temos a ferramenta denominada OPA! (Observe, Pense e Aja), que foi criada para que o colaborador ou colaboradora ao se deparar com uma situação de risco, tome uma ação imediata, atuando de forma preventiva, com base em uma metodologia de abordagem que visa sensibilizar a todos e todas sobre o risco deparado, estimulando a reflexão sobre as possíveis consequências, bem como sobre a importância de estar seguro no trabalho.
Os gestores das áreas operacionais recebem constantemente treinamentos que visam eliminar ou gerenciar os riscos, concretizando nosso valor e respeito à vida e às pessoas.
Saúde e Bem-Estar
No time de Gente & Gestão, a Adecoagro tem uma área que cuida especificamente da Saúde e Bem-Estar de seus colaboradores e colaboradoras.
A Adecoagro, possui uma boa prática de mercado em relação aos benefícios fornecido aos seus colaboradores e dependentes, sendo fundamentais para a promoção de saúde, bem-estar e a satisfação dos beneficiários. Os benefícios vão além do salário e representam um reconhecimento do valor do trabalho e do empenho de cada pessoa para o sucesso da empresa.
Ao oferecer benefícios atrativos, a empresa demonstra preocupação com o bem-estar de sua equipe, fortalece o vínculo com os colaboradores e cria um ambiente de trabalho mais saudável, seguro e motivador. Isso resulta em maior satisfação no trabalho, redução do absenteísmo e aumento do engajamento dos colaboradores.
São investidos mais de 65 milhões de reais em benefícios por ano, considerando:

- Assistência Médica
- Assistência Odontológica
- Assistência Farmacêutica
- Teleatendimento psicológico
- Seguro de Vida
- Alimentação
- Check-up
- Transporte

Em 2014, a Adecoagro implantou o **Pra Você!** Programa de Qualidade de Vida Adecoagro, com objetivo de fortalecer na nossa cultura o cuidado com a saúde e o bem-estar do colaborador, da colaboradora e de suas famílias, de forma que as ações desenvolvidas na Adecoagro promovam mais qualidade de vida no dia a dia e no trabalho, contribuindo para um ambiente saudável e seguro.
O programa de qualidade de vida, está embasado nos conceitos aplicados pelas instituições renomadas e especializadas em qualidade de vida no Brasil, como: Organização Mundial da Saúde, Associação Brasileira de Qualidade de Vida, Movimento Gerar Bem-estar e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. As ações contemplam os aspectos físicos, emocionais, mentais e espiritual de nossos colaboradores, colaboradoras e dependentes.
Treinamento e desenvolvimento
Formação de Jovens Aprendizes
Com diversos programas de formação profissional, oferecemos oportunidades concretas às pessoas da nossa comunidade que desejam ter a sua primeira experiência profissional.
Desenvolvimento Profissional
O Capacitar, nosso Programa de Formação e Desenvolvimento Profissional, oferece diferentes capacitações profissionais e cursos de aperfeiçoamento, tanto para nossos colaboradores quanto para potenciais talentos da comunidade.
Também oferecemos diversos cursos, tanto presenciais quanto on-line por meio de nossa plataforma de e-learning, como desenvolvimento de ferramentas de gestão e habilidades técnicas e comportamentais necessárias para o desempenho de diferentes funções em nossas operações.
Desenvolvimento de Lideranças
Temos a convicção de que a formação de líderes é fator fundamental para que cada um seja agente de transformação nos times de trabalho. Procuramos formar equipes diversificadas, que desejam um ambiente dinâmico e de melhoria contínua, no qual prevaleçam os valores da Adecoagro. Os líderes desempenham um papel essencial na consecução desse objetivo.
Com base em nossos processos de avaliação e carreira, identificamos talentos e oferecemos capacitações intensivas e robustas para formarmos líderes e gestores acima da linha da excelência. Com programas como Líder Trainee, Coordenador Trainee, Planos de Transição de Carreira e outros programas de desenvolvimento de lideranças, procuramos fortalecer as competências para incrementar, alinhar e engajar as equipes num contexto de mudança e melhoria contínua, desenvolvendo equipes de alta performance.
Diversidade e inclusão
Na Adecoagro, o tema diversidade é um compromisso assumido no nosso Código de Conduta. Acreditamos que nutrindo o respeito pela terra e pessoas, poderemos colaborar com uma sociedade melhor que os direitos humanos sejam respeitados e vivenciados. A diversidade na Adecoagro trata de inclusão, integrar e potencializar as diferenças, recriar possibilidades e estimular o crescimento através das diferenças.
Promovemos um ambiente livre de discriminação e temos um programa de gestão para apoiar nossa estratégia.

MULTI - Programa de Inclusão da Adecoagro

Nosso objetivo principal com o Programa Multi, é o de **promover um ambiente de trabalho inclusivo e livre de qualquer forma de preconceito e discriminação**, em que cada pessoa possa ser quem realmente é e contribuir com o seu potencial, tendo por premissa o respeito a todos e todas.

Esse programa engloba cinco pilares: pessoas com deficiência, equidade de gênero, gerações e experiências, orientação sexual e raça e etnia. Atualmente, estamos focados principalmente em atrair mais Pessoas com Deficiência para nossas operações e aumentar o número de mulheres em nossas equipes, impulsionando ações de conscientização para aprendizado organizacional e pessoal de como lidar melhor com as diferenças e transformar em valor na nossa cultura.
Realizamos o monitoramento de indicadores específicos de diversidade de gênero, e as capacitações para letramento em trilhas de diversidade através da nossa área de Desenvolvimento Humano e Organizacional que produz em parceria com a área de Diversidade os conteúdos, didática e disponibiliza em plataforma Engage, em média, as capacitações para letramento atingem 700 lideranças e times de Gente & Gestão e os aprendizados são cascateados para 100% dos colaboradores pelas lideranças e nos meios de comunicação internos.
Estamos avançando em ações afirmativas, no ano de 2022, realizamos parceria com a APAE de Ivinhema-MS para implantar o Programa Emprego Apoiado e ampliarmos a contratação de pessoas com deficiência.
Estamos atentos a iniciativas importantes que lutam contra o preconceito e discriminação e estamos alinhados com:
ONU Mulheres
Os Princípios de Empoderamento das Mulheres (WEPs) são um grupo de Princípios para o meio empresarial que oferecem orientação sobre como delegar poder às mulheres no ambiente de trabalho, mercado de trabalho e na comunidade. Aderimos formalmente no ano de 2019 para as unidades do Brasil.
Pacto Global
Aderimos a essa iniciativa no final do ano de 2023, uma forma de nos comprometer para implementar princípios universais de sustentabilidade e tomar medidas que apoiem o alcance dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS).
Comunidade
Educação
Desde 2009, o Projeto Escola Nota 10 contribui para o desenvolvimento da educação nos municípios de Angélica, Ivinhema e Novo Horizonte do Sul, no Mato Grosso do Sul. Seu objetivo é contribuir para a melhoria do ensino fundamental (1º a 3º ano) nas escolas públicas municipais. Por meio desse projeto, disponibilizamos material didático para professores e estudantes do curso de capacitação dos professores. Estamos no momento, reimplantando essa iniciativa com foco na capacitação dos professores e atendimento das séries iniciais (1º a 5º ano) nas escolas públicas municipais dos municípios parceiros e para isso, estabelecemos parceria com o Centro de Estudos e Pesquisas em Educação, Cultura e Ação Comunitária (CENPEC).
Território do Saber
O projeto Território do Saber promove a melhoria da qualidade dos processos de ensino e aprendizagem nas escolas através do incentivo à leitura e já viabilizou:

- 23 bibliotecas implementadas
- + de 2000 alunos atendidos no Mato Grosso do Sul e Minas Gerais
- 912 professores capacitados

Desenvolvimento local
Colaboramos com organizações sociais, creches, hospitais, cozinhas comunitárias, escolas, postos de saúde, bombeiros e polícia. Na Adecoagro, nos concentramos em manter o apoio a todas as comunidades e aprofundar nosso atendimento nas localidades. E essa comunicação direta nos permite identificar as necessidades das comunidades, atuar junto a elas e estabelecer alianças para alcançar objetivos comuns.
Programa Proteger
O programa visa prevenir a violência em todos os seus aspectos. Orientamos e informamos os colaboradores e a comunidade sobre denúncias e formas de prevenir o abuso e exploração sexual de crianças e adolescentes, a cultura do estupro, a violência contra a mulher e o assédio sexual ou laboral e busca mobilizar a sociedade nesse sentido.
Este programa reforça a ideia de que não admitimos, em hipótese alguma, de fornecedores e demais pessoas com quem nos relacionamos, a prática de qualquer tipo de violência e trabalho infantil.

- Childhood Brasil: realizamos diagnóstico e capacitamos profissionais da rede de atendimento para o enfrentamento à violência contra crianças e adolescentes.
- 100% dos nossos colaboradores passaram por treinamentos sobre prevenção da violência em parceria com o SESI - MS.
- +12.000 pessoas impactadas em nossas comunidades com nossas campanhas.
- Selo Social Amiga da Mulher: recebemos o reconhecimento por dois anos consecutivos do governo do estado de Minas Gerais.

Certificações

Bonsucro
Certificação concedida às nossas Usinas de Monte Alegre, Ivinhema e Angélica. Avalia os impactos econômicos, sociais e ambientais, da produção de cana-de-açúcar, além de atender às exigências legais e monitorar a eficiência dos processos produtivos. Essa certificação mostra que estamos trabalhando com eficiência operacional, atendendo as legislações viegentes e com baixo impacto ao meio ambiente.

RenovaBio
Certificação concedida às nossas Usinas de Monte Alegre, Ivinhema e Angélica. O Renovabio faz parte da Politica Nacional de Biocombustíveis que estabelece metas anuais de descarbonização em nível nacional para promover o aumento da produção e participação de biocombustíveis, como etanol, biodiesel, biogás e biometano, entre outros, na matriz energética para transportes no Brasil.

Fair Trade
Certificação concedida à nossos produtos orgânicos da Usina Monte Alegre (MG). As certificações "Fair Trade USA" e "Fair for Life" indicam nossa disposição e adesão ao cuidado e respeito pelas pessoas e pela terra.

Certificações para o açúcar orgânico Monte Alegre
Certificação concedida a nossos produtos orgânicos da Usina Monte Alegre (MG). As certificações "Fair Trade USA" e "Fair for Life" sustentam a aderência da Adecoagro em cuidar e respeitar as pessoas e a terra. Essas certificações permitem que recebamos um "Prêmio" dos clientes que compram açúcar orgânico Fair Trade Monte Alegre. Esse Prêmio é investido no desenvolvimento de ações sociais e ambientais que melhoram as condições de vida dos colaboradores, seus familiares, pequenos produtores locais e o meio ambiente.

Fambras Halal
Obtivemos essa certificação para nossa produção na Usina Monte Alegre. Certifica que os produtos foram fabricados de acordo com os requisitos legais e os critérios estabelecidos nas leis e jurisprudências islâmicas, garantindo uma produção alinhada com as regras estabelecidas pela lei islâmica ("Sharia"), que rege os hábitos daqueles que seguem o Islã.

Kosher
Obtivemos essa certificação para nossa produção na Usina Monte Alegre. Assegura que o processo industrial de uma linha de produção obedeça às regras específicas da dieta judaica ortodoxa e que os produtos foram fabricados de acordo com os preceitos e leis da dieta judaica, garantindo a segurança de seu consumo.

A publicação acima foi realizada e certificada no dia 12/04/2024

ICP Brasil

Acesse a página de **Publicações Legais** no site do **Jornal Data Mercantil**, apontando a câmera do seu celular no QR Code, ou acesse o link: **www.datamercantil.com.br/publicidade_legal**

ADECOAGRO BRASIL PARTICIPAÇÕES S.A.

Great Place to Work
Certificação concedida às nossas equipes no Brasil. A certificação Great Place To Work (GPTW) é concedida às empresas que promovem boas práticas e que têm uma gestão adequada de pessoas e do clima organizacional. Em 2023, obtivemos o 4º lugar na categoria "Grandes Empresas" para o setor de Agronegócios. No Ranking GPTW - Regional - Centro-Oeste, a Adecoagro foi reconhecida como a 4ª melhor empresa para trabalhar do Centro-Oeste na Categoria Grandes Empresas. No Ranking GPTW - Setorial - Agronegócio, a Adecoagro foi reconhecida como a 13ª melhor empresa para trabalhar do Agronegócio Nacional.
No Ranking GPTW - Nacional, a Adecoagro foi reconhecida como uma das 150 melhores empresas para trabalhar no Brasil, ocupando a 52ª posição na categoria de empresas com 1000 a 9999 colaboradores.

Ministério da Agricultura e Pecuária (MAPA)
Certificação concedida às nossas Usinas Monte Alegre, Ivinhema e Angélica. Este certificado de Unidades Armazenadoras em Ambiente Natural (UAAN) garante aos clientes que nossos armazéns foram construídos de acordo com as normas e procedimentos estabelecidos pela Companhia Nacional de Abastecimento (Conab), reforçando a confiança em nossos produtos.

Energia Verde
Certificação concedida às nossas Usinas Monte Alegre, Ivinhema e Angélica. Essa certificação é concedida às usinas brasileiras que produzem energia a partir de biomassa e que conduzem seus negócios de acordo com critérios de eficiência energética e boas práticas nas atividades agrícolas e industriais.

Mais Integridade
O selo "Mais Integridade" atesta nossa ética, responsabilidade social e sustentabilidade ambiental.

Agricultura Familiar
Selo concedido a Usina Monte Alegre, certifica nosso apoio à agricultura familiar via parceria com pequenos produtores da região, onde plantamos cana-de-açúcar.

CARB
A Certificação Internacional *California Air Resources Board* (Carb) concedida a unidade Angélica, é exigida para a exportação de etanol aos EUA. O Carb é um organismo norte-americano que define regras para o controle da poluição atmosférica. O objetivo do programa é reduzir em 20% a emissão de gases de efeito estufa (GEE) provenientes de combustíveis de transporte na Califórnia até 2030, protegendo a população dos efeitos nocivos desses gases por meio de programas e ações para combater as mudanças climáticas.

FSSC 22000
A FSSC 22000 (*Food Safety System Certification*) é a "Certificação do Sistema de Segurança de Alimentos" concedida a Usina Monte Alegre, sua condução engloba desde a gestão de fornecedores até a expedição do produto acabado. Seu objetivo é estabelecer um Sistema de Gestão de Segurança de Alimentos capaz de assegurar que o alimento não cause efeitos adversos à saúde do consumidor, ou seja, livre de quaisquer tipos de contaminações e fraudes.

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 *(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)*

BALANÇO PATRIMONIAL

	Nota	Controladora 2023	Controladora 2022	Consolidado 2023	Consolidado 2022
Ativo					
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	6	30	241	583.805	776.219
Instrumentos financeiros derivativos	7	–	–	66.902	10.353
Contas a receber de clientes e demais contas a receber	8	–	–	115.280	76.811
Estoques	9	–	–	722.379	605.933
Tributos a recuperar	10	32	30	82.137	91.076
Ativo biológico	11	–	–	563.812	570.998
Outros ativos	12	39	–	64.376	40.312
		101	271	2.198.691	2.171.702
Não circulante					
Realizável a longo prazo					
Contas a receber de clientes e demais contas a receber	8	–	–	11.882	–
Tributos a recuperar	10	–	–	118.547	96.078
Depósitos judiciais	21.2	–	–	11.378	9.555
Instrumentos financeiros derivativos	7	–	–	87.149	27.175
Imposto de renda e contribuição social diferidos	23	–	–	17.403	7.554
Outros ativos	12	–	–	25.227	25.268
		–	–	271.586	165.630
Investimentos	13	1.790.757	1.444.245	–	–
Imobilizado	14	–	–	3.167.870	2.823.013
Intangível	15	–	–	29.462	29.061
Direito de uso	16	–	–	1.822.818	1.719.466
		1.790.757	1.444.245	5.291.736	4.737.170
Total do ativo		1.790.858	1.444.516	7.490.427	6.908.872

Passivo e patrimônio líquido	Nota	Controladora 2023	Controladora 2022	Consolidado 2023	Consolidado 2022
Circulante					
Fornecedores e outras obrigações	22.1	70	18	374.849	253.318
Passivo de arrendamentos	17	–	–	199.458	219.879
Empréstimos e financiamentos	18	–	–	315.671	195.465
Instrumentos financeiros derivativos	7	–	–	482	7.964
Salários e encargos sociais	19	–	–	133.907	98.442
Imposto de renda e contribuição social a pagar		–	–	550	415
Tributos a recolher	20	–	–	24.894	22.299
Adiantamento de clientes	22.2	–	–	63.379	144.579
Outros passivos	22.3	–	–	225	54
		70	18	1.113.415	942.415
Não circulante					
Fornecedores e outras obrigações	22.1	–	–	2.488	21.783
Passivo de arrendamentos	17	–	–	1.501.317	1.392.535
Empréstimos e financiamentos	18	–	–	2.612.478	2.871.985
Instrumentos financeiros derivativos	7	–	–	–	500
Provisão para contingências	21	–	–	12.946	11.638
Imposto de renda e contribuição social diferidos	23	–	–	439.269	193.520
Outros passivos	22.3	–	–	3.570	2.030
		–	–	4.572.068	4.493.991
		70	18	5.685.483	5.436.406
Patrimônio líquido	26				
Atribuído aos acionistas da controladora					
Capital social		1.164.733	1.164.733	1.164.733	1.164.733
Reservas de lucro		760.205	735.035	760.205	735.035
Ajuste de avaliação patrimonial		(134.150)	(455.270)	(134.150)	(455.270)
		1.790.788	1.444.498	1.790.788	1.444.498
Participação de não controladores		–	–	14.156	27.968
Total do patrimônio líquido		1.790.788	1.444.498	1.804.944	1.472.466
Total do passivo e do patrimônio líquido		1.790.858	1.444.516	7.490.427	6.908.872

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

	Nota	Controladora 2023	Controladora 2022	Consolidado 2023	Consolidado 2022
Receitas	29	–	–	3.476.365	3.092.754
Custos das vendas	30	–	–	(2.539.033)	(2.334.404)
Variação do valor justo dos ativos biológicos e produtos agrícolas colhidos	11.2	–	–	479.473	550.792
Lucro bruto		–	–	1.416.805	1.309.142
Despesas com vendas	31	–	–	(239.254)	(147.287)
Despesas administrativas	31	(450)	(342)	(111.703)	(122.042)
Outras receitas (despesas), líquidas	32	–	–	11.679	17.143
Participação nos lucros de controladas	13	309.770	397.843	–	–
Lucro operacional antes do resultado financeiro		309.320	397.501	1.077.527	1.056.956
Receitas financeiras	33	11	12	34.659	17.175
Despesas financeiras	33	(41)	(53)	(730.836)	(555.812)
Resultado financeiro		(30)	(41)	(696.177)	(538.637)
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		309.290	397.460	381.350	518.319
Imposto de renda e contribuição social	23.2	–	–	(71.865)	(120.859)
Lucro líquido do exercício		309.290	397.460	309.485	397.460
Atribuível a:					
Acionistas da Companhia		309.290	397.460	309.290	397.460
Participação de não controladores		–	–	195	–
		–	–	309.485	397.460
Média ponderada das ações ordinárias no exercício, em milhares de ações		–	–	134.940.484	134.940.484
Lucro básico e diluído por lote de mil ações - R$		–	–	2,29	2,95

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE

	Controladora 2023	Controladora 2022	Consolidado 2023	Consolidado 2022
Lucro líquido do exercício	309.290	397.460	309.485	397.460
Outros componentes do resultado abrangente				
Itens a serem posteriormente reclassificados para o resultado				
Ganhos com *hedge* de fluxo de caixa reflexo da investida, líquidos de impostos	321.591	181.464	321.591	181.464
Total do resultado abrangente do exercício	630.881	578.924	631.076	578.924
Atribuível a:				
Acionistas da Companhia			630.881	578.924
Participação de não controladores			195	–
			631.076	578.924

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

	Nota	Capital social	Reserva de lucros: Reserva legal	Reserva de lucros: Lucros a distribuir	Ajuste de avaliação patrimonial: *Hedge accounting* reflexo	Ajuste de avaliação patrimonial: Custo atribuído reflexo	Lucros acumulados	Atribuível aos acionistas da Controladora: Total	Participação de não controladores	Total do patrimônio líquido
Em 1º de janeiro de 2022		1.164.733	67.238	703.102	(642.027)	5.806	–	1.298.852	20.585	1.319.437
Resultado abrangente do exercício										
Lucro líquido do exercício		–	–	–	–	–	397.460	397.460	–	397.460
Hedge de fluxo de caixa das investidas reflexo, líquido dos impostos	27.3.b	–	–	–	181.464	–		181.464	–	181.464
Total do resultado abrangente		1.164.733	67.238	703.102	(460.563)	5.806	397.460	1.877.776	20.585	1.898.361
Contribuições dos acionistas e distribuição aos acionistas										
Plano de remuneração em ações	34	–	–	–	–	–	–	–	20.882	20.882
Reembolso de ações restritas	34	–	–	–	–	–	–	–	(13.499)	(13.499)
Realização do custo atribuído reflexo, líquidos de impostos	27.3	–	–	–	–	(513)	513	–	–	–
Destinações do lucro:										
Constituição de reservas	27.2	–	19.873	199.122	–	–	(218.995)	–	–	–
Dividendos distribuídos	27.2	–	–	(254.300)	–	–	(178.978)	(433.278)	–	(433.278)
Total de contribuições dos acionistas e distribuição aos acionistas		–	19.873	(55.178)	–	(513)	(397.460)	(433.278)	7.383	(425.895)
Em 31 de dezembro de 2022		1.164.733	87.111	647.924	(460.563)	5.293	–	1.444.498	27.968	1.472.466
Resultado abrangente do exercício										
Lucro líquido do exercício		–	–	–	–	–	309.290	309.290	195	309.485
Hedge de fluxo de caixa das investidas reflexo, líquido dos impostos	27.3.b	–	–	–	321.591	–	–	321.591	–	321.591
Total do resultado abrangente		1.164.733	87.111	647.924	(138.972)	5.293	309.290	2.075.379	28.163	2.103.542
Contribuições dos acionistas e distribuição aos acionistas										
Reversão de plano de remuneração em ações		–	–	–	–	–	–	–	(11.061)	(11.061)
Plano de remuneração em ações	34	–	–	–	–	–	–	–	8.360	8.360
Reembolso de ações restritas	34	–	–	–	–	–	–	–	(11.311)	(11.311)
Participação de não controladores		–	–	–	–	–	–	–	5	5
Realização do custo atribuído reflexo, líquidos de impostos	27.3	–	–	–	–	(471)	471	–	–	–
Destinações do lucro:										
Constituição de reservas	27.2	–	15.464	112.106	–	–	(127.570)	–	–	–
Dividendos distribuídos	27.2	–	–	(102.400)	–	–	(182.191)	(284.591)	–	(284.591)
Total de contribuições dos acionistas e distribuição aos acionistas		–	15.464	9.706	–	(471)	(309.290)	(284.591)	(14.007)	(298.598)
Em 31 de dezembro de 2023		1.164.733	102.575	657.630	(138.972)	4.822	–	1.790.788	14.156	1.804.944

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

Fluxos de caixa das atividades operacionais	Notas	Controladora 2023	Controladora 2022	Consolidado 2023	Consolidado 2022
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		309.290	397.460	381.350	518.319
Ajustes					
Depreciação e amortização (i)	14/15	–	–	872.439	827.486
Depreciação direito de uso (i)	16	–	–	324.704	283.001
Impairment pela recuperabilidade de ativos	32	–	–	9.870	4.288
Variação no valor justo do ativo biológico e produto agrícola	11	–	–	(479.473)	(550.792)
Juros sobre passivos de arrendamento	17	–	–	121.026	98.642
Resultado na alienação baixa do ativo imobilizado e intangível	32	–	–	14.621	(17)
Ganho ajuste do valor justo	30/32	–	–	(38.404)	(43.841)
Impairment de contas a receber e outros créditos	33	–	–	355	1.179
(Reversão)/Outorga de plano de remuneração em ações	34	–	–	(2.506)	20.882
Resultado de participações societárias	13	(309.770)	(397.843)		
Resultados instrumentos derivativos	7	–	–	(59.309)	(22.451)
Hedge de fluxo de caixa, transferência do patrimônio	33	–	–	348.480	159.240
Resultado financeiros, líquido de *hedge accounting*	33	(11)	(12)	229.578	212.626
Reversão de provisão de contingências	21	–	–	1.308	(1.271)
		(491)	**(395)**	**1.724.039**	**1.507.291**
Variações nos ativos e passivos					
Contas a receber e demais contas a receber	8	–	–	(50.346)	(28.512)
Instrumentos derivativos	7	–	–	(26.695)	41.498
Estoques	9	–	–	(81.078)	84.556
Ativos biológicos	11	–	–	486.659	377.834
Tributos a recuperar	10	(2)	(2)	(20.880)	(19.873)
Depósitos judiciais	21.2	–	–	(1.823)	(136)
Outros ativos	12	(39)	8	(24.713)	2.314
Fornecedores e outras obrigações	22.1	(10)	10	55.919	(49.183)
Salários e encargos sociais	19	–	–	35.465	5.535
Tributos a recolher e parcelados	20	–	–	2.624	4.264
Adiantamento de clientes	22.2	–	–	(81.200)	136.253
Outros passivos	22.3	–	–	1.708	(911)
Caixa (aplicado nas) gerado pelas operações		**(542)**	**(379)**	**2.019.679**	**2.060.930**
Imposto de renda e contribuição social pagos	28	–	–	(9.055)	(9.590)
Caixa líquido (aplicado nas) gerado pelas atividades operacionais		**(542)**	**(379)**	**2.010.624**	**2.051.340**
Fluxos de caixa das atividades de investimentos					
Aquisição de Investimento		–	–	–	(204)
Aquisições de bens do ativo imobilizado (i)	14	–	–	(1.178.071)	(1.005.761)
Aquisições de ativos intangíveis	15	–	–	(5.328)	(8.153)
Juros recebidos	33	11	12	9.491	13.992
Dividendos recebidos	24	284.849	433.633	–	–
Recebimentos pelas vendas de ativo imobilizado		–	–	11.522	6.164
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de investimentos		**284.860**	**433.645**	**(1.162.386)**	**(993.962)**
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos					
Ingressos de empréstimos e financiamentos	18	–	–	938.029	516.104
Amortização de empréstimos e financiamentos	18	–	–	(982.718)	(320.171)
Juros pagos (i)	18	–	–	(199.319)	(183.167)
Pagamentos de instrumentos financeiros derivativos	33	–	–	(38.501)	(35.440)
Recebimento (pagamento) de partes relacionadas	24	62	(7)	(247)	(60)
Dividendos pagos aos acionistas da Companhia	24	(284.591)	(433.278)	(284.591)	(433.278)
Lucros distribuídos a não controladores	24	–	–	(1.248)	(82)
Pagamentos de operações com arrendamentos	17	–	–	(460.746)	(399.722)
Ações restritas reembolsadas	34	–	–	(11.311)	(13.499)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos		**(284.529)**	**(433.285)**	**(1.040.652)**	**(869.315)**
(Redução) aumento de caixa e equivalentes de caixa, líquidos		(211)	(19)	(192.414)	188.063
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		241	260	776.219	588.156
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício		**30**	**241**	**583.805**	**776.219**

(i) As transações das atividades que não impactaram o caixa estão apresentadas na Nota 28.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO

	Notas	Controladora 2023	Controladora 2022	Consolidado 2023	Consolidado 2022
Receitas					
Vendas brutas de produtos e serviços	29	–	–	3.671.475	3.299.753
Receita referente a construção de ativos próprios	11/14	–	–	1.277.024	1.099.677
Outras receitas	32	–	–	4.898	19.166
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	33	–	–	(3.955)	(1.179)
		–	–	4.949.442	4.417.417
Insumos adquiridos de terceiros					
Custo dos produtos vendidos, das mercadorias e dos serviços prestados	30/31/32	–	–	(1.359.815)	(1.206.724)
Despesas de transporte	31	–	–	(179.081)	(94.811)
Energia elétrica	31	–	–	(4.952)	(4.907)
Serviços de terceiros	31	(104)	(124)	(145.502)	(117.150)
Perda/recuperação de valores ativos	32	–	–	18.013	7.144
Outras despesas	31/32	(346)	(218)	(245.837)	(190.671)
		(450)	(342)	(1.917.174)	(1.607.119)
Valor adicionado bruto		(450)	(342)	3.032.268	2.810.298
Depreciação e amortização	14/15/16	–	–	(1.167.076)	(1.110.487)
Valor adicionado líquido produzido		(450)	(342)	1.865.192	1.699.811
Valor adicionado recebido em transferência					
Participação nos lucros de controladas	13	309.770	397.843	–	–
Receitas financeiras	33	11	12	34.659	17.175
Valor adicionado total a distribuir		309.331	397.513	1.899.851	1.716.986
Distribuição do valor adicionado					
Pessoal:					
Remuneração direta	31	–	–	(457.004)	(374.817)
Benefícios	31	–	–	(111.514)	(98.427)
FGTS	31	–	–	(35.156)	(29.331)
Impostos, taxas e contribuições:					
Federais	29/31/32	–	(53)	(129.529)	(95.201)
Estaduais	29/31/32	–	–	(119.019)	(158.308)
Municipais	29/31/32	–	–	(340)	(217)
Despesas financeiras	33	(41)	–	(726.881)	(555.217)
Aluguéis	31	–	–	(11.118)	(8.008)
Dividendos distribuídos	DMPL	(182.191)	(178.978)	(182.191)	(178.978)
Lucros retidos do exercício	DMPL	(127.099)	(218.482)	(127.099)	(218.482)
Valor adicionado distribuído		(309.331)	(397.513)	(1.899.851)	(1.716.986)

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

1. INFORMAÇÕES GERAIS

1.1. Atividades operacionais: A Adecoagro Brasil Participações S.A. (a "Companhia") é uma sociedade anônima de capital fechado com sede na capital do Estado de São Paulo, e tem como atividade preponderante a participação em empresas sediadas no Brasil. Seu principal controlador é a Adecoagro LP SCS, com sede em Luxemburgo, subsidiária direta da Adecoagro S.A. (Nota 1.2). A Companhia exerce a atividade de controladora do Grupo Adecoagro no Brasil "Grupo", com participação societária em empresas controladas (adiante denominadas "controladas"), as quais atuam na produção de açúcar e etanol, na co-geração e comercialização de energia elétrica e na produção, processamento, armazenamento, comercialização, importação e exportação de produtos relacionados à agricultura. **1.2. Grupo Adecoagro:** O Grupo Adecoagro (o "Grupo Adecoagro") está presente na Argentina, Brasil, Uruguai e Chile com atividades relacionadas a produção de grãos, arroz, oleaginosas, amendoim, lácteos e seus derivados, açúcar e etanol, em terras próprias e de parceria agrícola, além da co-geração de energia elétrica biogás e biometano. No Brasil, suas operações compreendem a produção de etanol, açúcar, energia elétrica, soja, milho, biometano/biogás, operação arroz, leite e derivados, entre outras, nos estados de Mato Grosso do Sul, Minas Gerais e Santa Catarina e está representado pelas seguintes empresas, que em conjunto formam o "Grupo Adecoagro Brasil": • Adecoagro Brasil Participações S.A. ("ABP", a Companhia, controladora do Grupo); • Adecoagro Vale do Ivinhema S.A. ("AVI", *Holding* operacional); • Usina Monte Alegre Ltda. ("UMA"); • Adecoagro Energia Ltda.("AEN"); • Monte Alegre Combustíveis Ltda. ("MAC"); • Angélica Energia Ltda. ("AEL"); • Methanum Engenharia Ambiental Ltda. ("MET"); • Ivinhema Energia Ltda. ("IEL") (Sem operação); • Adecoagro Biogás Ltda. ("ABL") (Sem operação); • Adeco Agropecuária Brasil Ltda. ("AAB", controlada de Adecoagro LP SCS); e • Adecoagro Agricultura e Participações Ltda. ("AAP", controlada de Adecoagro LP SCS). Essas empresas compartilham as estruturas e os custos corporativos, gerenciais e operacionais, cujos gastos são objeto de rateio conforme mencionado na Nota 24.1. O Grupo Adecoagro Brasil é controlado por empresa de capital aberto na Bolsa de Valores de Nova Iorque, a Adecoagro S.A., sediada em Luxemburgo.

2. RESUMO DAS POLÍTICAS CONTÁBEIS MATERIAIS

As principais práticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão definidas a seguir. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, salvo disposição em contrário. As políticas contábeis materiais adotadas pela Companhia e suas controladas estão descritas nas notas explicativas específicas, relacionadas aos itens apresentados. As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor e ajustadas para refletir a mais-valia de itens do ativo imobilizado registrada em 2009. Os ativos e passivos financeiros (inclusive instrumentos derivativos) e ativos biológicos estão ajustados para refletir a mensuração ao valor justo. **2.1. Mudanças nas políticas contábeis e divulgações: 2.1.1. Alterações adotadas pela Companhia e pelo Grupo:** As seguintes alterações de normas foram adotadas pela Companhia e pelo Grupo pela primeira vez para o exercício iniciado em 1o de janeiro de 2023, na avaliação da Companhia não foram identificados impactos significativos para divulgação. A seguir está uma relação dos CPC's: • CPC 26"Divulgação de políticas contábeis": a alteração do termo "políticas contábeis significativas" para "políticas contábeis materiais". A alteração também define o que é "informação de política contábil material", explica como identificá-las e esclarece que informações imateriais de política contábil não precisam ser divulgadas, mas caso o sejam, que não devem obscurecer as informações contábeis relevantes. • CPC 23 "Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro": a alteração esclarece como as entidades devem distinguir as mudanças nas políticas contábeis de mudanças nas estimativas contábeis, uma vez que mudanças nas estimativas contábeis são aplicadas prospectivamente a transações futuras e outros eventos futuros, mas mudanças nas políticas contábeis são geralmente aplicadas retrospectivamente a transações anteriores e outros eventos anteriores, bem como ao período atual. • CPC 32 "Tributos sobre o Lucro": a alteração requer que as entidades reconheçam o imposto diferido sobre as transações que, no reconhecimento inicial, dão origem a montantes iguais de diferenças temporárias tributáveis e dedutíveis. Isso normalmente se aplica a transações de arrendamentos (ativos de direito de uso e passivos de arrendamento) e obrigações de descomissionamento e restauração, como exemplo, e exige o reconhecimento de ativos e passivos fiscais diferidos adicionais. • CPC 32 "Tributos sobre o Lucro": em dezembro de 2021, a Organização de Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) divulgou as regras do modelo Pilar Dois objetivando uma reforma da tributação corporativa internacional de forma a garantir que grupos econômicos multinacionais dentro do escopo dessas regras paguem imposto sobre o lucro mínimo efetivo à taxa de 15%. A alíquota efetiva de impostos sobre o lucro de cada país, calculada nesse modelo, foi denominada "GloBE effective tax rate" ou alíquota efetiva GloBE. **2.2. Apresentação das demonstrações financeiras:** As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil incluindo os pronunciamentos, interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPCs) e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão. A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela administração da Companhia em 10 de abril de 2024. A administração, responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras refere-se aos diretores administradores eleitos e designados no estatuto social. Nas demonstrações financeiras individuais as controladas são contabilizadas pelo método de equivalência patrimonial. Os mesmos ajustes são feitos tanto nas demonstrações financeiras individuais quanto nas demonstrações financeiras consolidadas para chegar ao mesmo resultado e patrimônio líquido atribuível aos acionistas da controladora. A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis do Grupo. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e têm maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na Nota 3. **a) Demonstrações financeiras individuais:** As demonstrações financeiras individuais da Controladora foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). Essas demonstrações individuais são divulgadas em conjunto com as demonstrações financeiras consolidadas. **b) Demonstrações financeiras consolidadas:** As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas e estão sendo apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). **c) Demonstração do valor adicionado:** A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado (DVA), individual e consolidada, é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a companhias abertas. A DVA foi preparada de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - "Demonstração do Valor Adicionado". **2.2.1. Consolidação:** As seguintes práticas contábeis são aplicadas na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas. **(a) Controladas:** Controladas são todas as entidades nas quais a Companhia detém o controle. A Companhia controla uma entidade quando está exposta ou tem direito a retornos variáveis decorrentes de seu envolvimento com a entidade e tem a capacidade de interferir nesses retornos devido ao poder que exerce sobre a entidade. As controladas são totalmente consolidadas a partir da data em que o controle é transferido para a Companhia. A consolidação é interrompida a partir da data em que a Companhia deixa de ter o controle. Transações entre a Companhia e suas controladas, saldos e ganhos não realizados em transações entre empresas consolidadas são eliminados. Os lucros ou prejuízos não realizados também são eliminados a menos que a operação forneça evidências de uma perda (*impairment*) do ativo transferido. As práticas contábeis das controladas são alteradas, quando necessário, para assegurar a consistência com as práticas adotadas pela Companhia. As demonstrações financeiras consolidadas incluem as demonstrações financeiras da Companhia e de suas controladas, as quais foram consolidadas integralmente: • Adecoagro Brasil Participações S.A. ("ABP" ou "Companhia"); • Adecoagro Vale do Ivinhema S.A. ("AVI" ou *Holding* operacional); • Usina Monte Alegre Ltda. "UMA"; • Adecoagro Energia Ltda. "AEN"; • Monte Alegre Combustíveis Ltda. "MAC"; • Ivinhema Energia Ltda. "IEL"; • Angélica Energia Ltda. "AEL"; • Methanum Engenharia Ambiental Ltda. "MET"; e • Adecoagro Biogás Ltda. "ABL" (Sem operação); **2.3. Con-**

A publicação acima foi realizada e certificada no dia 12/04/2024

ICP Brasil

Acesse a página de **Publicações Legais** no site do **Jornal Data Mercantil**, apontando a câmera do seu celular no QR Code, ou acesse o link: **www.datamercantil.com.br/publicidade_legal**

›››

ADECOAGRO BRASIL PARTICIPAÇÕES S.A.

versão de moeda estrangeira: a) Moeda funcional e moeda de apresentação: Os itens incluídos nas demonstrações financeiras são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual a Companhia e o Grupo atuam ("a moeda funcional"). As demonstrações financeiras estão apresentadas em R$, que é a moeda funcional da Companhia e do Grupo, também a sua moeda de apresentação. **b) Transações e saldos:** As operações com moedas estrangeiras são convertidas para a moeda funcional, utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações ou nas datas da avaliação, quando os itens são remensurados. Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão pelas taxas de câmbio do final do exercício, referentes a ativos e passivos monetários em moedas estrangeiras, são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto quando qualificadas como *hedge accounting* e, portanto, diferidos no patrimônio como operações de *hedge* de fluxo de caixa. Os ganhos e as perdas cambiais relacionados com empréstimos, caixa e equivalentes de caixa e contas a receber de clientes e fornecedores são apresentados na demonstração do resultado como receita ou despesa financeira. **2.4. Ativos financeiros: 2.4.1. Classificação e mensuração:** A Companhia e suas controladas avaliam os modelos de negócios que se aplicam aos ativos financeiros mantidos por elas e classificam os instrumentos financeiros nas devidas categorias: instrumentos de dívida e instrumento de patrimônio. No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é mensurado: ao valor justo por meio do resultado; ao custo amortizado; ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes. Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia e/ou suas controladas mudem o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios. **a) Valor justo por meio do resultado:** Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado compreendem instrumentos derivativos e os instrumentos de dívida cujas características de fluxo de caixa não são mantidas dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja coletar fluxos de caixa contratuais ou coletar fluxos de caixa contratuais e vender. (Nota 5.1). **b) Custo amortizado:** Os ativos financeiros categorizados como custo amortizado, cujo modelo de negócios estabelece que sejam mantidos para a coleta de fluxos de caixa contratuais, que representam apenas pagamentos de principal e de juros sobre o valor do principal (Nota 5.1). **c) Valor justo por meio de outros resultados abrangentes:** Instrumentos de dívida ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, com ganhos ou perdas revertidas para lucros ou perdas no desreconhecimento. Os ativos financeiros, quando existentes nesta categoria são os instrumentos de dívida que são mantidos dentro de um modelo de negócios para coletar fluxos de caixa e vender. Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia e suas controladas mudem o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios. **2.4.2. Reconhecimento e mensuração:** As compras e as vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data de negociação, mediante cumprimento das obrigações entre as partes. Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, e os custos da transação são debitados na demonstração do resultado. Os ativos financeiros disponíveis para venda e os ativos financeiros mensurados ao valor justo através do resultado são, subsequentemente, contabilizados pelo valor justo. O custo amortizado inclui os empréstimos e recebíveis e são contabilizados usando o método da taxa efetiva de juros. Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa dos investimentos tenham vencido ou tenham sido transferidos; neste último caso, desde que a Companhia e suas controladas tenham transferido, significativamente, todos os riscos e os benefícios da propriedade. Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são apresentados na demonstração do resultado em "Receitas financeiras" ou "Despesas financeiras". **2.4.3. Perda (*impairment*) de ativos financeiros:** As provisões para perdas com ativos financeiros são baseadas em premissas sobre o risco de inadimplência e nas taxas de perdas esperadas. A Companhia e suas controladas aplicam julgamento para estabelecer essas premissas e para selecionar os dados para o cálculo do *impairment*, com base no histórico, nas condições existentes de mercado e nas estimativas futuras ao final de cada exercício. **2.4.4. Compensação de instrumentos financeiros:** Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando há um direito legal de compensar os valores reconhecidos e há a intenção de liquidá-los em uma base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. O direito legal não deve ser contingente em eventos futuros e deve ser aplicável no curso normal dos negócios e no caso de inadimplência, insolvência ou falência da Companhia ou da contraparte. **2.5. Instrumentos financeiros derivativos e atividades de *hedge*:** Instrumentos financeiros derivativos são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo. O valor justo é o valor no qual um ativo pode ser realizado e um passivo liquidado, entre partes conhecedoras e dispostas a isso, em condições normais de mercado. O valor justo dos instrumentos financeiros derivativos pode ser obtido a partir de cotações de mercado ou a partir de modelos de precificação que consideram as taxas correntes de mercado e a qualidade de crédito da contraparte. Inicialmente, os derivativos são reconhecidos pelo valor justo na data em que um contrato de derivativos é celebrado e são, subsequentemente, remensurados ao seu valor justo. As variações no valor justo do instrumento financeiro derivativo são reconhecidas no resultado do exercício, exceto quando estes são instrumentos de *hedge* de fluxo de caixa, onde há a adoção da contabilidade de *hedge* (*hedge accounting*) e as variações no valor justo são reconhecidas no resultado abrangente. A Companhia e suas controladas adotaram a contabilidade de *hedge* (*hedge accounting*) e designaram os seguintes instrumentos e objetos para proteção de riscos com base em sua política de *hedge accounting* atualizada em 1º de julho de 2021, é como segue: **a) Instrumentos de *hedge*:** • Instrumentos financeiros de dívidas não derivativos, atrelados ao dólar norte-americano (Adiantamento sobre Contrato de Câmbio -"ACC", Pré-pagamento de Exportação - "PPE"); **b) Objeto de *hedge*:** Projeções de vendas ou compromissos firmes futuros, ambos de *commodity* e denominados em moeda estrangeira (USD), onde a expectativa é considerada altamente provável, consubstanciado na projeção de vendas do departamento comercial do Grupo. **c) Riscos protegidos:** O risco protegido é o risco da variação cambial de 1 dólar por 1 dólar, da exportação da venda futura de *commodity* devido a flutuação cambial entre o dólar estado-unidense e o real brasileiro. **2.5.1. *Hedge* de fluxo de caixa:** A parcela efetiva das variações no valor justo de derivativos designados e qualificados como *hedge* de fluxo de caixa é reconhecida no patrimônio líquido, na conta "Ajustes de avaliação patrimonial". A movimentação que compõe o resultado abrangente, o qual é apresentado líquido da porção transferida para resultados financeiros. Estes valores acumulados no patrimônio são transferidos para a demonstração do resultado nos períodos em que o item protegido por *hedge* afetar o resultado (por exemplo, quando da realização da venda prevista que é protegida por *hedge*). O ganho ou perda relacionado com a parcela efetiva e não efetiva dos instrumentos de *hedge*, ou seja, os empréstimos em moeda estrangeira e *swaps* de taxas de câmbio são reconhecidos na demonstração do resultado como "Receitas financeiras" ou "Despesas financeiras". Quando um instrumento de *hedge* vence ou é vendido, ou quando um *hedge* não atende mais aos critérios da contabilidade de *hedge*, todo ganho ou perda acumulado existente no patrimônio naquele momento permanece no patrimônio até a realização do objeto de *hedge* e é reconhecido no resultado quando a operação for reconhecida na demonstração do resultado. Quando não se espera mais que uma operação ocorra, o ganho ou a perda acumulada que havia sido apresentado no patrimônio é imediatamente transferido para a demonstração do resultado em "Receitas financeiras" ou "Despesas financeiras". **2.6. *Impairment* de ativos não financeiros:** Os ativos não financeiros são revisados para a verificação de *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por *impairment* é reconhecida pelo valor ao qual o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável. Este último é o maior valor entre o valor justo de um ativo menos os custos de venda e o seu valor em uso. **2.7. Outros ativos e passivos circulante e não circulante:** Os outros ativos estão a valor de custo ou valor justo, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidas. Os outros passivos são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, das variações nas taxas de câmbio e das variações monetárias incorridas.

3. ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS CONTÁBEIS CRÍTICOS

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias. Com base em premissas, a Companhia e suas controladas fazem estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social, estão contempladas abaixo: **3.1. Valor justo dos ativos biológicos: 3.1.1. Lavoura de cana-de-açúcar:** O valor justo menos despesas de venda dos ativos biológicos do Grupo representa o valor presente dos fluxos de caixa líquidos estimados para estes ativos, o qual é determinado por meio da utilização de dados internos e da aplicação de premissas estabelecidas em modelos de fluxos de caixa descontados. Essa avaliação é realizada conforme orientações do CPC 29 - Ativo Biológico e Produto Agrícola, e considera a melhor estimativa do Grupo na determinação das premissas utilizadas para o cálculo do valor presente dos fluxos de caixa da cana-de-açúcar, na data das demonstrações financeiras. Essas premissas dizem respeito, substancialmente, a: (i) Entradas de caixa: (i) produtividade estimada para a área plantada dos canaviais, (ii) quantidade de -ATR (Açúcar Total Recuperável) por tonelada de cana-de-açúcar, (iii) preços futuros estimados do ATR, (iv) e a curva de US$ futuro. (ii) Saídas de caixa: (i) custos necessários para os tratos culturais futuros até o momento da colheita, (ii) custo de capital (parceria agrícola para utilização de terras, (iii) máquinas e equipamentos e mão de obra), (iv) custo de oportunidade da planta portadora (ativo contributório) e (v) taxa de desconto (Nota 11). O resultado nessa avaliação pode ser muito diferente do resultado apresentado caso alguma ou várias dessas premissas não se confirmem. Nesse contexto, o Grupo avaliou o impacto sobre o valor justo menos despesas de venda do ativo biológico em 31 de dezembro de 2023, a título de análise de sensibilidade, considerando a mudança para mais ou para menos das variáveis (i) preço da tonelada de cana-de-açúcar e (ii) volume de produção de cana-de-açúcar, mantendo as demais variáveis de cálculo inalteradas. Dessa forma, uma variação (para mais ou para menos) de 5% na média móvel de 3 meses, no preço futuro do açúcar e na projeção do preço do etanol (tela da bolsa de Nova Iorque, Sugar #11) para o exercício de 2023, resultaria no aumento ou redução de R$ 39.655 no valor justo do ativo biológico em 31 de dezembro de 2023. Adicionalmente, se a estimativa projetada de produção da cana-de-açúcar (TCH) variasse para mais ou para menos em 5%, o valor justo do ativo biológico seria aumentado ou reduzido em R$ 59.733. Com base nas premissas observadas na mensuração recorrente do valor justo menos despesas de venda dos ativos biológicos, classificamos a hierarquia como nível 3. **3.1.2. Lavoura de grãos:** O Grupo considera a melhor estimativa na determinação das premissas utilizadas para o cálculo do valor presente dos fluxos de caixa de soja e milho, na data das demonstrações financeiras. Essas premissas dizem respeito, a: Entradas de caixa obtidas pela multiplicação da (i) produção estimada medida em sacas de 60 quilos para milho e soja e (ii) do preço do mercado futuro de cada produto e (iii) curva US$ futuro. Saídas de caixa representadas pela estimativa de (i) custos necessários para que ocorra a transformação biológica das culturas até a colheita, (ii) custos com a colheita, (iii) custos de capital (parceria agrícola para utilização de terras, mão de obra e de máquinas e equipamentos) e (iv) taxa de desconto. Com base nas premissas observadas na mensuração recorrente do valor justo menos despesas de venda dos ativos biológicos, classificamos a hierarquia como nível 3. Nesse contexto, o Grupo avaliou o impacto sobre o valor justo menos despesas de venda do ativo biológico em 31 de dezembro de 2023, a título de análise de sensibilidade, considerando a mudança para mais ou para menos da variável preço da saca de soja, mantendo as demais variáveis de cálculo inalteradas. Dessa forma, uma variação (para mais ou para menos) de 5% no preço futuro da soja (tela da bolsa de Chicago -CBOT), resultaria no aumento ou redução de, aproximadamente, R$ 815 no valor justo do ativo biológico em 31 de dezembro de 2023. **3.2. Imposto de renda, e contribuição social diferidos:** A Companhia e suas controladas reconhecem contabilmente os tributos diferidos sobre as diferenças temporárias e sobre os saldos de prejuízo fiscal e base de cálculo negativa de contribuição social. A realização dos créditos tributários diferidos constituídos é avaliada com base em projeções de resultados futuros de cada uma das entidades, elaboradas e fundamentadas em premissas internas e em cenários econômicos futuros. **3.3. Tratamentos fiscais incertos:** De acordo com a interpretação ICPC 22, a administração avaliou os principais tratamentos fiscais adotados nos períodos em aberto sujeitos a questionamento pelas autoridades tributárias, ou seja, nos últimos 5 anos. Na avaliação da administração não foram identificados impactos da referida interpretação. **3.4. Valor justo de derivativos e outros instrumentos financeiros:** O valor justo de instrumentos financeiros que não são negociados em mercados ativos é determinado mediante o uso de técnicas de avaliação. A administração do Grupo usa seu julgamento para escolher diversos métodos e definir premissas que se baseiam principalmente nas condições de mercado existentes na data do balanço. **3.5. Taxa incremental de juros sobre arrendamentos:** A administração do Grupo estima uma taxa incremental sobre os arrendamentos considerando a taxa de juros que o arrendatário teria que pagar ao tomar recursos emprestados para a aquisição de ativo semelhante ao objeto do contrato de arrendamento, por prazo semelhante. O CPC 06 (R2) permite que a taxa incremental seja determinada para um agrupamento de contratos que possuem características similares. A obtenção desta taxa envolve um elevado grau de julgamento, e deve ser em função do risco de crédito do arrendatário, do prazo do contrato de arrendamento, da natureza e qualidade das garantias oferecidas e do ambiente econômico em que a transação ocorre. O processo de apuração da taxa, utiliza preferencialmente informações prontamente observáveis, a partir das quais deve proceder aos ajustes necessários para se chegar à sua taxa incremental de empréstimos.

4. GESTÃO DE RISCO FINANCEIRO

4.1. Fatores de risco financeiro: As atividades do Grupo estão expostas a diversos riscos financeiros: risco de mercado, risco de crédito e risco de liquidez. O Grupo possui e segue política de gerenciamento de risco, que orienta em relação a transações e requer a diversificação de transações e contrapartidas. Nos termos dessa política, a natureza e a posição geral dos riscos financeiros são regularmente monitoradas e gerenciadas a fim de avaliar os resultados e o impacto financeiro no fluxo de caixa. Também são revistos, periodicamente, os limites de crédito. A política de gerenciamento de risco do Grupo estabelecida pelo Comitê de Risco, o qual avalia o risco das posições (volumes, custos e preços) em mercadorias agrícolas de sua produção e adquiridas de terceiros, quando for o caso, nos mercados SPOT, Futuros e Opções, no Brasil e no exterior, incluindo o uso de instrumentos financeiros derivativos, e em relação aos riscos cambiais e de taxa de juros. **4.1.1. Risco de mercado:** Os riscos de mercado são protegidos de acordo com a estratégia corporativa nas condições da política de gerenciamento de riscos. O Grupo contrata derivativos para reduzir sua exposição aos riscos de mercado. **a) Risco com taxa de juros:** O risco associado é oriundo da possibilidade de o Grupo incorrer em perdas por causa de flutuações nas taxas de juros que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos captados no mercado. O Grupo tem monitorado continuamente as taxas de juros de mercado com o objetivo de avaliar a eventual necessidade de contratação de operações para proteger-se contra o risco de volatilidade dessas taxas. **b) Risco com taxa de câmbio:** O risco associado decorre da possibilidade de o Grupo incorrer em perdas por causa de flutuações nas taxas de câmbio, que reduzam valores nominais faturados ou aumentam valores captados no mercado. A ocorrência de "descompassos" de tempo e valor entre esses ativos e passivos é administrada por meio da utilização dos mecanismos de proteção ("*hedging*") disponíveis no mercado (*swap*), conforme decisão da administração da Companhia e suas controladas. **c) Risco de crédito:** A política de vendas da Companhia e suas controladas consideram o nível de risco de crédito a que estão dispostas a se sujeitar no curso de seus negócios. A diversificação de suas carteiras de recebíveis, a seletividade de seus clientes, assim como o acompanhamento dos prazos de financiamento de vendas e limites individuais de posição são procedimentos adotados a fim de minimizar eventuais problemas de inadimplência nas suas contas a receber. As vendas dos principais produtos do Grupo são centralizadas em poucos clientes, porém com boa qualidade creditícia, com baixo risco de inadimplência:

		Consolidado
Produto	**Quantidade de clientes**	**Porcentagem (*)**
Etanol	41	37%
Açúcar VHP	19	53%
Açúcar cristal	11	2%
Energia elétrica	24	5%
Soja	3	1%
Cbios	4	1%

(*) A porcentagem refere-se à representatividade de vendas centralizadas em relação às vendas totais do exercício social. As operações realizadas com a parte relacionada Adecoagro Uruguay S.A. (Nota 24), A empresa integrante do Grupo Adecoagro com sede no Uruguai, correspondem a aproximadamente 44% das vendas do Grupo (2022-22%) e são representadas principalmente, pelas vendas de açúcar VHP e cristal. **d) Risco de liquidez:** É o risco da Companhia e suas controladas não disporem de recursos líquidos suficientes para honrar seus compromissos financeiros, em decorrência de descasamento de prazo ou de volume entre os recebimentos e pagamentos previstos. Para administrar a liquidez do caixa em moeda nacional e estrangeira, são estabelecidas premissas de desembolsos e recebimentos futuros, bem como aportes de capital, sendo monitoradas diariamente pela área de Tesouraria

					Consolidado
	Menos de 1 ano	**Entre 1 e 2 anos**	**Entre 2 e 5 anos**	**Acima de 5 anos**	**Total**
Fornecedores e demais contas a pagar	533.875	2.488	273	2.026	538.662
Empréstimos e financiamentos (i)	491.652	375.659	1.734.280	1.047.614	3.649.205
Passivos de arrendamentos (ii)	280.283	381.526	976.777	1.096.749	2.735.335
Em 31 de dezembro de 2023	**1.305.810**	**759.673**	**2.711.330**	**2.146.389**	**6.923.202**

					Consolidado
	Menos de 1 ano	**Entre 1 e 2 anos**	**Entre 2 e 5 anos**	**Acima 5 anos**	**Total**
Fornecedores e demais contas a pagar	374.482	21.252	860	1.756	398.349
Empréstimos e financiamentos (i)	392.211	1.223.515	2.015.166	–	3.630.892
Passivos de arrendamentos (ii)	284.842	371.871	849.899	949.069	2.455.681
Instrumentos financeiros derivativos	–	500	–	–	500
Em 31 de dezembro de 2022	**1.051.535**	**1.617.138**	**2.865.925**	**950.825**	**6.485.422**

(i) O risco de liquidez dos empréstimos e financiamentos consideram os juros futuros projetados. (ii) O risco de liquidez dos passivos de arrendamentos desconsidera o ajuste a valor presente. **4.1.2. Risco climático:** As alterações climáticas extremas podem ocasionar mudanças bruscas nos ciclos produtivos de commodities agrícolas, por vezes gerando choques de oferta, quebras de safra, volatilidade de preços, alteração da qualidade e interrupção no abastecimento dos produtos por elas afetados. Nesse contexto, a capacidade de produção e entrega do produto pode ser adversamente afetada, gerando dificuldade ou impedimento do cumprimento das obrigações. Para mitigar esse risco a equipe agrícola do Grupo mantêm um acompanhamento diário e planeja alternativas no caso de eventos climáticos extremos. **4.2. Gestão de capital:** Os objetivos do Grupo ao administrar seu capital são os de garantir a existência de recursos suficientes para investimentos necessários para a continuidade do seu negócio e garantir a liquidez necessária para suas atividades. Condizente com outras empresas do setor, o Grupo monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida dividida pelo capital total. A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos (incluindo empréstimos de curto e longo prazo, com terceiros e partes relacionadas, conforme demonstrado no balanço patrimonial), subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa. O capital total é apurado pela soma do patrimônio líquido, conforme demonstrado no balanço patrimonial, e a dívida líquida. O índice de alavancagem financeira do Grupo, em 31 de dezembro, pode ser assim sumariado:

			Consolidado
	Nota	**2023**	**2022**
Empréstimos e financiamentos	18	2.928.149	3.067.450
Menos: caixa e equivalentes de caixa	6	(583.805)	(776.219)
Total dívida líquida		2.344.344	2.291.231
Total do patrimônio líquido	26	1.804.944	1.472.466
Total do capital		4.149.288	3.763.697
Índice de alavancagem financeira - %		56%	61%

Os passivos de arrendamento (Nota 17) não estão sendo considerados como parte da dívida líquida do Grupo, por se tratar de operação vinculada a contratos de parceria agrícola (operacional), compra de cana-de--açúcar e locação de bens e seus efeitos não impactam nos *covenants* do Grupo. **4.3. Estimativa do valor justo:** Pressupõe-se que os saldos das contas a receber de clientes pelo valor contábil, menos eventual perda (*impairment)*, estejam próximos de seus valores justos. O valor justo dos ativos financeiros, para fins de divulgação, é estimado mediante o desconto dos fluxos de caixa contratual futuros pela taxa de juros vigente no mercado, que está disponível para o Grupo com instrumentos financeiros similares. O Grupo aplica o CPC 48 para instrumentos financeiros mensurados no balanço patrimonial pelo valor justo, o que requer divulgação das mensurações do valor justo pelo nível da seguinte hierarquia de mensuração: • Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos (nível 1). • Informações, além dos preços cotados, incluídas no nível 1, que são adotadas pelo mercado para o ativo ou passivo, seja diretamente (ou seja, como preços) ou indiretamente (ou seja, derivados dos preços) (nível 2). • Inserções para os ativos ou passivos que não são baseadas nos dados adotados pelo mercado (ou seja, inserções não observáveis) (nível 3). A tabela abaixo apresenta os ativos e passivos do Grupo que são mensurados pelo valor justo em 31 de dezembro.

									Consolidado
		2023				2022			
Mensurado ao valor justo por meio do resultado	**Nota**	**Nível 1**	**Nível 2**	**Nível 3**	**Total**	**Nível 1**	**Nível 2**	**Nível 3**	**Total**
Ativos									
Instrumentos financeiros derivativos (i)	7	66.902	87.149	–	154.051	10.353	27.175	–	37.528
Ativo biológico (ii)	11	–	–	563.812	563.812	–	–	570.998	570.998
Outros investimentos	12	–	–	4.542	4.542	–	–	4.298	4.298
		66.902	87.149	568.354	722.405	10.353	27.175	575.296	612.824
Passivos									
Instrumentos financeiros derivativos (i)	7	–	482	–	482	7.964	500	–	8.464
		–	482	–	482	7.964	500	–	8.464

(i) O valor justo dos instrumentos financeiros negociados em mercados ativos é baseado nos preços de mercado, cotados na data do balanço. O preço de mercado cotado utilizado para os ativos financeiros mantidos pelo Grupo é o preço de concorrência atual. Esses instrumentos estão incluídos no nível 1. O valor justo dos instrumentos financeiros que não são negociados em mercados ativos (por exemplo, derivativos de balcão) é determinado mediante o uso de técnicas de avaliação, que maximizam o uso dos dados adotados pelo mercado. Se todas as informações relevantes exigidas para o valor justo de um instrumento forem adotadas pelo mercado, o instrumento estará incluído no nível 2. O valor justo dos ativos baseados em inserções de premissas de mercado e internas são considerados de nível 3. Dentro desse nível o Grupo considera o valor justo menos despesas de venda dos ativos biológicos (Nota 11) e alguns outros investimentos minoritários de empresas não listadas em bolsa.

5. INSTRUMENTOS FINANCEIROS POR CATEGORIA

Com base no CPC 48 - Instrumentos Financeiros, a administração avaliou quais os modelos de negócios se aplicavam aos instrumentos financeiros mantidos pela Companhia e suas controladas e os classificou nas devidas categorias da nova norma. Não houve transferência entre os níveis durante o exercício. A Companhia e suas controladas avaliam no final de cada encerramento de exercício se há evidência objetiva de que o ativo financeiro ou o grupo de ativos financeiros estão registrados por valor acima de seu valor recuperável (*impairment*). Os principais efeitos são demonstrados a seguir:

5.1. Ativo, conforme o balanço patrimonial:

Ativo, conforme o balanço patrimonial		Controladora
	2023	2022
	Custo amortizado	**Custo amortizado**
Caixa e equivalente de caixa	30	241
	30	241

			Consolidado
	Custo amortizado	**Valor justo por meio do resultado**	**Total**
Em 31 de dezembro de 2023			
Caixa e equivalentes de caixa	583.805	–	583.805
Contas a receber de clientes e demais contas a receber	127.162	–	127.162
Depósitos judiciais	11.378	–	11.378
Instrumentos financeiros derivativos	–	154.051	154.051
Outros investimentos (Nota 12)	–	4.542	4.542
	722.345	158.593	880.938
Em 31 de dezembro de 2022			
Caixa e equivalentes de caixa	776.219	–	776.219
Contas a receber de clientes e demais contas a receber	76.811	–	76.811
Depósitos judiciais	9.555	–	9.555
Instrumentos financeiros derivativos	–	37.528	37.528
Outros investimentos (Nota 12)	–	4.298	4.298
	862.585	41.826	904.411

5.2. Passivo, conforme o balanço patrimonial:

		Controladora
	2023	2022
	Custo amortizado	**Custo amortizado**
Fornecedores e outras obrigações	70	18
	70	18

			Consolidado
	Custo amortizado	**Valor justo por meio do resultado**	**Total**
Em 31 de dezembro de 2023			
Passivos de arrendamento	1.700.775	–	1.700.775
Empréstimos e financiamentos	2.928.149	–	2.928.149
Fornecedores e outras obrigações	377.337	–	377.337
Contas a pagar - processos trabalhistas (Nota 22)	2.312	–	2.312
	5.008.573	–	5.008.573
Em 31 de dezembro de 2022			
Passivos de arrendamento	1.612.414	–	1.612.414
Empréstimos e financiamentos	3.067.450	–	3.067.450
Instrumentos financeiros derivativos	–	8.464	8.464
Fornecedores e outras obrigações	275.101	–	275.101
Contas a pagar - processos trabalhistas (Nota 22)	2.084	–	2.084
	4.957.049	8.464	4.965.513

5.3. Análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros: A análise de sensibilidade das variações dos ativos e passivos financeiros apresentou a exposição ao risco específico de cada tipo de instrumento financeiro, levando em conta o fator de risco a que cada um está exposto (taxa de câmbio, taxa de juros ou precificação) e considerando três possíveis cenários de variação (5%, 25% ou 50%).

				Consolidado
		Impactos no resultado		
	Fator de risco	**Cenários prováveis a 5%**	**Cenários possíveis a 25%**	**Cenários possíveis a 50%**
Caixa e bancos - no exterior (US$)	Queda na taxa de câmbio R$/US$	(21.450)	(107.251)	(214.501)
Aplicações financeiras	Queda na curva de juros CDI	386	1.732	3.863
Contas a receber de clientes (US$)	Queda na taxa de câmbio R$/US$	(624)	(3.121)	(6.241)
Empréstimos e financiamentos	Alta na taxa de câmbio R$/US$	(377)	(1.883)	(3.765)
Empréstimos e financiamentos	Alta na curva de juros IPCA	(4.212)	(21.060)	(42.120)
Instrumentos financeiros derivativos:				
Futuros de açúcar (i)	Alta no preço da commoditie R$/US$	(17.121)	(85.607)	(171.213)
Contratos de swap	Alta na curva de juros IPCA	2.815	14.176	28.614
Contratos de swap	Alta na curva de juros CDI	29	146	287

(i) Refere-se aos instrumentos financeiros contratados como cobertura dos estoques e/ou da safra 2024.

5.4. Instrumentos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes:

		Consolidado
	2023	**2022**
Instrumentos de h*edge accounting* (i):		
Empréstimos em moeda estrangeira com variação cambial em dólar - liquidado (ii)	1.822.870	805.930
Empréstimos em moeda estrangeira com variação cambial em dólar - não liquidado	1.774.821	2.158.376
	3.597.691	2.964.306
Instrumentos financeiros (não derivativos):		
Variação cambial de financiamentos	459.026	267.224
Variação cambial de financiamentos reflexa	28.233	7.720
	487.259	274.944
Tributos diferidos sobre os itens acima	(165.668)	(93.480)
	321.591	181.464

(ii) São designados para *hedge accounting* apenas o principal das dívidas em moeda estrangeira. (iii) O Grupo possui dívidas que foram designadas como *hedge accounting* na data de início de cada relação da *hegde* para proteção da variação cambial das receitas de exportação prováveis futuras (objeto de *hedge)*, porém que tiveram sua liquidação financeira antecipada. Neste caso, considerando que a receitas futuras continuam prováveis e que a relação de *hedge* continua efetiva. O Grupo, conforme previsto no CPC 48, mantém o saldo acumulado da variação cambial atrelado a tais dívidas liquidadas represado no patrimônio líquido (ajuste de avaliação patrimonial), que será reciclado ao resultado no momento em que a receita de exportação for efetivada.

6. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com realização em até três meses, e com risco insignificante de mudança de valor, sendo o saldo apresentado líquido de saldos de contas garantidas na demonstração dos fluxos de caixa.

	Controladora		Consolidado	
	2023	**2022**	**2023**	**2022**
Caixa e bancos - no Brasil	26	11	6.600	6.737
Caixa e bancos - no exterior (dólar norte americano)	–	–	457.531	570.377
Total de caixa e bancos	26	11	464.131	577.114
CDB (i)	4	230	13.636	23.290
Operações compromissadas (ii)	–	–	106.038	175.815
Total de aplicações financeiras	4	230	119.674	199.105
Total de caixa e equivalentes de caixa	30	241	583.805	776.219

(i) Na Companhia e suas controladas referem-se aplicações com remuneração entre 25.94% e 85.05% da variação do Certificado de Depósito Interbancário - CDI (2022 - com remuneração entre 96% e 103% da variação do CDI), com liquidez imediata e sem risco de mudança de valor. (ii) Referem-se às aplicações com remuneração entre 65% e 85% da variação do Certificado de Depósitos de Interbancário (CDI) (2022 - com remuneração entre 65% e 75% da variação do CDI), com liquidez imediata e sem risco de mudança de valor.

7. INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS (CONSOLIDADO)

Os instrumentos financeiros derivativos são mantidos para negociação e são classificados no ativo ou passivo circulante e não circulante conforme o prazo de liquidação.

Operações em aberto				Consolidado
	2023		2022	
	Ativo	**Passivo**	**Ativo**	**Passivo**
Operações com *commodities*:	–	–	–	–
Margem enviada a corretoras (i)	–	–	10.353	–
Contratos de futuros e *OTC*- açúcar (ii)	66.902	–	–	7.964
Operações com financiamentos:				
Swap de indexadores (iii)	87.149	482	27.175	500
	154.051	482	37.528	8.464
Circulante	–	(133.907)	–	(98.442)
Não Circulante	154.051	(133.425)	37.528	(89.978)

(i) Margem enviada a corretoras que garantem a posição Ativa, sem disponibilidade imediata. (ii) As operações com contratos futuros de açúcar foram contratadas pelo Grupo com o objetivo de proteção dos preços das respectivas commodities agrícolas no mercado futuro dos estoques e safra futura. Em 31 de dezembro de 2023, refere-se a 3.085 contratos futuros de açúcar e 2.200 contratos com operações *Over The Counter* "OTC". (2022 - 1.950 contratos futuros, e não possuía operação com OTC), em valor (*notional*) de US$ 79.404.049 contratos futuros de açúcar e US$ 55.693.394 operação com OTC (2022 - US$ 3.497.237 Futuros açúcar, e não possuía operação com OTC), referente a 156.718 toneladas Futuros açúcar e 111.760 OTC. (2022 - 99.060 toneladas futuros açúcar, e não possuía operações OTC). (iii) Em dezembro de 2020, a controladora "AVI", celebrou uma operação de *swap* de taxa de juros com o Itaú BBA no valor total de R$ 400.000. Nessa operação o Grupo recebe IPCA mais 4,24% ao ano e paga CDI mais 1,85% ao ano. Esse *swap* está vinculado às debêntures de emissão do Grupo, com pagamentos de juros semestralmente até dezembro de 2026 e do principal anualmente a partir de dezembro de 2024. Em abril de 2022, a controladora "UMA", celebrou uma operação de *swap* de taxa de juros com o Itaú BBA no valor total de R$ 20.000. Nessa operação o Grupo recebe a taxa de juros variável denominada em CDI (taxa de juros flutuante interbancária em Reais), mais uma taxa pré-fixada de 1,29% a.a. e paga taxa fixa de 13,23% a.a. Esse *swap* vence em parcela única em março de 2024.

8. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES E DEMAIS CONTAS A RECEBER (CONSOLIDADO)

As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber pela venda de mercadorias ou prestação de serviços no curso normal das atividades do Grupo. O Grupo mantém as contas a receber de clientes com o objetivo de arrecadar fluxos de caixa contratuais e, portanto, essas contas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa efetiva de juros, deduzidas das provisões para perdas. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante.

		Consolidado
Contas a receber clientes:	**2023**	**2022**
Clientes nacionais (i)	116.219	77.041
Clientes estrangeiros (ii)	4.960	397
Menos: provisão para *impairment* de contas a receber de clientes (iii)	(1.871)	(1.562)
Partes relacionadas (Nota 24)	7.854	935
	127.162	76.811
Circulante	(115.280)	(76.811)
Não Circulante	11.882	–

Os saldos em aberto são realizáveis no curto prazo e a análise sobre esses títulos não revelou expectativas de perdas em montante superior ao valor já provisionado. Os dias de vencimento dos clientes são segregados conforme abaixo:

Período	A vencer				Vencidos		
	Até 30	Entre 30-60	Entre 60-90	Após 90	Até 30	Entre 30-60	Após 90
2023	10.187	4.984	55.887	18.121	7	9	19.919
2022	8.177	16.400	–	4.050	544	118	24.542

(i) Em 31 de dezembro de 2023, o Grupo possui contas a receber com a parte relacionada "AAB" R$ 308 (2022 - R$ 2) e com a "AAP" R$ 24 (Nota 24). Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia possui contas a receber referente as vendas de créditos de ICMS para Taurus Distribuidora de Petróleo Ltda no montante de R$ 16.241 (2022 - R$ 16.709). (ii) Em 31 de dezembro de 2023, a controlada "UMA" possui o montante de R$ 7.038 (2022 R$ 180) a receber com a parte relacionada Adecoagro Uruguay S.A., e "MET" R$ 484 (2022 R$ 140) a receber da parte relacionada Adeco Agropecuária S.A. (Nota 24). (iii) As operações são provisionadas através do modelo de perda esperada e conforme as políticas de *impairment* do Grupo (Nota 2.4.3).

9. ESTOQUES (CONSOLIDADO)

Os estoques do Grupo são demonstrados ao custo médio das compras ou produção, se inferior ao valor líquido de realização, é constituída provisão para desvalorização desses estoques a mercado. O valor líquido de realização é o preço de venda estimado no curso normal dos negócios, menos os custos estimados de conclusão e os custos estimados necessários para efetuar a venda, aplicados a venda da produção agrícola. O Grupo utiliza o método de custeio por absorção para a produção industrial e o valor líquido de realização para a produção agrícola.

>>> **ADECOAGRO BRASIL PARTICIPAÇÕES S.A.**

	Consolidado	
Produto acabado:	2023	2022
Etanol anidro	132.731	64.903
Etanol hidratado	338.570	269.372
Açúcar VHP	133.515	103.582
Açúcar cristal	8.514	15.057
Açúcar orgânico	4.123	6.218
CBIOs (i)	3.770	6.126
Oleo Diesel	1.006	–
Biodiesel	286	–
Álcool saneante	163	178
Provisão para perda ao valor realizável líquido dos estoques (ii)	(7.156)	(2.575)
	615.522	462.861
Insumos agrícolas	42.085	51.339
Combustíveis e lubrificantes	5.306	5.677
Materiais auxiliares, de manutenção e outros	67.636	87.232
Provisão para perda ao valor realizável líquido dos estoque	(8.170)	(1.176)
	722.379	605.933

(i) O programa Renovabio "CBIO", faz parte da política nacional de biocombustíveis instituída pelo Governo Federal através da Lei 13.576/2017 e regulamentado pelo Ministério de Minas e Energia através da Portaria 419/2019. Para obtenção do crédito e sua disponibilização para venda, as companhias necessitam da certificação, a qual estabelece as métricas para conversão do biocombustível vendido em CBIO realizada por entidade certificadora independente. Após as vendas dos produtos e escrituração dos créditos por órgão específico (SERPRO), são negociados em bolsa de valores ("B3"). Os CBIOs são registrados a valor justo nos estoques quando do seu reconhecimento inicial em contrapartida ao custo das vendas do etanol, e então ficam subsequentemente mensurados a custo ou valor realizável líquido (dos dois o menor) até serem vendidos. Quando negociados são baixados em contrapartida ao custo das vendas de CBIOs, e a receita de venda classificada como receita de contrato com clientes em contrapartida a caixa e equivalentes de caixa. (ii) No Grupo a provisão para perda ao valor realizável líquidos dos estoques, refere-se a CBIOS, etanol, álcool saneante e biodiesel e é utilizada para reduzir o valor do estoque quando for inferior ao valor mercado, com base nas vendas futuras ou na melhor expectativa de realização. Os estoques de produtos acabados têm a seguinte composição em quantidade:

	Consolidado	
	2023	2022
Etanol anidro - metros cúbicos	50.910	25.127
Etanol hidratado - metros cúbicos	135.790	109.563
Açúcar VHP - toneladas	71.608	64.060
CBIOs	37.232	78.354
Açúcar cristal - toneladas	5.083	8.362
Açúcar orgânico - toneladas	1.834	2.730
Oleo Diesel - metros cúbicos	209	–
Biodiesel - metros cúbicos	53	–
Álcool saneante - toneladas	28	19

10. TRIBUTOS A RECUPERAR

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Imposto sobre circulação de mercadorias e serviços - ICMS (i)	–	–	199.201	165.456
PIS - COFINS (iii)	–	–	13.059	32.552
Reintegra - PIS/COFINS (iv)	–	–	1.747	1.541
Imposto sobre produto industrializado - IPI (vi)	–	–	1.103	712
Contribuição ao instituto nacional de seguridade social - INSS (v)	–	–	983	1.632
Imposto de renda retido na fonte - IRRF (ii)	5	5	696	2.940
Imposto de renda da pessoa juridica - IRPJ	27	25	86	289
Contribuição social sobre lucro - CSLL	–	–	5	32
Impairment créditos fiscais de ICMS (i)	–	–	(16.196)	(18.000)
	32	30	200.684	187.154
Circulante	(32)	(30)	(82.137)	(91.076)
Não circulante	–	–	118.547	96.078

A expectativa de realização dos créditos tributários de longo prazo é a seguinte:

	Consolidado	
	2023	2022
2024		54.103
2025	47.108	38.622
2026	48.231	3.353
2027	23.208	–
	118.547	96.078

(i) O ICMS a recuperar será compensado com os débitos apurados nas vendas de etanol hidratado no mercado interno, com o Difal na compra de materiais de uso e consumo ou imobilizado, na venda de etanol anidro tributado ou pela venda a terceiros. Os créditos de ICMS relacionados aos imobilizados serão utilizados na proporção determinada pela legislação fiscal aplicável. O *Impairment* dos créditos de ICMS, refere-se ao deságio que o Grupo espera aplicar como desconto nas negociações de venda dos créditos fiscais de ICMS. Esses créditos estão sendo negociados com empresas do Estado do Mato Grosso do Sul, que possuam débitos de ICMS. (ii) O IRRF - Imposto de Renda Retido na Fonte são decorrentes de antecipações realizadas por instituições financeiras, relacionado a operações de aplicações financeiras (rendimentos). O IRRF será utilizado para compensações de outros tributos federais administrados pela Receita Federal, sendo que a compensação somente pode ser realizada após a transmissão da ECF - Escrituração Fiscal Digital do Grupo. (iii) O PIS - COFINS se refere a créditos vinculados, substancialmente, à operação de aquisição de insumos, e pode ser utilizado na dedução de PIS-COFINS incidentes em vendas com saídas tributáveis e a parte vinculada à exportação e à receita com produto tributado à alíquota zero, pode ser utilizada para compensação de outros tributos administrados pela Receita Federal. (iv) O REINTEGRA é vinculado às operações de exportação, esse crédito será utilizado para compensação de outros tributos federais administrados pela Secretaria da Receita Federal. (v) O INSS - sobre venda futura de Etanol, Energia e Açúcar cujas remessas ainda não se efetivaram. (vi) O IPI - créditos vinculados a compra de insumos para industrialização do Açúcar Cristal tributado à alíquota zero, após a transmissão dos pedidos de ressarcimento, os valores serão utilizados para compensação de outros tributos federais administrados pela Secretaria da Receita Federal.

11. ATIVO BIOLÓGICO (CONSOLIDADO)

• **Cana-de-açúcar:** Em 31 de dezembro de 2023, o Grupo possuía área total cultivável de 181.647 hectares (2022 - 176.038 hectares) de terras cultiváveis no estado do Mato Grosso do Sul e 17.101 hectares (2022 16.949) no estado de Minas Gerais, totalizando 198.747 hectares (2022 - 192.987) em terras de parceria agrícola. Essa cana-de-açúcar é utilizada como matéria-prima no processo industrial para a fabricação de açúcar, etanol e energia. Em 2023 na controlada "UMA", as atividades de cana orgânica foram descontinuadas e o canavial incorporado ao canavial de cana convencional. Em 2022 - 1.196 hectares foram destinados para o cultivo de cana orgânica. As áreas cultiváveis totais, incluem as áreas plantadas constantes no ativo biológico e as áreas disponíveis para plantio. O cultivo da cana-de-açúcar é iniciado pelo plantio de mudas em terras de terceiros sendo mensurado a custo, durante o estágio de brotação a planta emerge do solo e tem o seu crescimento biológico passando ser mensurado desde esse momento a valor justo. O primeiro corte ocorre após um período de 12 a 18 meses do plantio, quando a cana é cortada e a raiz ("soqueira") continua no solo. Após cada corte ou ano/safra, a soqueira tratada cresce novamente, e produz em média seis safras. Quando existem terras próprias as lavouras plantadas e as plantas portadoras, são classificadas no ativo imobilizado e não integram o valor justo menos despesas de venda dos ativos biológicos, exceto quanto a inclusão do custo de oportunidade destes ativos contributórios no fluxo de caixa descontado para mensuração do ativo (Nota 3.1). • **Grãos:** Em 31 de dezembro de 2023, as lavouras de soja e milho são mensuradas pelo valor justo menos as despesas de vendas, a partir do momento que possuir transformação biológica significativa. A controlada "AVI" possui áreas cultiváveis em terras de parceria agrícola em cerca de 7.445 hectares de soja (2022 - 5.438 hectares) e (2022 - 138 hectares) e sua controlada "UMA" possui 452 hectares de soja (2022 - 367 hectares) no estado de Minas Gerais. (Nota 11.1.2). **11.1. Principais premissas utilizadas na mensuração do valor justo menos despesas de venda dos ativos biológicos: 11.1.1. Modelo e premissas da cana-de-açúcar:** (i) Entradas de caixa obtidas pela multiplicação da (i) produtividade estimada para a área plantada dos canaviais; (ii) quantidade de ATR (Açúcar Total Recuperável) por tonelada de para a cana-de-açúcar, e (iii) do preço estimado do mercado futuro do quilo do ATR, (iv) curva US$ futuro. (ii) Saídas de caixa representadas pela estimativa de (i) custos necessários para os tratos culturais futuros até o momento da colheita (ii) custo de capital (parceria agrícola para utilização de terras, máquinas e equipamentos e mão de obra, (iii) custo de oportunidade da planta portadora (ativo contributório) e (v) taxa de desconto. Com base na estimativa de receitas e custos, o Grupo determina os fluxos de caixa dos 12 meses futuros a serem gerados e traz os correspondentes valores a valor presente, considerando uma taxa de desconto, compatível para remuneração do investimento nas circunstâncias. As variações do valor justo são registradas na rubrica de ativos biológicos e tem como contrapartida a rubrica de "Variação do valor justo dos ativos biológicos e produtos agrícolas" no resultado do exercício. O modelo e as premissas utilizados na determinação do valor justo representam a melhor estimativa da administração na data das demonstrações financeiras e são revisados a cada apresentação e, se necessário, ajustados.
As principais premissas foram utilizadas na determinação do referido valor:

	Consolidado	
	31 de dezembro de 2023	31 de dezembro de 2022
Área total estimada de colheita (ha)	172.157	167.097
Produtividade prevista (ton/ha)	79,96	79,45
Quantidade de ATR por ton. de cana-de-açúcar (kg)	130,00	131,0
Preço médio projetado de ATR (R$)	1,24	1,16

A taxa de desconto (antes dos impostos) utilizada para o cálculo do valor justo destes ativos biológicos considera a taxa do CDI + spread de 2,5%. Em 31 de dezembro de 2023, essa taxa é de 14,44% a.a. (2022 - 16,49% a.a.). **11.1.2. Modelo e premissas dos grãos:** Quando houver transformação biológica relevante dos ativos biológicos (grãos), a Companhia considera no modelo premissas utilizadas na determinação do valor justo que representam a melhor estimativa da administração na data das demonstrações financeiras, os quais são revisados a cada apresentação das demonstrações financeiras e, se necessário, ajustados. (i) Entradas de caixa obtidas pela multiplicação da (i) produção estimada medida em sacas de 60 quilos para milho e soja, e (ii) do preço do mercado futuro de cada produto e (iii) curva US$ futuro. (ii) Saídas de caixa representadas pela estimativa de (i) custos necessários para que ocorra a transformação biológica das culturas até a colheita, (ii) custos com a colheita, (iii) custo de capital (parceria agrícola para utilização de terras, mão de obra e de máquinas e equipamentos), e (iv) taxa de desconto. Com base na estimativa de receitas e custos, são determinados os fluxos de caixa futuros a serem gerados e trazidos os correspondentes valores a valor presente, considerando uma taxa de desconto, compatível para remuneração do investimento nas circunstâncias. As variações do valor justo são registradas na rubrica de ativos biológicos e tem como contrapartida a rubrica de "Varação do valor justo dos ativos biológicos e produtos agrícolas colhidos" no resultado do exercício. O modelo e as premissas utilizados na determinação do valor justo representam a melhor estimativa da administração na data das demonstrações financeiras e são revisados a cada apresentação das demonstrações financeiras e, se necessário, ajustados. As principais premissas foram utilizadas na determinação do referido valor:

	Consolidado	
Área total estimada de colheita (ha)	31 de dezembro de 2023	31 de dezembro de 2022
Área de soja com crescimento de ativo biológico significativo	2.703	2.317
Área de soja sem crescimento de ativo biológico significativo	5.194	3.488
Área de milho com crescimento de ativo biológico significativo	–	138
	7.897	5.943

(i) As lavouras plantadas no final do exercício que não apresentaram crescimento biológico significativo na data das demonstrações financeiras, foram avaliadas ao custo de plantio e manutenção, uma vez que esse montante se aproxima do seu valor justo. A taxa de desconto utilizada para o cálculo do valor justo destes ativos biológicos considera a taxa do CDI + spread de 2,5%. Em 31 de dezembro de 2023, essa taxa é de 14,44% a.a. (2022 - 16,49% a.a.).

11.2. Movimentação do valor justo dos ativos biológico:

						Consolidado
			2023			2022
	Cana (i)	Grãos	Total	Cana (i)	Grãos	Total
Custo histórico	378.096	21.714	399.810	362.168	36.893	399.061
Valor justo	167.601	3.587	171.188	(2.984)	1.963	(1.021)
Saldo inicial em 1º de janeiro	**545.697**	**25.301**	**570.998**	**359.184**	**38.856**	**398.040**
Tratos culturais (i)	402.281	38.252	440.533	378.166	42.597	420.763
Depreciação direito de uso/parceria agrícola (ii)	288.732		288.732	241.702		241.702
Reduções decorrentes da colheita (iii)	(1.165.734)	(50.190)	(1.215.924)	(982.750)	(57.549)	(1.040.299)
Variação no valor justo dos ativos biológicos e produtos agrícolas (iv)	474.276	5.197	479.473	549.394	1.398	550.792
Saldo final de ativos biológicos:	**545.252**	**18.560**	**563.812**	**545.696**	**25.302**	**570.998**
Composto por:						
Custo histórico	437.707	22.305	460.012	378.166	21.715	399.881
Valor justo	107.545	(3.745)	103.800	167.530	3.587	171.117
Saldo final de ativo biológicos	**545.252**	**18.560**	**563.812**	**545.696**	**25.302**	**570.998**

(i) Refere-se a tratos culturais de cana soca capitalizados no ano, a serem apropriados no ano seguinte, conforme o avanço da colheita. (ii) Os custos incorridos no ativo biológico de produção incluem os relacionados a cana de parceiros agrícolas. Esses custos, consideram os contratos de parceria incluídos na norma CPC 06 R2, os quais impactaram o ativo através da depreciação do direito de uso, como também os custos de compra de cana de contratos de parceria pura, ou seja, os que não estão enquadrados na norma. (iii) Em 31 de dezembro de 2023, do valor total da redução do ativo biológico decorrente da colheita de cana de açúcar do Grupo é no montante de R$ 1.165.734 (2022 - R$ 982.750), o montante de R$ 1.121.933 (2022 - R$ 945.852) compõe o custo de produção industrial e o montante de R$ 43.741 (2022 - R$ 36.898) foi capitalizado como custo da planta portadora no "Ativo imobilizado". (iv) A variação no valor justo menos despesas de venda dos ativos biológicos e produtos agrícolas colhidos se refere ao resultado apurado na valorização do ativo biológico no momento da colheita, registrado no resultado do exercício em contrapartida do custo da cana-de-açúcar colhida que integrará o custo de produção do açúcar e do etanol, mais o resultado apurado na valorização a mercado do ativo biológico não colhido. Em 31 de dezembro de 2023 o Grupo teve ganhos de R$ 534.275 pela cana colhida e perda de (R$ 59.899) pela cana não colhida e ganhos de R$ 5.197 pelos grãos colhidos (2022 - ganhos de R$ 378.824 pela cana colhida e ganho de R$ 170.570 pela cana não colhida e ganhos de R$ 1.398 pelos grãos colhidos).

12. OUTROS ATIVOS

		Controladora	Consolidado
	2023	2023	2022
Adiantamentos de salários	–	6.430	5.142
Adiantamentos a fornecedores (i)	39	24.387	26.164
Adiantamentos a parceiros agrícolas (ii)	–	12.702	10.371
Adiantamento de lucros	–	–	233
Despesas antecipadas (iii)	–	41.542	18.255
Outros investimentos (iv)	–	4.542	4.298
	–	–	1.117
	39	89.603	65.580
Circulante	(39)	(64.376)	(40.312)
Não circulante	–	25.227	25.268

(i) Os adiantamentos efetuados a fornecedores de materiais de cana-de-açúcar, são demonstrados ao custo. (ii) Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, o Grupo realizou adiantamentos a parceiros agrícolas contratados, mas onde a área cultivável (ativo subjacente) ainda estava pendente de transferência de posse pelo parceiro agrícola. (iii) O Grupo possui despesas antecipadas referente a apropriação com despesas com exportação de açúcar, etanol, royalties sobre variedades de muda de cana plantada (Centro de Tecnologia Canavieira - CTC), Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural - ITR, IPVA e licenciamentos de veículos, seguros de veículos, máquinas, equipamentos e edifícios entre outros. (iv) O Grupo possui investimento não relevante no Centro de Tecnologia Canavieira S.A "CTC" demonstrado ao valor justo. Em 2023, o "CTC" realizou a reorganização de ações alterando o montante de ações de 3.605 para 1.442.000 ações ordinárias, equivalente a 0,45% de participação (2022 - o Grupo possuía 3.605 ações, equivalente a 0,47%).

13. INVESTIMENTOS (CONTROLADORA)

Os investimentos em sociedades controladas e coligadas são avaliados pelo método da equivalência patrimonial nas demonstrações financeiras individuais da Companhia. As demonstrações financeiras individuais das controladas (Nota 2.2) foram preparadas pela Administração da Companhia e foram aprovadas em 28 de março de 2024 e 10 de abril de 2024.

13.1. Informações sobre as investidas:	Milhares de ações	Participação societária	Patrimônio líquido	Lucro líquido
Em 31 de dezembro de 2023				
Controlada:				
Adecoagro Vale do Ivinhema S.A.	1.336.865	100%	1.804.374	309.769
Em 31 de dezembro de 2022				
Controlada:				
Adecoagro Vale do Ivinhema S.A.	1.336.865	100%	1.471.561	397.843

13.2. Movimentação dos investimentos em controladas:

	Adecoagro Vale do Ivinhema S.A.
Em 1º de janeiro de 2022	1.298.571
Participação nos lucros de controladas	397.843
Participação nos outros resultados abrangentes de controladas	181.464
Distribuição de dividendos	(433.633)
Em 31 de dezembro de 2022	1.444.245
Em 1º de janeiro de 2023	1.444.245
Participação nos lucros de controladas	309.770
Participação nos outros resultados abrangentes de controladas	321.591
Distribuição de dividendos	(284.849)
Em 31 de dezembro de 2023	1.790.757

14. IMOBILIZADO

Edifícios, equipamentos, plantas portadoras, dependências e benfeitorias, instalações industriais, máquinas e equipamento de informática e comunicação, móveis, utensílios, veículos e outros, são demonstrados pelo custo histórico, menos depreciação acumulada. As terras e terrenos são demonstrados pelo custo histórico e não são depreciados. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens, inclusive os custos de financiamento relacionados com a aquisição de ativos qualificáveis, capitalizados durante o período necessário para executar e preparar o ativo para o uso pretendido. Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados ao item e que o custo do item possa ser mensurado com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídas é baixado. A depreciação é calculada usando o método linear, de acordo com as taxas médias estimadas, para alocar seus custos aos seus valores residuais durante a vida útil estimada, com exceção das plantas portadoras, cujo método é de produtividade ao longo da vida útil. A depreciação é reconhecida na demonstração do resultado como custo das vendas, despesas com vendas e administrativas. A vida útil do ativo imobilizado é revisada, no mínimo anualmente. Os valores residuais e a revisão da vida útil dos ativos são baseados na utilização econômica do bem. A alteração da estimativa de vida útil ou do valor residual é reconhecida prospectivamente como mudança de estimativa contábil. O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado para seu valor recuperável se o valor contábil do ativo for maior do que seu valor recuperável estimado. Os ganhos e as perdas de alienações são determinados pela comparação dos resultados com o valor contábil e são reconhecidos em "Outras receitas e despesas, líquidas", na demonstração do resultado. Anualmente, durante o período de entressafra das controladas "AVI" e "UMA", a indústria de açúcar, etanol e energia e os equipamentos agrícolas são restaurados como parte de programa de manutenção regular. Os custos relacionados "manutenção de entressafra" e a depreciação desses bens durante o período de entressafra são classificados como ativo imobilizado e apropriados ao custo de produção na próxima safra. O custo atribuído dos bens do ativo imobilizado, líquido dos efeitos tributários, na data base de 1º de janeiro de 2009, são reconhecidos com base no disposto no CPC 27 e ICPC 10.

14.1. Consolidado:

	Terras e terrenos	Plantas Portadoras	Edifícios, dependências e benfeitorias	Instalações industriais	Equipamentos de informática e de comunicação	Máquinas e equipamentos	Móveis e utensílios, instrumentos e ferramentas	Veículos	Obras em andamento (i)	Imobilizado total
Em 1º de janeiro de 2022	**5.509**	**1.250.220**	**262.709**	**307.874**	**6.533**	**686.388**	**23.966**	**38.932**	**28.063**	**2.610.194**
Adições (ii)	–	581.325	13.734	2.791	3.525	75.224	2.434	4.170	97.589	780.792
Gastos com manutenção de entressafra (iii)	–	–	9.977	29.623	662	189.719	1.557	28.817	–	260.355
Baixas	–	–	–	–	(34)	(4.486)	(198)	(1.429)	–	(6.147)
Transferências para tributos a recuperar (iv)	–	–	–	–	–	(827)	–	–	–	(827)
Transferências	1.957	9	20.930	32.627	(877)	33.111	(853)	(145)	(86.759)	–
Depreciação (v)	–	(362.019)	(51.286)	(53.734)	(2.747)	(309.635)	(4.608)	(37.325)	–	(821.354)
Em 31 de dezembro de 2022	**7.466**	**1.469.535**	**256.064**	**319.181**	**7.062**	**669.494**	**22.298**	**33.020**	**38.893**	**2.823.013**
Custo total	7.466	3.622.810	523.202	654.131	32.787	2.545.358	50.551	336.565	38.893	7.811.763
Depreciação acumulada	–	(2.153.275)	(267.138)	(334.950)	(25.725)	(1.875.864)	(28.253)	(303.545)	–	(4.988.750)
Valor residual	**7.466**	**1.469.535**	**256.064**	**319.181**	**7.062**	**669.494**	**22.298**	**33.020**	**38.893**	**2.823.013**
Em 1º de janeiro de 2023	**7.466**	**1.469.535**	**256.064**	**319.181**	**7.062**	**669.494**	**22.298**	**33.020**	**38.893**	**2.823.013**
Adições (ii)	–	719.544	9.225	2.678	2.899	176.910	2.443	12.605	113.547	1.039.851
Gastos com manutenção de entressafra (iii)	–	–	7.878	23.396	522	149.857	1.230	22.766	–	205.649
Baixas	–	–	(4.191)	(9.537)	(22)	(7.612)	(7.429)	(1.996)	–	(30.787)
Transferências para tributos a recuperar (iv)	–	–	–	–	–	(1.456)	–	–	–	(1.456)
Transferências	3	44.226	(20.368)	17.544	73	61.586	(313)	(400)	(102.351)	–
Depreciação (v)	–	(417.246)	(44.026)	(54.191)	(3.156)	(310.138)	(4.323)	(34.432)	–	(867.512)
Impairment	(162)	–	–	(724)	(2)	–	–	–	–	(888)
Em 31 de dezembro de 2023	**7.307**	**1.816.059**	**204.582**	**298.347**	**7.376**	**738.641**	**13.906**	**31.563**	**50.089**	**3.167.870**
Custo total	7.307	4.386.580	454.478	518.935	25.646	1.749.325	32.905	159.310	50.089	7.384.575
Depreciação acumulada	–	(2.570.521)	(249.896)	(220.588)	(18.270)	(1.010.684)	(18.999)	(127.747)	–	(4.216.705)
Valor residual	**7.307**	**1.816.059**	**204.582**	**298.347**	**7.376**	**738.641**	**13.906**	**31.563**	**50.089**	**3.167.870**
Taxa anual de depreciação - %		17%	10%	5%	19%	11%	15%	24%		

14.2. Comentários sobre o imobilizado: (i) Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, as obras em andamento e os adiantamentos a fornecedores referem-se à ampliação da capacidade de produção e à renovação de equipamentos, maquinarias e instalações nas unidades industriais do Grupo. (ii) Com a adoção do CPC 06 (R2), os custos da planta portadora passaram a incluir também a adição das depreciações do direito de uso e sua respectiva capitalização de juros dos contratos de parceria agrícolas, exclusivamente para os gastos realizados durante o período de formação da lavoura, tanto nos casos de expansão como de renovação. (iii) As despesas com depreciação que impactaram no resultado ficaram refletidas nas rubricas: "Custos de produção, despesas com vendas, administrativas", e para fins de apresentação da demonstração dos fluxos de caixa são considerados 100% como ajuste no lucro nas atividades operacionais (Nota 31). (vi) No exercício de 2023, o Grupo reclassificou para o custo de aquisição dos bens do ativo imobilizado o montante de R$ 1.456 (2022 - R$ 1.611) no grupo como tributos a recuperar, que corresponde aos créditos de ICMS dos bens utilizados na fabricação de produtos não abrangidos pelo benefício fiscal do crédito presumido, na proporção de suas respectivas vendas. (v) Em 25 de novembro de 2022, a controlada "AVI" integralizou o capital social de sua controlada "AEL" por meio de máquinas e equipamentos e instalações industriais no montante de R$ 6.907. (vi) Em 2023 os bens do imobilizado estão livres de garantias. Em 2022 os financiamentos BNDES FINAME e FINEM estavam garantidos por bens do ativo imobilizado no valor de R$ 1.996, contratos de exportação de açúcar e aval de empresas do Grupo e de diretores. (vii) Em 2023 os Gastos com manutenção entressafra estão alocados entre classes para melhor apresentação dos saldos. (2022 foi realizado para fins comparativos).

15. INTANGÍVEL (CONSOLIDADO)

Os *softwares* adquiridos são capitalizados com base nos custos incorridos para adquiri-los, acrescido dos gastos para fazer com *que* estejam prontos para ser utilizados. Esses custos são amortizados durante sua vida útil estimada de cinco anos. Os custos associados à manutenção de *softwares* são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. Os custos de certificação são capitalizados e amortizados conforme seus prazos de validade. As aquisições de marcas e patentes são capitalizadas. Os custos com marcas não são amortizados e as patentes são amortizadas pelo seu período de validade. Em agosto de 2022, como parte do processo de compra de participação societária da "MET", a controlada "AVI" também adquiriu 50% da patente de metanização de gás na qual a "MET" detém em conjunto com a controlada "AVI", com validade até 2036. O processo de metanização consiste em capturar o gás metano dos resíduos industriais do processamento da cana de açúcar e transformá-lo em produto para comercialização ou utilização pela controlada "AVI". O ágio da controlada "AVI" (R$ 8.089) está fundamentado na rentabilidade futura estimada com base na instalação da unidade produtiva de Ivinhema que não sofreu amortização contábil, mas começou a ser amortizado para fins fiscais a partir de maio de 2013, após o início de suas atividades produtivas e já utilizou totalmente o benefício fiscal. O ágio da controlada "UMA" (R$ 5.604) está fundamentado na rentabilidade futura. O ágio foi amortizado até 31 de dezembro de 2008 e, após aquela data, não sofreu amortização contábil, somente fiscal até a completa utilização do benefício fiscal. Contabilmente o ágio é testado anualmente para verificar perdas por impairment comprovando que o valor contábil é recuperável. Uma perda por impairment é reconhecida quando o valor contábil do item do ágio excede seu valor recuperável, sendo deduzido do valor de custo. Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, o Grupo não registrou perdas por impairment. Em 30 de setembro de 2023 e 2022 o Grupo realizou testes de *impairment* do ágio, o qual o valor contábil da UGC apresentou- se abaixo do seu valor recuperável, portanto sem indicativos de não recuperabilidade. Para fins de avaliação do *impairment*, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existem fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa (UGC)). O Grupo possui duas UGC's: (i) as unidades da controlada "AVI": Angélica e Ivinhema; (ii) a unidade industrial da controlada "UMA". O Grupo utilizou o modelo de "valor em uso" para realizar o teste de *impairment* das UGC's de "AVI", "UMA", testado anualmente. "AEN", "AEL", "MET" e "MAC" por não possuir ágio alocado, foi avaliado e não identificado indicativos de *impairment*. As principais premissas e estimativas envolvidas são os preços de vendas dos produtos (açúcar, etanol e energia), custos relacionados e demais dados produtivos e de mercado. Principais premissas utilizadas pelo Grupo:

Controlada	Unidades geradores de caixa	Ágio alocado (Nota 15)	Taxa de crescimento nominal para perpetuidade	Taxa de desconto nominal
UMA	Usina Monte Alegre	5.604	0,5%	5,18%
AVI	Usinas Angélica e Ivinhema	8.089	0,5%	5,18%

Em atendimento ao CPC 01 (R1) - Redução ao Valor Recuperável de Ativos, a administração apresenta a reconciliação das taxas apresentadas acima (após impostos) e divulga suas correspondentes em taxas nominais antes dos impostos em 8,32% a.a. para UGC de AVI e 7,83% a.a. para UGC de UMA.

					Consolidado
	Ágio	Marcas e patentes	Licenças de software	Certificação (i)	Total
Em 1º de janeiro de 2022	13.693	13	13.169	165	27.040
Adições	–	2.212	5.136	805	8.153
Amortização	–	(53)	(5.710)	(369)	(6.132)
Em 31 de dezembro de 2022	13.693	2.172	12.595	601	29.061
Custo	13.693	2.225	38.912	2.377	57.207
Amortização acumulada	–	(53)	(26.317)	(1.776)	(28.146)
Saldo contábil, líquido	13.693	2.172	12.595	601	29.061
Em 1º de janeiro de 2023	13.693	2.172	12.595	601	29.061
Adições	–	2	5.282	44	5.328
Amortização	–	(171)	(4.447)	(309)	(4.927)
Em 31 de dezembro de 2023	13.693	2.003	13.430	336	29.462
Custo	13.693	2.227	44.194	2.421	62.535
Amortização acumulada	–	(224)	(30.764)	(2.085)	(33.073)
Saldo contábil, líquido	13.693	2.003	13.430	336	29.462

O Grupo incorreu em gastos com a certificação de seus produtos junto a órgãos de controle de processo. Esses gastos foram realizados basicamente pela Certificadora Bonsucro. No caso específico de "UMA" houve gastos com Certificado digital do açúcar orgânico. A amortização dos gastos está vinculada ao tempo e os produtos relacionados a cada certificação.

16. DIREITO DE USO (CONSOLIDADO)

Após o reconhecimento inicial, os ativos do direito de uso são mensurados pelo custo, deduzido de qualquer amortização e/ou perdas por *impairment*, ajustado por eventuais índices ou taxas de remensuração do passivo de arrendamento, previstas em contrato. A depreciação do direito de uso utiliza o método linear, considerando os prazos definidos para os respectivos contratos e para fins de apresentação da demonstração dos fluxos de caixa são considerados 100% como ajuste no lucro nas atividades operacionais (Nota 31). Nos casos de remensuração os impactos na depreciação serão sempre prospectivos. **16.1. Movimentação do direito de uso:** As movimentações do saldo do direito de uso são evidenciadas no quadro abaixo:

			Consolidado
	Parceria agrícola	Locações	Total
Em 1º de janeiro de 2022	**1.225.960**	**129.184**	**1.355.144**
Adição / remensuração	630.041	47.524	677.565
Baixas	(16.557)	(13.685)	(30.242)
Depreciacão	(240.974)	(42.027)	(283.001)
Em 31 de dezembro de 2022	**1.598.470**	**120.996**	**1.719.466**
Em 1º de janeiro de 2023	**1.598.470**	**120.996**	**1.719.466**
Adição / remensuração	407.951	24.829	432.780
Baixas	(4.725)	–	(4.724)
Depreciacão	(275.956)	(48.747)	(324.704)
Em 31 de dezembro de 2023	**1.725.740**	**97.078**	**1.822.818**

Parceria agrícola - Referem-se contratos tipificados pelo Estatuto da terra como Parceria agrícola, que apesar de não se tratar de arrendamento mercantil, foram incluídos por conterem condições previstas na norma CPC 06 (R2) Arrendamentos; Locações - Referem-se à locação de imóveis, máquinas, equipamentos e veículos.

17. PASSIVO DE ARRENDAMENTO (CONSOLIDADO)

Os fluxos de pagamentos futuros das operações com arrendamentos são reconhecidos no passivo do bem arrendado para todos os contratos com características de arrendamentos, com isenção permitida aos contratos de curto prazo ou de baixo valor. O Grupo reconhece os passivos de arrendamento em relação aos contratos que atendem a definição de arrendamento estabelecida pelo CPC 06 (R2), cujos passivos são mensurados pelo valor presente dos pagamentos remanescentes dos contratos com características de arrendamento, descontados com base na taxa de desconto incremental. O Grupo adota as seguintes premissas: a) O uso de uma taxa de desconto incremental uniforme para contratos com características e prazos semelhantes; b) Isenção para contratos cujo prazo de vencimento ocorrer em até 12 meses ou inferior a US$ 20 mil, onde a contabilização será diretamente no resultado; c) A remensuração baseada em índice ou taxa será elaborada de acordo com clausula específica definida nos respectivos contratos. Nos casos de parceria agrícola a remensuração ocorrerá mensalmente ou anualmente, sempre (ao final de cada ano safra) de acordo as condições do contrato; d) A modificações de contrato são realizados conforme as condições acordadas entre as partes; e e) Opção de utilização do expediente prático introduzido pela norma. **17.1. Saldos reconhecidos no balanço patrimonial:** O Grupo reconhece os passivos de arrendamento para os contratos vigentes segundo os princípios do CPC 06 - Operações de arrendamento mercantil, com exceção dos contratos enquadrados no expediente prático permitido pela norma e adotado pelo Grupo. **17.2. Movimentação acumulada:** As movimentações dos saldos dos passivos de arrendamento são apresentadas no quadro abaixo:

			Consolidado
Passivos de Arrendamento	Parceria agrícola	Locações	Total
Em 1º de janeiro de 2022	**1.138.465**	**128.281**	**1.266.746**
Adição / remensuração	630.041	47.524	677.565
Baixas	(16.662)	(14.155)	(30.817)
Pagamentos	(348.135)	(51.587)	(399.722)
Ajuste a valor presente	88.219	10.423	98.642
Em 31 de dezembro de 2022	**1.491.928**	**120.486**	**1.612.414**
Em 1º de janeiro de 2023	**1.491.928**	**120.486**	**1.612.414**
Adição / remensuração	407.951	24.829	432.780
Baixas	(4.699)	–	(4.699)
Pagamentos	(398.896)	(61.850)	(460.746)
Ajuste a valor presente	109.863	11.163	121.026
Em 31 de dezembro de 2023	**1.606.147**	**94.628**	**1.700.775**

Os contratos classificados como passivo de arrendamento têm a seguinte composição por vencimento:

	Consolidado	
	31 de dezembro de 2023	31 de dezembro de 2022
Até 1 ano	199.458	219.879
Entre 1 e 2 anos	297.582	275.804
Entre 2 e 3 anos	279.824	253.267
Entre 3 e 4 anos	218.993	210.963
Entre 4 e 5 anos	181.315	156.864
Entre 5 e 6 anos	143.890	121.771
Entre 6 e 7 anos	138.267	97.089
Entre 7 e 8 anos	82.142	276.777
Acima de 8 anos	159.304	–
	1.700.775	1.612.414

A publicação acima foi realizada e certificada no dia 12/04/2024

ICP Brasil

Acesse a página de **Publicações Legais** no site do **Jornal Data Mercantil**, apontando a câmera do seu celular no QR Code, ou acesse o link: **www.datamercantil.com.br/publicidade_legal**

17.3. Taxa de desconto incremental: O Grupo adotou a taxa de desconto incremental aplicada aos passivos de arrendamento com características e prazos razoavelmente semelhantes. As taxas são representadas por cotações e empréstimos bancários com instituições financeiras nas datas de início dos contratos ou na sua renovação. Para os contratos adicionados em 2022, o Grupo passou a avaliar a melhor referência de taxa dentre as principais operações contratadas, na qual a taxa de juros foram negociadas nas operações de debêntures, representadas pelo IPCA + 4,24% a.a. de spread ou *swap*: CDI + 1,85% a.a de spread, ajustadas aos contratos com prazos semelhantes. Em 2023, o Grupo passou a avaliar a melhor referência de taxas de empréstimos de longo prazo com base de cotações de mercado atualizadas trimestralmente.

18. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS (CONSOLIDADO)

	Encargos anuais vigentes		Consolidado	
Modalidade	Taxa	Indexador	2023	2022
Modalidade				
Em moeda nacional				
BNDES-FINEM	2,50%			1.414
NCR	1,48%	+CDI	40.346	
NCR	1,50%	+CDI	5.333	
NCR	2,32%	+CDI	15.390	30.893
NCR	13,23%		24.818	21.918
Certificado de Recebíveis do Agronegócio (CRA) (i)	3,80%	+IPCA	512.818	488.503
Debêntures (ii)	4,24%	+IPCA	489.366	465.718
Saldos credores bancários			64	15
Total em moeda nacional			1.088.135	1.008.461
Em moeda estrangeira				
Adiantamento de contrato de câmbio (ACC)	6,80%	US$	5.058	
Adiantamento de contrato de câmbio (ACC)	6,80%	US$	5.058	
Adiantamento de contrato de câmbio (ACC)	2,00%	US$		5.319
Adiantamento de contrato de câmbio (ACC)	2,69%	US$		5.334
Adiantamento de contrato de câmbio (ACC)	2,87%	US$		10.678
Adiantamento de contrato de câmbio (ACC)	5,12%	US$		5.364
Adiantamento de contrato de câmbio (ACC)	5,16%	US$		5.363
Adiantamento de contrato de câmbio (ACC)	2,93%	US$		16.023
Adiantamento de contrato de câmbio (ACC)	2,87%	US$		37.374
Pré Pagamento de Exportação (PPE) - Partes relacionadas	7,90%	US$	77.963	970.228
Pré Pagamento de Exportação (PPE) - Partes relacionadas	8,50%	US$	39.691	42.776
Pré Pagamento de Exportação (PPE) - Partes relacionadas	7,95%	US$		48.323
Pré Pagamento de Exportação (PPE) - Partes relacionadas	7,70%	US$	222.751	240.070
Pré Pagamento de Exportação (PPE) - Partes relacionadas	7,80%	US$	495.144	533.640
Pré Pagamento de Exportação (PPE) - Partes relacionadas	8,60%	US$	99.255	105.944
Pré Pagamento de Exportação (PPE) - Partes relacionadas	8,55%	US$	495.697	31.971
Pré Pagamento de Exportação (PPE) - Partes relacionadas	8,90%	US$	369.734	
Pré Pagamento de Exportação (PPE) - Partes relacionadas	7,28%	US$	29.663	
BNDES - FINEM (Cesta de Moedas)	8,75%	Variação Cambial	–	582
Total em moeda estrangeira			1.840.014	2.058.989
Total de empréstimos com terceiros			1.098.251	1.094.498
Total de empréstimos com partes relacionadas			1.829.898	1.972.952
Total			2.928.149	3.067.450
Circulante			(315.671)	(195.465)
Não Circulante			2.612.478	2.871.985

(i) O valor contábil dos empréstimos classificados no passivo circulante se aproxima de seu valor justo devido ao vencimento de curto prazo. A administração considera também que os empréstimos de longo prazo sujeitos a taxa variável se aproximam do seu valor justo dado que tais taxas acompanham o comportamento do mercado. O valor justo dos empréstimos de longo prazo sujeitos a taxa fixa não difere significativamente do seu valor justo. O valor justo (nível 2) dos empréstimos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 equivalem a R$ 2.887.424 e R$ 3.052.676, respectivamente. (ii) Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, alguns contratos de financiamento exigem que a Controlada "AVI" cumpra determinados índices financeiros ("*covenants*") ao final de cada exercício social, sob pena de, a critério dos credores, ter o vencimento antecipado dos contratos. O índice refere-se a dívida bancária líquida / EBITDA Ajustado: 1,06% Meta: ≤ 4% (2022 - 1,05% Meta: ≤ 3% e o índice de cobertura do serviço da dívida: 4,97% (Meta: ≥ 1,2%); Em 31 de dezembro de 2023 e 2022 os *covenants* foram cumpridos. A movimentação da dívida é evidenciada no quadro abaixo:

	Consolidado	
	2023	2022
Saldo anterior	3.067.450	2.926.906
Captação de financiamentos	938.029	516.104
Amortização de principal	(982.718)	(320.171)
Pagamento de juros	(199.319)	(183.167)
Juros incorridos	200.431	194.154
Variação cambial	(95.724)	(66.376)
	2.928.149	3.067.450

Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de liquidação é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos e financiamentos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros. Os empréstimos e financiamentos são classificados no passivo circulante, se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, os empréstimos e financiamentos são apresentados no passivo não circulante. Os custos de empréstimos e financiamentos que são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável, que é um ativo que, necessariamente, demanda um tempo substancial para ficar pronto para seu uso ou venda pretendidos, são capitalizados como parte do custo do ativo quando for provável que eles irão resultar em benefícios econômicos futuros para a entidade e que tais custos possam ser mensurados com confiança. Demais custos de empréstimos e financiamentos são reconhecidos como despesa no período em que são incorridos. Os empréstimos e financiamentos classificados no passivo não circulante têm a seguinte composição por exercício social de vencimento:

	Consolidado	
	2023	2022
2024	–	1.054.816
2025	454.207	236.759
2026	1.123.364	1.262.157
2027	847.227	318.253
2028	2.612.478	–
Não circulante	5.037.276	2.871.985
Pré-pagamento de exportação - partes relacionadas (i)	1.713.820	1.882.343
CRA - Certificado Recebíveis do Agronegócio (ii)	511.687	487.316
Capital de giro BRL	45.000	35.000
Debêntures (iii)	341.971	467.326
Não circulante	2.612.478	2.871.985

(i) Pré-pagamentos de exportação são garantidos por contratos de exportação futura de açúcar. Em 2017, as controladas "AVI" e "UMA" realizaram operação de financiamento com a controladora Adecoagro S.A. na modalidade de Pré-pagamento de exportação, com liquidação de juros semestralmente e o principal no vencimento do contrato, com possibilidade de liquidação antecipada. Em julho de 2021, a controlada "UMA" realizou operação com a parte relacionada Kadesh Hispania SLU, na modalidade de pré-pagamento de exportação, com liquidação dos juros de forma semestral e pagamento de principal no final do contrato (set/26), com possibilidade de liquidação antecipada. Em outubro e dezembro de 2021, a controlada "AVI" realizou operação de financiamento com a controladora Adecoagro S.A. na modalidade de Pré-pagamento de exportação, com liquidação de juros semestralmente e pagamento de principal no vencimento do contrato, com possibilidade de liquidação antecipada. Em junho e agosto de 2022, as controladas "AVI" e "UMA" realizaram operação de financiamento com sua controladora Adecoagro S.A. na modalidade de Pré-pagamento de exportação, com liquidação de juros semestralmente, principal no vencimento do contrato e possibilidade de liquidação antecipada, conforme detalhado abaixo. Em março e outubro de 2023, a controlada "AVI" realizou operação de financiamento com a controladora Adecoagro S.A. na modalidade de Pré-pagamento de exportação, com liquidação de juros semestralmente e pagamento de principal no vencimento do contrato com possibilidade de liquidação antecipada, conforme detalhado abaixo. Os detalhes dessas operações estão no quadro abaixo:

Devedor	Contraparte	Data do contrato	Data da liberação dos recursos	Data do vencimento do principal	Posiçao em dólares (USD) em 31/12/2023	Posiçao em dólares (USD) em 31/12/2022
Controlada "AVI"	Adecoagro S.A.	19/09/2017	22/09/2017	13/09/2024	–	169.845.378
Controlada "UMA"	Adecoagro S.A.	19/09/2017	22/09/2017	13/09/2024	16.103.676	16.103.676
Controlada "AVI"	Adecoagro S.A.	26/09/2017	02/10/2017	15/09/2023	–	9.261.429
Controlada "UMA"	Kadesh Hispania SL	07/07/2021	07/07/2021	15/09/2026	6.127.400	6.127.400
Controlada "AVI"	Adecoagro S.A.	25/10/2021	25/10/2021	15/09/2026	46.010.625	46.010.625
Controlada "AVI"	Adecoagro S.A.	15/12/2021	15/12/2021	15/09/2026	102.275.000	102.275.000
Controlada "UMA"	Adecoagro S.A.	29/06/2022	29/06/2022	15/09/2026	8.198.333	8.198.333
Controlada "AVI"	Adecoagro S.A.	18/08/2022	18/08/2022	15/09/2026	20.501.667	20.304.822
Controlada "AVI"	Adecoagro S.A.	27/03/2023	27/03/2023	15/09/2028	102.389.134	–
Controlada "AVI"	Adecoagro S.A.	04/10/2023	04/10/2023	15/09/2030	76.370.847	–
					377.976.682	378.126.663

Em 2023 a controlada "AVI" liquidou antecipadamente pré-pagamentos de exportação com a parte relacionada Adecoagro S.A. no montante de USD 166 milhões (2022 - USD 42 milhões). (ii) Em 2019, a Controlada "AVI" iniciou uma nova captação de recursos via mercado de capitais, através de emissão de Certificados de Recebíveis de Agronegócio - CRA com distribuição via oferta continuada, no valor R$ 400.000 finalizada em dezembro 2019. Esta captação tem pagamentos anuais de juros a partir de 2020, equivalente a 3,80% mais IPCA e amortização do principal em duas parcelas iguais em novembro 2026 e 2027. Empréstimo realizado sem necessidade de garantias. (iii) Em dezembro de 2020, a controlada "AVI" captou recursos por intermédio do mercado de capitais, através de emissão de debêntures com distribuição via oferta pública com esforços (Instrução CVM 476), no valor R$ 400.000. Esta captação tem pagamentos semestrais de juros, sendo corrigida pela variação do IPCA + 4,24% a.a. O principal será pago em três parcelas iguais nos meses de dez/2024, dez/2025 e dez/2026. Empréstimo garantido por cessão fiduciária de energia elétrica.

19. SALÁRIOS E ENCARGOS SOCIAIS (CONSOLIDADO)

	Consolidado	
	2023	2022
Salários e ordenados a pagar	44.286	39.099
Provisão para férias e 13º salário	45.434	41.365
Encargos sobre a folha de pagamento	11.310	10.094
Encargos dos planos de remunerações de ações	661	3.763
Participação nos lucros (i)	31.952	3.867
Seguro de vida e demais contribuições	264	254
	133.907	98.442

O Grupo possui política de participação nos lucros para os colaboradores que compreendem programas de PPR (Programa de Participação nos Resultados) e Bônus.

20. TRIBUTOS A RECOLHER (CONSOLIDADO)

	Consolidado	
	2023	2022
Contribuição ao instituto nacional de seguridade social - INSS (i)	8.849	9.954
Imposto sobre circulação de mercadorias e serviços - ICMS	11.872	257
Imposto sobre serviços - ISS	943	841
PIS e COFINS	498	70
Fundersul / Fundos estaduais a recolher	2.298	3.168
Programa especial regularização tributária - PRR (ii)		7.681
Contribuicoes Sociais Retidas - CSRF	333	232
Outros	101	96
	24.894	22.299

(i) O INSS a recolher, refere-se às comercializações de energia, vapor, etanol, açúcar e subprodutos comercializados em dezembro de 2023 e 2022. (ii) O Grupo ingressou no parcelamento (PRR-Programa especial de regularização tributária rural) instituído pela Lei 13.606/18. Em 2023 a Receita Federal realizou a consolidação e liquidação dos débitos vinculados ao PRR. (iii) Em 20 de dezembro de 2023 foi promulgada a emenda constitucional nº 132, que estabelece a reforma tributária sobre o consumo. Acerca da regulamentação, vários temas da reforma tributária foram levantados, como por exemplo: as alíquotas dos novos tributos, que ainda estão pendentes de regulamentação por leis complementares, as quais deverão ser encaminhadas para avaliação do congresso nacional no prazo de 180 dias, contados da promulgação da referida emenda constitucional. O modelo da reforma tributária está baseado no IVA repartido ("IVA dual") em duas competências: uma federal, que se refere a contribuição sobre bens e serviços (CBS) e a outra subnacional, que se refere ao Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), que substituirá os tributos PIS, COFINS, ICMS e ISS. Foi também criado um Imposto Seletivo ("IS") - de competência federal, que incidirá sobre a produção, extração, comercialização ou importação de bens e serviços que possam ser prejudiciais à saúde e ao meio ambiente, nos termos de lei complementar. O período de transição da reforma tributária será de 2026 até 2032, ou seja, nesse período os dois sistemas tributários - o antigo e o novo - coexistirão. Os impactos da reforma tributária na apuração dos tributos acima mencionados, a partir do início do período de transição, somente serão plenamente conhecidos quando da finalização do processo de regulamentação dos temas pendentes por LC. Diante ao exposto, não há qualquer efeito da reforma tributária nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2023.

21. PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS (CONSOLIDADO)

21.1. Composição das contingências: Nas datas das demonstrações financeiras, o Grupo apresentava os seguintes passivos relacionados a contingências e ativos correspondentes depósitos judiciais:

					Consolidado
	Trabalhistas e previdenciárias	Civeis	Ambientais	Tributárias	Total líquido
Em 1º de janeiro de 2023	5.885	5.644	109	–	11.638
Adições	5.674	1.300	–	–	6.974
Valores não usados, estornados	(2.519)	(3)	–	–	(2.522)
Usado durante o exercício	(4.615)	(32)	–	–	(4.647)
Depósitos judiciais transferência para ativo	1.503	–	–	–	1.503
Em 31 de dezembro de 2023	5.928	6.909	109	–	12.946
Em 1º de janeiro de 2022	7.126	6.042	104	1.140	14.412
Adições	4.196	874	5	–	5.075
Valores não usados, estornados	(1.473)	(1.272)	–	(1.140)	(3.885)
Usado durante o exercício	(2.461)	–	–	–	(2.461)
(-) Depósitos judiciais	(1.503)	–	–	–	(1.503)
Em 31 de dezembro de 2022	5.885	5.644	109	–	11.638

21.2. Depósitos judiciais:

	Consolidado	
	2023	2022
Tributárias	1.947	1.222
Civeis	8.166	7.661
Trabalhista	1.265	672
	11.378	9.555
Depósitos de contigências	1.265	672
Depósitos de passivos contingentes	10.113	8.883
	11.378	9.555

21.3. Natureza das contingências: O Grupo é parte envolvida em processos tributário, trabalhistas, cíveis e ambientais e estão discutindo essas questões tanto na esfera judicial como na administrativa. As provisões para as eventuais perdas decorrentes desses processos são estimadas e atualizadas pela administração, amparada pela opinião de seus consultores legais internos e externos. A natureza das contingências pode ser sumariada como segue: • Tributárias - referem-se a processos de competência estadual (ICMS), relacionados glosas dos créditos de CIAP, o qual foi baixado no ano de 2022. • Trabalhistas e previdenciárias - consistem, principalmente, em reclamações de empregados e fiscalizações do Ministério do Trabalho. • Cíveis - substancialmente representados por ações indenizatórias. • Ambiental - refere-se, substancialmente, a ausência de licença ambiental de determinada propriedade agrícola. **21.4. Passivos Contingentes: (a) Adecoagro Vale do Ivinhema S.A.:** Em 31 de dezembro de 2023, a controlada "AVI" possui ações de natureza tributária, cível e trabalhista, envolvendo riscos de perda classificados pela administração como possíveis, com base na avaliação de seus consultores jurídicos, para as quais não há provisão constituída. A principal ação refere-se a uma autuação no valor de R$ 365.812 (2022 - R$ 331.966) referente a exclusão da base de cálculo do IRPJ e CSLL da depreciação acelerada incentivada da atividade rural conforme previsto no artigo 6º da Medida Provisória 2.159-70/01 e no Art. 325 do RIR/18. O montante estimado está demonstrado abaixo:

	Trabalhistas e Previdenciárias	Ambientais	Cíveis	Tributárias	Total
2023	1.180	2.490	962	430.234	434.866
2022	1.120	2.478	1.660	387.176	392.434

Adicionalmente, a controlada "AVI" possui depósitos judiciais no montante atualizado de R$ 8.505 (2022 - 8.508), registrados no ativo não circulante, sendo principalmente R$ 8.166 (2022 - R$ 7.661) para garantia de processos judiciais junto a ANEEL - Agência Nacional de Energia Elétrica. **(b) Usina Monte Alegre Ltda.:** Em 31 de dezembro de 2023, a controlada "UMA" possui ações de natureza tributária, cível e trabalhista, envolvendo riscos de perda classificados pela administração como possível, com base na avaliação de seus consultores jurídicos, para as quais não há provisão constituída. O montante estimado está demonstrado abaixo:

	Trabalhistas e Previdenciárias	Cíveis	Tributárias	Total
2023	461	181	2.304	2.946
2022	160	175	2.969	3.304

Adicionalmente, a controlada "UMA" possui depósitos judiciais no montante de R$ 1.608 (2022 - R$ 1.047), registrados no ativo não circulante.

22. FORNECEDORES E ADIANTAMENTO DE CLIENTES

22.1. Fornecedores e outras obrigações: As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificadas no passivo circulante se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas no passivo não circulante. Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros. Na prática, são normalmente reconhecidas ao valor da fatura correspondente.

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Cana-de-açúcar (i)	–	–	48.263	10.700
Materiais, serviços e outros	–	10	329.074	264.401
Partes relacionadas	70	8	–	–
	70	18	377.337	275.101
Circulante	(70)	(18)	(374.849)	(253.318)
Não circulante	–	–	2.488	21.783

(i) Fornecedores de cana, parceria pura e reajuste do preço da cana.

22.2. Adiantamento de clientes:

	Consolidado	
	2023	2022
Adiantamentos de clientes	63.379	144.579
	63.379	144.579

Os adiantamentos de clientes referem-se a valores recebidos pelo Grupo pela entrega açúcar R$ 61.350, etanol R$ 1.861 e diversos R$ 66, com liquidação prevista para o exercício de 2024 (2022 - etanol R$ 71.223, açúcar R$ 73.303, energia R$ 31 e diversos R$ 22, foram realizados em 2023), e constituem passivos de contrato conforme CPC 47 - Receita de contratos com clientes. Em 31 de dezembro de 2023 do montante de adiantamentos de clientes R$ 2.018 (2022 - R$ 24.605), refere-se a parte relacionada Adecoagro Uruguay S.A (Nota 24).

22.3. Outros passivos:

	Consolidado	
	2023	2022
Encargos dos planos de remuneração em ações	1.321	–
Contas a pagar - processos trabalhistas	2.312	2.084
Contratos onerosos	162	–
	3.795	2.084
Circulante	(225)	(54)
Não Circulante	3.570	2.030

23. TRIBUTOS SOBRE O LUCRO (CONSOLIDADO)

23.1. Imposto de renda e contribuição social diferidos: O imposto de renda e a contribuição social diferido são calculados sobre prejuízos fiscais, base negativa de contribuição social e diferenças temporárias entre as bases de cálculo desses tributos sobre ativos e passivos e os valores contábeis das demonstrações financeiras. As alíquotas desses tributos, definidas atualmente para determinação dos tributos diferidos, são de 25% para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social.

	Consolidado	
	2023	2022
Ativo de imposto diferido		
Ativo de imposto diferido a ser realizado em até 12 meses	114.129	74.327
Ativo de imposto diferido a ser realizado depois de mais de 12 meses	188.647	340.320
	302.776	414.647
Passivo de imposto diferido		
Passivo de imposto diferido a ser realizado em até 12 meses	287.227	219.876
Passivo de imposto diferido a ser realizado depois de mais de 12 meses	437.415	380.737
	724.642	600.613
Imposto de renda e contribuição social diferidos, líquidos	(421.866)	(185.966)
Ativo de impostos diferidos, líquido por empresa	17.403	7.554
(Passivo) de impostos diferidos, líquido por empresa	(439.269)	(193.520)

A composição líquida de conta de impostos diferidos é a seguinte:

	Consolidado	
	2023	2022
Ativo de impostos diferidos sobre:		
Prejuízos fiscais de imposto de renda	167.942	171.164
Base de cálculo negativa de contribuição social	62.153	63.313
Perda no cálculo do valor justo do ativo biológico	10.467	12.269
Perdas em operações de *hedge* não liquidadas	164	170
Prêmio de opções de ações	5.485	10.789
Provisões para contingências	4.402	4.468
Demais provisões	9.627	5.231
Variação cambial regime de caixa	7.177	126.875
Operações com arrendamento	8.932	1.467
Provisão para *impairment*	8.008	10.354
Ganhos e pergas de AVJ e AVP	377	
Outros diferenças temporárias	18.042	8.547
	302.776	414.647
Passivo de impostos diferidos sobre:		
Depreciação - diferença de vida-útil	8.676	9.360
Depreciação acelerada e incentivada	535.337	471.482
Ganho no valor justo do ativo biológico	45.759	70.453
Reserva de reavaliação	2.220	2.727
Amortização fiscal do ágio	4.655	4.655
Juros capitalizados	32.613	30.666
Custos atribuídos aos bens do ativo imobilizado		1.558
Operações com arrendamento		1.757
Variação cambial regime de caixa	41.498	
Ganhos em operações de *hedge* não liquidadas	52.377	6.532
Intangível - marca Methanum	671	737
Ganhos e perdas de valor justo e AVP	145	
Outros diferenças temporárias	691	686
	724.642	600.613
Imposto de renda e contribuição social diferidos, líquidos	(421.866)	(185.966)
Ativo de impostos diferidos, líquido por empresa	17.403	7.554
(Passivo) de impostos diferidos, líquido por empresa	(439.269)	(193.520)

A movimentação líquida do imposto diferido é a seguinte:

	Consolidado	
	2023	2022
Em 1º de janeiro	(185.966)	19.475
Despesa da demonstração do resultado	(62.552)	(111.215)
Imposto relacionado com outros resultados abrangentes	(165.668)	(93.481)
Utilização compensação prejuízo fiscal parcelamento	(7.680)	–
Aquisição de ativo intangível	–	(745)
Em 31 de dezembro	(421.866)	(185.966)

23.2. Despesa de imposto de renda e contribuição social:

	Consolidado	
	2023	2022
Imposto corrente	(9.313)	(9.644)
Imposto diferido	(62.552)	(111.215)
Imposto de renda e contribuição social	(71.865)	(120.859)

23.3. Reconciliação do imposto de renda e contribuição social com o resultado da aplicação direta da alíquota dos respectivos tributos sobre o resultado societário.

	Consolidado	
	2023	2022
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	381.350	518.319
Alíquota máxima	34%	34%
	(129.659)	(176.229)
Despesas não dedutíveis	(3.015)	(2.821)
Subvenção governamental de ICMS e Reintegra	38.777	37.721
Programa de alimentação ao trabalhador	1.456	969
Pesquisa e desenvolvimento (Lei do Bem)	7.910	5.218
Tributação sobre CBIOs (i)	8.686	11.764
Ajuste do cálculo das controladas tributada pelo lucro presumido (ii)	7.105	2.459
Prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social não reconhecidos no exercício	(164)	(230)
Atualização da Selic	195	293
Prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social de exercícios anteriores desreconhecidos no exercício (iii)	(3.156)	–
Outras		(3)
Despesa de imposto de renda e contribuição social	(71.865)	(120.859)
Alíquota efetiva de imposto de renda e contribuição social	19%	23%

(i) Em 2023 e 2022, as receitas de vendas de CBIOS foram excluídas da base de cálculo do IRPJ e CSLL, pois de acordo com o Art. 60 da Lei nº 13.986/2020, essas receitas estão sujeitas à tributação exclusiva na fonte à alíquota de 15%. (ii) Os valores informados, referem-se a diferença na tributação do lucro real em relação ao o lucro presumido das controladas "AEL", "AEN" e "MET". (iii) Este valor inclui a consolidação do prejuízo fiscal do programa PRR (Nota 20). **23.4. Período estimado de realização dos créditos tributários:** Impostos diferidos ativos sobre prejuízo fiscal de imposto de renda e sobre a base de cálculo negativa de contribuição social são reconhecidos na extensão em que seja provável que o lucro futuro tributável esteja disponível para serem utilizados na compensação com base em projeções de resultados futuros para 5 anos elaboradas e fundamentadas em premissas internas e em cenários econômicos futuros que podem, portanto, sofrer alterações. Em 31 de dezembro de 2023, a expectativa da administração, consoante com as projeções de resultados tributáveis futuros, é que sejam realizados conforme demonstrado a seguir:

Ano	Consolidado
2024	80.979
2025	99.588
2026	41.108
2027 e 2028	8.420
	230.095

24. PARTES RELACIONADAS

24.1. Saldos e transações da Companhia e do Consolidado:

Companhia	Adecoagro LP SCS	AVI	Outros	2023 Total	2022 Total
Principais saldos					
Passivo circulante					
Fornecedores e outras obrigações - Rateio corporativo (Nota 22.1)	–	70	–	70	8
Principais operações					
Reembolso de despesas corporativas (i)	–	(311)	–	(311)	(213)
Dividendos recebidos	–	284.849	–	284.849	433.633
Dividendos distribuidos	(274.650)	–	(9.941)	(284.591)	(433.278)

Consolidado:	Adecoagro Uruguay S.A	Adecoagro S.A.	AAB	AAP	Kadesh Hispania S.L.	Adecoagro LP SCS	Adeco Agropecuária S.A	Outros (v)	2023 Total	2022 Total
Principais saldos										
Ativo circulante										
Contas a receber de clientes e demais contas a receber	7.038	–	–	–	–	–	484	–	7.522	850
Contas a receber de clientes e demais contas a receber - Rateio corporativo (Nota 8)	–	–	308	24	–	–	–	–	332	85
Outros ativos	–	–	–	–	–	–	–	–	–	233
Passivo circulante										
Fornecedores e outras obrigações - Cana de parceria agrícola	–	–	–	7.919	–	–	–	–	7.919	9.990
Empréstimos (ii)		115.461	–	–	617	–	–	–	116.078	90.609
Adiantamento de clientes (Nota 22.2)	2.018	–	–	–	–	–	–	–	2.018	24.605
Passivo não circulante										
Empréstimos (ii)	–	1.684.772	–	–	29.048	–	–	–	1.713.820	1.882.343
Principais operações										
Receita de venda (iii)	1.668.498	–	–		–	–	344		1.668.842	730.315
Receita de locação de bens	–	–	60	–	–	–	–	–	60	55
Receita de venda de bens e materias	–	–	–	–	–	–	–	–	–	48
Despesas financeiras (iv)	–	(145.176)	–	–	(2.177)	–	–	–	(147.353)	(144.870)
Dividendos distribuídos	–	–	–	–	(3.739)	(274.650)	(6.051)	(151)	(284.591)	(433.278)
Reembolso de despesas corporativas (i)	–	–	2.351	182	–	–	–	–	2.533	1.624
Custos de parceria agrícola plena	–	–	–	(28.181)	–	–	–	–	(28.181)	(19.994)
Plano de remuneração em ações - outorgas	–	–	–	–	–	–	–	8.360	8.360	20.882
Plano de remuneração em ações - vesting	–	–	–	–	–	–	–	(11.311)	(11.311)	(13.499)
Lucros distribuidos a não controladores	–	–	–	–	–	–	–	(1.248)	(1.248)	(82)

24.2. Outras informações: (i) As recuperações de despesas corporativas referem-se à alocação de gastos corporativos: administrativos e comerciais, inclusive remuneração da administração, apurados por rateios e repassados pela Controlada "AVI" às demais empresas do Grupo Adecoagro Brasil (Nota 1.2). (ii) Em 31 de dezembro de 2023, como garantia de empréstimos e financiamentos, a Companhia, concedeu aval não oneroso para as sociedades controladas AVI e UMA e a Controladora Adecoagro S.A., no montante de R$ 2.511.594 (2022 - R$ 2.738.387) (Nota 18). (iii) A "Adecoagro Uruguay S.A." é uma companhia do Grupo Adecoagro,

A publicação acima foi realizada e certificada no dia 12/04/2024

ICP Brasil

Acesse a página de **Publicações Legais** no site do **Jornal Data Mercantil**, apontando a câmera do seu celular no QR Code, ou acesse o link: **www.datamercantil.com.br/publicidade_legal**

localizada no Uruguai, e realiza operações de exportação de *commodities* com as companhias do Brasil, Argentina e Uruguai. Em 2023 e em 2022, as operações de venda realizadas referem-se à exportação de açúcar para a Adecoagro Uruguay S.A. A "Adeco Agropecuária S.A" é uma companhia do Grupo Adecoagro, localizada na Argentina, e realiza operações grãos, leite e queijos. Em 2023 e 2022, ela adquiriu serviços de consultoria da controlada "MET". (iv) As despesas financeiras correspondem aos juros incorridos de empréstimos das controladas "AVI" e "UMA" com Adecoagro S.A. e Kadesh, na modalidade de pré-pagamento de exportações cuja liberações foram em 2017, 2021, 2022 e 2023(Nota 18). (v) As partes relacionadas identificadas como "Outros" correspondem em sua totalidade a acionistas não controladores e a beneficiários de planos de remuneração em ações, que possuam algum vínculo com a Companhia ou qualquer outra empresa do grupo Adecoagro no Brasil ou exterior. (vi) Em 31 de dezembro de 2023 o Grupo possui adiantamento com cliente com a sua parte relacionada Adecoagro Uruguay S.A., que será compensado com entrega de açúcar. **24.3. Remuneração da administração:** A alta administração refere-se aos diretores e vice-presidentes. Em 2023, a remuneração ao pessoal-chave da administração, por serviços prestados, que compreende salário e encargos sociais, gratificações, plano de remuneração de ações, totaliza o montante de R$ 23.839 (2022 - R$ 23.114).

25. COMPROMISSOS FUTUROS

Em 31 de dezembro de 2023, o Grupo possui compromissos firmados com clientes para a entrega, com preços já fixados, prevista para o ano safra 2024, e que serão reconhecidas contabilmente quando da entrega física dos produtos negociados, conforme apresentado abaixo os montantes em quantidades e valores:

Quantidades negociadas		Consolidado	
Produto	**Unid. Medida**	**2023**	**2022**
Açúcar - VHP	toneladas	8.414	60.925
Açúcar - Orgânico	toneladas	811	
Etanol	metros cúbicos	28.534	34.905
Energia elétrica	Mwh	539.712	536.794

Valores negociadas	Consolidado	
Produto	**2023**	**2022**
Açúcar - VHP	22.870	136.114
Açúcar - Orgânico	2.144	
Etanol	74.068	112.301
Energia elétrica	134.942	148.694

26. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

26.1. Capital social: Em 31 de dezembro de 2023, o capital social da Companhia é de R$ 1.164.733 (2022 - R$ 1.164.733) e está dividido em ações ordinárias nominativas e sem valor nominal, totalmente subscritas e integralizadas, assim distribuídas:

	2023	2022
Adecoagro LP SCS	130.226.896.899	130.226.896.899
Adeco Agropecuária S/A	2.869.093.525	2.869.093.525
Kadesh Hispana SL	1.773.045.214	1.773.045.214
Leterton Espana SL	71.449.015	71.449.015
	134.940.484.653	134.940.484.653

27. RESERVAS

27.1. Reserva de capital: (a) Prêmio de ações restritas: Refere-se ao plano de remuneração em opções de ações restritas da Adecoagro S.A., controladora do Grupo (Nota 1.2), de direito de executivos das controladas, e que constituem obrigação das controladas, nos termos descritos na Nota 34. **27.2. Reserva de lucros: (a) Reserva legal:** É constituída ao final de cada exercício social à razão de 5% do lucro líquido, após terem sidos compensados os prejuízos acumulados, apurados ao final de cada exercício social nos termos do artigo 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social. **(b) Destinações dos lucros e reserva de lucros a distribuir:** Em 16 de fevereiro de 2022, os acionistas do Grupo aprovaram a distribuição de dividendos intermediários com base na conta de Lucros acumulados, apurados em balanço patrimonial de 31 de dezembro de 2021, no montante de R$ 130.000, liquidados em 2 de março de 2022. Em 08 de junho de 2022, os acionistas do Grupo aprovaram a distribuição de dividendos intermediários com base na conta de Reserva de Lucros a Distribuir, apurados em balanço patrimonial de 31 de dezembro de 2021, no montante de R$ 124.300, liquidados em 10 de agosto de 2022. Em 1º de novembro de 2022, os acionistas da Companhia aprovaram, a distribuição de dividendos no montante de R$ 178.978, dos quais foram liquidados R$ 80.000 em 08 de novembro e R$ 98.978 em 21 de dezembro de 2022. Em 28 de abril de 2023, os acionistas da companhia deliberaram e aprovaram sobre (i) a aprovação das Demonstrações Financeiras da Companhia do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022; (ii) a destinação dos lucros da Companhia apurados no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022; e (iii) a ratificação das distribuições de dividendos da Companhia no exercício de 2022. Em 11 de maio de 2023, foi distribuído com base na conta de Lucros acumulados, apurados em balanço patrimonial de 31 de dezembro de 2022, no montante de R$102.400, liquidados em 12 de maio de 2023. Em 31 de outubro de 2023, os acionistas da Companhia aprovaram a distribuição de dividendos intermediários com base na conta de Lucros acumulados, apurados em balanço patrimonial de 30 de junho de 2023, no montante de R$182.191, liquidados em 08 e 09 de novembro de 2023. De acordo com o Estatuto Social da Companhia, os lucros apurados terão a destinação que os acionistas determinarem, após as destinações legais obrigatórias. A proposta da administração é que o restante dos lucros do exercício, após constituição das reservas obrigatórias, seja constituído como reserva de lucros a distribuir. **27.3. Ajustes de avaliação patrimonial: (a) Custo atribuído:** Refere-se ao efeito do reconhecimento do custo atribuído dos bens do ativo imobilizado, líquido dos efeitos tributários, na data base de 1º de janeiro de 2009, com base no disposto no CPC 27 e ICPC 10. O custo atribuído constituído como "Ajuste de avaliação patrimonial" é realizado com base nas depreciações, baixas ou alienações dos respectivos bens. Os montantes quando realizados são transferidos para lucros acumulados. **(b) *Hedge accounting:*** A parcela efetiva das variações no valor justo de instrumentos derivativos e não derivativos, designados e qualificados como *hedge* de fluxo de caixa é reconhecida no patrimônio líquido, na conta "Ajustes de avaliação patrimonial", que compõe o resultado abrangente, o qual é apresentado líquido da porção transferida para resultados financeiros e do Imposto de renda e da Contribuição social. O Grupo adotou a contabilidade de *hedge* (*hedge accounting*) e designou os seguintes instrumentos e objetos para proteção de riscos: a) Instrumentos de *hedge:* Instrumentos financeiros de dívidas não derivativos, atrelados ao dólar norte-americano (Adiantamento sobre Contrato de Câmbio -"ACC", Pré-pagamento de Exportação - "PPE"); b) Objeto de *hedge:* Projeções de vendas ou compromissos firmes futuros, ambos de *commodity* e denominado em moeda estrangeira (US$), onde a expectativa é considerada altamente provável, consubstanciado na projeção de vendas do departamento comercial; c) Riscos protegidos: O risco protegido é o risco da variação cambial de 1 dólar por 1 dólar, da exportação da venda futura de *commodity* devido a flutuação cambial entre o dólar estado-unidense e o real brasileiro. A expectativa de realização do *hedge accounting* está demonstrada abaixo:

Resultados abrangentes	*Hedge accounting* reflexo
2024	(220.404)
2026	58.310
2028	11.913
2030	11.209
	(138.972)

27.4. Lucro por ação: (a) Básico: O lucro básico por ação é calculado mediante a divisão lucro atribuível aos acionistas da Companhia pela quantidade média de ações ordinárias e preferenciais emitidas durante o período, conforme abaixo:

	2023	2022
Lucro líquido atribuível aos acionistas da Companhia	309.290	397.460
Quantidade de ações ordinárias no início do exercício, em milhares de ações	134.940.484	134.940.484
Média ponderada das ações ordinárias no exercício, em milhares de ações	134.940.484	134.940.484
Lucro básico por lote de mil ações - R$	2,29	2,95

(b) Diluído: A Companhia não possui dívida conversível em ações e opção de compra de ações, dessa forma, não apresenta ações ordinárias potenciais para fins de diluição. Os planos de ações restritas (Nota 34), não são ações da Companhia e, portanto, não são diluidores.

28. OUTRAS DIVULGAÇÕES SOBRE OS FLUXOS DE CAIXA (CONSOLIDADO)

(a) Imobilizado: O Grupo realizou compras de bens do imobilizado a prazo e que possuem saldos ainda não liquidados. Em 2023, o montante em aberto é de R$ 78.755 (2022 - R$ 32.438). O Grupo realizou capitalização de juros para ativos qualificáveis e que não afetaram o caixa. Em 2023 o montante capitalizado foi de R$ 21.111 (2022 - R$ 16.860).

		Consolidado	
	Nota	**2023**	**2022**
Adições do imobilizado	14	1.245.500	1.041.147
Fornecedores não pagos no ano	17	(78.755)	(32.437)
Aquisições do ano anterior liquidadas no ano	17	32.437	13.911
Capitalização de juros	33	(21.111)	(16.860)
		1.178.071	1.005.761

(b) Depreciação e amortização de imobilizado, intangível e direito de uso: A administração considera, para fins de apresentação da demonstração dos fluxos de caixa, que os valores de depreciação e amortização dos ativos correspondentes gerados no ano sejam integralmente ajustados ao lucro, em atividades operacionais. **(c) Partes relacionadas:** A Companhia e o Grupo possuem créditos relativos a rateio de despesas corporativas concedidos a partes relacionadas como segue:

	Controladora		Consolidado	
	2023	**2022**	**2023**	**2022**
Saldo inicial	(8)	(15)	85	25
Concessão de credito por despesas corporativas	249	220	2.533	1.624
Recebimento despesas corporativas	(311)	(213)	(2.286)	(1.564)
	(62)	7	247	60
Saldo final	70	(8)	332	85

(d) Empréstimos: A movimentação dos empréstimos encontra-se detalhada na nota 18. As captações incluem o montante de liberações acrescidas dos depósitos em garantias e líquidas dos custos de transação no montante de R$ 938.029 (2022 - R$ 512.128). **(e) Juros pagos:** Os juros pagos sobre empréstimos ou outras atividades são classificados como atividades de financiamento na Demonstração de fluxo de caixa. **(f) Instrumentos financeiros derivativos:** Em 2023 e 2022, as operações com instrumentos financeiros derivativos (exceto commodities) apresentaram a seguinte movimentação:

	Consolidado	
	2023	**2022**
Swap:		
Saldo inicial	26.675	4.224
Movimentação de valor justo	20.808	(12.989)
Liquidação do ano	38.501	35.440
Saldo final	85.984	26.675
Valor justo - operações totais	59.309	22.451
Liquidação financeira	(38.501)	(35.440)
	20.808	(12.989)

(g) Imposto de renda e contribuição social pagos:	Consolidado	
	2023	**2022**
Imposto de renda corrente (Nota 23)	9.314	9.709
Pagamento do imposto de renda do ano anterior	415	494
Imposto de renda não pago	(550)	(415)
Valor compensado no ano	(124)	(198)
(=) Total liquidado em caixa	9.055	9.590

29. RECEITAS (CONSOLIDADO)

A receita compreende o valor justo recebido ou a receber pela comercialização de produtos no curso normal das atividades do Grupo. A receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos. O Grupo reconhece a receita quando o controle de um bem ou serviço é transferido ao cliente, ou seja, quando é possível identificar com segurança o contrato, a obrigação de desempenho, o preço da transação e alocar corretamente o preço da transação. Isso ocorre quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma das atividades da Grupo, conforme descrição a seguir. O Grupo fabrica e vende açúcar, etanol e energia, como atividade principal. As vendas desses produtos são reconhecidas quando a Grupo efetua a entrega desses produtos para os seus clientes, que passam a ter total liberdade sobre o canal e o preço de revenda dos produtos, e não há nenhuma obrigação não satisfeita que possa afetar a aceitação dos produtos pelo cliente. A entrega não ocorre até que: (i) os produtos tenham sido enviados para o local especificado ou retirados pelo cliente; (ii) os riscos de obsolescência e perda tenham sido transferidos para o cliente; (iii) o cliente tenha aceitado os produtos de acordo com o contrato de venda; e (iv) as disposições de aceitação tenham sido acordadas, ou o Grupo tenha evidências objetivas de que todos os critérios para aceitação foram atendidos. A receita com a venda de energia elétrica é reconhecida com base na quantidade de energia elétrica (em Megawatts) disponibilizada para a concessionária de energia elétrica, apurada ao final de cada mês. Essas vendas são, substancialmente, realizadas mediante leilão com prazo definido, recebimento antecipado, ou ainda com prazo de pagamento inferior a 90 dias. A reconciliação das vendas brutas para a receita líquida é como segue:

	2023	2022
Receita bruta de vendas		
Mercado interno		
Etanol anidro	561.247	1.011.143
Etanol hidratado	620.067	622.556
Açúcar VHP	9.226	16.916
Açúcar cristal	57.829	81.586
Açúcar orgânico	5.327	2.399
Energia	174.272	170.056
Soja	47.688	53.300
Feijão	1.198	–
Milho	738	–
CBIOs	48.079	55.829
Óleo diesel	2.378	–
Serviços agrícolas	1.317	–
Outros	949	654
Total no mercado interno	1.530.315	2.014.439
Mercado externo		
Etanol anidro	174.614	485.687
Açúcar VHP (i)	1.998.940	811.399
Açúcar cristal		47.155
Açúcar orgânico	4.334	2.847
Serviços consultoria (ii)	344	–
Total no mercado externo	2.178.232	1.347.088
Total receita bruta de vendas	3.708.547	3.361.527
(-) Tributos sobre vendas (iii)	(195.110)	(205.995)
(-) Devoluções, descontos e abatimentos	(37.072)	(62.778)
Receita líquida das vendas	3.476.365	3.092.754

As receitas no mercado externo de açúcar com Adecoagro Uruguay S.A. refere-se ao montante de R$ 1.668.498 (2022 - R$ 730.135). As operações de exportação têm a incidência da contribuição do SENAR, alíquota de 0,25%. As receitas de mercado externo de serviços consultoria com a Adeco Agropecuária S.A na sua controladora "MET" refere ao montante de R$ 344 (2022 R$ 180). As receitas no mercado interno, podem conter os seguintes tributos: PIS/COFINS, INSS, ICMS e/ou ISS (quando se tratar de receita de prestação de serviços), conforme a legislação aplicável a cada operação. Durante o ano de 2023, as alíquotas "*ad rem*" das contribuições Pis/Cofins sobre as vendas de etanol foram: (i) zero de 01 de janeiro a 28 de fevereiro de 2023; (ii) R$ 20,00 por metro cúbico entre 01 de março a 28 de junho de 2023; e (iii) R$ 130,90 por metro cúbico a partir de 29 de junho de 2023 (em 2022 a alíquota das referidas contribuições foram reduzidas à zero).

30. CUSTOS DAS VENDAS (CONSOLIDADO)

	Nota	Grãos	Cbios	Açúcar, etanol e energia	2023	2022
Estoques em 1º de janeiro	9		5.951	456.910	462.861	451.346
Custo de produção total (i)	31.2	37.162		2.738.811	2.775.973	2.382.839
Recuperação de custos do etanol		–	–	(38.155)	(38.155)	(42.925)
Custos relacionados à capacidade produtiva ociosa (ii)		–	–	19.117	19.117	39.382
Custo de serviços agrícolas		1.609			1.609	
Cbios - custo			2.983		2.983	511
Cbios - ajuste a valor justo			38.155		38.155	42.925
Compras para revenda				6.394	6.394	5.943
Variação do valor justo da colheita de grãos		12.993			12.993	1.398
Recuperação de impostos (iii)		–	–	(114.094)	(114.094)	(103.147)
Ajuste do preço da cana		–	–	1.051	1.051	4.098
Perdas por quebras com transporte		291	–	(4.826)	(4.535)	14.720
Provisão para perdas na realização dos estoques		–	–	(9.797)	(9.797)	175
Estoques em 31 de dezembro	9	–	(3.770)	(611.752)	(615.522)	(462.861)
Custos das vendas		52.055	43.319	2.443.659	2.539.033	2.334.404

(i) Em 2023 inclui a variação do valor justo do produto agrícola colhido cana de açúcar das controladas "AVI" e "UMA" no montante de R$ 475.431 (2022 - R$ 407.430); (ii) Refere-se aos custos fixos de produção que não foram absorvidos pelo produto acabado por conta da impossibilidade de operar na capacidade habitual pelas condições climáticas adversas que contribuíram na diminuição da cana disponível para moagem; (iii) Os principais conceitos referem-se aos seguintes itens recuperáveis: Créditos de ICMS - Imposto sobre circulação de mercadorias e serviços, obtidos através de benefício fiscal concedidos às controladas "AVI" e "UMA", pelos seus respectivos estados e outras recuperações de custos no montante de R$ 111.938 (2022 - R$ 99.097). - Créditos extemporâneos de PIS e COFINS conforme autorizado pela lei no montante de R$ 410 (2022 - R$ 2.879).

31. DESPESAS POR NATUREZA

31.1. Controladora:

	2023	2022
	Despesas administrativas	**Despesas administrativas**
Serviços profissionais	104	124
Despesas corporativas administrativas	311	213
Outras despesas e custos	35	5
Total custos e despesas	450	342

31.2. Consolidado:

	Custo de produção ativo biologico (i)	Custo de produção industrial (ii)	Despesas com vendas	Despesas adminis-trativas	2023 Total	2022 Total
Salários e benefícios a empregados	67.421	232.975	14.472	65.364	380.232	329.707
Depreciação e amortização (iii)	25.703	680.304	4.409	6.925	717.341	671.802
Depreciação do direito de uso (iii)	243.843	45.406	548	2.794	292.591	259.303
Custos de parceria agrícola plena	44.889	–	–	–	44.889	25.823
Insumos industriais e agrícolas	245.139	38.928	–	–	284.067	300.077
Cana comprada a fornecedores	–	157.176	–	–	157.176	71.389
Combustiveis e lubrificantes	19.564	187.358	465	781	208.168	223.315
Despesas de transporte	1.106	–	177.909	66	179.081	94.811
Energia elétrica	–	3.874	313	765	4.952	4.907
Despesas com distribuição de energia	–	–	13.074	–	13.074	15.653
Manutenção e reparos	17.297	161.318	1.884	1.350	181.849	135.381
Contratação de obras e serviços	53.728	56.100	–	–	109.828	67.581
Impostos e taxas	261	20.651	5.660	2.601	29.173	21.791
Serviços profissionais	1.938	5.442	7.628	19.149	34.157	47.979
Comissões a terceiros	–	–	1.517	–	1.517	1.590
Armazenagem	–	–	4.930	–	4.930	4.736
Contingências	–	–	–	4.134	4.134	2.781
Aluguéis	2.099	7.642	743	634	11.118	8.008
Seguros	435	4.059	104	213	4.811	4.570
Despesas de viagem	363	1.044	599	2.035	4.041	3.374
Comunicação	–	–	4	2.023	2.027	1.967
Outras despesas e custos	5.479	14.542	4.995	2.869	27.885	19.432
Subtotal	729.265	1.616.819	239.254	111.703	2.697.041	2.315.977
Cana-de-açúcar própria consumida	–	1.121.992	–	–	1.121.992	945.837
Total custos e despesas	729.265	2.738.811	239.254	111.703	3.819.033	3.261.814

(i) O custo de produção do ativo biológico está descrito na movimentação de custos (Nota 11), nos custos incorridos (tratos culturais e depreciação do direito de uso/parceria). (ii) O custo de produção industrial refere-se a açúcar, etanol e energia (Nota 30). (iii) Do montante de depreciação de direito de uso, parte refere-se à ativação em ativos qualificáveis no imobilizado relacionados a planta portadora. Em 31 de dezembro de 2023, os valores ativados no Grupo correspondem a R$ 32.113 (2022 - R$ 23.698). Do montante de depreciação e amortização, parte refere-se à ativação em ativos qualificáveis no imobilizado. Em 31 de dezembro de 2023, o valor ativado no Grupo corresponde a R$ 128.400 (2022 - R$ 155.684).

32. OUTRAS RECEITAS (DESPESAS), LÍQUIDAS

	Consolidado	
	2023	**2022**
Resultado na alienação/baixa do ativo imobilizado	(14.621)	17
Resultado pela venda de materiais diversos	5.322	9.176
Ajustes de inventários físicos	(501)	(1.509)
Ganho/(perda) com instrumentos derivativos contratados para a proteção de operações com commodities (i)	27.547	(9.684)
Reversão de provisão para contingências	1.175	2.459
Recuperação de despesas	4.775	7.706
Impairment de perdas por irrecuperabilidade de ativos	(6.270)	(4.288)
Resultado de locação entre companhias (ii)	60	55
Ganhos com indenização de seguros	3.649	1.708
Receita de subvenção - crédito outorgado	–	13.778
Despesas/impostos - Subvenções	(3.200)	(2.689)
Impostos sobre outras operações	(5.545)	(4.879)
Bonificações, brindes e experimentos recebidos	1.189	3.625
Atualização contratos onerosos	(164)	1.344
Ganho ajuste a valor justo	249	414
Despesas por quebras, vencimentos e sinistros	(2.100)	41
Outros	114	(131)
	11.679	17.143

(i) O Grupo apurou resultado com instrumentos financeiros derivativos contratados para a proteção nas operações de produtos acabados. Em 2023 foram ganhos de R$ 27.547 com açúcar (2022 - perdas de (R$ 9.684) com açúcar). (ii) Refere-se as receitas de locação de instalações entre a controlada "UMA" e a parte relacionada "AAB".

33. RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS

	Controladora		Consolidado	
	2023	**2022**	**2023**	**2022**
Receitas financeiras				
Receita financeira de depósitos bancários de curto prazo	11	12	7.974	13.619
Instrumentos financeiros derivativos, líquidos (i)	–	–	20.808	–
Descontos obtidos	–	–	3.164	649
Atualização de créditos tributários (ii)	–	–	571	863
Juros recebidos	–	–	1.517	373
Outras receitas financeiras	–	–	625	1.671
Total das receitas financeiras	11	12	34.659	17.175
Despesas financeiras				
Empréstimos bancários	–	–	(245.488)	(252.392)
Despesas de liquidação antecipada de empréstimos	–	–	–	(6.002)
Ajuste a valor presente - Arrendamentos	–	–	(121.026)	(98.642)
Impairment *de contas a receber e outros créditos* (iii)	–	–	(3.955)	(1.179)
Instrumentos financeiros derivativos, líquidos (iv)	–	–	–	(12.989)
Perdas cambiais de atividades financeiras, líquidas (i)	–	–	(24.112)	(32.654)
Hedge de fluxo de caixa, transferência do patrimônio (v)	–	–	(348.480)	(159.240)
Outras despesas financeiras	(41)	(53)	(8.886)	(9.574)
Menos: montantes de despesas financeiras capitalizados em ativos qualificados (vi)	–	–	21.111	16.860
Total das despesas financeiras	(41)	(53)	(730.836)	(555.812)
Resultado financeiro, líquido	(30)	(41)	(696.177)	(538.637)

(i) Os ganhos e perdas cambiais foram apresentados líquidos dos valores designados como "*hedge accounting*" na rubrica de "Perdas cambiais de atividades financeiras, líquidas". Em 2023: ganhos R$ 178.055, perdas (R$ 305.3952) e *hedge accounting perdas de* (R$ 127.337) (2022 - ganhos R$ 473.103, perdas (R$ 398.290) e *hedge accounting perdas de* (R$ 106.925)). (ii) Atualização de tributos pela Selic que não são tributáveis para fins de IRPJ e CSLL. (iii) O *impairment* reconhecido é referente a melhor estimativa de realização dos créditos no curto e longo prazo. (iv) Em 2023, o Grupo utilizou os seguintes instrumentos derivativos: *swap* - ganho de R$ 20.790 (2022- perdas de (R$ 12.489)). (v) Os montantes realizados do *hedge* de fluxo de caixa são transferidos do patrimônio líquido ao resultado na rubrica "*Hedge* de fluxo de caixa - transferência do patrimônio". Em 2022 os valores transferidos referem-se as dívidas com perdas de (R$ 331.689.) - (2022 - perdas de (R$ 160.300)). (vi) Os montantes de despesas capitalizados para ativos qualificáveis sobre os empréstimos referem-se a juros sobre empréstimos bancários R$ 16.328 (2022 - R$ 11.806), capitalização dos juros sobre as depreciações de direito de uso R$ 3.240 (2022 - R$ 3.218) relacionadas as plantas portadoras e ganhos cambiais de R$ 273 (2022 - R$ 1.836).

34. PLANO DE OUTORGA DE AÇÕES RESTRITAS (CONSOLIDADO)

Refere-se ao plano de remuneração com base em ações da Adecoagro S.A., controladora do Grupo (Nota 1.2), de direito de executivos do Grupo, e que constituem obrigação com a sociedade controladora Adecoagro S.A. Em 1º de janeiro de 2014, a Companhia firmou um contrato com a Adecoagro S.A., para ressarcimento à controladora estrangeira do valor justo referente às ações que serão entregues por esta aos executivos que prestam serviços às empresas do Grupo no Brasil. Em 1° de janeiro de 2016, a Companhia, firmou um contrato com as suas subsidiarias: "AVI", "UMA", com anuência da Adecoagro S.A, para o repasse dos planos de remuneração em opções de ações e ações restritas entregues a seus colaboradores, diante do qual as subsidiárias reembolsam a Companhia os valores transferidos aos seus beneficiários das ações no momento do "*Vesting*". E partir daí a Companhia é responsável pelo repasse dos valores recebidos através de liquidação em caixa ou capitalização dos recursos em favor Adecoagro S/A. No momento em que as ações-restritas ("*Restricted Shares*") concedidas são liberadas ao titular ("*Vesting*"), o Grupo efetua o pagamento dos encargos sociais e trabalhistas. O plano *Restricted shares* consiste na concessão de ações restritas a determinados funcionários do Grupo. Esse plano é administrado pelo Comitê de remuneração do Grupo Adecoagro e está em vigor desde o exercício de 2010. As ações concedidas a cada ano serão outorgadas aos beneficiários em quotas iguais, durante o período de três anos (33% por ano, na data definida para outorga), desde que o beneficiário continue prestando serviço às empresas do Grupo. O beneficiário perde o direito do benefício não outorgado em caso de extinção do vínculo com o Grupo antes da data definida para a outorga das ações. Cada ação concedida equivale a uma ação ordinária e o valor do benefício concedido é mensurado ao valor justo na data de apresentação das demonstrações financeiras das suas controladas. Em 2023 a Companhia recebeu os valores de suas controladas e liquidou em caixa o montante de R$ 11.311 em favor de Adecoagro S.A. (2022 - R$ 13.499). Em 31 de dezembro de 2023, o Grupo registrou o saldo de ações outorgadas que ainda estão pendentes de *vesting*, registradas a valor de mercado no montante de R$ 14.151 (2022 R$ 27.967). O número de ações correspondentes ao benefício concedido é como segue:

	Consolidado		
	Ações restritas (Restricted shares - Plan 2010)		
	Quantidade de ações restritas	**Preço de mercado por ação (em US$)**	**Total a valor justo (em milhares de reais)**
Em 1° de janeiro de 2023	646.594	8,29	27.967
Reversão de plano de remuneração em ações	–	–	(11.062)
Movimentação de outorgas no periodo	192.243	–	8.360
Vestiadas no periodo	(283.107)	8,15	(11.311)
Ações em circulação por plano:			
Plano 2010 - outorga em 2016	1.020	8,15	46
Plano 2010 - outorga em 2017	990	8,15	37
Plano 2010 - outorga em 2018	3.248	8,15	91
Plano 2010 - outorga em 2019	553	8,15	15
Plano 2010 - outorga em 2020	533	8,15	16
Plano 2010 - outorga em 2021	91.296	8,15	3.839
Plano 2010 - outorga em 2022	262.080	8,15	9.718
Plano 2010 - outorga em 2023	196.010	8,15	389
Em 31 de dezembro de 2023	555.730	–	14.151
Em 1° de janeiro de 2022	480.293	7,68	20.585
Movimentação de outorgas no periodo	389.835	–	20.882
Vestiadas no periodo	(223.534)	12,30	(13.499)
Ações em circulação por plano:			
Plano 2010 - outorga em 2016	1.020	8,29	44
Plano 2010 - outorga em 2017	990	8,29	43
Plano 2010 - outorga em 2018	3.248	8,29	140
Plano 2010 - outorga em 2019	553	8,29	24
Plano 2010 - outorga em 2020	67.501	8,29	2.919
Plano 2010 - outorga em 2021	180.121	8,29	7.791
Plano 2010 - outorga em 2022	393.161	8,29	17.006
Em 31 de dezembro de 2022	646.594	–	27.967

35. COBERTURA DE SEGUROS (CONSOLIDADO)

O Grupo adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos, considerando a natureza de sua atividade, os riscos envolvidos em suas operações e a orientação de seus consultores de seguros. Em 31 de dezembro de 2023, os riscos cobertos e montantes das coberturas são resumidos como segue:

		Consolidado
Bens segurados	**Riscos cobertos**	**Valores em risco declarados**
Edifícios, máquinas e instalações industriais	Incêndio, raio, explosão de qualquer natureza e outros	1.331.278
Estoques de produtos acabados (i)	Riscos diversos	1.007.641
Máquinas e equipamentos agrícolas	Incêndio, raio, explosão e implosão. Roubo, furto, danos eletricos e responsabilidade civil	353.583
Veículos	Casco	Mercado
Lucros cesantes	Riscos diversos	997.000

(i) O valor da cobertura de seguros para os estoques de produtos acabados é variável, conforme as quantidades de produtos em estoque. (ii) As lavouras de cana-de-açúcar não são cobertas por seguros, mas o Grupo adota medidas preventivas (Nota 4.1.2).

DIRETORIA

Renato Junqueira Santos Pereira - Vice-Presidente Açúcar, Etanol e Energia
Leonardo Raul Berridi - Vice-Presidente Desenvolvimento de Negócios
Barbara Noemi Sayago - Diretora

CONTADOR

Fernando Figueiredo - CRC 1SP-167985/O-7

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Aos Administradores e Acionistas
Adecoagro Brasil Participações S.A.
Opinião: Examinamos as demonstrações financeiras individuais da Adecoagro Brasil Participações S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como as demonstrações financeiras consolidadas da Adecoagro Brasil Participações S.A. e suas controladas ("Consolidado" ou "Grupo"), que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Adecoagro Brasil Participações S.A. e da Adecoagro Brasil Participações S.A. e suas controladas em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa, bem como o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Ênfase - Partes relacionadas:** Chamamos atenção para as Notas 1 e 24 às demonstrações financeiras, que descrevem que a Companhia e o Grupo mantêm saldos e realizam transações com sua controladora e outras partes relacionadas em montantes significativos em relação à sua posição patrimonial e financeira e aos resultados de suas operações, nas condições nelas descritas. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto. **Outros assuntos: Demonstrações do Valor Adicionado:** As Demonstrações do Valor Adicionado (DVA), individuais e consolidadas, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia e apresentadas como informação suplementar, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - "Demonstração

A publicação acima foi realizada e certificada no dia 12/04/2024

ICP Brasil

Acesse a página de **Publicações Legais** no site do **Jornal Data Mercantil**, apontando a câmera do seu celular no QR Code, ou acesse o link: **www.datamercantil.com.br/publicidade_legal**

>>> ADECOAGRO BRASIL PARTICIPAÇÕES S.A.

do Valor Adicionado". Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto. **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor:** A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas:** A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia e suas controladas, em seu conjunto, continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas, em seu conjunto, ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas, em seu conjunto. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas, em seu conjunto, a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. • Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Ribeirão Preto, 10 de abril de 2024

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP027654/F-4
Eduardo Dias Vendramini
Contador CRC 1SP220017/O-4

Data Mercantil
A melhor opção para sua empresa

Faça suas Publicações Legais em nosso jornal com a segurança garantida pela certificação digital ICP Brasil

(11) 3361-8833
comercial@datamercantil.com.br

GS Inima Industrial S.A. e suas controladas

CNPJ nº 31.406.860/0001-53

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS REFERENTES AOS EXERCÍCIOS SOCIAIS ENCERRADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022 *(Valores expressos milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)*

BALANÇOS PATRIMONIAIS

Ativo	Nota	Controladora 31/12/2023	Controladora 31/12/2022	Consolidado 31/12/2023	Consolidado 31/12/2022
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	5	288	4.023	25.315	25.145
Aplicações financeiras	6	428.806	394.512	457.536	438.605
Fundo restrito	7	-	-	-	2.093
Contas a receber	8	21	13	22.041	21.908
Estoques		-	-	5.789	5.667
Impostos a recuperar		6.349	4.025	11.689	9.404
Partes relacionadas	14	1.628	811	212	14
Dividendos a receber	14	10.721	10.338	-	-
Outros créditos		19	30	2.352	1.890
Total do ativo circulante		**447.832**	**413.752**	**524.934**	**504.726**
Não circulante					
Realizável a longo prazo					
Fundo restrito	7	-	-	17.751	16.796
Partes relacionadas	14	14.008	12.380	14.008	12.380
Irpj e csll diferidos	21.2	-	-	2.360	2.551
Depósitos judiciais		-	-	1.187	390
Outros créditos		23	40	174	40
		14.031	12.420	35.480	32.157
Investimentos em controladas	9	717.322	693.887	-	-
Imobilizado	10	651	837	429.716	387.007
Intangível	11	567	810	904.899	929.552
		718.540	695.534	1.334.615	1.316.559
Total do ativo não circulante		**732.571**	**707.954**	**1.370.095**	**1.348.716**
Total do ativo		**1.180.403**	**1.121.706**	**1.895.029**	**1.853.442**

Passivo e patrimônio líquido	Nota	Controladora 31/12/2023	Controladora 31/12/2022	Consolidado 31/12/2023	Consolidado 31/12/2022
Circulante					
Debêntures privadas	12	-	-	43.914	35.321
Contas a pagar por aquisição	15	17.459	-	17.459	-
Arrendamento mercantil	13	248	241	1.161	1.408
Fornecedores		332	139	13.186	10.905
Obrigações sociais		2.153	1.322	8.737	6.418
Obrigações fiscais		2.899	1.325	13.537	13.286
Partes relacionadas	14	698	722	1.578	18.771
Dividendos a pagar	14	15.300	6.375	19.185	10.236
Outras obrigações		-	50	993	453
Total do passivo circulante		**39.089**	**10.174**	**119.750**	**96.798**
Não circulante					
Debêntures privadas	12	-	-	299.128	333.598
Contas a pagar por aquisição	15	49.131	55.910	49.131	55.910
Arrendamento mercantil	13	343	591	8.914	9.972
Irpj e csll diferidos	21.2	129.360	136.531	247.661	252.221
Provisão para ações judiciais	16	-	-	18.115	9.209
Total do passivo não circulante		**178.834**	**193.032**	**622.949**	**660.910**
Total do passivo		**217.923**	**203.206**	**742.699**	**757.708**
Patrimônio líquido	**17**				
Capital social		909.360	909.360	909.360	909.360
Reserva de lucros		53.120	9.140	53.120	9.140
Patrimônio líquido atribuível aos controladores		962.480	918.500	962.480	918.500
Participação dos acionistas não controladores				189.850	177.234
Total do patrimônio líquido		**962.480**	**918.500**	**1.152.330**	**1.095.734**
Total do passivo e patrimônio líquido		**1.180.403**	**1.121.706**	**1.895.029**	**1.853.442**

DEMONSTRAÇÃO DE MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

	Nota	Capital social	Reserva legal	Reserva de Lucros retidos	Lucros acumulados	PL atribuído aos controladores	Participação de não controladores	Total consolidado
Saldos em 1º/01/2022		909.360	4.098	2.393	-	915.851	196.170	1.112.021
Lucro líquido do exercício		-	-	-	45.990	45.990	6.229	52.219
Dividendos intermediários	17.4	-	-	-	(30.203)	(30.203)	(21.242)	(51.445)
Dividendos distribuídos de anos anteriores	17.4	-	-	-	(2.393)	(2.393)	(3.923)	(6.316)
Juros sobre o capital próprio (jscp)	17.4	-	-	-	(10.745)	(10.745)	-	(10.745)
Complemento de reserva legal	17.2	-	2.300	-	(2.300)	-	-	-
Transferência para reserva de lucros retidos	17.3	-	-	349	(349)	-	-	-
Saldos em 31/12/2022		**909.360**	**6.398**	**2.742**	**-**	**918.500**	**177.234**	**1.095.734**
Lucro líquido do exercício		-	-	-	61.981	61.981	14.277	76.258
Dividendos intermediários		-	-	-	-	-	(1.661)	(1.661)
Juros sobre o capital próprio (jscp)	17.4	-	-	-	(18.001)	(18.001)	-	(18.001)
Complemento de reserva legal	17.2	-	3.099	-	(3.099)	-	-	-
Transferência para reserva de lucros retidos	17.3	-	-	40.881	(40.881)	-	-	-
Saldos em 31/12/2023		**909.360**	**9.497**	**43.623**	**-**	**962.480**	**189.850**	**1.152.330**

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS

	Nota	Controladora 31/12/2023	Controladora 31/12/2022	Consolidado 31/12/2023	Consolidado 31/12/2022
Receita líquida	**18**	**62**	**122**	**249.290**	**242.569**
Custo dos serviços prestados	**19**	**-**	**-**	**(85.472)**	**(90.743)**
Lucro bruto		**62**	**122**	**163.818**	**151.826**
Receitas e despesas operacionais					
Gerais e administrativas	19	(25.095)	(23.226)	(71.881)	(68.004)
Resultado de equivalência patrimonial	9	45.307	43.171	-	-
Outras receitas e despesas operacionais, líquidas		-	-	393	362
Total do ativo circulante		20.212	19.945	(71.488)	(67.642)
Lucro operacional antes do resultado financeiro		**20.274**	**20.067**	**92.330**	**84.184**
Resultado financeiro					
Receitas financeiras	20	51.214	37.316	58.611	62.624
Despesas financeiras	20	(11.483)	(11.322)	(56.597)	(58.835)
		39.731	25.994	2.014	3.789
Lucro operacional antes dos impostos		**60.005**	**46.061**	**94.344**	**87.973**
IRPJ e CSLL					
Correntes	21.1.	(5.195)	(1.636)	(22.455)	(25.519)
Diferidos	21.1	7.171	1.565	4.369	(10.235)
		1.976	(71)	(18.086)	(35.754)
Lucro líquido do exercício		**61.981**	**45.990**	**76.258**	**52.219**
Atribuído à					
Participação dos acionistas da controladora				61.981	45.990
Participação dos acionistas não controladores				14.277	6.229
				76.258	**52.219**

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS ABRANGENTES

	Controladora 31/12/2023	Controladora 31/12/2022	Consolidado 31/12/2023	Consolidado 31/12/2022
Lucro líquido do exercício	61.981	45.990	76.258	52.219
Total do resultado abrangente do exercício	**61.981**	**45.990**	**76.258**	**52.219**
Atribuído à				
Participação dos acionistas da controladora			61.981	45.990
Participação dos acionistas não controladores			14.277	6.229
			76.258	**52.219**

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

	Nota	Controladora 31/12/2023	Controladora 31/12/2022	Consolidado 31/12/2023	Consolidado 31/12/2022
Fluxo de caixa das atividades operacionais					
Lucro líquido do exercício		61.981	45.990	76.258	52.219
Ajustes para conciliar o lucro líquido do exercício ao caixa oriundo das atividades operacionais					
IRPJ e CSLL diferidos	21.2	(7.171)	(1.565)	(4.369)	10.235
Depreciação de imobilizado	10	209	145	20.717	21.633
Amortização de intangível	11	243	243	20.899	19.530
Depreciação e amortização da mais-valia	11	16.899	16.898	4.053	4.053
Juros sobre debêntures	12	-	-	42.923	44.229
Juros sobre empréstimos com partes relacionadas (mútuos) a receber	14	(1.628)	(1.490)	(1.628)	(1.490)
Juros sobre empréstimos com partes relacionadas (mútuos) a pagar	14	-	-	580	2.048
Baixas do ativo imobilizado	10	-	-	9	3.365
Resultado da equivalência patrimonial	9	(45.307)	(43.171)	-	-
Provisão para perda de crédito esperada	8	-	-	466	66
Amortização do ajuste a valor presente de arrendamento mercantil	13	7	9	711	292
Apropriação dos custos de transação de debêntures	12	-	-	442	442
Atualização monetária e ajuste a valor presente das contas a pagar por aquisição	15	10.680	6.388	10.680	6.388
Provisão (reversão) de ações judiciais	16	-	-	11.439	9.064
		35.913	**23.447**	**183.180**	**172.074**
Variação nos ativos operacionais:					
Contas a receber	8	(8)	175	(599)	(1.451)
Estoques		-	-	(122)	105
Impostos a recuperar		(2.324)	(983)	(2.285)	(3.277)
Partes relacionadas	14	(817)	(377)	(198)	(14)
Depósitos judiciais		-	-	(797)	255
Outros créditos		28	(32)	(596)	196
Variação nos passivos operacionais:					
Fornecedores		193	38	2.281	(1.022)
Obrigações sociais		831	406	2.319	(2.085)
Obrigações fiscais		1.574	597	251	5.453
Partes relacionadas	14	(24)	80	(4.240)	4.836
Outras obrigações		(50)	50	540	(347)
Pagamento de ações judiciais	16	-	-	(2.533)	(1.134)
Caixa gerado nas atividades operacionais		**35.316**	**23.401**	**177.201**	**173.589**
Juros pagos sobre debentures	12	-	-	(44.310)	(40.429)
Juros pagos sobre empréstimos com partes relacionadas (mútuos)	14	-	-	(9.283)	(7.698)
Caixa oriundo das atividades operacionais		**35.316**	**23.401**	**123.608**	**125.462**
Fluxo de caixa das atividades de investimento					
Aplicações financeiras	6	(34.294)	(142.102)	(18.931)	(15.232)
Fundo restrito	7	-	-	1.138	518
Dividendos recebidos de controlada	9	4.590	21.825	-	-
Aquisição de ativo imobilizado	10	(23)	(570)	(63.360)	(30.344)
Aquisição de ativo intangível	11	-	-	(374)	(8.194)
Redução de capital social em investidas	9	-	138.523	-	-
Caixa aplicado nas atividades de investimento		**(29.727)**	**17.676**	**(81.527)**	**(53.252)**
Fluxo de caixa das atividades de financiamento					
Pagamentos de debêntures (principal)	12	-	-	(24.932)	(22.926)
Pagamentos de principal e encargos de empréstimos com partes relacionadas (mútuo)	14	-	-	(4.250)	(4.303)
Arrendamento mercantil	13	(248)	(236)	(2.016)	(2.320)
Pagamento de dividendos e de JSCP		(9.076)	(36.966)	(10.713)	(58.270)
Caixa aplicado nas atividades de financiamento		**(9.324)**	**(37.202)**	**(41.911)**	**(87.819)**
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa		**(3.735)**	**3.875**	**170**	**(15.609)**
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	5	4.023	148	25.145	40.754
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	5	288	4.023	25.315	25.145
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa		**(3.735)**	**3.875**	**170**	**(15.609)**

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

1. Contexto operacional: A GS Inima Industrial S.A. ("Companhia") foi constituída em 17/08/2018, está localizada na cidade de São Paulo/SP e tem como objeto investir e operar projetos ambientais e prestar serviços com foco em Operações Industriais - terceirização de Centrais de Utilidades e fornecimento de água industrial, através de suas controladas. A Companhia e suas controladas são parte integrante do Grupo GS Inima ("Grupo"), tendo como controladora direta no Brasil a GS Inima Brasil Ltda., e controladora indireta a GS Inima Environment S.A.U, sediada na Espanha, a qual é controlada da GS Engineering & Construction Corporation, sediada na Coréia do Sul. Abaixo está descrito um breve histórico das empresas que integram o Grupo, as quais a Companhia possui participação direta:

Controladas	Data de constituição	Data assinatura contrato	Data início concessão	Objeto	Modelo do contrato	Prazo do contrato	Principal cliente
GS Inima Industrial Jeceaba S.A. ("Jeceaba")	29/01/2008	-	-	Projeto, construção e operação de plantas para tratamento de água, efluentes, resíduos e fornecimento de energia elétrica.	DBOT (Design, Build, Operate and Transfer)	Encerrado em 2021	-
Aquapolo Ambiental S.A. ("Aquapolo")	08/10/2009	30/09/2009	-	Produzir, fornecer e comercializar água de reuso para a Braskem Qpar S.A. e Braskem Petroquímica S.A. ("Braskem"), além das demais companhias integrantes do pólo Petroquímico de Capuava no Município de Mauá - São Paulo	DBOO (Design, Build, Own and Operate)	44 anos	Braskem Qpar S.A. e Braskem Petroquímica S.A.
GS Inima Industrial Triunfo S.A. ("Triunfo")	09/03/2010	31/12/2013	-	Produção e venda de águas industriais utilizáveis pelas empresas componentes do Polo Petroquímico de Triunfo, tais como: água clarificada, água desmineralizada, água potável e disponibiliza água de incêndio para essas mesmas empresas	AOO (Acquisition, Operation and Owner)	40 anos	Braskem S.A.

Fatos relevantes na combinação de negócios - operação descontinuada na controlada Jeceaba: A GS Inima Industrial Jeceaba S.A. ("Jeceaba"), controlada da Companhia, possuía um contrato de execução de projeto, construção, operação e manutenção para o tratamento de água, efluentes, resíduos e energia elétrica com a usina siderúrgica Vallourec & Sumitomo Tubos do Brasil Ltda. ("VSB"). Em 23/04/2021, a VSB exerceu seu direito de resilir imotivadamente o contrato com a Jeceaba (contrato do tipo DBOT - 522457) nos termos da cláusula 64 do instrumento contratual, informando que notificaria a Jeceaba sobre sua decisão de exercer a Opção de Compra da totalidade das ações representativas do capital social, descrita na cláusula 65, ou de adquirir os ativos, na forma da cláusula 55 do contrato. Em 10/09/2021, a VSB notificou a Jeceaba de sua decisão em adquirir os ativos. O montante da operação foi de R$ 493.945, referente à compra dos ativos de arrendamento da Jeceaba, com a consequente extinção do contrato entre as partes. Durante os exercícios findos em 31/12/2023 e de 2022, a Jeceaba não iniciou nenhuma nova operação e a sua Administração está avaliando os possíveis negócios futuros e, portanto, considera deixar a Jeceaba ativa e em busca de novos contratos para a execução de projetos, em linha com a estratégia de seu acionista controlador, para o desenvolvimento e expansão de negócios no segmento de utilidades industriais. Dessa forma, a Jeceaba permanecerá ativa em busca de novos negócios de construção, operação e manutenção de plantas de tratamento de água, efluentes e resíduos aos futuros clientes. **2. Políticas contábeis materiais: 2.1. Base de elaboração:** As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, em conformidade com os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC). As demonstrações financeiras individuais e consolidadas são elaboradas com base no custo histórico, exceto por instrumentos financeiros mensurados aos seus valores justos no final de cada exercício. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de bens e serviços. A Administração do Grupo considerou as orientações emanadas da Orientação Técnica OCPC 07 – Evidenciação na Divulgação dos Relatórios Contábil-Financeiros de Propósito Geral, na preparação das suas demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Dessa forma, as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela Administração do Grupo em sua gestão. As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram autorizadas pela Administração para emissão em 28/03/2024. **2.2. Base de consolidação:** As demonstrações financeiras consolidadas compreendem as demonstrações financeiras da Companhia e suas controladas em 31/12/2023. O controle é obtido quando o Grupo estiver exposto ou tiver direitos a retornos variáveis com base em seu envolvimento com a investida e tiver a capacidade de afetar esses retornos por meio do poder exercido em relação à investida. Especificamente, o Grupo controla uma investida e, e apenas se, tiver: • Poder em relação à investida (ou seja, direitos existentes que lhe garantem a atual capacidade de dirigir as atividades pertinentes da investida); • Exposição ou direitos a retornos variáveis decorrentes de seu envolvimento com a investida; e • A capacidade de utilizar seu poder em relação à investida para afetar o valor de seus retornos. O Grupo avalia se exerce controle ou não de uma investida se fatos e circunstâncias indicarem que há mudanças em um ou mais três elementos de controle anteriormente mencionados. A consolidação de uma controlada tem início quando o Grupo obtiver controle em relação à controlada e finaliza quando o Grupo deixa de exercer o mencionado controle. Ativo, passivo e resultado de uma controlada adquirida ou alienada durante o exercício são incluídos nas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data em que o Grupo obter controle até a data em que o Grupo deixar de exercer o controle sobre a controlada. O resultado e cada componente de outros resultados abrangentes são atribuídos aos acionistas controladores e aos não controladores do Grupo, mesmo se isso resultar em prejuízo aos acionistas não controladores. Quando necessário, são efetuados ajustes nas demonstrações financeiras das controladas para alinhar suas políticas contábeis com as políticas contábeis do Grupo. Todos os ativos e passivos, resultados, receitas, despesas e fluxos de caixa do mesmo grupo, relacionados com transações entre membros do Grupo, são totalmente eliminados na consolidação. A variação na participação societária da controlada, sem perda de exercício de controle, é contabilizada como transação patrimonial. Se o Grupo perder o controle exercido sobre uma controlada, é efetuada a baixa dos correspondentes ativos (incluindo qualquer ágio) e os passivos da controlada pelo seu valor contábil na data em que o controle for perdido e a baixa do valor contábil de quaisquer participações de não controladores na data em que o controle for perdido (incluindo quaisquer componentes de outros resultados abrangentes atribuídos a elas). Qualquer diferença resultante como ganho ou perda é contabilizada no resultado. Qualquer investimento retido é reconhecido pelo seu valor justo na data em que o controle é perdido. Nas demonstrações financeiras individuais, os investimentos do Grupo em suas controladas são contabilizados com base no método da equivalência patrimonial. Empresas controladas:

Empresas	Estado	31/12/2023 e 31/12/2022 Quantidade de ações	Participação (%)
GS Inima Industrial Jeceaba S.A. ("Jeceaba")	Minas Gerais	118.815.450	84,50%
Aquapolo Ambiental S.A. ("Aquapolo")	São Paulo	21.633.713	51,00%
GS Inima Industrial Triunfo S.A. ("Triunfo")	Rio Grande do Sul	114.224.101	100,00%

2.3. Combinação de negócios: Combinações de negócios são contabilizadas aplicando o método de aquisição. O custo de uma aquisição é mensurado pela soma da contraprestação transferida, que é avaliada com base no valor justo na data de aquisição, e o valor de qualquer participação de não controladores na adquirida. Para cada combinação de negócio, a adquirente deve mensurar a participa-

continuação ➔

A publicação acima foi realizada e certificada no dia 12/04/2024

ICP Brasil

Acesse a página de **Publicações Legais** no site do **Jornal Data Mercantil**, apontando a câmera do seu celular no QR Code, ou acesse o link: **www.datamercantil.com.br/publicidade_legal**

continuação ☛

GS Inima Industrial S.A. e suas controladas

ção de não controladores na adquirida pelo valor justo ou com base na sua participação nos ativos líquidos identificados na adquirida. Custos diretamente atribuíveis à aquisição são contabilizados como despesa, quando incorridos. Ao adquirir um negócio, o Grupo avalia os ativos e passivos financeiros assumidos com o objetivo de classificá-los e alocá-los de acordo com os termos contratuais, as circunstâncias econômicas e as condições pertinentes na data de aquisição, o que inclui a segregação, por parte da adquirida, de derivativos embutidos existentes em contratos hospedeiros na adquirida. Qualquer contraprestação contingente a ser transferida pela adquirente será reconhecida ao valor justo na data de aquisição. Alterações subsequentes no valor justo da contraprestação contingente considerada como um ativo ou como um passivo deverão ser reconhecidas de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 48 - Instrumentos Financeiros, na demonstração do resultado. Inicialmente, o ágio é mensurado como sendo o excedente da contraprestação transferida em relação aos ativos líquidos adquiridos (ativos identificáveis adquiridos, líquidos e os passivos assumidos). Se a contraprestação for menor do que o valor justo dos ativos líquidos adquiridos, a diferença deverá ser reconhecida como ganho na demonstração do resultado. Após o reconhecimento inicial, o ágio é mensurado pelo custo, deduzido de quaisquer perdas acumuladas do valor recuperável. Para fins de teste do valor recuperável, o ágio adquirido em uma combinação de negócios é, a partir da data de aquisição, alocado a cada uma das unidades geradoras de caixa do Grupo que se espera que sejam beneficiadas pelas sinergias da combinação, independentemente de outros ativos ou passivos da adquirida ser atribuídos a estas unidades. Quando um ágio fizer parte de uma unidade geradora de caixa e uma parcela dessa unidade for alienada, o ágio associado à parcela alienada deve ser incluído no custo da operação ao apurar-se o ganho ou a perda na alienação. O ágio alienado nessas circunstâncias é apurado com base nos valores proporcionais da parcela alienada em relação à unidade geradora de caixa mantida. **2.4. Classificação corrente versus não corrente:** O Grupo apresenta ativos e passivos no balanço patrimonial individual e consolidado com base na sua classificação como circulante ou não circulante. Um ativo é classificado no circulante quando: • Espera-se que seja realizado, ou pretende-se que seja vendido ou consumido no curso normal do ciclo operacional do Grupo; • Está mantido, essencialmente, com o propósito de ser negociado; • Espera-se que seja realizado até doze meses após a data do balanço; e • É caixa ou equivalente de caixa (conforme definido no Pronunciamento Técnico CPC 03 - Demonstrações dos Fluxos de Caixa), a menos que sua troca ou uso para liquidação de passivo se encontre vedada durante, pelo menos, doze meses após a data do balanço. Com exceção dos critérios acima, todos os demais ativos são classificados como não circulantes. Um passivo é classificado no circulante quando: • Espera-se que seja liquidado durante o ciclo operacional do Grupo; • Está mantido, essencialmente, com a finalidade de ser negociado; • Deve ser liquidado no período de até doze meses após a data do balanço; e • O Grupo não tem direito incondicional de diferir a liquidação do passivo durante pelo menos doze meses após a data do balanço. Os termos de um passivo que podem, à opção da contraparte, resultar na sua liquidação por meio da emissão de instrumentos patrimoniais, não afetam a sua classificação. O Grupo classifica todos os demais passivos no não circulante. Os ativos e passivos fiscais diferidos são classificados no ativo e passivo não circulante. **2.5. Mensuração do valor justo:** O Grupo mensura instrumentos financeiros e ativos não financeiros ao valor justo em cada data de reporte. Valor justo é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação não forçada entre participantes do mercado na data de mensuração. A mensuração do valor justo é baseada na presunção de que a transação para vender o ativo ou transferir o passivo ocorrerá: i) no mercado principal para o ativo ou passivo e, ii) na ausência de um mercado principal, no mercado mais vantajoso para o ativo ou passivo, sendo que o mercado principal ou mais vantajoso deve ser acessível pelo Grupo. O valor justo de um ativo ou passivo é mensurado com base nas premissas que os participantes do mercado utilizariam ao definir o preço de um ativo ou passivo, presumindo que os participantes do mercado atuam em seu melhor interesse econômico. A mensuração do valor justo de um ativo não financeiro leva em consideração a capacidade do participante do mercado de gerar benefícios econômicos utilizando o ativo em seu melhor uso possível ou vendendo-o a outro participante do mercado que utilizaria o ativo em seu melhor uso. O Grupo utiliza técnicas de avaliação que são apropriadas nas circunstâncias e para as quais haja dados suficientes disponíveis para mensurar o valor justo, maximizando o uso de dados observáveis relevantes e minimizando o uso de dados não observáveis. Todos os ativos e passivos para os quais o valor justo seja mensurado ou divulgado nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas são categorizados dentro da hierarquia de valor justo descrita a seguir, com base na informação de nível mais baixo que seja significativa à mensuração do valor justo como um todo: • Nível 1: os preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos a que a entidade possa ter acesso na data de mensuração; • Nível 2: técnicas de avaliação para as quais a informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo seja direta ou indiretamente observável; e • Nível 3: técnicas de avaliação para as quais a informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo não esteja disponível. Todos os instrumentos financeiros do Grupo são considerados de nível 2. **2.6. Instrumentos financeiros:** Um instrumento financeiro é um contrato que dá origem a um ativo financeiro de uma entidade e a um passivo financeiro ou instrumento patrimonial de outra entidade. 2.6.1. Ativos financeiros: a) *Reconhecimento inicial e mensuração:* Ativos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como mensurados subsequentes ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes e ao valor justo por meio do resultado. A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial depende das características dos fluxos de caixa contratuais do ativo financeiro e do modelo de negócios do Grupo para a gestão desses ativos financeiros. Com exceção das contas a receber de clientes que não contenham um componente de financiamento significativo ou, para as quais, o Grupo tenha aplicado o expediente prático, o Grupo inicialmente mensura um ativo financeiro ao seu valor justo acrescido dos custos de transação, no caso de um ativo financeiro não mensurado ao valor justo por meio do resultado. Para que um ativo financeiro seja classificado e mensurado pelo custo amortizado ou pelo valor justo por meio de outros resultados abrangentes, ele precisa gerar fluxos de caixa que sejam "exclusivamente pagamentos de principal e de juros" sobre o valor do principal em aberto. Esta avaliação é executada em nível de instrumento. Ativos financeiros com fluxos de caixa que não sejam exclusivamente pagamentos de principal e de juros são classificados e mensurados ao valor justo por meio do resultado, independentemente do modelo do negócio adotado. O modelo de negócios do Grupo para administrar ativos financeiros se refere a como ele gerencia seus ativos financeiros para gerar fluxos de caixa. O modelo de negócios determina se os fluxos de caixa resultarão da cobrança de fluxos de caixa contratuais, da venda dos ativos financeiros ou de ambos. Ativos financeiros classificados e mensurados ao custo amortizado são mantidos em plano de negócio com o objetivo de manter ativos financeiros de modo a obter fluxos de caixa contratuais enquanto ativos financeiros classificados e mensurados ao valor justo em contrapartida a outros resultados abrangentes são mantidos em modelo de negócio com o objetivo de obter fluxos de caixa contratuais e com o objetivo de venda. As compras ou vendas de ativos financeiros que exigem a entrega de ativos dentro de um prazo estabelecido por regulamento ou convenção no mercado são reconhecidas na data da negociação, ou seja, a data em que o Grupo se compromete a comprar ou vender o ativo. b) *Mensuração subsequente:* Para fins de mensuração subsequente, os ativos financeiros são classificados em quatro categorias: Ativos financeiros ao custo amortizado (instrumentos de dívida): Os ativos financeiros ao custo amortizado são subsequentemente mensurados usando o método de juros efetivos e estão sujeitos a redução ao valor recuperável. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado, modificado ou apresenta redução ao valor recuperável. Os ativos financeiros do Grupo ao custo amortizado incluem caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes, contas a receber de partes relacionadas, empréstimos a receber com partes relacionadas (mútuos) e outros créditos. Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (instrumentos de dívida): Para os instrumentos de dívida do valor justo por meio de outros resultados abrangentes, a receita de juros, a reavaliação cambial e as perdas ou reversões ao valor recuperável são reconhecidas na demonstração do resultado e calculadas da mesma maneira que os ativos financeiros mensurados ao custo amortizado. As alterações restantes no valor justo são reconhecidas em outros resultados abrangentes. No momento do desreconhecimento, a mudança acumulada do valor justo reconhecida em outros resultados abrangentes é reclassificada para resultado. O Grupo não possui ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (instrumentos de dívida). Ativos financeiros designados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (instrumentos patrimoniais): No reconhecimento inicial, o Grupo pode optar, em caráter irrevogável, pela classificação de seus instrumentos patrimoniais designados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes quando atenderem à definição de patrimônio líquido nos termos do Pronunciamento Técnico CPC 39 – Instrumentos Financeiros: Apresentação, e não forem mantidos para negociação. A classificação é determinada considerando-se cada instrumento especificamente. Ganhos e perdas sobre esses ativos financeiros nunca são reclassificados para resultado. O Grupo não possui ativos financeiros designados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (instrumentos de dívida). Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado: Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são apresentados no balanço patrimonial pelo valor justo, com as variações líquidas do valor justo reconhecidas na demonstração do resultado. Os ativos financeiros do Grupo ao valor justo por meio do resultado incluem o fundo restrito e as aplicações financeiras. c) *Desreconhecimento:* Um ativo financeiro (ou, quando aplicável, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é desreconhecido quando: • Os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expiraram; ou • O Grupo transferiu seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumiu uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos sem atraso significativo a um terceiro nos termos de um contrato de repasse e (a) o Grupo transferiu, substancialmente, todos os riscos e benefícios do ativo ou (b) o Grupo nem transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, mas transferiu o controle do ativo. • Quando o Grupo transfere seus direitos de receber fluxos de caixa de um ativo ou celebra um acordo de repasse, ela avalia se, e em que medida, reteve os riscos e benefícios da propriedade. Quando não transferiu e nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, nem transferiu o controle do ativo, o Grupo continua a reconhecer o ativo transferido na medida de seu envolvimento continuado. Nesse caso, o Grupo também reconhece um passivo associado. O ativo transferido e o passivo associado são mensurados em uma base que reflita os direitos e as obrigações retidas pelo Grupo. • O envolvimento contínuo sob a forma de garantia sobre o ativo transferido é mensurado pelo menor valor entre: (i) o valor do ativo; e (ii) o valor máximo da contraprestação recebida que a entidade possa ser obrigada a restituir (valor da garantia). d) *Redução ao valor recuperável de ativos financeiros:* O Grupo reconhece uma provisão para perdas de crédito esperadas para todos os instrumentos de dívida não detidos pelo valor justo por meio do resultado. As perdas de crédito esperadas baseiam-se na diferença entre os fluxos de caixa contratuais devidos de acordo com o contrato e todos os fluxos de caixa que o Grupo espera receber, descontados a uma taxa de juros efetiva que se aproxima da taxa de juros original da transação. Os fluxos de caixa esperados incluirão fluxos de caixa da venda de garantias mantidas ou outras melhorias de crédito que sejam integrantes dos termos contratuais. As perdas de crédito esperadas são reconhecidas em duas etapas. Para as exposições de crédito para as quais não houve aumento significativo no risco de crédito desde o reconhecimento inicial, as perdas de crédito esperadas são provisionadas para perdas de crédito resultantes de eventos de inadimplência possíveis nos próximos 12 meses. Para as exposições de crédito para as quais houve um aumento significativo no risco de crédito desde o reconhecimento inicial, é necessária uma provisão para perdas de crédito esperadas durante a vida remanescente da exposição, independentemente do momento da inadimplência (uma perda de crédito esperada vitalícia). Para as contas a receber de clientes e ativos de contrato, o Grupo aplica uma abordagem simplificada no cálculo das perdas de crédito esperadas. Portanto, o Grupo não acompanha as alterações no risco de crédito, mas reconhece uma provisão para perdas com base em perdas de crédito esperadas vitalícias em cada data base. O Grupo estabeleceu uma matriz de provisões que se baseia em sua experiência histórica de perdas de crédito ajustada para fatores prospectivos específicos para os devedores e para o ambiente econômico. O Grupo considera um ativo financeiro em situação de inadimplemento quando os pagamentos contratuais estão vencidos há mais de 180 dias. No entanto, em certos casos, o Grupo também pode considerar que um ativo financeiro está em inadimplemento quando informações internas e externas indicam ser improvável o Grupo receber integralmente os valores contratuais em aberto antes de levar em conta quaisquer melhorias de crédito mantidas pelo Grupo. 2.6.2. Passivos financeiros: a) *Reconhecimento inicial e mensuração:* Os passivos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado, passivos financeiros ao custo amortizado ou como derivativos designados como instrumentos de hedge em um hedge efetivo, conforme apropriado. Todos os passivos financeiros são mensurados inicialmente ao seu valor justo, mais ou menos, no caso de passivo financeiro que não seja ao valor justo por meio do resultado, os custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à emissão do passivo financeiro. b) *Mensuração subsequente:* Para fins de mensuração subsequente, os passivos financeiros são classificados em duas categorias: Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado: Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado incluem passivos financeiros para negociação e passivos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado. Passivos financeiros são classificados como mantidos para negociação se forem incorridos para fins de recompra no curto prazo. Essa categoria também inclui instrumentos derivativos contratados pelo Grupo que não são designados como instrumentos de hedge nas relações de hedge definidas pelo Pronunciamento Técnico CPC 48 – Instrumentos Financeiros. Derivativos embutidos separados também são classificados como mantidos para negociação, a menos que sejam designados como instrumentos de hedge eficazes. Ganhos ou perdas em passivos para negociação são reconhecidos na demonstração do resultado. Os passivos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado são designados na data inicial de reconhecimento e somente se os critérios do Pronunciamento Técnico CPC 48 – Instrumentos Financeiros, forem atendidos. O Grupo não designou nenhum passivo financeiro ao valor justo por meio do resultado. Passivos financeiros ao custo amortizado: Esta é a categoria mais relevante para o Grupo. Após o reconhecimento inicial, debêntures privadas e outras obrigações contraídas e concedidas sujeitas a juros são mensuradas subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetiva. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando os passivos são baixados, bem como pelo processo de amortização da taxa de juros efetiva. O custo amortizado é calculado levando em consideração qualquer deságio ou ágio na aquisição e taxas ou custos que são parte integrante do método da taxa de juros efetiva. A amortização pelo método da taxa de juros efetiva é incluída como despesa financeira na demonstração do resultado. Os passivos financeiros do Grupo ao custo amortizado incluem debêntures privadas, contas a pagar por aquisição, arrendamento mercantil, contas a pagar de fornecedores, contas a pagar de partes relacionadas, dividendos a pagar e outras obrigações. c) *Desreconhecimento:* Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação sobre o passivo é extinta, ou seja, quando a obrigação especificada no contrato for liquidada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro do mesmo mutuante em termos substancialmente diferentes ou os termos de um passivo existente são substancialmente modificados, tal troca ou modificação é tratada como o desreconhecimento do passivo original e o reconhecimento de um novo passivo. A diferença nos respectivos valores contábeis é reconhecida na demonstração do resultado. 2.6.3. Compensação de instrumentos financeiros: Os ativos financeiros e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial individual e consolidado se houver um direito legal atualmente aplicável de compensação dos valores reconhecidos e se houver a intenção de liquidar em bases líquidas, realizar os ativos e liquidar os passivos simultaneamente. **2.7. Caixa e equivalentes de caixa:** Caixa e equivalentes de caixa incluem saldos em contas correntes bancárias, depósitos bancários e investimentos de curto prazo, com alta liquidez e vencimentos de três meses ou menos, a contar da data de contratação e sujeitos a um risco insignificante de mudança de valor. Esses saldos são mantidos com a finalidade de atender compromissos de caixa de curto prazo e não para investimentos ou outros fins. **2.8. Aplicações financeiras:** As aplicações financeiras são mensuradas pelo valor justo por meio do resultado. Correspondem, substancialmente, a aplicações financeiras de renda fixa, CDBs (Certificados de Depósito Bancários) e operações compromissadas com bancos de primeira linha, mantidas para investimentos. **2.9. Fundo restrito:** Os fundos restritos são aplicações financeiras mensuradas pelo valor justo por meio do resultado. Correspondem, substancialmente, a aplicações financeiras de renda fixa, CDBs (Certificados de Depósito Bancários) e estão vinculadas aos contratos de debêntures privadas, para cumprimento das obrigações contratuais de ICSD (Índice de Cobertura do Serviço da Dívida). **2.10. Contas a receber:** As contas a receber são registradas com base nos valores nominais e não são ajustadas a valor presente por apresentarem vencimento de curto prazo e por não resultarem em efeito relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Correspondem aos valores a receber pelos serviços prestados de produção, fornecimento e comercialização de água de reúso para clientes privados. A provisão para perda de crédito esperada é constituída, se necessário, com base em estimativas de perdas esperadas. Ao mensurar a provisão para perda de crédito esperada, a Administração do Grupo usa informações sobre o futuro razoáveis e suportáveis, que se baseiam nas premissas para a movimentação futura de fatores econômicos diferentes e como esses fatores irão afetar uns aos outros. A probabilidade de inadimplência é um dado considerado importante para a mensuração da provisão para perda de crédito esperada. O critério para constituição da provisão para perda de crédito esperada corresponde aos títulos a receber que possuem vencimento superior a 180 dias. Para clientes com valores parcelados, são constituídos na provisão para perda de crédito esperada os títulos parcelados que possuem vencimento a mais de 90 dias. **2.11. Estoques:** Os estoques contemplam os materiais destinados à operação e manutenção dos sistemas, e são avaliados ao custo médio de aquisição, inferior ao custo de reposição ou ao valor de realização, sendo classificados no ativo circulante. Quando aplicável, é constituída provisão para perdas em montante considerado suficiente para cobrir prováveis perdas na realização dos estoques. **2.12. Imobilizado:** O imobilizado é demonstrado pelo custo histórico líquido da depreciação acumulada e provisão para perda no valor recuperável, quando aplicável, de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 27 - Ativo Imobilizado. O custo abrange: o preço de aquisição, os encargos financeiros incorridos em financiamentos durante a fase de construção e todos os demais custos (fretes, impostos não recuperáveis) diretamente relacionados à colocação do ativo em condições de uso. Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados ao item e que o custo do item possa ser mensurado com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídas é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos. Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados anualmente e ajustados, se apropriado, de forma prospectiva. A depreciação é calculada usando o método linear para alocar seus custos aos seus valores residuais durante a vida útil estimada, limitadas, quando aplicável, ao prazo da concessão. Os anos de vida útil estimados para cada grupo do ativo imobilizado são os seguintes:

Classes do ativo imobilizado	Vida útil		
	GS Industrial	Aquapolo	Triunfo
Máquinas e equipamentos	2 a 13 anos	5 a 30 anos	5 a 20 anos
Móveis e utensílios	5 a 10 anos	2 a 10 anos	5 a 10 anos
Instalações	-	5 a 40 anos	20 a 35 anos
Ferramentas	-	5 a 30 anos	5 a 10 anos
Veículos	-	4 anos	-
Equipamentos de informática	5 anos	5 anos	5 a 10 anos
Edificações e benfeitorias	-	5 a 40 anos	-
Redes e tubulações	-	44 anos	40 anos
Direito de uso de arrendamento	-	2 anos	5 a 20 anos

O método de depreciação aplicado a um ativo deve ser revisado pelo menos ao final de cada exercício e, se houver alteração significativa no padrão previsto, o método de depreciação deve ser alterado para refletir essa mudança. Tal mudança deve ser registrada como mudança na estimativa contábil, de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro. O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado para seu valor recuperável se o valor contábil do ativo for maior do que seu valor recuperável estimado. Os ganhos e as perdas de alienações são determinados pela comparação do preço de venda com o valor contábil, líquido de depreciação, e são reconhecidos em "Outras receitas e despesas, líquidas", na demonstração do resultado. Os saldos registrados em obras em andamento correspondem aos custos associados ao projeto e construção da infraestrutura, com base na previsão que gerarão benefícios econômicos futuros para o Grupo. O Grupo reconhece imobilizado em andamento enquanto o ativo não está finalizado para uso. Com a sua finalização, esse ativo é reconhecido como imobilizado por meio de transferência entre contas, pois é nesse momento que está pronto para iniciar a sua amortização. **2.13. Intangível:** Ativos intangíveis são ativos não monetários identificáveis sem substância física ou incorpóreo, isto é, possui valor econômico, mas não tem existência física. Representa direitos de uso de um bem ou direitos associados a uma organização. Ativos intangíveis são inicialmente reconhecidos pelo preço de aquisição ou custo de produção. O custo de ativos intangíveis adquiridos em uma combinação de negócios corresponde ao valor justo na data de aquisição. Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são apresentados ao custo, deduzido de amortização acumulada e perdas acumuladas de valor recuperável. Ativos intangíveis gerados internamente, excluindo custos de desenvolvimento capitalizados, não são capitalizados, e o gasto é refletido na demonstração do resultado no exercício em que for incorrido de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 04 (R1) - Ativo Intangível. A vida útil do ativo intangível é avaliada como definida ou indefinida. Ativos intangíveis com vida útil definida são amortizados ao longo da vida útil-econômica e avaliados em relação à perda por redução ao valor recuperável sempre que houver indicação de perda de valor econômico do ativo. O período e o método de amortização para um ativo intangível com vida definida são revisados no mínimo no fim de cada exercício social. Mudanças na vida útil estimada ou no consumo esperado dos benefícios econômicos futuros desses ativos são contabilizadas por meio de mudanças no período ou método de amortização, conforme o caso, sendo tratadas como mudanças de estimativas contábeis. A amortização de ativos intangíveis com vida útil definida é reconhecida na demonstração do resultado na categoria de despesa consistente com a utilização do ativo intangível. Os anos de vida útil estimados para cada grupo do ativo intangível são os seguintes:

Classes do ativo intangível	Vida útil		
	GS Industrial	Aquapolo	Triunfo
Direito da carteira de clientes	-	-	40 anos
Mais-valia do intangível de contrato	-	-	40 anos
Direito de uso de servidão de passagem	-	30 anos	-
Direito de uso de arrendamento	2 a 5 anos	-	-
Software	-	5 a 10 anos	5 a 10 anos

Ativos intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados, mas são testados anualmente em relação a perdas por redução ao valor recuperável, individualmente ou no nível da unidade geradora de caixa. A avaliação de vida útil indefinida é revisada anualmente para determinar de esta avaliação continua a ser justificável. Caso contrário, a mudança na vida útil de indefinida para definida é feita de forma prospectiva. Um ativo intangível é baixado (desreconhecido) quando da sua venda (ou seja, a data em que o beneficiário obtém o controle do ativo relacionado) ou quando não são esperados benefícios econômicos futuros a partir de sua utilização ou venda. Eventual ganho ou perda resultante do desreconhecimento do ativo (a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) é reconhecido na demonstração do resultado do exercício. **2.14. Redução ao valor recuperável de ativos não financeiros:** Os ativos que têm uma vida útil indefinida, como o ágio, não estão sujeitos à amortização e são testados anualmente para identificar eventual necessidade de redução ao valor recuperável (impairment). As revisões de impairment do ágio são realizadas anualmente ou com maior frequência se eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem um possível impairment. Os ativos que estão sujeitos à amortização são revisados para a verificação de impairment sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por impairment é reconhecida quando o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável, o qual representa o maior valor entre o valor justo de um ativo menos seus custos de venda e o seu valor em uso. Para fins de avaliação do impairment, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existam fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa - "UGC"). **2.15. Arrendamentos:** O Grupo avalia, na data de início do contrato, se esse contrato é ou contém um arrendamento, ou seja, se o contrato transmite o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período, em troca de contraprestação, de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 06 (R1) - Arrendamento Mercantil. O Grupo avalia uma única abordagem de reconhecimento e mensuração para todos os arrendamentos, exceto para arrendamento de curto prazo e arrendamentos de ativos de baixo valor. O Grupo reconhece os passivos de arrendamento para efetuar pagamentos de arrendamento e ativos de direito de uso que representam o direito de uso dos ativos subjacentes. Ativos de direito de uso: O Grupo reconhece os ativos de direito de uso na data de início do arrendamento, ou seja, na data em que o ativo subjacente está disponível para uso. Os ativos de direito de uso são mensurados ao custo, deduzidos de qualquer depreciação acumulada e perdas por redução ao valor recuperável, e ajustados por qualquer nova remensuração dos passivos de arrendamento. O custo dos ativos de direito de uso inclui o valor dos passivos de arrendamento reconhecidos, custos diretos iniciais incorridos e pagamentos de arrendamento realizados até a data de início, menos os eventuais incentivos de arrendamento recebidos. Os ativos de direito de uso são depreciados linearmente, pelo menor período entre o prazo do arrendamento e a vida útil estimada dos ativos. Passivos de arrendamento: Na data de início do arrendamento, o Grupo reconhece os passivos de arrendamento mensurados pelo valor presente dos pagamentos do arrendamento a serem realizados durante o prazo do arrendamento. Os pagamentos do arrendamento incluem os pagamentos fixos (incluindo, substancialmente, pagamentos fixos), menos quaisquer incentivos de arrendamento a receber, pagamentos variáveis de arrendamento que dependem de um índice ou taxa, e valores esperados a serem pagos sob garantia de valor residual. Os pagamentos de arrendamentos incluem ainda o preço de exercício de uma opção de compra razoavelmente certa de ser exercida pelo Grupo e pagamentos de multa pela rescisão do arrendamento, se o prazo do arrendamento refletir o Grupo exercendo a opção de reincidir o arrendamento. **2.16. Custo das debêntures privadas:** Os custos das debêntures privadas atribuíveis diretamente à aquisição, construção ou produção de ativos qualificáveis, os quais levam, necessariamente, um período substancial para ficarem prontos para uso ou venda pretendida, são acrescentados aos custos de tais ativos até a data em que estejam prontos para o uso ou venda pretendida. **2.17. Provisões:** Uma provisão é reconhecida quando o Grupo possui uma obrigação presente (legal ou presumida) resultante de um evento passado, em que é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação, e for possível estimar seu valor de maneira confiável. O valor reconhecido como provisão, foi mensurado a valor presente, e é a melhor estimativa da compensação necessária para liquidar a obrigação presente na data do balanço, levando em consideração os riscos e as incertezas relativos à obrigação. As provisões para ações judiciais (trabalhistas, cíveis e tributárias) são reconhecidas quando o Grupo tem uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos passados; é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e o valor tiver sido estimado com segurança. Para toda ação judicial que tiver causa provável de perda, é feita a provisão contábil. **2.18. Distribuição de dividendos e de juros sobre o capital próprio:** A distribuição de dividendos e de juros sobre o capital próprio é reconhecida como passivo nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ao final do exercício, com base no estatuto social. Qualquer valor, acima do valor mínimo obrigatório, somente é provisionado na data em que são aprovados pelos acionistas, em Assembleia Geral Ordinária (AGO). **2.19. Subvenções governamentais:** Subvenções governamentais são reconhecidas quando há razoável segurança de que a Companhia cumprirá todas as condições estabelecidas e relacionadas com a subvenção e de que a subvenção será recebida, conforme orientação do Pronunciamento Contábil CPC 07 - Subvenção e Assistência Governamental. Quando o benefício se refere a um item de despesa, é reconhecido como receita ao longo do período do benefício de forma sistemática em relação às respectivas despesas cujo benefício pretende compensar. O Grupo possui incentivo fiscal de ICMS no estado do Rio Grande do Sul conforme Decreto Nº 37.699, de 26/08/1997 onde difere-se o ICMS em 100% das operações de venda de água. Tal incentivo são considerados subvenções para investimento nos termos da Lei Complementar nº 160/2017, as subvenções para investimento, inclusive mediante isenção ou redução de impostos, concedidas como estímulo à implantação ou expansão de empreendimentos econômicos, não serão computadas na determinação do lucro real, desde que seja registrada em reserva de incentivos fiscais. Os recursos relativos aos incentivos não são distribuídos como dividendos. A Administração, com o suporte de seus assessores jurídicos, realizou uma análise aprofundada e chegou à conclusão de que a Companhia pode ser alvo de fiscalização. Este processo envolveu uma revisão detalhada dos procedimentos adotados, políticas e regulamentos aplicáveis, levando em consideração as normativas vigentes e as possíveis implicações legais. Mais detalhes, vide nota de contingência Nota 16. **2.20. Ajuste a valor presente de ativos e passivos:** Os ativos e passivos monetários de longo prazo são atualizados monetariamente e, portanto, estão ajustados pelo seu valor presente. O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários de curto prazo é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às demonstrações financeiras consolidadas tomadas em conjunto. Para fins de registro e determinação de relevância, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos. **2.21. Transações em moeda estrangeira:** Na elaboração das demonstrações financeiras de cada empresa do Grupo, as transações em moeda estrangeira, ou seja, qualquer moeda diferente da moeda funcional de cada empresa, são registradas de acordo com as taxas de câmbio vigentes na data de cada transação. No fim de cada período de relatório, os ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são novamente convertidos pelas taxas vigentes no fim de cada período. Os itens não monetários registrados pelo valor justo apurado em moeda estrangeira são convertidos pelas taxas vigentes na data em que o valor justo for determinado. Os itens não monetários mensurados pelo custo histórico em uma moeda estrangeira não são novamente convertidos. As variações cambiais são reconhecidas no resultado do período em que ocorrem. Para fins de apresentação dessas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, os ativos e passivos das operações do Grupo no exterior são con-

continuação ☛

A publicação acima foi realizada e certificada no dia 12/04/2024

ICP Brasil

Acesse a página de **Publicações Legais** no site do **Jornal Data Mercantil**, apontando a câmera do seu celular no QR Code, ou acesse o link: **www.datamercantil.com.br/publicidade_legal**

continuação ☛

GS Inima Industrial S.A. e suas controladas

vertidos utilizando as taxas de câmbio vigentes no fim do exercício. Os resultados são convertidos pelas taxas de câmbio médias do período, a menos que as taxas de câmbio flutuem significativamente durante o período; neste caso, são utilizadas as taxas de câmbio na data da transação. As variações cambiais resultantes dessas conversões, se houver, são reconhecidas em outros resultados abrangentes e acumuladas em um componente separado da reserva de conversão de moeda estrangeira. **2.22. Tributos:** Lucro real: O Grupo é optante pelo lucro real e calcula o IRPJ e a CSLL corrente e diferida sobre o lucro líquido ajustado pelas adições e exclusões previstas na legislação tributária, aplicando a alíquota de 15%, acrescido do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R$ 240 (base anual) para IRPJ e 9% sobre o lucro tributável para CSLL. Além disso, considera a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de CSLL, limitada a 30% do lucro real do exercício. IRPJ e CSLL – correntes: O imposto corrente se baseia no lucro real do exercício. O lucro real diferente do lucro apresentado no resultado porque exclui receitas e despesas tributáveis ou dedutíveis em outros exercícios, além de excluir itens não tributáveis ou não dedutíveis de forma permanente. Ativos e passivos de tributos correntes são mensurados pelo valor esperado a ser recuperado ou pago às autoridades tributárias, utilizando as alíquotas de tributos que estejam aprovadas no fim do exercício. Uma provisão é reconhecida para questões para as quais a apuração de impostos é incerta, mas há probabilidade de desembolso futuro de recursos para uma autoridade fiscal. As provisões representam a melhor estimativa do valor a ser pago. IRPJ e CSLL – diferidos: O imposto diferido é o imposto devido ou a recuperar sobre as diferenças entre o valor contábil de ativos e passivos nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e as correspondentes bases de cálculo usadas na apuração do lucro real. Os passivos fiscais diferidos são geralmente reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias tributáveis e os ativos fiscais diferidos são reconhecidos quando for provável que o Grupo apresentará lucro tributável em montante suficiente para que tais diferenças temporárias dedutíveis possam ser realizadas. O valor contábil de ativos fiscais diferidos é revisado em cada data do balanço e baixado quando não for mais provável que lucros tributáveis suficientes estarão disponíveis para permitir a recuperação de todo o ativo, ou parte dele. Impostos diferidos são calculados com base nas alíquotas fiscais aplicáveis no exercício no qual se espera que o passivo seja liquidado ou o ativo seja realizado, com base nas leis e alíquotas fiscais promulgadas ou substancialmente promulgadas na data do balanço. O Grupo contabiliza os ativos e passivos fiscais diferidos de forma líquida se, e somente se, as entidades referidas possuem o direito legalmente executável de fazer ou receber um único pagamento líquido e as entidades pretendam fazer ou receber este pagamento líquido ou recuperar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. **2.23. Receitas:** A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela prestação de serviços no curso normal das atividades do Grupo. Nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a receita é apresentada líquida dos impostos, dos abatimentos e dos descontos. As receitas são reconhecidas quando os valores podem ser mensurados com segurança, é provável que benefícios econômicos futuros fluirão para as entidades e quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma das atividades. As estimativas se baseiam em resultados históricos, levando em consideração o tipo de cliente, o tipo de transação e as especificações de cada prestação de serviço. Um recebível é reconhecido se um valor de contraprestação que seja incondicional é devido de um cliente (ou seja, faz-se necessário somente o transcorrer do tempo para que o pagamento da contraprestação seja devido). Os direitos a faturar representam receitas incorridas, cujo fornecimento de água de reúso foi efetuado, entretanto o faturamento ocorrerá no mês subsequente. Os direitos a faturar são reconhecidos em contrapartida aos valores a faturar em contas a receber. Os tipos de receitas do Grupo estão descritos abaixo: Receitas de comercialização de água de reuso: As receitas de comercialização compreendem o valor justo da venda de águas de reúso no curso normal das atividades do Grupo e são reconhecidas à medida que os fornecimentos de água de reúso são efetuados. Receitas de serviços: As receitas de serviços compreendem a permissão de uso de dutos e condutos de qualquer natureza para disponibilização de água de incêndio. Essas receitas são reconhecidas à medida em que os serviços são prestados. **2.24. Resultado financeiro:** As receitas e despesas financeiras são representadas, substancialmente, por juros e variações monetárias decorrentes de aplicações financeiras, fundo restrito e debêntures privadas. **2.25. Benefícios a empregados:** O Grupo concede os seguintes benefícios: Participação nos lucros e resultados: O Grupo reconhece um passivo e uma despesa de participação de empregados no resultado, além de uma provisão quando estiver contratualmente obrigada ou houver uma prática anterior que tenha gerado obrigação não formalizada. A participação nos lucros e resultados tem como base os resultados alcançados por cada empresa do Grupo e avaliação do desempenho individual do empregado, em relação à sua contribuição para a formação deste resultado, tanto na parte quantitativa quanto na qualitativa. Outros benefícios pós emprego: Algumas empresas do Grupo oferecem benefício de assistência médica pós aposentadoria a seus funcionários e o custo arcado por ele através de emissão de apólice individual sem custo para o Grupo. O direito a esses benefícios é condicionado à permanência do funcionário no emprego até a idade de aposentadoria, estar em um plano de saúde regulamentado, ser contribuinte na manutenção do plano e ter tempo mínimo de vínculo. Obrigações de aposentadoria: Algumas empresas do Grupo disponibilizam um plano de Previdência Complementar através de entidade fechada de Previdência Complementar. Essa entidade fechada de Previdência Complementar é uma entidade sem fins lucrativos, que atua sob a forma jurídica de sociedade civil, aprovada pelo Ministério da Previdência Social (conforme Portaria n° 1.719 de 23/12/1994). O plano é estruturado na modalidade de contribuição definida, na qual o valor do benefício decorrerá sempre do saldo acumulado na conta de participante. A conta de participante é individual e constituída pelas contribuições dos funcionários, pelas contrapartidas da patrocinadora e pelo resultado dos investimentos. **2.26. Pronunciamentos novos ou revisados aplicados em 2023:** O Grupo aplicou pela primeira vez certas normas e alterações, que são válidas para períodos anuais iniciados em, ou após, 01/01/2023 (exceto quando indicado de outra forma). O Grupo decidiu não adotar antecipadamente nenhuma outra norma, interpretação ou alteração que tenham sido emitidas, mas ainda não estejam vigentes. CPC 50/IFRS 17 – Contratos de Seguros: O IFRS 17 (equivalente ao CPC 50 Contratos de Seguros) é uma nova norma de contabilidade com alcance para contratos de seguros, abrangendo o reconhecimento e mensuração, apresentação e divulgação. O IFRS 17 (CPC 50) substitui o IFRS 4 – Contratos de Seguros (equivalente ao CPC 11). O IFRS 17 (CPC 50) se aplica a todos os tipos de contratos de seguros (como de vida, ramos elementares, ramo direto e resseguro), independentemente do tipo de entidades que os emitem, bem como a certas garantias e instrumentos financeiros com características de participação discricionária; algumas exceções de escopo se aplicarão. O objetivo geral do IFRS 17 (CPC 50) é fornecer um modelo de contabilidade abrangente para contratos de seguro que seja mais útil e consistente para seguradoras, cobrindo todos os aspectos contábeis relevantes. O IFRS 17 (CPC 50) é baseado em um modelo geral, complementado por: i) Uma adaptação específica para contratos com características de participação direta (a abordagem de taxa variável); e ii) Uma abordagem simplificada (a abordagem de alocação de prêmios) principalmente para contratos de curta duração. A nova norma não teve impacto nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas do Grupo. Alterações ao CPC 23/IAS 8 – Definição de estimativas contábeis: As alterações ao IAS 8 (equivalente ao CPC 23 – Políticas contábeis, mudança de estimativa e retificação de erro) esclarecem a distinção entre mudanças em estimativas contábeis, mudanças em políticas contábeis e correção de erros. Elas também esclarecem como as entidades utilizam técnicas de mensuração e inputs para desenvolver estimativas contábeis. As alterações não tiveram impacto nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas do Grupo. Alterações ao CPC 26 (R1)/IAS 1 – Divulgação de políticas contábeis: As alterações ao IAS 1 (equivalente ao CPC 26 (R1) – Apresentação das demonstrações contábeis) e o IFRS Practice Statement 2 fornecem orientação e exemplos para ajudar as entidades a aplicar julgamentos de materialidade às divulgações de políticas contábeis. As alterações visam ajudar as entidades a fornecer divulgações de políticas contábeis mais úteis, substituindo o requisito para as entidades divulgarem suas políticas contábeis "significativas" por um requisito para divulgar suas políticas contábeis "materiais" e adicionando orientação sobre como as entidades aplicam o conceito de materialidade ao tomar decisões sobre divulgações de políticas contábeis. As alterações tiveram impacto nas divulgações de políticas contábeis do Grupo, mas não na mensuração, reconhecimento ou apresentação de itens nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas do Grupo. Alterações ao CPC 32/IAS 12 – Imposto diferido relacionado a ativos e passivos originados de uma simples transação: As alterações ao IAS 12 Income tax (equivalente ao CPC 32 – Tributos sobre o lucro) estreitam o escopo da exceção de reconhecimento inicial, de modo que ela não se aplique mais a transações que geram diferenças temporárias tributárias e dedutíveis iguais, como arrendamentos e passivos de desativação. As alterações não tiveram impacto nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas do Grupo. **2.27. Normas emitidas, mas ainda não vigentes:** As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas não ainda em vigor até a data de emissão das demonstrações financeiras individuais e consolidadas do Grupo, estão descritas abaixo. O Grupo pretende adotar essas normas e interpretações novas e alteradas, se cabível, quando entrarem em vigor. Alterações ao CPC 06/IFRS 16 – Passivo de locação em um sale and leaseback (transação de venda e retroarrendamento): Em setembro de 2022, o IASB emitiu alterações ao IFRS 16 (equivalente ao CPC 06 – Arrendamentos) para especificar os requisitos que um vendedor-arrendatário utiliza na mensuração da responsabilidade de locação decorrente de uma transação de venda e arrendamento de volta, a fim de garantir que o vendedor-arrendatário não reconheça qualquer quantia do ganho ou perda que se relaciona com o direito de uso que ele mantém. As alterações vigoram para períodos de demonstrações financeiras anuais que se iniciam em ou após 01/01/2024 e devem ser aplicadas retrospectivamente a transações sale and leaseback celebradas após a data de aplicação inicial do IFRS 16 (CPC 06). A aplicação antecipada é permitida e esse fato deve ser publicado. Não se espera que as alterações tenham um impacto material nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas do Grupo. Alterações ao CPC 26 (R1)/IAS 1 – Classificação de passivos como circulante ou não circulante: Em janeiro de 2020 e outubro de 2022, o IASB emitiu alterações aos parágrafos 69 a 76 do IAS 1 (equivalente ao CPC 26 (R1) – Apresentação das demonstrações contábeis), para especificar os requisitos de classificação de passivos como circulante ou não circulante. As alterações esclarecem: i) o que se entende por direito de adiar a liquidação; ii) que o direito de adiar deve existir no final do período das informações financeiras; iii) que a classificação não é afetada pela probabilidade de a entidade exercer seu direito de adiar; iv) que somente se um derivativo embutido em um passivo conversível for ele próprio um instrumento de patrimônio, os termos de um passivo não afetarão sua classificação. Além disso, foi introduzida uma exigência de divulgação quando um passivo decorrente de um contrato de empréstimo é classificado como não circulante e o direito da entidade de adiar a liquidação depende do cumprimento de covenants futuros dentro de doze meses. As alterações vigoram para períodos de demonstrações financeiras anuais que se iniciam em ou após 01/01/2024 e devem ser aplicadas retrospectivamente. O Grupo está atualmente avaliando o impacto que as alterações terão na prática atual e se contratos de debêntures privadas existentes podem exigir renegociação. Alterações ao CPC 03 (R2)/IAS 7 e CPC 40 (R1)/IFRS 7 – Acordos de financiamento de fornecedores: Em maio de 2023, o IASB emitiu alterações ao IAS 7 (equivalente ao CPC 03 (R2) – Demonstrações do fluxo de caixa), e ao IFRS 7 (equivalente ao CPC 40 (R1) – Instrumentos financeiros: evidenciação) para esclarecer as características de acordos de financiamento de fornecedores e exigir divulgações adicionais desses acordos. Os requisitos de divulgação nas alterações têm como objetivo auxiliar os usuários das demonstrações financeiras a compreender os efeitos dos acordos de financiamento com fornecedores nas obrigações, fluxos de caixa e exposição ao risco de liquidez de uma entidade. As alterações vigoram para períodos de demonstrações financeiras anuais que se iniciam em ou após 01/01/2024. A adoção antecipada é permitida, mas deve ser divulgada. Não se espera que as alterações tenham um impacto material nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas do Grupo. 3. **Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas: 3.1. Julgamentos:** A preparação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas do Grupo requer que a Administração faça julgamentos, estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, e as respectivas divulgações, bem como as divulgações de passivos contingentes. No processo de aplicação das políticas contábeis do Grupo, a Administração fez os seguintes julgamentos que têm efeito mais significativo sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas: Análise dos contratos de arrendamento: O Grupo analisa os contratos de aluguel para identificar se eles se enquadram nos critérios de arrendamento definidos pelo Pronunciamento Contábil CPC 06 (R2) – Arrendamentos. Nessa análise, o Grupo utiliza seu julgamento para verificar a periodicidade de cada contrato, juntamente com as opções de renovação e rescisão. A Administração do Grupo aplica julgamento ao avaliar se é razoavelmente certo se deve ou não exercer a opção de renovar ou rescindir o arrendamento. Nessa avaliação, considera todos os fatores relevantes que criam um incentivo econômico para o exercício da renovação ou rescisão. Após a mensuração inicial, o Grupo reavalia o prazo do arrendamento se houver um evento significativo ou mudança nas circunstâncias que esteja sob seu controle e afetará sua capacidade de exercer ou não exercer a opção de renovar ou rescindir. Valor justo de ativos e passivos oriundos da combinação de negócios: De acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 15 (R1) - Combinação de Negócios/IFRS 3 - Business Combinations, o Grupo deve alocar o valor dos ativos adquiridos, das contingências e passivos assumidos com base nos seus valores justos estimados na data de aquisição. A Administração do Grupo exerce julgamentos significativos na mensuração de ativos tangíveis, na identificação e mensuração de ativos intangíveis, na identificação e mensuração de riscos e contingências, na mensuração de outros ativos adquiridos e passivos assumidos e na determinação de suas vidas úteis remanescentes. O uso das estimativas utilizadas para as mensurações e avaliações de risco podem resultar em valores estimados diferentes dos ativos adquiridos e passivos assumidos. O Grupo contrata empresas especializadas para apoiá-lo nessas atividades. Se os resultados futuros não forem consistentes com as estimativas e premissas usadas, o Grupo estaria exposto a perdas que podem ser materiais. Avaliação do modelo de negócios: A classificação e mensuração de ativos financeiros depende dos resultados do teste de "apenas pagamentos de principal e juros" e do teste do modelo de negócios. O Grupo determina o modelo de negócios em um nível que reflete como os grupos do ativo financeiro são gerenciados em conjunto para atingir um objeto de negócios específico. Essa avaliação inclui julgamento que reflete todas as evidências relevantes incluindo a forma como o desempenho dos ativos é avaliado e como seu desempenho é mensurado, os riscos que afetam o desempenho dos ativos e como esses ativos são geridos e como os gestores dos ativos são remunerados. O Grupo monitora os ativos financeiros mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes baixados antes do seu vencimento para entender o motivo para a sua alienação e se os motivos estão de acordo com o objetivo do negócio para o qual o ativo foi mantido. O monitoramento faz parte da avaliação contínua do Grupo sobre se o modelo de negócios para o qual os ativos financeiros remanescentes são mantidos continua adequado e, se não for adequado, se houve alguma mudança no modelo de negócios e alguma alteração prospectiva na classificação desses ativos. Não foi necessária nenhuma mudança durante os períodos apresentados. **3.2. Estimativas e premissas:** As principais premissas relativas ao futuro e outras principais fontes de incerteza nas estimativas na data das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, que têm um risco significativo de causar um ajuste material nos valores contábeis dos ativos e passivos no próximo exercício social, estão descritas a seguir. O Grupo baseou suas premissas e estimativas em parâmetros disponíveis quando as demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas. No entanto, as circunstâncias existentes e as premissas sobre desenvolvimentos futuros podem mudar devido a alterações de mercado ou circunstâncias que estão além do controle do Grupo. Tais mudanças são refletidas nas premissas quando ocorrem. Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros: Uma perda por redução ao valor recuperável existe quando o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede o seu valor recuperável, que é o maior valor entre o valor justo líquido das despesas de venda e o valor em uso. O cálculo do valor justo líquido das despesas de venda é baseado em informações disponíveis de transações de venda de ativos similares ou preços de mercado menos as despesas de venda. O cálculo do valor em uso é baseado no modelo de fluxo de caixa descontado. Os fluxos de caixa derivam do orçamento para os próximos cinco anos e não incluem atividades de reorganização com as quais o Grupo ainda não tenha se comprometido ou investimentos futuros significativos que melhorarão a base de ativos da unidade geradora de caixa objeto de teste. O valor recuperável é sensível à taxa de desconto utilizada no método de fluxo de caixa descontado, bem como aos recebimentos de caixa futuros esperados e à taxa de crescimento utilizada para fins de extrapolação. As principais premissas utilizadas para determinar o valor recuperável da unidade geradora de caixa, incluindo análise de sensibilidade, são detalhadas na Nota 4. Perda por redução ao valor recuperável de ativos financeiros: *Provisão para perdas de crédito esperadas para contas a receber:* A provisão para perdas de crédito esperadas é constituída, se necessário, com base em estimativas de perdas históricas e esperadas. Ao mensurar a provisão para perdas de crédito esperadas, a Administração do Grupo usa informações sobre o futuro razoáveis e suportáveis, que se baseiam nas premissas para a movimentação futura de fatores econômicos diferentes e como esses fatores irão afetar uns aos outros. A probabilidade de inadimplência é um dado considerado importante para a mensuração da provisão para perdas de crédito esperadas. A probabilidade de inadimplência é uma estimativa da probabilidade de inadimplência durante um período específico, cujo cálculo inclui dados históricos, premissas e expectativas de condições futuras. A avaliação da correlação entre a perda histórica observada, as condições econômicas previstas e as perdas de crédito esperadas são uma estimativa significativa. As informações sobre a provisão para perdas de crédito esperadas para contas a receber está divulgada na Nota 8. Tributos diferidos: O tributo diferido é gerado por diferenças temporárias na data do balanço entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis. O Grupo mantém o registro permanente de IRPJ e CSLL diferidos ativos e passivos. O diferido ativo é sobre as diferenças temporárias de prejuízos fiscais acumulados, provisão para perda de crédito esperada, ajuste a valor presente e atualização monetária do arrendamento mercantil, despesas pré-operacionais, provisão da participação nos lucros e resultados, provisão de notas fiscais e provisão para ações judiciais. O diferido passivo é sobre diferenças temporárias de RTT, atualização dos custos de transação, diferença entre depreciação fiscal e societária e encargos financeiros. O julgamento significativo da Administração, em relação ao ativo fiscal diferido, é requerido para determinar o valor do ativo fiscal diferido que pode ser reconhecido, com base no prazo provável e nível de lucros tributáveis futuros, juntamente com estratégias de planejamento fiscal futuras. O passivo fiscal diferido é mensurado pela alíquota que se espera que seja aplicável no período quando for liquidado o passivo, com base nas alíquotas (e legislação fiscal) que estejam em vigor ao final do período que está sendo reportado. O Grupo espera amortizar o valor contábil do passivo fiscal diferido até o encerramento do contrato de concessão. Benefícios de aposentadoria: O custo de planos de aposentadoria com benefícios definidos e de outros benefícios de assistência médica pós-emprego e o valor presente da obrigação de aposentadoria são determinados utilizando métodos de avaliação atuarial. A avaliação atuarial envolve o uso de premissas sobre as taxas de desconto, taxas de retorno de ativos esperadas, aumentos salariais futuros, taxas de mortalidade e aumentos futuros de benefícios de aposentadorias e pensões. A obrigação de benefício definido é altamente sensível a mudanças nessas premissas. Todas as premissas são revisadas a cada data-base. Ao determinar a taxa de desconto adequada, a Administração considera as taxas de juros de debêntures emitidas por corporações de elevada solvência e títulos do Tesouro Nacional com vencimento correspondente à duração da obrigação do benefício definido. A qualidade dos títulos é revisada e aqueles com um spread de crédito excessivo são excluídos da população de títulos que são utilizados para identificar a taxa de juros. A taxa de mortalidade se baseia em tábuas de mortalidade disponíveis no país. Aumentos futuros de salários e de benefícios de aposentadoria e de pensão se baseiam nas taxas de inflação futuras esperadas para o país. Reconhecimento da receita não faturada: O Grupo registra as receitas ainda não faturadas, porém incorridas, cujo serviço/venda foi prestado/comercializado, mas ainda não foi faturado até o final de cada período. Essas receitas são contabilizadas na data da prestação do serviço/venda de mercadorias, como contas a receber de clientes a faturar, com base em especificações de cada venda, de forma que as receitas se contraponham aos custos em sua correta competência. Provisão e passivos contingentes: O Grupo reconhece a provisão para ações judiciais relacionada à causas cíveis. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados internos e externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. 4. **Gestão de riscos: 4.1. Objetivos e políticas para gestão de riscos financeiros:** Os principais ativos financeiros do Grupo incluem caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, fundo restrito, contas a receber de clientes, contas a receber de partes relacionadas, empréstimos a receber de partes relacionadas (mútuos) e outros créditos. Os principais passivos financeiros do Grupo, que não sejam derivativos, referem-se à debêntures privadas, contas a pagar por aquisição, arrendamento mercantil, contas a pagar de fornecedores, contas a pagar de partes relacionadas, dividendos a pagar e outras obrigações. O Grupo está exposto a risco de mercado, risco de crédito e risco de liquidez. A Administração do Grupo supervisiona a gestão desses riscos. A Administração do Grupo afirma que as atividades do Grupo em que se assumem riscos financeiros são regidas por políticas e procedimentos apropriados e que os riscos financeiros são identificados, avaliados e gerenciados de acordo com as políticas do Grupo. O Grupo não possui atividades envolvendo derivativos. A Administração do Grupo estabelece políticas para a gestão de cada um desses riscos, os quais são resumidos a seguir: Risco de mercado: O risco de mercado é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nos preços de mercado. Os preços de mercado englobam três tipos de riscos: risco de taxa de juros, risco de câmbio e risco de preço. Instrumentos financeiros afetados pelo risco de mercado incluem endividamentos, equivalentes de caixa, aplicações financeiras e fundo restrito. Dentro do risco de mercado, o risco aplicável ao Grupo é o risco de taxa de juros e o risco de câmbio. De acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 40 (R1) – Instrumentos Financeiros: Evidenciação, é requerida a divulgação de demonstrativo de análise de sensibilidade para cada tipo de risco de mercado considerado relevante pela Administração. A Administração entende como relevante o risco de taxa de juros e para a análise de sensibilidade de variações nas taxas de juros, a Administração do Grupo adotou para o cenário provável para os próximos 12 meses (cenário I), as mesmas taxas utilizadas na data das demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Para os cenários II e III considerou, conforme instrução da CVM, um acréscimo e uma deterioração de 25% e 50%, respectivamente. *Risco de taxa de juros:* Riscos de taxas de juros é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nas taxas de juros de mercado. A exposição do Grupo ao risco de mudanças nas taxas de juros de mercado refere-se, principalmente, às obrigações de longo prazo do Grupo sujeitas a taxa de juros variáveis. O Grupo gerencia o risco de taxa de juros mantendo uma carteira equilibrada de endividamentos sujeitos a taxas fixas e taxas variáveis. Sensibilidade à taxa de juros: A tabela abaixo demonstra a sensibilidade a eventuais possíveis na taxa de juros sobre as debêntures privadas, aplicações financeiras, fundo restrito e empréstimos a receber com partes relacionadas (mútuos):

Indicadores	Saldo consolidado	Cenário I (provável)	Cenário II (+ 25%)	Cenário II (- 25%)	Cenário III (+ 50%)	Cenário III (- 50%)
		13,04% (*)	16,30%	9,78%	19,56%	6,52%
Aplicações financeiras	475.429	537.422	552.921	521.924	568.419	506.426
Fundo restrito	17.751	20.066	20.644	19.487	21.223	18.908
CDI + 2,05% a.a.		15,09% (*)	18,86%	11,32%	22,63%	7,54%
Empréstimos a receber com partes relacionadas	14.008	16.122	16.650	15.593	17.179	15.065
TR + 8,75% a.a.		10,51% (*)	13,14%	7,88%	15,77%	5,26%
Debêntures privadas	(188.440)	(208.245)	(213.196)	(203.294)	(218.148)	(198.343)
CDI + 2,57% a.a.		15,61% (*)	19,51%	11,71%	23,41%	7,80%
Debêntures privadas	(154.602)	(178.734)	(184.768)	(172.701)	(190.801)	(166.668)

(*) Fonte dos índices - Banco Central do Brasil - BACEN (CDI e TR acumulados em 31/12/2023). *Risco de câmbio:* O risco de câmbio é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nas taxas de câmbio. A exposição do Grupo ao risco de variações nas taxas de câmbio refere-se principalmente às atividades operacionais do Grupo (quando receitas ou despesas são denominadas em uma moeda diferente da moeda funcional do Grupo). O Grupo gerencia seu risco de câmbio garantindo que o fluxo de caixa dessas transações seja previsto até a liquidação do valor a pagar ou a receber, expresso em moeda estrangeira. Risco de crédito: O risco de crédito é o risco de a contraparte de um negócio não cumprir uma obrigação prevista em um instrumento financeiro ou contrato com cliente, o que levaria ao reconhecimento de perdas. O Grupo está exposto ao risco de crédito em suas atividades operacionais (principalmente com relação às contas a receber de clientes e de partes relacionadas) e de financiamento, incluindo caixa e equivalentes de caixa, transações em moeda estrangeira e outros instrumentos financeiros. O risco de crédito do cliente é administrado por cada unidade de negócio, estando sujeito a procedimentos, controles e políticas estabelecidas pelo Grupo em relação ao gerenciamento de risco de crédito do cliente. Os recebíveis de clientes em aberto são monitorados regularmente. Uma análise de redução ao valor recuperável é efetuada a cada data de reporte usando uma matriz de provisão para avaliar as perdas de crédito esperadas. O cálculo reflete a probabilidade ponderada de perda, o valor do dinheiro no tempo e informações razoáveis e suportáveis que estão disponíveis na data de reporte sobre eventos passados, condições atuais e provisões de condições econômicas futuras. O risco de crédito de saldos com bancos e instituições financeiras é administrado pela Tesouraria do Grupo de acordo com a política estabelecida pelo Grupo. Os recursos excedentes são investidos apenas em contrapartes aprovadas e dentro do limite estabelecido de cada uma. Risco de liquidez: O Grupo acompanha o risco de escassez de recursos. Para administrar a liquidez do caixa em moeda nacional, o Grupo possui premissas de desembolsos e recebidos que são monitorados diariamente pela Tesouraria do Grupo. O objetivo do Grupo é manter um balanço adequado entre a continuidade da disponibilização de recursos e a flexibilidade de sua obtenção por meio de endividamentos. **4.2. Instrumentos financeiros por categoria:** Os instrumentos financeiros do Grupo são classificados da seguinte forma:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Ativos financeiros pelo custo amortizado				
Caixa e equivalentes de caixa	288	4.023	25.315	25.145
Contas a receber de clientes	21	13	22.041	21.908
Contas a receber de partes relacion.	1.628	811	212	14
Dividendos a receber	10.721	10.338	-	-
Empréstimos a receber com partes relacionadas (mútuos)	14.008	12.380	14.008	12.380
Outros créditos	42	70	2.526	1.930
	26.708	27.635	64.102	61.377
Ativos financeiros por meio do resultado				
Aplicações financeiras	428.806	394.512	457.536	438.605
Fundo restrito	-	-	17.751	18.889
	428.806	394.512	475.287	457.494
Total do ativo financeiro	**455.514**	**422.147**	**539.389**	**518.871**
Passivos financeiros pelo custo amortizado				
Debêntures privadas	-	-	(343.042)	(368.919)
Contas a pagar por aquisição	66.590	55.910	66.590	55.910
Arrendamento mercantil	(591)	(832)	(10.075)	(11.380)
Contas a pagar de fornecedores	(332)	(139)	(13.186)	(10.905)
Contas a pagar de partes relacionadas	(698)	(722)	(1.578)	(18.771)
Dividendos a pagar	(15.300)	(6.375)	(19.185)	(10.236)
Outras obrigações	-	(50)	(993)	(453)
Total do passivo financeiro	**49.669**	**47.792**	**(321.469)**	**(364.754)**
Ativos e passivos financeiros, líquidos	**505.183**	**469.939**	**217.920**	**154.117**

4.3. Gestão de capital: O objetivo principal da gestão de capital do Grupo é o de salvaguardar a capacidade de sua continuidade para oferecer retorno aos acionistas. O Grupo administra a estrutura de capital e a ajuste considerando as mudanças nas condições econômicas e requerimentos de covenants financeiros. Para manter ou ajustar a estrutura de capital, o Grupo pode ajustar o pagamento de dividendos aos acionistas, devolver o capital a eles ou emitir novas ações. O Grupo monitora o capital por meio de quocientes de alavancagem, que é a dívida líquida dividida pelo capital total, acrescido da dívida líquida. Em 31/12/2023 e de 2022, os índices de alavancagem financeira são os seguintes:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Debêntures privadas	-	-	343.042	368.919
(-) Empréstimos a receber com partes relacionadas (mútuos)	(14.008)	(12.380)	(14.008)	(12.380)
(-) Caixa e equivalentes de caixa	(288)	(4.023)	(25.315)	(25.145)
(-) Aplicações financeiras	(428.806)	(394.512)	(457.536)	(438.605)
(-) Fundo restrito	-	-	(17.751)	(18.889)
Dívida líquida	**(443.102)**	**(410.915)**	**(171.568)**	**(126.100)**
Patrimônio líquido	962.480	918.500	1.152.330	1.095.734
Total do capital	**519.378**	**507.585**	**980.762**	**969.634**
Índice de alavancagem	**(85%)**	**(81%)**	**(17%)**	**(13%)**

5. Caixa e equivalentes de caixa:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Caixa	23	13	27	17
Bancos	265	4.010	7.395	25.128
Aplicações financeiras	-	-	17.893	-
	288	**4.023**	**25.315**	**25.145**

continuação ☛

continuação

GS Inima Industrial S.A. e suas controladas

As aplicações financeiras são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor. Essas aplicações financeiras referem-se a Certificados de Depósitos Bancários (CDB) e são remuneradas a uma variação média de 100,85% do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) em 31/12/2023. A Administração não possui a intenção de manter essas aplicações financeiras para investimentos, essas aplicações possuem a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo.

6. Aplicações financeiras:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Aplicações financeiras	428.806	394.512	457.536	438.605
	428.806	**394.512**	**457.536**	**438.605**

As aplicações financeiras são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor. Essas aplicações financeiras referem-se a Certificados de Depósitos Bancários (CDB) e são remuneradas a uma variação média entre 100,62% e 100,8% do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) em 31/12/2023 (100,13% em 31/12/2022). A Administração possui a intenção de manter essas aplicações financeiras para investimentos.

7. Fundo restrito:

	Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022
Aplicações financeiras	17.751	18.889
	17.751	**18.889**
Ativo circulante	-	2.093
Ativo não circulante	17.751	16.796
	17.751	**18.889**

O fundo restrito compreende as controladas Aquapolo e Triunfo e está representado por aplicações financeiras que possuem a utilização vinculada a contratos de debêntures privadas dessas controladas e, se faz necessário, para cumprimento da cláusula de Índice de Cobertura do Serviço da Dívida (ICSD) dos respectivos contratos. Na controlada Aquapolo, essas aplicações financeiras são atreladas ao rendimento do Fundo de Investimento de Renda Fixa e são remuneradas a uma variação média de 13,0399% dos títulos públicos em 31/12/2023 (12,5196% em 31/12/2022). Na controlada Triunfo, essas aplicações financeiras são atreladas ao rendimento do CDI e são remuneradas a uma variação média de 96,50% em 31/12/2023 (95% em 31/12/2022). Os valores do fundo restrito, registrados no ativo circulante em 2022, correspondiam aos rendimentos dessas aplicações financeiras.

8. Contas a receber:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Contas a receber - privados (i)	21	13	22.573	21.974
Provisão para perda de crédito esperada (ii)	-	-	(532)	(66)
	21	**13**	**22.041**	**21.908**

(i) As contas a receber referem-se aos serviços prestados pelo Grupo referente a produção, fornecimento e comercialização de água de reuso, bem como a permissão de uso de dutos e condutos. Em 31/12/2023, do total das contas a receber do consolidado, 89,18% referem-se ao cliente Braskem (90,20% em 31/12/2022). Essas contas a receber são registradas pelo valor nominal e não são ajustadas a valor presente por apresentarem vencimento de curto prazo. O prazo médio de recebimento dessas contas a receber é de 30 dias. Em 31/12/2023 e de 2022, não existiam saldos de contas a receber dados em garantia. **(ii)** O critério para constituição da provisão para perda de crédito esperada reflete a provisão de 100% dos títulos a receber vencidos há mais de 180 dias. Os títulos vencidos a mais de 180 dias, para os quais houve renegociação/parcelamento, no pagamento da primeira parcela, o saldo da dívida é desconsiderado da provisão. Essa exclusão é necessária pois os valores do parcelamento são imputados nas faturas a vencer do respectivo cliente. Se ocorrer atrasos superiores a 90 dias nos títulos a receber de clientes com parcelamento, é constituída a provisão para perda de crédito esperada do saldo total da dívida. Adicionalmente, o Grupo também leva em consideração sua análise individualizada sobre a situação financeira de cada cliente e seu histórico de perdas. A provisão constituída é considerada suficiente pela Administração do Grupo para cobrir os riscos de perdas existentes. As contas a receber, por idade de vencimento, estão demonstradas abaixo:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Vencidas:				
Até 30 dias	-	-	404	42
De 31 a 60 dias	-	-	-	40
De 61 a 90 dias	-	-	-	65
De 91 a 180 dias	-	-	-	199
Acima de 181 dias	-	-	677	66
	-	-	1.081	412
À vencer:				
Até 30 dias	21	13	21.492	21.562
	21	13	21.492	21.562
Provisão para perda de crédito esperada	-	-	(532)	(66)
	21	**13**	**22.041**	**21.908**

A movimentação da provisão para perda de crédito esperada está demonstrada abaixo:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Saldo inicial	-	-	(66)	-
Complemento de provisão	-	-	(466)	(66)
	-	**-**	**(532)**	**(66)**

9. Investimentos em controladas: 9.1. Resumo das informações financeiras das controladas: Os quadros abaixo apresentam o resumo das informações financeiras das controladas:

31/12/2023

	% de participação	Ativo circulante	Ativo não circulante	Passivo circulante	Passivo não circulante	Patrimônio líquido	Receita líquida	Resultado do exercício	Mais-valia	Investimento
Jeceaba	85%	11.986	3.505	2.199	6.940	6.352	-	597	-	5.367
Aquapolo	51%	42.154	296.285	50.747	185.252	102.440	114.149	37.516	-	52.244
Triunfo	100%	35.311	361.279	40.064	200.322	156.204	135.079	25.670	503.507	659.711
										717.322

31/12/2022

	% de participação	Ativo circulante	Ativo não circulante	Passivo circulante	Passivo não circulante	Patrimônio líquido	Receita líquida	Resultado do exercício	Mais-valia	Investimento
Jeceaba	85%	12.764	2.899	2.257	7.502	5.904	-	8.031	-	4.989
Aquapolo	51%	39.674	303.087	63.961	204.876	73.924	107.984	30.495	-	37.701
Triunfo	100%	49.676	316.561	31.546	203.899	130.792	134.463	20.833	520.405	651.197
										693.887

9.2. Movimentação:

31/12/2023

	Saldo inicial	Integralização de capital nas controladas	Amortização mais-valia	Dividendos e JSCP	Equivalência patrimonial	Saldo final
Jeceaba	4.989	-	-	(126)	504	5.367
Aquapolo	37.700	-	-	(4.590)	19.133	52.243
Triunfo	130.792	-	-	(257)	25.670	156.205
Mais-valia	520.406	-	(16.899)	-	-	503.507
	693.887	**-**	**(16.899)**	**(4.973)**	**45.307**	**717.322**

31/12/2022

	Saldo inicial	Redução de capital nas controladas	Amortização mais-valia	Dividendos e JSCP	Equivalência patrimonial	Saldo final
Jeceaba	143.929	(138.523)	-	(7.203)	6.786	4.989
Aquapolo	29.667	-	-	(7.519)	15.552	37.700
Triunfo	114.907	-	-	(4.948)	20.833	130.792
Mais-valia	537.304	-	(16.898)	-	-	520.406
	825.807	**(138.523)**	**(16.898)**	**(19.670)**	**43.171**	**693.887**

Em 10/10/2022, tendo em vista a sua operação descontinuada, os acionistas da Jeceaba decidiram pela redução do seu capital social, através de AGE. A mais-valia refere-se ao valor justo apurado na combinação de negócios à proporção da Companhia. Nessas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, os valores são apresentados nas rubricas de ativo imobilizado e ativo intangível, de acordo com o laudo de avaliação à valor justo preparado por especialistas na data da combinação de negócios. **10. Imobilizado:**

Controladora

Custo	31/12/2022	Adições	Baixas	Transferências	31/12/2023
Máquinas e equipamentos	64	7	-	(61)	10
Móveis e utensílios	211	-	-	-	211
Equipamentos de informática	67	16	(8)	61	136
Edificações e benfeitorias	733	-	-	-	733
	1.075	**23**	**(8)**	**-**	**1.090**

Custo	31/12/2021	Adições	31/12/2022
Máquinas e equipamentos	64	-	64
Móveis e utensílios	59	152	211
Equipamentos de informática	47	20	67
Edificações e benfeitorias	335	398	733
	505	**570**	**1.075**

Depreciação	31/12/2022	Adições	Baixas	Transferências	31/12/2023
Máquinas e equipamentos	(16)	(1)	-	14	(3)
Móveis e utensílios	(15)	(21)	-	1	(35)
Equipamentos de informática	(40)	(21)	8	(15)	(68)
Edificações e benfeitorias	(167)	(166)	-	-	(333)
	(238)	**(209)**	**8**	**-**	**(439)**

Depreciação	31/12/2021	Adições	31/12/2022
Máquinas e equipamentos	(10)	(6)	(16)
Móveis e utensílios	(4)	(11)	(15)
Equipamentos de informática	(34)	(6)	(40)
Edificações e benfeitorias	(45)	(122)	(167)
	(93)	**(145)**	**(238)**

Saldo líquido	31/12/2023	31/12/2022
Máquinas e equipamentos	7	48
Móveis e utensílios	176	196
Equipamentos de informática	68	27
Edificações e benfeitorias	400	566
	651	**837**

Saldo líquido	31/12/2022	31/12/2021
Máquinas e equipamentos	48	54
Móveis e utensílios	196	55
Equipamentos de informática	27	13
Edificações e benfeitorias	566	290
	837	**412**

Consolidado

Custo	31/12/2022	Adições	Baixas	Transferências	31/12/2023
Máquinas e equipamentos	59.331	1.724	(3.214)	14.643	72.484
Móveis e utensílios	855	3	(21)	(28)	809
Ferramentas	4.198	-	-	(5.350)	(1.152)
Veículos	(79)	-	-	-	(79)
Equipamentos de informática	1.311	179	(51)	136	1.575
Edificações e benfeitorias	919	-	-	60.735	61.654
Instalações	59.797	24	-	217.623	277.444
Terrenos	163	-	-	-	163
Redes e tubulações	224.633	-	-	(276.659)	(52.026)
Direito de uso de arrendamento	10.372	116	-	-	10.488
Obras em andamento	69.063	61.314	-	(10.781)	119.596
	430.563	**63.360**	**(3.286)**	**319**	**490.956**

Custo	31/12/2021	Adições	Baixas	Transferências	31/12/2022
Máquinas e equipamentos	58.018	3.385	(2.072)	-	59.331
Móveis e utensílios	530	269	(4)	60	855
Ferramentas	4.275	12	(89)	-	4.198
Veículos	12	3	(94)	-	(79)
Equipamentos de informática	1.057	239	(19)	34	1.311
Edificações e benfeitorias	521	398	-	-	919
Instalações	49.972	4.392	-	5.433	59.797
Terrenos	163	-	-	-	163
Redes e tubulações	225.935	1	(1.303)	-	224.633
Direito de uso de arrendamento	-	10.372	-	-	10.372
Obras em andamento	52.945	21.645	-	(5.527)	69.063
	393.428	**40.716**	**(3.581)**	**-**	**430.563**

Depreciação	31/12/2022	Adições	Baixas	Transferências	31/12/2023
Máquinas e equipamentos	(16.563)	(6.051)	3.205	(4.952)	(24.361)
Móveis e utensílios	(227)	(84)	21	(33)	(323)
Ferramentas	(1.261)	-	-	4.787	3.526
Veículos	79	(1)	-	1	79
Equipamentos de informática	(627)	(331)	51	(46)	(953)
Edificações e benfeitorias	27	(1.663)	-	(15.162)	(16.798)
Instalações	34.047	(11.918)	-	(66.788)	(44.659)
Redes e tubulações	(57.300)	387	-	81.949	25.036
Direito de uso de arrendamento	(1.731)	(1.056)	-	-	(2.787)
	(43.556)	**(20.717)**	**3.277**	**(244)**	**(61.240)**

Depreciação	31/12/2021	Adições	Baixas	Transferências	31/12/2022
Máquinas e equipamentos	(10.086)	(6.509)	32	-	(16.563)
Móveis e utensílios	(141)	(88)	2	-	(227)
Ferramentas	(944)	(406)	89	-	(1.261)
Veículos	(8)	(3)	90	-	79
Equipamentos de informática	(400)	(230)	3	-	(627)
Edificações e benfeitorias	200	(173)	-	-	27
Instalações	38.409	(4.362)	-	-	34.047
Redes e tubulações	(49.169)	(8.131)	-	-	(57.300)
Direito de uso de arrendamento	-	(1.731)	-	-	(1.731)
	(22.139)	**(21.633)**	**216**	**-**	**(43.556)**

Saldo líquido	31/12/2023	31/12/2022
Máquinas e equipamentos	48.123	42.768
Móveis e utensílios	486	628
Ferramentas	2.374	2.937
Veículos	-	-
Equipamentos de informática	622	684
Edificações e benfeitorias	44.856	946
Instalações	232.785	93.844
Terrenos	163	163
Redes e tubulações	(26.990)	167.333
Direito de uso de arrendamento	7.701	8.641
Obras em andamento	119.596	69.063
	429.716	**387.007**

Saldo líquido	31/12/2022	31/12/2021
Máquinas e equipamentos	42.768	47.932
Móveis e utensílios	628	389
Ferramentas	2.937	3.331
Veículos	-	4
Equipamentos de informática	684	657
Edificações e benfeitorias	946	721
Instalações	93.844	88.381
Terrenos	163	163
Redes e tubulações	167.333	176.766
Direito de uso de arrendamento	8.641	-
Obras em andamento	69.063	52.945
	387.007	**371.289**

As obras em andamento referem-se às controladas Aquapolo e Triunfo e, correspondem, aos projetos de modernização, melhorias operacionais e de infraestrutura nas plantas das controladas. As obras mais significativas correspondem a robustez do sistema de água desmineralizada, instalações físicas da estação de tratamento de água e a construção de uma nova linha de água clarificada (Projeto Tubovia). As conclusões dessas obras acontecerão por etapas entre março de 2024 a dezembro de 2029. Em 31/12/2023, as transferências de custo e depreciação, no montante líquido de R$ 75, correspondem as transferências do ativo intangível para o ativo imobilizado. O Grupo revisa a cada exercício a vida útil e os valores residuais dos bens do ativo imobilizado. Não houve mudança nas taxas e nos valores residuais em relação ao exercício anterior. As vidas úteis, em anos, estão divulgadas na nota explicativa nº 2.12. No ano de 2022, conforme mencionado nas notas explicativas nº 13 e 22, as adições do direito de uso de arrendamento, no reconhecimento inicial, no montante de R$ 10.372, não afetaram as movimentações do fluxo de caixa.

11. Intangível:

Controladora

Custo	31/12/2022	Adições	31/12/2023
Direito de uso de arrendamento	1.114	-	1.114
	1.114	**-**	**1.114**

Custo	31/12/2021	Adições	31/12/2022
Direito de uso de arrendamento	1.114	-	1.114
	1.114	**-**	**1.114**

Amortização	31/12/2022	Adições	31/12/2023
Direito de uso de arrendamento	(304)	(243)	(547)
	(304)	**(243)**	**(547)**

Amortização	31/12/2021	Adições	31/12/2022
Direito de uso de arrendamento	(61)	(243)	(304)
	(61)	**(243)**	**(304)**

Saldo líquido	31/12/2023	31/12/2022
Direito de uso de arrendamento	567	810
	567	**810**

Saldo líquido	31/12/2022	31/12/2021
Direito de uso de arrendamento	810	1.053
	810	**1.053**

Consolidado

Custo	31/12/2022	Adições	Transferências	31/12/2023
Direito da carteira de clientes (i)	833.254	-	-	833.254
GSI		-	-	
TRI		-	-	
Mais-valia do intangível de contrato (ii)	196.575	-	-	196.575
GSI		-	-	
TRI		-	-	
Direito de uso de arrendamento	3.691	-	-	3.691
GSI		-	-	
Direito de uso - servidão de passagem	1.546	-	-	1.546
AQU		-	-	
Software	5.880	374	(319)	5.935
AQU		325	-	
TRI		49	(319)	
	1.040.946	**374**	**(319)**	**1.041.001**

Custo	31/12/2021	Adições	31/12/2022
Direito da carteira de clientes (i)	833.254	-	833.254
GSI		-	
TRI		-	
Mais-valia do intangível de contrato (ii)	191.450	5.125	196.575
GSI		-	
TRI		-	
Direito de uso de arrendamento	3.691	-	3.691
GSI		-	
Direito de uso - servidão de passagem	1.546	-	1.546
AQU		-	
Software	2.811	3.069	5.880
AQU		164	
TRI		113	
	1.032.752	**8.194**	**1.040.946**

Amortização	31/12/2022	Adições	Transferências	31/12/2023
Direito da carteira de clientes (i)	(72.295)	(20.412)	-	(92.707)
GSI		(13.315)	-	
TRI		(5.670)	-	
Mais-valia do intangível de contrato (ii)	(35.939)	(4.053)	-	(39.992)
GSI		(3.971)	-	
TRI		(82)	-	
Direito de uso de arrendamento	(1.828)	(243)	-	(2.071)
GSI		(243)	-	
Direito de uso - servidão de passagem	(425)	(38)	-	(463)
AQU		(38)	-	
Software	(907)	(206)	244	(869)
AQU		(86)	-	
TRI		(120)	244	
	(111.394)	**(24.952)**	**244**	**(136.102)**

Amortização	31/12/2021	Adições	31/12/2022
Direito da carteira de clientes (i)	(53.310)	(18.985)	(72.295)
GSI		(13.315)	
TRI		(5.670)	
Mais-valia do intangível de contrato (ii)	(31.886)	(4.053)	(35.939)
GSI		(3.971)	
TRI		(82)	
Direito de uso de arrendamento	(1.585)	(243)	(1.828)
GSI		(243)	
Direito de uso - servidão de passagem	(371)	(54)	(425)
AQU		(54)	
Software	(659)	(248)	(907)
AQU		(53)	
TRI		(195)	
	(87.811)	**(23.583)**	**(111.394)**

Saldo líquido	31/12/2023	31/12/2022
Direito da carteira de clientes (i)	740.547	760.959
Mais-valia do intangível de contrato (ii)	156.583	160.636
Direito de uso de arrendamento	1.620	1.863
Direito de uso - servidão de passagem	1.083	1.121
Software	5.066	4.973
	904.899	**929.552**

Saldo líquido	31/12/2022	31/12/2021
Direito da carteira de clientes (i)	760.959	779.944
Mais-valia do intangível de contrato (ii)	160.636	159.564
Direito de uso de arrendamento	1.863	2.106
Direito de uso - servidão de passagem	1.121	1.175
Software	4.973	2.152
	929.552	**944.941**

(i) Direito da carteira de clientes: Correspondem as relações contratuais com clientes, adquiridas na combinação de negócios, ocorrida em 2019 e são reconhecidas pelo valor justo na data da combinação. As relações com clientes têm vida útil finita e são contabilizadas pelo seu valor justo de aquisição menos a amortização acumulada e reduzidos por impairment, se necessário. **(ii)** Mais-valia do intangível de contrato: Refere-se à exploração do contrato de fornecimento de energia, adquirido na combinação de negócios, ocorrida em 2019 e é reconhecido pelo valor justo na data da combinação, tendo sua amortização efetuada de forma linear pelo prazo de 40 anos. Em 31/12/2023, as transferências de custo e depreciação, no montante líquido de R$ 75, correspondem as transferências do ativo intangível para o ativo imobilizado. O Grupo revisa a cada exercício a vida útil e os valores residuais do ativo intangível. Não houve mudança nas taxas e nos valores residuais em relação ao exercício anterior. As vidas úteis, em anos, estão divulgadas na nota explicativa nº 2.13.

12. Debêntures privadas:

Unidade	Debenturista	Encargos financeiros	Vencimento	Consolidado 31/12/2023	Consolidado 31/12/2022
Aquapolo (a)	Caixa Econômica Federal	TR + 8,75% a.a.	Agosto/2029	189.959	215.515
Aquapolo (a)	(-) Custos de transação			(1.519)	(1.795)
Triunfo (b)	Itaú Unibanco S.A.	CDI + 2,57% a.a.	Agosto/2033	156.201	156.964
Triunfo (b)	(-) Custos de transação			(1.599)	(1.765)
				343.042	**368.919**
Passivo circulante				43.914	35.321
Passivo não circulante				299.128	333.598
				343.042	**368.919**

a) Aquapolo: Em 02/09/2011, a Aquapolo emitiu, junto à Caixa Econômica Federal ("CEF"), 326.732 debêntures, não conversíveis em ações, pelo valor nominal de R$ 326.732, sendo as referidas debêntures de série única, com garantia real, representadas por cessão fiduciária de direitos creditórios e alienação fiduciária de ações da Aquapolo. Nesse contrato de debêntures privadas, há cláusula restritiva denominada "covenants" e garantias, relativas ao nível de endividamento da Aquapolo e o cumprimento de obrigações acessórias, que são aplicáveis desde o encerramento do prazo de carência do contrato. Em relação às garantias, a Aquapolo também celebrou os contratos de cessão fiduciária de direitos creditórios e de alienação fiduciária de ações da Aquapolo, conforme Escritura de Emissão de Direitos Creditórios do Contrato de Fornecimento ("Escritura"): Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios: A fim de garantir os pagamentos e o cumprimento integral das obrigações garantidas, seja na data de vencimento, vencimento antecipado ou em qualquer circunstância da Escritura, a Aquapolo cede e transfere fiduciariamente aos debenturistas, a propriedade fiduciária, o domínio resolúvel e a posse indireta dos direitos creditórios atuais e futuros provenientes: i) do contrato de fornecimento; ii) do contrato de EPC (*Engineering Procurement and Construction),* firmado entre a Aquapolo e a Construtora Norberto Odebrecht S.A.; iii) do contrato de venda de água e rateio de despesas; iv) dos depósitos, existentes ou futuros, em contas vinculadas de exclusiva titularidade da Aquapolo; v) dos investimentos permitidos e ganhos e rendimentos dele oriundos, bem como os respectivos certificados e documentos representativos de tais investimentos; e vi) das apólices de seguros, das quais a Aquapolo é beneficiária. Alienação Fiduciária de Ações: A fim de garantir o pagamento e o cumprimento das obrigações garantidas, seja na data de vencimento, vencimento antecipado ou em qualquer circunstância da Escritura, a Aquapolo concedeu fiduciariamente em garantia aos debenturistas, os ativos de: i) ações ordinárias nominativas representativas do capital social da Aquapolo em 2.778 ações, atualmente

continuação

A publicação acima foi realizada e certificada no dia 12/04/2024

ICP Brasil

Acesse a página de **Publicações Legais** no site do **Jornal Data Mercantil**, apontando a câmera do seu celular no QR Code, ou acesse o link: **www.datamercantil.com.br/publicidade_legal**

continuação ☛

GS Inima Industrial S.A. e suas controladas

detidas pela GS Inima Industrial Ltda.; ii) ações ordinárias nominativas representativas do capital social da Aquapolo em 2.669 ações, atualmente detidas pela Sabesp, além de todos os direitos oriundos das ações adicionais. Em relação à cláusula restritiva ("covenants"), a Aquapolo assumiu o seguinte compromisso de caráter econômico-financeiro constante no contrato: • Manter o Índice de Cobertura do Serviço da Dívida - ICSD igual ou superior a 1,2, sendo que a metodologia de cálculo a ser utilizada para o ICSD deve ser: ICSD = Geração de Caixa (LAJIDA - EBITDA)/Serviço da dívida decorrente da escritura de emissão de debêntures. Em 31/12/2023 e de 2022, a Aquapolo cumpriu com todos os compromissos e cláusulas restritivas estabelecidas no contrato. b) Triunfo: Em 15/05/2014, a Triunfo emitiu, junto ao Banco Itaú Unibanco S.A., 22.000 debêntures, não conversíveis em ações, sendo as referidas debêntures de série única, com garantia real, representadas por cessão fiduciária, conforme condições definidas no contrato de cessão fiduciária de direitos. Nesse contrato de debêntures privadas, há cláusula restritiva denominada "covenants" e garantias, relativas ao nível de endividamento da Triunfo e o cumprimento de obrigações acessórias, que são aplicáveis desde o início da vigência do contrato. Em relação às garantias, a Triunfo também celebrou os contratos de cessão fiduciária de direitos creditórios e de alienação fiduciária de ações da Triunfo, conforme Escritura de Emissão de Direitos Creditórios e Outras Avenças ("Escritura"): Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios: Cessão fiduciária de: i) 100% (cem por cento) dos direitos creditórios, de titularidade da Triunfo, decorrentes de operações de compra e venda de água e demais negócios jurídicos do objeto do Contrato de Fornecimento, celebrado entre a Triunfo e a Braskem S.A. em 31/12/2013, tendo por objeto o fornecimento de água industrial da Triunfo à Braskem S.A. durante o prazo de 40 anos, observando os volumes, preços e demais condições definidos em contrato até a liquidação integral das obrigações garantidas e devidos a Triunfo pela Braskem S.A. e/ou sua sucessora, incluindo todo e qualquer direito, relacionados a estes direitos creditórios; e ii) direitos creditórios decorrentes da titularidade, pela Triunfo, nos termos estabelecidos no Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios e Outras Avenças, celebrado entre a Triunfo e o Agente Fiduciário. Alienação Fiduciária da Totalidade das Ações: Alienação fiduciária da totalidade das ações de emissão da Triunfo, nos termos estabelecidos no Instrumento Particular de Contrato de Alienação Fiduciária de Ações, Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios e Outras Avenças celebrado entre a até então denominada BRK Operações Industriais, o Agente Fiduciário e, na qualidade de interveniente anuente, a Triunfo. Em relação à cláusula restritiva ("covenants"), a Triunfo assumiu o seguinte compromisso de caráter econômico-financeiro constante no contrato: • Manter o Índice de Cobertura do Serviço da Dívida - ICSD igual ou superior a 1,15, sendo que a metodologia de cálculo a ser utilizada para o ICSD deve ser: ICSD = Geração de Caixa da Atividade (LAJIDA - EBITDA) / Serviço da dívida decorrente da escritura de emissão de debêntures. • A Dívida Líquida/ EBITDA deve ser igual ou inferir a 3,0. Em 31/12/2023 e de 2022, a Triunfo cumpriu com todos os compromissos e cláusulas restritivas estabelecidas no contrato. A movimentação das debêntures privadas está demonstrada abaixo:

	Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022
Saldo inicial	368.919	387.603
Juros incorridos no exercício	42.923	44.229
Amortização de principal	(24.932)	(22.926)
Amortização de juros	(44.310)	(40.429)
Custo de transação	-	-
Apropriação dos custos de transação	442	442
	343.042	**368.919**
As parcelas de longo prazo apresentam o seguinte cronograma de vencimento:		
2025		45.083
2026		47.665
2027		50.462
2028		53.503
Após 2028		102.415
		299.128

13. Arrendamento mercantil:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Contratos de arrendamento	598	846	13.348	15.375
(-) Encargos financeiros	(7)	(14)	(3.273)	(3.995)
	591	**832**	**10.075**	**11.380**
Passivo circulante	248	241	1.161	1.408
Passivo não circulante	343	591	8.914	9.972
	591	**832**	**10.075**	**11.380**

A movimentação dos arrendamentos é como segue:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Saldo inicial	832	1.059	11.380	3.036
Novos arrendamentos (i)	-	-	-	14.400
Ajuste a valor presente (AVP)	(7)	-	(7)	(4.028)
Amortização do ajuste a valor presente	14	9	718	292
Pagamentos	(248)	(236)	(2.016)	(2.320)
	591	**832**	**10.075**	**11.380**

(i) Em outubro de 2022, a controlada Triunfo assinou o contrato de sublocação de equipamentos para sistema de motores elétricos junto à Nexway (Comerc Esco Desenvolvimento, Comércio e Prestação de Serviços Ltda.). O valor mensal da locação é de R$ 120 e o índice de reajuste anual está atrelado à variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA). O contrato também possui como garantia financeira um seguro garantia no valor de doze mensalidades do aluguel vigente. Nesse contexto, conforme divulgado, conforme divulgado nas notas explicativas nº 10 e 22, as adições do direito de uso, no reconhecimento inicial, líquidas do ajuste a valor presente, no montante de R$ 10.372 em 31/12/2022, não afetaram as movimentações do fluxo de caixa. As parcelas de longo prazo do arrendamento apresentam o seguinte cronograma de vencimento:

	Controladora	Consolidado
2025	258	1.751
2026	85	1.525
2027	-	1.440
2028	-	1.440
Após 2028	-	2.758
	343	**8.914**

14. Partes relacionadas:

	Controladora 31/12/2023					
	Contas a receber	Dividendos a receber	Mútuo a receber (i)	Contas a pagar	Dividendos a pagar	Despesas operacionais (serviços prestados pelo CSC)
Triunfo	1.628	5.206	-	-	-	-
Jeceaba	-	1.821	-	-	-	-
Aquapolo	-	3.694	-	-	-	-
GS Brasil	-	-	14.008	460	15.300	(5.225)
GS Engineering	-	-	-	238	-	-
	1.628	**10.721**	**14.008**	**698**	**15.300**	**(5.225)**

	Controladora 31/12/2022					
	Contas a receber	Dividendos a receber	Mútuo a receber (i)	Contas a pagar	Dividendos a pagar	Despesas operacionais (serviços prestados pelo CSC)
Triunfo	797	4.948	-	-	-	-
Saneouro	14	-	-	-	-	-
Jeceaba	-	1.696	-	-	-	-
Aquapolo	-	3.694	-	-	-	-
GS Brasil	-	-	12.380	468	6.375	(5.059)
GS Engineering	-	-	-	254	-	-
	811	**10.338**	**12.380**	**722**	**6.375**	**(5.059)**

	Consolidado 31/12/2023					
	Contas a receber	Mútuo a receber (i)	Contas a pagar	Mútuo a pagar (ii)	Dividendos a pagar	Despesas operacionais (serviços prestados pelo CSC)
Sabesp	212	-	82	-	3.549	-
GS Brasil	-	14.008	875	-	15.300	(8.424)
GS Soluções	-	-	383	-	-	-
GS Engineering	-	-	238	-	-	-
Copasa	-	-	-	-	336	-
	212	**14.008**	**1.578**	**-**	**19.185**	**(8.424)**

	Consolidado 31/12/2022					
	Contas a receber	Mútuo a receber (i)	Contas a pagar	Mútuo a pagar (ii)	Dividendos a pagar	Despesas operacionais (serviços prestados pelo CSC)
Saneouro	14	-	-	-	-	-
GS Brasil	-	12.380	637	-	6.375	(7.968)
Sabesp	-	-	4.561	12.953	3.549	-

	Consolidado 31/12/2022					
	Contas a receber	Mútuo a receber (i)	Contas a pagar	Mútuo a pagar (ii)	Dividendos a pagar	Despesas operacionais (serviços prestados pelo CSC)
GS Soluções	-	-	366	-	-	-
GS Engineering	-	-	254	-	-	-
Copasa	-	-	-	-	312	-
	14	**12.380**	**5.818**	**12.953**	**10.236**	**(7.968)**

(i) A Companhia possui um empréstimo com parte relacionada (mútuo) com sua controladora, GS Brasil. Esse mútuo é atualizado, mensalmente, pela variação do CDI acrescido de 2,05% ao ano. A movimentação do respectivo contrato de empréstimo com parte relacionada (mútuo) está demonstrada abaixo:

	Controladora	
	31/12/2023	31/12/2022
Saldo inicial	12.380	10.890
Juros incorridos no exercício	1.628	1.490
Amortização de principal	-	-
Amortização de juros e encargos	-	-
	14.008	**12.380**

(ii) Em 2022, a controlada Aquapolo possuía um contrato de empréstimo com parte relacionada (mútuo) com sua controladora, Sabesp. Esse contrato era atualizado, mensalmente, pelo CDI acrescido de 1,22% ao ano e foi totalmente amortizado durante o exercício de 2023. A movimentação do respectivo contrato de empréstimo com parte relacionada (mútuo) está demonstrada abaixo:

	Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022
Saldo inicial	12.953	22.906
Juros incorridos no exercício	580	2.048
Amortização de principal	(4.250)	(4.303)
Amortização de juros e encargos	(9.283)	(7.698)
	-	**12.953**

Em 31/12/2023, o Grupo reconheceu os montantes de R$ 3.325 (R$ 4.043 em 31/12/2022), a título de remuneração de seus administradores, os quais não obtiveram nem concederam empréstimos ao Grupo e não possuem benefícios indiretos significativos. O Grupo concede participação nos lucros e resultados (PLR) a seus colaboradores. O pagamento dessa participação está vinculado ao alcance de metas operacionais e objetivos específicos, estabelecidos e aprovados no início de cada exercício. O cálculo e a provisão contábil do PLR são feitos anualmente, no encerramento de cada exercício e o pagamento se dá nos meses subsequentes ao encerramento de cada exercício. Os valores apurados no fim do exercício são apropriados ao resultado, tendo como contrapartida as obrigações sociais. O saldo consolidado de PLR a pagar em 31/12/2023 é de R$ 4.203 (R$ 3.120 em 31/12/2022). Abaixo mencionamos os participantes e definição dos valores do PLR: Participantes: Os participantes nos resultados do Grupo são todos os colaboradores, diretores e gerentes contratados com vínculo empregatício, no período de abrangência do plano. Participam os empregados desligados que não foram demitidos por justa causa. No caso de demissão, a participação será proporcional ao tempo trabalhado. Valores: Os critérios para definição dos valores do PLR são: metas individuais, metas departamentais e metas corporativas. Para cada meta, cargo e função, são atribuídos pesos específicos. **15. Contas a pagar por aquisição:** As contas a pagar por aquisição referem-se às parcelas a vencer da aquisição das controladas, em 2019 e está assim composto:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Saldo inicial	55.910	49.522	55.910	49.522
Ajuste a valor presente (AVP)	(712)	(2.396)	(712)	(2.396)
Atualização monetária	11.392	8.784	11.392	8.784
	66.590	**55.910**	**66.590**	**55.910**
Passivo circulante	17.459	-	17.459	-
Passivo não circulante	49.131	55.910	49.131	55.910
	66.590	**55.910**	**66.590**	**55.910**

O Cronograma de vencimento dessa obrigação está demonstrado abaixo:

	Consolidado
2024	13.128
2025	13.128
2026	13.128
2027	13.128
Após 2027	14.078
	66.590

16. Provisão para ações judiciais:

	Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022
Contingências trabalhistas e previdenciárias	8.052	8.047
Contingências fiscais	10.063	1.162
	18.115	**9.209**

(i) Perdas provável constituída no balanço: No exercício findo em 31/12/2023, a controla Triunfo reconheceu o efeito de subvenções de ICMS, com o respaldo na Leio Complementar 160/2017, que consideraram que os incentivos fiscais relativos ao ICMS são subvenções para investimentos conforme nota 2.19. O total reconhecido no exercício findo em 31 de dezembro 2023, relativo aos benefícios de redução de base de cálculo e isenção de ICMS utilizados no exercício, totalizou R$ 24.586, sendo os incentivos excluídos da base de cálculo do IRPJ e da CSLL, resultando em uma redução de R$ 8.359. O contexto fiscal da GS Inima Industrial Triunfo tem sido marcado por períodos de fiscalização pela Receita Federal do Brasil, especialmente em relação à apuração do IRPJ (IRPJ) e da CSLL sobre o Lucro Líquido (CSLL). Após o julgamento do Tema 1.182 pelo Superior Tribunal de Justiça (STJ), a Receita Federal do Brasil notificou milhares de contribuintes sobre possíveis exclusões indevidas das bases de IRPJ e CSLL a título de subvenções. Em resposta a essa questão, o Poder Executivo Federal apresentou, em 30/08/2023, a Medida Provisória 1.185/2023, convertida na Lei 14.789/2023, que redefiniu completamente o processo de apuração do crédito fiscal de subvenção para investimento. No entanto, sob as novas condições estabelecidas pelo fisco federal a partir de 2024, a controlada Triunfo prevê não conseguir atender aos requisitos para a apuração desse crédito fiscal. Diante desse panorama, e considerando a possibilidade de a controlada Triunfo ser alvo de fiscalização e autuação, é adequado considerar esse cenário na avaliação de constituição de provisão. Conforme o CPC 25, entende-se que uma autuação poderia resultar em perda provável relacionada à exclusão da base de cálculo do IRPJ e da CSLL. A Administração, com o suporte de seus assessores jurídicos, entende que a autuação teria prognostico de perda provável resultando no reconhecimento de um passivo contingente de R$ 8.359, representando o risco máximo decorrente do procedimento adotado pela controlada Triunfo. No tocante ao benefício do diferimento de ICMS computado no exercício de 2023 pela controlada Triunfo, no total de R$ 24.586, que foi base para a constituição da reserva de incentivo fiscal, entendemos que o risco de questionamento por parte do fisco estadual é remoto com base na posição de seus assessores jurídicos, visto que há dispositivo legal expresso e válido para que a controlada Triunfo não tenha que apurar e recolher o tributo estadual. O cálculo da provisão para ações judiciais leva em consideração a avaliação dos consultores jurídicos, internos e externos, do Grupo. Todas as ações judiciais, sejam elas de natureza tributária, cível, administrativa, ambiental ou trabalhista, são provisionadas se a classificação da probabilidade de perda por parte do Grupo for provável. Em 31/12/2023 e de 2022, o Grupo é parte em outros processos que totalizam os montantes de R$ 54.026 e R$ 46.441, respectivamente, com probabilidades de perdas definidas como possíveis, com base na posição de seus consultores jurídicos. Esses processos possuem as seguintes naturezas:

	31/12/2023	31/12/2022
Contingências trabalhistas e previdenciárias	1.958	9.978
Contingências fiscais (i)	52.068	36.463
	54.026	**46.441**

(i) Em 2021, a controlada Triunfo sofreu fiscalização da Receita Federal. Na ocasião, o Fisco entendeu que a despesa financeira da controladora incorporada em 2013 não seria dedutível na apuração do IRPJ e CSLL, fato que resultou na lavratura de auto de infração concernente à glosa dessa despesa, correspondente ao período de 2016 a 2019. Cumpre salientar que os fatos geradores ocorridos anteriormente à data de conclusão do contrato de compra do segmento industrial celebrado entre GS Inima Industrial e BRK, em 30/09/2019, são de responsabilidade da BRK. A movimentação da provisão para ações judiciais está demonstrada abaixo:

	Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022
Saldo inicial	9.209	1.279
Complemento de provisão	11.439	9.064
Reversão de provisão por pagamentos	(2.533)	(1.134)
	18.115	**9.209**

17. Patrimônio líquido: 17.1. Capital social: Em 31/12/2023 e de 2022, o capital social da Companhia é de R$ 909.360 e está representado por 909.360 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal e assim distribuído:

	31/12/2023 e 31/12/2022		
	Capital social	Quantidade de ações	% de participação
GS Inima Brasil Ltda.	909.360	909.360	100
	909.360	**909.360**	**100**

17.2. Reserva legal: A reserva legal é constituída em conformidade com a legislação societária e o estatuto social, na base de 5% do lucro líquido do exercício, até atingir 20% do capital social ou 30% do saldo do capital social acrescido das reservas. Em 31/12/2023, foi constituído complemento de reserva legal no montante de R$ 3.099 (R$ 2.300 em 31/12/2022). **17.3. Reserva de lucros retidos e lucros acumulados:** O saldo de lucros acumulados é alocado aos lucros retidos, sendo sua distribuição definida em Assembleia Geral Ordinária (AGO) e/ou extraordinária (AGE). Em 31/12/2023, a Companhia transferiu o saldo da conta de lucros acumulados, no montante de R$ 40.881, para a conta de reserva de lucros retidos (R$ 349 em 31/12/2022). **17.4. Dividendos e juros sobre o capital próprio (JSCP):** O estatuto social da Companhia prevê a distribuição de dividendos, atendendo ao percentual mínimo e obrigatório de 25% sobre o lucro líquido, conforme definido pela Lei das Sociedades por Ações. Em 30/11/2022, através de AGE, a acionista da Companhia aprovou a distribuição de dividendos intermediários, no montante de R$ 32.596, sendo R$ 2.393 com base em resultado de exercícios anteriores e R$ 30.203 com base no resultado apurado no exercício corrente. Adicionalmente, nessa mesma data, foi aprovada a distribuição de JSCP no montante de R$ 10.745. Em 29 de dezembrode 2023, através de AGE, a acionista da Companhia aprovou a distribuição de JSCP no montante de R$ 18.001.

18. Receita líquida:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Receita bruta				
Água de reúso	-	-	302.105	293.195
Prestação de serviços	72	142	945	741
	72	142	303.050	293.936
Deduções da receita				
ICMS	-	-	(52.880)	(26.601)
PIS	(1)	(2)	(4.533)	(4.412)
COFINS	(5)	(11)	(20.881)	(20.317)
ISS	(4)	(7)	(48)	(37)
Vendas canceladas e descontos concedidos	-	-	(4)	-
Subvenção tributária (i)	-	-	24.586	-
	(10)	(20)	(53.760)	(51.367)
Receita líquida	**62**	**122**	**249.290**	**242.569**

(i) No exercício findo em 31/12/2023, a controlada Triunfo reconheceu o efeito de subvenções de ICMS, com o respaldo na Lei Complementar 160/2017, que consideraram que os incentivos fiscais relativos ao ICMS são subvenções para investimentos conforme nota 2.19. O total reconhecido no exercício findo em 31/12/2023, relativos aos benefícios de redução de base de cálculo e isenção de ICMS utilizados no exercício, totalizou R$ 24.586, sendo os incentivos excluídos da base de cálculo do IRPJ e da CSLL, resultando em uma isenção de R$ 8.359.

19. Custos e despesas por natureza

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Custos dos serviços prestados				
Materiais	-	-	(23.940)	(29.175)
Serviços de terceiros	-	-	(12.830)	(13.243)
Energia elétrica	-	-	(9.094)	(10.959)
Pessoal	-	-	(18.422)	(15.644)
Depreciação de imobilizado	-	-	(17.488)	(18.344)
Amortização de intangível	-	-	(178)	(352)
Aluguéis	-	-	(2.654)	(2.398)
Seguros	-	-	(2.159)	(1.865)
Publicidade e propaganda	-	-	-	(17)
Outros custos da operação	-	-	1.293	1.254
Total dos custos	**-**	**-**	**(85.472)**	**(90.743)**

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Despesas gerais e administrativas				
Materiais	(40)	(34)	(258)	(218)
Serviços de terceiros	2.063	(2.786)	(1.322)	(8.753)
Serviços do CSC (Centro de Serviços Compartilhados)	(5.225)	-	(16.328)	(7.968)
Energia elétrica	(30)	(14)	(30)	(14)
Pessoal	(2.900)	(1.775)	(10.566)	(7.360)
Depreciação de imobilizado	(209)	(145)	(3.229)	(3.289)
Amortização de intangível	(243)	(243)	(20.721)	(19.178)
Amortização da mais-valia	(16.899)	(16.898)	(4.053)	(4.053)
Aluguéis	(808)	(618)	(1.005)	(844)
Seguros	(17)	(25)	(17)	(337)
Publicidade e propaganda	-	-	(54)	(90)
Provisão para perda de crédito esperada	-	-	(466)	(66)
Provisão para ações judiciais	-	-	(8.906)	(7.930)
Outras despesas operacionais	(787)	(688)	(4.926)	(7.904)
Total das despesas gerais e administrativas	**(25.095)**	**(23.226)**	**(71.881)**	**(68.004)**

20. Resultado financeiro:

	Controladora		Consolidado	
Receitas financeiras	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Rendimentos sobre aplicações financeiras	50.876	32.236	57.942	58.511
Juros sobre títulos recebidos	-	-	26	17
Juros sobre mútuo	1.628	1.490	1.628	1.490
Variação monetária e cambial	459	306	1.127	558
Ajuste a valor presente das contas a pagar por aquisição	712	4.863	712	4.863
PIS e COFINS sobre receita financeira	(2.461)	(1.579)	(2.824)	(2.815)
	51.214	**37.316**	**58.611**	**62.624**
Despesas financeiras				
Juros sobre debêntures	-	-	(42.923)	(44.229)
Atualização monetária das contas a pagar por aquisição	(11.392)	(8.784)	(11.392)	(8.784)
Ajuste a valor presente das contas a pagar por aquisição	-	(2.467)	-	(2.467)
Juros sobre mútuo	-	-	(580)	(2.048)
Amortização dos custos de transação das debêntures	-	-	(442)	-
Variação monetária e cambial	(56)	(53)	(59)	(59)
Juros sobre títulos pagos	-	(6)	(19)	(17)
Outras despesas financeiras	(35)	(12)	(1.182)	(1.231)
	(11.483)	**(11.322)**	**(56.597)**	**(58.835)**
Resultado financeiro, líquido	**39.731**	**25.994**	**2.014**	**3.789**

21. IRPJ e CSLL: 21.1. Reconciliação da alíquota efetiva do IRPJ e CSLL: O lucro líquido do Grupo antes dos efeitos tributários difere do valor teórico que seria obtido com o uso da alíquota de IRPJ e CSLL nominal, aplicável aos lucros das empresas combinadas, como segue:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Lucro antes dos impostos	60.005	46.061	94.344	87.973
Alíquota nominal	34%	34%	34%	34%
IRPJ e CSLL à alíquota nominal	**(20.402)**	**(15.661)**	**(32.077)**	**(29.911)**
Ajustes para a alíquota efetiva:				
Equivalência patrimonial	15.404	14.678	-	-
IR e CS diferidos não reconhecidos sobre prejuízo fiscal (i)	(6.586)	(8.824)	(6.586)	(8.824)
Subvenção tributária (ii)	-	-	8.359	-
Juros sobre capital próprio	6.120	3.653	6.120	3.653
Diferenças permanentes	7.440	6.083	6.098	(672)
	1.976	**(71)**	**(18.086)**	**(35.754)**
Despesa com IRPJ e CSLL				
Correntes	(5.195)	(1.636)	(22.455)	(25.519)
Diferidos	7.171	1.565	4.369	(10.235)
	1.976	**(71)**	**(18.086)**	**(35.754)**

(i) Em 31/12/2023 e de 2022, a Companhia possuía prejuízo fiscal e base negativa de CSLL nos montantes de R$ 19.371 e R$ 25.952, respectivamente. Sobre esses valores não foram reconhecidos tributos diferidos ativos em função de sua característica de holding, sem lucro tributário. **(ii)** Em 31/12/2023, a controlada Triunfo reconheceu o efeito de subvenções de ICMS, com o respaldo na Lei Complementar 160/2017, que consideraram que os incentivos fiscais relativos ao ICMS são subvenções para investimentos conforme nota 2.19. O total reconhecido no exercício findo em 31 de dezembro 2023, relativo aos benefícios de redução de base de cálculo e isenção de ICMS utilizados no exercício, totalizou R$ 24.586, sendo os incentivos excluídos da base de cálculo do IRPJ e da CSLL, resultando em uma redução de R$ 8.359. **21.2. IRPJ e CSLL diferidos:** A estimativa de realização do imposto diferido, líquido é como segue:

	Controladora	Consolidado
2024	4.333	2.813
2025	4.376	5.757
2026	4.377	6.735
2027	3.945	6.281
2028	3.347	3.347
A partir de 2028	108.982	220.368
	129.360	**245.301**

Caso haja fatores relevantes que venham a modificar as projeções, essas serão revisadas durante os respectivos exercícios. Os referidos créditos são passíveis de compensações com lucros tributáveis futuros do Grupo, sem prazo de prescrição. A movimentação

continuação ☛

continuação

GS Inima Industrial S.A. e suas controladas

do imposto diferido está demonstrada abaixo:

	Controladora	
	31/12/2023	31/12/2022
	Passivo	Passivo
Saldo em 1º de janeiro	(136.531)	(138.096)
Reconhecimento na demonstração do resultado	7.171	1.565
	(129.360)	**(136.531)**

	Consolidado		Consolidado	
	31/12/2023		31/12/2022	
	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo
Saldo em 1º de janeiro	2.551	(252.221)	10.465	(249.900)
Reconhecimento na demonstração do resultado	(191)	4.560	(7.914)	(2.321)
	2.360	**(247.661)**	**2.551**	**(252.221)**

22. Demonstrações dos fluxos de caixa: A seguir demonstramos as transações que não afetaram o caixa em 31/12/2023 e 2022:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Novos contratos de arrendamento	-	-	-	10.372
Transferência do ativo intangível para imobilizado	-	-	75	-
Dividendos propostos e não pagos	15.300	6.375	19.185	10.236
	15.300	**6.375**	**19.260**	**20.608**

23. Cobertura de seguros: O Grupo, por força contratual, mantém regularizadas e atualizadas as garantias que cobrem a execução e cumprimento do contrato de construção e das demais funções operacionais. Adicionalmente, o Grupo mantém coberturas de riscos inerentes ao desenvolvimento de todas as suas atividades, inclusive seguros do tipo "todos os riscos" para os danos materiais, cobrindo perdas, destruição ou danos dos bens que integram o contrato, de acordo com os padrões internacionais para empreendimentos dessa natureza, nas seguintes modalidades: risco de construção, projetista, maquinário e equipamento de obra, danos patrimoniais, avaria de máquinas e perda de receitas. Em 31/12/2023, as coberturas de seguro são resumidas como segue:

Tipo de cobertura	Importâncias seguradas		
	GS Industrial	Aquapolo	Triunfo
Veículos	-	100% Tabela FIPE	-
Responsabilidade civil	-	130.000	130.000
Riscos ambientais	-	30.000	30.000
Riscos operacionais	-	410.810	410.810
Garantia de contrato	-	376	-
Seguro fiança	230	-	-

24. Eventos subsequentes: O Grupo não identificou eventos subsequentes às demonstrações financeiras individuais e consolidadas que necessitam de divulgações aos usuários dessas demonstrações.

A DIRETORIA

Paulo Roberto de Oliveira - Diretor Presidente
Fernando Schlieper - Diretor Financeiro
Rodrigo Basso - Contador - CRC 1SP 266.229/O-8

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Aos Administradores e aos Acionistas da **GS Inima Industrial S.A.**, São Paulo – SP. **Opinião**: Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da GS Inima Industrial S.A. ("Companhia"), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31/12/2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Companhia em 31/12/2023, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião**: Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas**: A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras individuais e consolidadas livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas**: Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Campinas, 28/03/2024.

Ernst & Young
Auditores Independentes
CRC SP-027623/F

Marcos Roberto Sponchiado
Contador
CRC SP-175536/O-5

Data Mercantil
A melhor opção para sua empresa

Faça suas Publicações Legais em nosso jornal com a segurança garantida pela certificação digital ICP Brasil

(11) 3361-8833
comercial@datamercantil.com.br

Víncula Indústria, Comércio, Importação e Exportação de Implantes S.A.

CNPJ/MF nº 01.025.974/0001-92

Balanço Patrimonial para os Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 31 de Dezembro de 2022 *(Em milhares de reais – R$)*

	Nota	Controladora			Consolidado		
Ativo	**explicativa**	**2023**	**2022**	**01/01/2022**	**2023**	**2022**	**01/01/2022**
			(Reapresentado)	(Reapresentado)		(Reapresentado)	(Reapresentado)
Caixa e equivalentes de caixa	10	1.023	900	3.798	1.031	901	3.913
Contas a receber de clientes	11	33.938	30.601	24.409	33.938	30.601	24.409
Estoques	12	50.517	54.987	50.367	50.518	54.988	50.368
Impostos e contribuições a recuperar	13	4.311	12.219	8.188	4.306	12.472	8.510
Instrumentos financeiros derivativos	29	–	–	470	–	–	470
Demais contas a receber		1.562	2.899	1.610	1.567	2.903	1.616
Total do ativo circulante		**91.351**	**101.606**	**88.842**	**91.360**	**101.865**	**89.286**
Contas a receber de clientes	11	330	859	8.346	330	859	–
Depósitos judiciais		34	256	227	34	256	227
Impostos e contribuições a recuperar	13	3.944	677	3.799	3.944	677	3.799
Ativo fiscal diferido	14	58.298	50.798	44.907	58.298	50.798	44.907
Total do realizável a longo prazo		62.606	52.591	57.278	62.606	52.591	48.933
Investimentos	15	508	740	–	–	–	–
Imobilizado	16	42.930	42.757	39.729	43.441	43.270	40.475
Intangível	17	21.339	21.759	21.712	21.339	21.759	21.712
Total do ativo não circulante		**64.777**	**65.256**	**61.441**	**64.780**	**65.029**	**62.187**
Total do ativo		**218.734**	**219.453**	**207.561**	**218.746**	**219.485**	**200.406**

	Nota	Controladora			Consolidado		
Passivo e patrimônio líquido	**explicativa**	**2023**	**2022**	**01/01/2022**	**2023**	**2022**	**01/01/2022**
			(Reapresentado)	(Reapresentado)		(Reapresentado)	(Reapresentado)
Fornecedores	18	20.112	10.251	6.954	20.124	10.283	6.968
Passivo de arrendamento	19	3.034	2.377	1.998	3.034	2.377	1.998
Empréstimos e financiamentos	20	**63.898**	45.143	29.825	63.898	45.143	29.825
Instrumentos financeiros derivativos	32	709	1.429	–	709	1.429	–
Salários, provisão para férias e encargos	21	8.273	8.646	4.671	8.273	8.646	4.671
Impostos e contribuições a recolher	22	786	544	427	786	545	429
Impostos e contribuições parcelados		2.167	1.649	1.434	2.167	1.649	1.434
Adiantamentos de clientes		611	79	303	611	79	303
Cessão de direitos	26	3.297	1.486	–	3.297	1.486	–
Demais contas a pagar		1.606	602	122	1.606	602	122
Total do passivo circulante		**104.493**	**72.206**	**45.734**	**104.505**	**72.239**	**45.750**
Passivo de arrendamento	19	6.815	8.464	5.013	6.815	8.464	5.013
Empréstimos e Financiamentos	20	**23.475**	37.877	46.116	23.475	37.877	46.116
Provisão para perdas em investimentos em controlada	15	–	–	7.173	–	–	–
Impostos e contribuições parcelados		2.585	1.915	3.245	2.585	1.915	3.245
Provisão de Incentivo ILP	24	4.341	7.662	6.661	4.341	7.662	6.661
Provisão para riscos	25	2.741	1.763	1.853	2.741	1.763	1.853
Total do passivo não circulante		**39.957**	**57.682**	**70.061**	**39.957**	**57.682**	**62.888**
Capital Social	27a	203.105	203.105	192.505	203.105	203.105	192.505
Reserva legal	27b	21.890	21.890	21.890	21.890	21.890	21.890
Prejuízos acumulados		(151.292)	(135.888)	(122.471)	(151.292)	(135.888)	(122.470)
Ajustes de avaliação patrimonial		581	457	(157)	581	457	(157)
Total do patrimônio líquido		**74.284**	**89.564**	**91.767**	**74.284**	**89.564**	**91.768**
Total do passivo e do patrimônio líquido		**218.734**	**219.453**	**207.561**	**218.746**	**219.485**	**200.406**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações do Resultado para os Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022 *(Em milhares de reais – R$)*

	Nota	Controladora		Consolidado	
	explicativa	**2023**	**2022**	**2023**	**2022**
			(reapresentado)		(reapresentado)
Receita líquida de vendas e serviços	28	105.074	89.382	105.074	89.382
Custo dos produtos vendidos e serviços prestados	29	(53.390)	(47.427)	(53.390)	(47.427)
Lucro bruto		51.684	41.956	51.684	41.956
Gerais e administrativas	29	(20.216)	(22.062)	(20.695)	(22.243)
Despesas de vendas e distribuição	29	(19.975)	(18.979)	(19.975)	(18.979)
Despesas com pesquisa e desenvolvimento	29	(1.622)	(1.517)	(1.622)	(1.517)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	29	(4.940)	4.150	(4.939)	4.149
Resultado antes das receitas (despesas) financeiras líquidas e impostos		4.931	3.548	4.453	3.367
Receitas financeiras	30	828	4.137	828	6.909
Despesas financeiras	30	(28.181)	(28.330)	(28.185)	(29.583)
Despesas financeiras líquidas	30	(27.353)	(24.193)	(27.357)	(22.674)
Participação nos lucros das empresas investidas por equivalência patrimonial	15	(482)	1.337	–	–
Resultado antes dos impostos		(22.904)	(19.308)	(22.904)	(19.308)
Imposto de renda e contribuição social					
Correntes		–	–	–	–
Diferidos	14	7.500	5.891	7.500	5.891
Prejuízo líquido do exercício		(15.404)	(13.417)	(15.404)	(13.417)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações do Resultado Abrangente para os Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022 *(Em milhares de reais – R$)*

	Controladora		Consolidado	
	2023	**2022**	**2023**	**2022**
		(Reapresentado)		(Reapresentado)
Prejuízo líquido do exercício	(15.404)	(13.417)	(15.404)	(13.417)
Outros Resultados Abrangentes (ORA)				
Itens que podem ser subsequentemente reclassificados para o resultado				
Variação cambial em investimento em controlada no exterior	125	614	125	614
Resultado abrangente total do exercício	(15.279)	(12.803)	(15.279)	(12.803)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido para os Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 *(Em milhares de reais – R$)*

				Atribuível aos acionistas controladores		
	Nota explicativa	**Capital social**	**Reserva de capital**	**Prejuízos acumulados**	**Ajustes de avaliação patrimonial**	**Total**
				(Reapresentado)		(Reapresentado)
Saldos em 31 de dezembro de 2021		**192.505**	**21.890**	**(118.075)**	**(157)**	**96.163**
Ajustes ao saldo inicial – NE 9		–	–	(4.396)	–	(4.396)
Saldos em 01 de janeiro de 2022 (reapresentado)		**192.505**	**21.890**	**(122.471)**	**(157)**	**91.767**
Emissão de ações ordinárias	27a	10.600	–	–	–	10.600
Prejuízo líquido do exercício		–	–	(13.417)	–	(13.417)
Outros resultados abrangentes do exercício		–	–	–	614	614
Saldos em 31 de dezembro de 2022 (reapresentado)		**203.105**	**21.890**	**(135.888)**	**457**	**89.564**
Prejuízo líquido do exercício		–	–	(15.404)	–	(15.404)
Outros resultados abrangentes do exercício		–	–	–	125	125
Saldos em 31 de dezembro de 2023		**203.105**	**21.890**	**(151.292)**	**581**	**74.285**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações dos Fluxos de Caixa para os Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022 *(Em milhares de reais – R$)*

	Nota	Controladora		Consolidado	
	explicativa	**2023**	**2022**	**2023**	**2022**
			(Reapresentado)		(Reapresentado)
Fluxo de caixa das atividades operacionais					
Prejuízo líquido do exercício		(15.404)	(13.417)	(15.404)	(13.417)
Ajustes para:					
Depreciação e amortização	29	8.442	7.772	8.557	7.845
Baixa de Ativos Fixos		967	616	967	775
Provisão para perdas nos estoques	12	2.862	355	2.862	355
Perda por redução ao valor recuperável de contas a receber	11	(19)	2.658	(19)	2.658
Resultado da equivalência patrimonial	15	482	(1.337)	–	–
Encargos financeiros sobre passivo de arrendamento	19	1.208	1.130	1.208	1.130
Encargos financeiros sobre empréstimos, financiamentos	20	15.470	13.028	15.470	13.028
Imposto de renda e contribuição social diferidos	14	(7.500)	(5.550)	(7.500)	(5.550)
Ganho/perda operação de Hedge	30	(720)	1.899	(720)	1.899
Variação cambial não realizada, sobre empréstimos tomados	20	(932)	(1.009)	(450)	(1.009)
Provisão de Incentivo ILP	24	(3.321)	1.002	(3.321)	1.002
Provisão para riscos	25	978	(90)	978	(90)
Variações em:					
Contas a receber		(2.788)	(7.326)	(2.788)	(9.710)
Estoques		(2.416)	(8.498)	(2.416)	(8.498)
Impostos a recuperar		4.641	(909)	4.899	(840)
Outras contas a receber		1.336	(1.289)	1.335	(1.287)
Fornecedores		10.148	3.310	10.128	3.740
Salários, provisão para férias e encargos		(373)	3.975	(373)	3.975
Impostos e contribuições a recolher		241	117	241	114
Impostos e contribuições parcelados		1.188	(1.115)	1.188	(1.115)
Adiantamentos de clientes		532	(224)	532	(224)
Outros		3.065	(236)	2.832	378
Caixa gerado pelas (utilizado nas) atividades operacionais		18.087	(5.136)	18.206	(4.839)
Empréstimos e financiamentos – juros pagos	20	(14.953)	(12.990)	(14.953)	(12.990)
Cessão de Direitos – juros pagos		(799)	(473)	(799)	(473)
Passivo de arrendamento – juros pagos	19	(1.208)	(1.130)	(1.208)	(1.130)
Fluxo de caixa líquido utilizado nas atividades operacionais		1.127	(20.071)	1.246	(19.774)
Fluxo de caixa das atividades de investimento					
Aquisição de imobilizado e intangível	16 e 17	(4.659)	(1.149)	(4.772)	(1.561)
Fluxo de caixa (utilizado nas) proveniente das atividades de investimento		(4.659)	(1.149)	(4.772)	(1.561)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento					
Recursos provenientes de aporte de capital de acionistas	25	–	10.600	–	10.600
Recursos provenientes de novos empréstimos	20	64.185	64.830	–	64.830
Recursos provenientes de cessão de direitos creditórios	26	8.452	7.015	64.185	7.015
Pagamento de empréstimos e financiamentos – principal	20	(59.900)	(56.084)	8.452	(56.084)
Pagamento de cessão de direitos creditórios	26	(6.445)	(4.848)	(59.900)	(4.848)
Pagamento de passivo de arrendamento	19	(2.637)	(2.494)	(6.445)	(2.494)
Variação cambial realizada	20	–	(696)	(2.637)	(696)
Caixa líquido proveniente das atividades de financiamento		3.655	18.322	3.655	18.322
Aumento/(redução) líquida em caixa e equivalentes de caixa		123	(2.898)	130	(3.012)
Caixa e equivalentes de caixa em 1º de janeiro		900	3.798	901	3.913
Caixa e equivalentes de caixa em 31 de dezembro		1.023	900	1.031	901
Auento/(redução) líquida em caixa e equivalentes de caixa		123	(2.898)	130	(3.012)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023 e de 2022

(Em milhares de reais – R$, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto Operacional – A Víncula Indústria, Comércio, Importação e Exportação de Implantes S.A. ("Companhia" ou "Víncula") é uma sociedade anônima de capital fechado domiciliada no Brasil. Sua sede está localizada na cidade de Rio Claro, Estado de São Paulo, na Avenida Brasil, 2.983, Distrito Industrial. As demonstrações financeiras da Companhia abrangem a Companhia e sua controlada (conjuntamente referidas como "Grupo"). O Grupo está envolvido na exploração do ramo da indústria, do comércio, da importação e da exportação de implantes e instrumentos médicos hospitalares além da prestação de serviços de reparos e manutenção de instrumentais. 1.1. Coronavírus ("COVID-19") Em 30 de janeiro de 2020, a Organização Mundial da Saúde (OMS) declarou que o surto do novo coronavírus (COVID-19) constitui uma Emergência de Saúde Pública de Importância Internacional (ESPII). Posteriormente, em 11 de março de 2020, a OMS caracterizou a COVID-19 como pandemia. Um dos principais impactos frente ao cenário de pandemia, diz respeito a postergação das cirurgias ortopédicas eletivas, para a utilização dos centros cirúrgicos e de UTIs, no qual a Companhia é 100% dependente, para o tratamento contra a COVID-19. Durante o período crítico da pandemia a Companhia tomou uma série de medidas visando a eficiência operacional nas áreas comerciais e produtivas, tais como redefinição do GTM ("go to market"), investimento em Marketing, eventos promocionais com foco em Educação Médica Continuada, reorganização da rede de Distribuidores (Venda Indireta), racionalização do Portfólio, Melhoraria do processo S&OP com foco na acuracidade de "forecast", venda de ativos (equipamentos ociosos), entre outras: Em 2022, a Companhia ainda sofreu consequências da pandemia, o primeiro trimestre foi marcado pela terceira onda (variante "Ômicron") que, embora não tenha causado impactos relevantes na ocupação dos leitos cirúrgicos como nas ondas anteriores (2020 a 2021), foi responsável pela não retomada integral das atividades do setor. Para 2023, a Companhia manteve a recuperação do faturamento bruto, atingindo uma média de R$9.232 mil mensais, com um crescimento de R$14.579 mil em relação a 2022, o que representou um aumento de 15% nas vendas se comparado ao exercício de 2022 (R$110.783 em 2023). Riscos de liquidez: O Grupo mantém um monitoramento do risco de liquidez através da gestão de seus recursos de caixa e aplicações financeiras, monitoramento do risco de crédito de clientes, bem como campanhas de cobrança com a realização de acordos com clientes devedores durante o exercício. (a) Reestruturação da dívida com negociação das condições dos empréstimos e financiamentos com instituições financeiras. (b) Aportes de capital feitos pelos acionistas no período de 2020 à 2024, conforme apresentado na nota explicativa nº 27 e nº 32. O Grupo possui ainda mantém suporte financeiro junto ao seu acionista.

2. Relação De Entidades Controladas – Segue abaixo a controlada relevante do Grupo para os exercícios de 2023 e 2022:

		Participação acionária %	
	País	**2023**	**2022**
Vincula Colombia Sociedad Por Acciones Simplificada ("Vincula Colombia")	Colômbia	100	100

As atividades da controlada Vincula Colômbia compreendiam a importação e comercialização de produtos de próteses e implantes ortopédicos, atualmente a controlada está sem operação e em fase de encerramento legal.

3. Base de Preparação – Declaração de conformidade (com relação às normas do CPC): As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (CPC). A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria em 15 de março de 2024. Detalhes sobre as políticas contábeis do Grupo estão apresentadas na nota explicativa nº 7. Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão. Continuidade operacional: No exercício findo em 31 de dezembro de 2023, o Grupo ainda apresentou um prejuízo de R$15.404 (R$13.417 em 2022), bem como capital circulante líquido negativo de R$13.142 e R$13.145, na controladora e consolidado, respectivamente (positivo em 2022 R$29.400 e R$29.627). Entretanto, a Administração entende que o Grupo possui recursos adequados para continuar operando pelo menos nos próximos 12 meses e que a base contábil da continuidade operacional permanece apropriada. O Grupo obteve, em janeiro de 2024, a autorização de aumento de capital, após o encerramento do exercício, junto ao Controlador, conforme nota explicativa 32, no montante de R$40.000. Esse recurso será essencial para a reformulação da estrutura de capital e garantia de novos investimentos para o Grupo, equilibrando a liquidez das operações. Adicionalmente, a Administração está tomando as seguintes ações de mitigação para reduzir custos e otimizar o fluxo de caixa do Grupo, para também preservar a liquidez, tais como: Renegociação do prazo dos empréstimos e financiamentos, bem como a captação de novos empréstimos e financiamento, com linhas de já crédito aprovadas. Renegociação de títulos a pagar e empréstimos com os principais credores. Ajuste e revisão periódica do volume de produção. Redução e reestruturação dos gastos e despesas. O Grupo ainda pode recorrer a solicitação de novos aportes de capital ao Controlador, caso necessário.

4. Moeda Funcional e Moeda de Apresentação – Estas demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da do Grupo. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

5. Uso de Estimativas e Julgamentos – Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos e estimativas que afetam a aplicação das políticas contábeis do Grupo e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente. **a) Julgamentos:** As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão incluídas nas seguintes notas explicativas: Nota explicativa 3 – Continuidade operacional: se existem incertezas relevantes que possam levantar dúvidas significativas sobre a capacidade de continuidade operacional da entidade. **b) Incertezas sobre premissas e estimativas:** As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas em 31 de dezembro de 2023 que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos no próximo exercício estão incluídas nas seguintes notas explicativas: Nota explicativa nº 11 – mensuração de perda de crédito esperada para as contas a receber e ativos contratuais: principais premissas na determinação da taxa média ponderada de perda. Nota explicativa nº 12 – reconhecimento e mensuração de provisões de estoques: principais premissas em relação aos valores recuperáveis. Nota explicativa nº 14 – reconhecimento de ativos fiscais diferidos: disponibilidade de lucro tributável futuro contra o qual diferenças temporárias dedutíveis e prejuízos fiscais possam ser utilizados. Notas explicativas nº 16 e nº 17 – teste de redução ao valor recuperável de ativos imobilizados, intangíveis e ágio: principais premissas em relação aos valores recuperáveis. Nota explicativa nº 24 – reconhecimento e mensuração de provisões para incentivos de longo prazo mediante a atualização do valor justo das opções cedidas. Nota explicativa nº 25 – reconhecimento e mensuração de provisões e provisão para processos judiciais: principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos. **c) Mensuração do valor justo:** Uma série de políticas e divulgações contábeis do Grupo requer a mensuração de valor justo para ativos e passivos financeiros e não financeiros. Isso inclui a avaliação e responsabilidade geral de revisar todas as mensurações significativas de valor justo, incluindo os valores justos de Nível 3, com reporte diretamente ao Diretor Financeiro. A equipe de avaliação revisa regularmente dados não observáveis significativos e ajustes de avaliação. Se informação de terceiros, tais como cotações de corretoras ou serviços de preços, é utilizada para mensurar valor justo, a equipe de avaliação analisa as evidências obtidas de terceiros para suportar a conclusão de que tais avaliações atendem os requisitos das normas CPC, incluindo o nível na hierarquia do valor justo em que tais avaliações devem ser classificadas. Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, o Grupo usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (inputs) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma: Nível 1: preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos. Nível 2: inputs, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços). Nível 3: inputs, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis). O Grupo reconhece as transferências entre níveis da hierarquia do valor justo no final do período das demonstrações financeiras em que ocorreram as mudanças. Informações adicionais sobre as premissas utilizadas na mensuração dos valores justos estão incluídas na nota explicativa nº 31.

6. Base de Mensuração – As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos itens mensurados a valor justo.

7. Principais Políticas Contábeis – O Grupo aplicou as políticas contábeis descritas abaixo de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras. **a. Base de consolidação:** (i) Controladas: O Grupo controla uma entidade quando está exposto a, ou tem direito sobre, os retornos variáveis advindos de seu envolvimento com a entidade e tem a habilidade de afetar esses retornos exercendo seu poder sobre a entidade. As demonstrações financeiras de controladas são incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data em que o Grupo obtiver o controle até a data em que o controle deixa de existir. Nas demonstrações financeiras individuais da controladora, as informações financeiras das controladas são reconhecidas por meio do método de equivalência patrimonial. (ii) Investimentos em entidades contabilizados pelo método da equivalência patrimonial: Nas demonstrações financeiras individuais, os investimentos do Grupo em entidades contabilizadas pelo método da equivalência patrimonial compreendem suas participações em controladas. (iii) Transações eliminadas na consolidação: Saldos e transações intragrupo, e quaisquer receitas ou despesas (exceto para ganhos ou perdas de transações em moeda estrangeira) não realizadas derivadas de transações intragrupo, são eliminados. Ganhos não realizados oriundos de transações com investidas registradas por equivalência patrimonial são eliminados contra o investimento na proporção da participação do Grupo na investida. Perdas não realizadas são eliminadas da mesma maneira de que os ganhos não realizados, mas somente na extensão em que não haja evidência de perda por redução ao valor recuperável. b. Moeda estrangeira. (i) Transações em moeda estrangeira: Transações em moeda estrangeira são convertidas para as respectivas moedas funcionais das entidades do Grupo pelas taxas de câmbio nas datas das transações. Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras na data do balanço são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio naquela data. Ativos e passivos não monetários que são mensurados pelo valor justo em moeda estrangeira são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio na data em que o valor justo foi determinado. Itens não monetários que são mensurados com base no custo histórico em moeda estrangeira são convertidos pela taxa de câmbio na data da transação. As diferenças de moedas estrangeiras resultantes da conversão são geralmente reconhecidas no resultado. (ii) Operações no exterior: Os ativos e passivos de operações no exterior, incluindo ágio e ajustes de valor justo resultantes da aquisição, são convertidos para o Real às taxas de câmbio apuradas na data do balanço. As receitas e despesas de operações no exterior são convertidas para o Real às taxas de câmbio apuradas nas datas das transações. As diferenças de moedas estrangeiras geradas na conversão para moeda de apresentação são reconhecidas em outros resultados abrangentes e acumuladas em ajustes de avaliação patrimonial no patrimônio líquido. **c. Benefícios a empregados:** Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são reconhecidas como despesas de pessoal conforme o serviço correspondente seja prestado. O passivo é reconhecido pelo montante do pagamento esperado caso o Grupo tenha uma obrigação presente legal ou construtiva de pagar esse montante em função de serviço passado prestado pelo empregado e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável. **d. Receitas financeiras e despesas financeiras:** As receitas e despesas financeiras do Grupo compreendem: • Receita de juros. • Despesa de juros. • Ganhos/perdas líquidos de variação cambial sobre ativos e passivos financeiros. A receita e a despesa de juros são reconhecidas no resultado pelo método de juros efetivos. A taxa de juros efetiva é a taxa que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos em caixa futuros estimados ao longo da vida esperada do instrumento financeiro ao: • Valor contábil bruto do ativo financeiro. • Ao custo amortizado do passivo financeiro. No cálculo da receita ou da despesa de juros, a taxa de juros efetiva incide sobre o valor contábil bruto do ativo (quando o ativo não estiver com problemas de recuperação) ou ao custo amortizado do passivo. No entanto, a receita de juros é calculada por meio da aplicação da taxa de juros efetiva ao custo amortizado do ativo financeiro que apresenta problemas de recuperação depois do reconhecimento inicial. Caso o ativo não esteja mais com problemas de recuperação, o cálculo da receita de juros volta a ser feito com base no valor bruto. **(e) Imposto de renda e contribuição social:** O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R$240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício. A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda e contribuição social correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios ou a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes. (i) Despesas de imposto de renda e contribuição social corrente: A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos ou recebidos que reflete as incertezas

continua …

A publicação acima foi realizada e certificada no dia 12/04/2024

ICP Brasil

Acesse a página de **Publicações Legais** no site do **Jornal Data Mercantil**, apontando a câmera do seu celular no QR Code, ou acesse o link: **www.datamercantil.com.br/publicidade_legal**

... continuação

Víncula Indústria, Comércio, Importação e Exportação de Implantes S.A.

relacionadas a sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço. Os ativos e passivos fiscais correntes são compensados somente se os critérios legais forem atendidos. (ii) Despesas de imposto de renda e contribuição social diferido: Ativos e passivos fiscais diferidos são reconhecidos com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de demonstrações financeiras e os usados para fins de tributação. As mudanças dos ativos e passivos fiscais diferidos no exercício são reconhecidas como despesa de imposto de renda e contribuição social diferida. O imposto diferido não é reconhecido para: • Diferenças temporárias sobre o reconhecimento inicial de ativos e passivos em uma transação que não seja uma combinação de negócios e que não afete nem o lucro ou prejuízo tributável nem o resultado contábil. • Diferenças temporárias relacionadas a investimentos em controladas e coligadas, na extensão que o Grupo seja capaz de controlar o momento da reversão da diferença temporária e seja provável que a diferença temporária não será revertida em futuro previsível. • Diferenças temporárias tributáveis decorrentes do reconhecimento inicial de ágio. Um ativo fiscal diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados, na extensão em que seja provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis, contra os quais serão utilizados. Os lucros tributáveis futuros são determinados com base na reversão de diferenças temporárias tributáveis relevantes. Se o montante das diferenças temporárias tributáveis for insuficiente para reconhecer integralmente um ativo fiscal diferido, serão considerados os lucros tributáveis futuros, ajustados para as reversões das diferenças temporárias existentes, com base nos planos de negócios da controladora e de suas subsidiárias individualmente. A mensuração dos ativos e passivos fiscais diferidos reflete as consequências tributárias decorrentes da maneira sob a qual o Grupo espera recuperar ou liquidar seus ativos e passivos. Ativos e passivos fiscais diferidos são compensados somente se certos critérios forem atendidos. **(f) Estoques:** Os estoques são mensurados pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido. O custo dos estoques é baseado no princípio do custo médio ponderado. No caso dos estoques manufaturados, o custo inclui uma parcela dos custos gerais de fabricação baseado na capacidade normal de operação. **(g) Imobilizado:** (i) Reconhecimento e mensuração Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, que inclui os custos de empréstimos capitalizados, deduzido de depreciação acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável ("impairment"). Quaisquer ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são reconhecidos no resultado. (ii) Custos subsequentes: Custos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com os gastos serão auferidos pelo Grupo. (iii) Depreciação: A depreciação é calculada para amortizar o custo de itens do ativo imobilizado, líquido de seus valores residuais estimados, utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens. A depreciação é reconhecida no resultado. Terrenos não são depreciados. As vidas úteis estimadas do ativo imobilizado no exercício e exercício comparativo são as seguintes:

	5 anos
Equipamentos de informática	5 anos
Veículos	10 anos
Ferramentas	10 anos
Instrumentais	15 anos
Móveis e utensílios	20 anos
Benfeitorias em propriedade de terceiros em construção	20 anos
Máquinas e equipamentos	20 anos
Direito de uso de ativos (Aluguéis)	1 a 10 anos

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada data de balanço e ajustados caso seja apropriado. **(h) Ativos intangíveis e ágio:** (i) Reconhecimento e mensuração: Ágio: O ágio é proveniente de expectativa de rentabilidade futura é mensurado ao custo, deduzido das perdas acumuladas por redução ao valor recuperável, anualmente os valores são submetidos ao teste de "impairment". Pesquisa e desenvolvimento: Gastos com atividades de pesquisa são reconhecidos no resultado conforme incorridos. Os gastos com desenvolvimento são capitalizados somente se os custos de desenvolvimento puderem ser mensurados de maneira confiável, se o produto ou processo for tecnicamente e comercialmente viável, se os benefícios econômicos futuros forem prováveis, e se o Grupo tiver a intenção e recursos suficientes para concluir o desenvolvimento e usar ou vender o ativo. Os demais gastos com desenvolvimento são reconhecidos no resultado conforme incorridos. Após o reconhecimento inicial, os gastos com desenvolvimento capitalizados são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e quaisquer perdas por redução ao valor recuperável. Outros ativos intangíveis: Outros ativos intangíveis que são adquiridos pelo Grupo e que têm vidas úteis finitas são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável. (ii) Gastos subsequentes: Os gastos subsequentes são capitalizados somente quando eles aumentam os benefícios econômicos futuros incorporados ao ativo específico aos quais se relacionam. Todos os outros gastos, incluindo gastos com ágio gerado internamente e marcas e patentes, são reconhecidos no resultado conforme incorridos. (iii) Amortização: A amortização é calculada utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens, líquido de seus valores residuais estimados. A amortização é geralmente reconhecida no resultado. O ágio não é amortizado. As vidas úteis estimadas no exercício e exercício comparativo são as seguintes:

	10 anos
Desenvolvimento de projetos	
Softwares e outros ativos intangíveis	10 anos

(i) Instrumentos financeiros (i) Reconhecimento e mensuração inicial: As contas a receber de clientes são reconhecidas inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando o Grupo se tornar parte das disposições contratuais do instrumento. Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, mais ou menos, para um item não mensurado ao VJR, os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. As contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação. (ii) Classificação e mensuração subsequente: Ativos financeiros – Avaliação do modelo de negócio: O Grupo realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem: • As políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas. • Eles incluem a questão de saber se a estratégia da Administração tem como foco a obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado perfil de taxa de juros, a correspondência entre a duração dos ativos financeiros e a duração de passivos relacionados ou saídas esperadas de caixa, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos. • Como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração do Grupo. • Os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados. • A frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos períodos anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras. As transferências de ativos financeiros para terceiros em transações que não se qualificam para o desreconhecimento não são consideradas vendas, de maneira consistente com o reconhecimento contínuo dos ativos do Grupo. Ativos financeiros – avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros: Para fins dessa avaliação, o "principal" é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os "juros" são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período de tempo e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro. O Grupo considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição. Ao fazer essa avaliação, o Grupo considera: • Eventos contingentes que modifiquem o valor ou a época dos fluxos de caixa. • Termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis. • O pré-pagamento e a prorrogação do prazo. • Os termos que limitam o acesso do Grupo a fluxos de caixa de ativos específicos (por exemplo, baseados na performance de um ativo). O pagamento antecipado é consistente com o critério de pagamentos do principal e juros caso o valor do pré-pagamento represente, em sua maior parte, valores não pagos do principal e de juros sobre o valor do principal pendente – o que pode incluir uma compensação razoável pela rescisão antecipada do contrato. Além disso, com relação a um ativo financeiro adquirido por um valor menor ou maior do que o valor nominal do contrato, a permissão ou a exigência de pré-pagamento por um valor que represente o valor nominal do contrato mais os juros contratuais (que também pode incluir compensação razoável pela rescisão antecipada do contrato) acumulados (mas não pagos) são tratadas como consistentes com esse critério se o valor justo do pré-pagamento for insignificante no reconhecimento inicial. Ativos financeiros – Mensuração subsequente e ganhos e perdas

Ativos financeiros a VJR	Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido é reconhecido no resultado.
Ativos financeiros a custo amortizado	Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por "impairment". A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o "impairment" são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido resultado.

Passivos financeiros – classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas: Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado. (iii) Desreconhecimento: Ativos financeiros: O Grupo desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando o Grupo transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual o Grupo nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro. Passivos financeiros: O Grupo desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. O Grupo também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo. No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado. (iv) Compensação: Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, o Grupo tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. (v) Instrumentos financeiros derivativos: O Grupo mantém instrumentos financeiros derivativos para proteger suas exposições aos riscos de variação de moeda estrangeira e taxa de juros. Derivativos embutidos são separados de seus contratos principais e registrados separadamente caso o contrato principal não seja um ativo financeiro e certos critérios sejam atingidos. Os derivativos são mensurados inicialmente pelo valor justo. Após o reconhecimento inicial, os derivativos são mensurados pelo valor justo e as variações no valor justo são normalmente registradas no resultado. (j) Redução ao valor recuperável ("impairment") (i) Ativos financeiros não-derivativos: Instrumentos financeiros e ativos contratuais: O Grupo reconhece provisões para perdas esperadas de crédito sobre: Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado. Investimentos de dívida mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA), quando aplicável. O Grupo também reconheceu provisões para perdas esperadas de crédito sobre recebíveis de arrendamento que são divulgados como parte do contas a receber e outros recebíveis. O Grupo mensura a provisão para perda em um montante igual à perda de crédito esperada para a vida inteira, exceto para os itens descritos abaixo, que são mensurados como perda de crédito esperada para 12 meses: Títulos de dívida com baixo risco de crédito na data do balanço. Outros títulos de dívida e saldos bancários para os quais o risco de crédito (ou seja, o risco de inadimplência ao longo da vida esperada do instrumento financeiro) não tenha aumentado significativamente desde o reconhecimento inicial. As provisões para perdas com contas a receber de clientes (incluindo recebíveis de arrendamentos) são mensuradas a um valor igual à perda de crédito esperada para a vida inteira do instrumento. Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, o Grupo considera informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica do Grupo, na avaliação de crédito e considera informações prospectivas. O Grupo presume que o risco de crédito de um ativo financeiro, inclusive as contas a receber, aumentou significativamente se este estiver com mais de 12 meses de atraso. O Grupo considera um ativo financeiro como inadimplente quando: É pouco provável que o devedor pague integralmente suas obrigações de crédito ao Grupo, sem recorrer a ações como a realização da garantia (se houver alguma). As perdas de crédito esperadas para a vida inteira são as perdas esperadas com crédito que resultam de todos os possíveis eventos de inadimplemento ao longo da vida esperada do instrumento financeiro. As perdas de crédito esperadas para 12 meses são perdas de crédito que resultam de possíveis eventos de inadimplência dentro de 12 meses após a data do balanço (ou em um período mais curto, caso a vida esperada do instrumento seja menor do que 12 meses). O período máximo considerado na estimativa de perda de crédito esperada é o período contratual máximo durante o qual o Grupo está exposto ao risco de crédito. Mensuração das perdas de crédito esperadas: As perdas de crédito esperadas são estimativas ponderadas pela probabilidade de perdas de crédito. As perdas de crédito são mensuradas a valor presente com base em todas as insuficiências de caixa (ou seja, a diferença entre os fluxos de caixa devidos ao Grupo de acordo com o contrato e os fluxos de caixa que o Grupo espera receber). Ativos financeiros com problemas de recuperação: Em cada data de balanço, o Grupo avalia se os ativos financeiros contabilizados pelo custo amortizado e os títulos de dívida mensurados ao VJORA estão com problemas de recuperação. Um ativo financeiro possui "problemas de recuperação" quando ocorrem um ou mais eventos com impacto prejudicial nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro. Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram problemas de recuperação inclui os seguintes dados observáveis: Dificuldades financeiras significativas do devedor. Quebra de cláusulas contratuais, tais como inadimplência ou atraso de mais de 90 dias. Reestruturação de um valor devido ao Grupo em condições que não seriam aceitas em condições normais. A probabilidade que o devedor entrará em falência ou passará por outro tipo de reorganização financeira. O desaparecimento de mercado ativo para o título por causa de dificuldades financeiras. Apresentação da provisão para perdas de crédito esperadas no balanço patrimonial: A provisão para perdas para ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado é deduzida do valor contábil bruto dos ativos. Baixa: O valor contábil bruto de um ativo financeiro é baixado quando o Grupo não tem expectativa razoável de recuperar o ativo financeiro em sua totalidade ou em parte. O Grupo faz uma avaliação individual sobre a época e o valor da baixa com base na existência ou não de expectativa razoável de recuperação para sua carteira de clientes. O Grupo não espera nenhuma recuperação significativa do valor baixado. No entanto, os ativos financeiros baixados podem ainda estar sujeitos à execução de crédito para o cumprimento dos procedimentos do Grupo para a recuperação dos valores devidos. (ii) Ativos não financeiros: Em cada data de reporte, o Grupo revisa os valores contábeis de seus ativos não financeiros (exceto estoques, ativos contratuais e impostos diferidos) para apurar se há indicação de perda ao valor recuperável. Caso ocorra alguma indicação, o valor recuperável do ativo é estimado. No caso do ágio, o valor recuperável é testado anualmente. Para testes de redução ao valor recuperável, os ativos são agrupados em Unidades Geradoras de Caixa (UGC), ou seja, no menor grupo possível de ativos que gera entradas de caixa pelo seu uso contínuo, entradas essas que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos ou UGCs. O ágio de combinações de negócios é alocado às UGCs ou grupos de UGCs que se espera que irão se beneficiar das sinergias da combinação. O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre o seu valor em uso e o seu valor justo menos custos para vender. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados a valor presente usando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo ou da UGC. Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou UGC exceder o seu valor recuperável. Perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas no resultado. Perdas reconhecidas referentes às UGCs são inicialmente alocadas para redução de qualquer ágio alocado a esta UGC (ou grupo de UGCs), e então para redução do valor contábil dos outros ativos da UGC (ou grupo de UGCs) de forma pro rata. Uma perda por redução ao valor recuperável relacionada ao ágio não é revertida. Quanto aos demais ativos, as perdas por redução ao valor recuperável são revertidas somente na extensão em que o novo valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida. (k) Provisão para incentivos a longo prazo (IPL) – "Phantom Options" O Grupo estabeleceu um programa de remuneração baseado em incentivos a longo prazo, destinado a recompensar e reter talentos chave da alta administração da organização, alinhando os interesses dos colaboradores com o crescimento sustentável do Grupo. Este plano oferece a possibilidade aos beneficiários de receberem pagamentos adicionais com base no valor futuro do Grupo. As Phantom Options são instrumentos financeiros derivativos que proporcionam aos beneficiários o direito de receber pagamentos baseados em ação, mediante o cumprimento de determinados gatilhos estabelecidos pelo programa. Um passivo é reconhecido ao valor justo estimado da transação a ser liquidada com caixa. O valor justo é mensurado inicialmente e revisitado sempre que um fator significativo ocorrer ou a cada data-base das demonstrações financeiras, com a variação do valor justo reconhecida como outras despesas operacionais (vide Nota 29) na demonstração do resultado. O valor justo é reconhecido como despesa ao longo do período até a data de aquisição, com o reconhecimento de um passivo correspondente. O valor justo é determinado com base no modelo binomial. Mais detalhes são apresentados na Nota 24. (l) Arrendamentos: No início de um contrato, o Grupo avalia se um contrato é ou contém um arrendamento. Um contrato é, ou contém um arrendamento, se o contrato transferir o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo em troca de contraprestação. Como arrendatário: No início ou na modificação de um contrato que contém um componente de arrendamento, o Grupo aloca a contraprestação no contrato a cada componente de arrendamento com base em seus preços individuais. No entanto, para os arrendamentos de propriedades, o Grupo optou por não separar os componentes que não sejam de arrendamento e contabilizam os componentes de arrendamento e não arrendamento como um único componente. O Grupo reconhece um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento na data de início do arrendamento. O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente ao custo, que compreende o valor da mensuração inicial do passivo de arrendamento, ajustado para quaisquer pagamentos de arrendamento efetuados até a da data de início, mais quaisquer custos diretos iniciais incorridos pelo arrendatário e uma estimativa dos custos a serem incorridos pelo arrendatário na desmontagem e remoção do ativo subjacente, restaurando o local em que está localizado ou restaurando o ativo subjacente à condição requerida pelos termos e condições do arrendamento, menos quaisquer incentivos de arredamentos recebidos. O ativo de direito de uso é subsequentemente depreciado pelo método linear desde a data de início até o final do prazo do arrendamento, a menos que o arrendamento transfira a propriedade do ativo subjacente ao arrendatário ao fim do prazo do arrendamento, ou se o custo do ativo de direito de uso refletir que o arrendatário exercerá a opção de compra. Além disso, o ativo de direito de uso é periodicamente reduzido por perdas por redução ao valor recuperável, se houver, e ajustado para determinadas remensurações do passivo de arrendamento. O passivo de arrendamento é mensurado inicialmente ao valor presente dos pagamentos do arrendamento que não são efetuados na data de início, descontados pela taxa de juros implícita no arrendamento ou, se essa taxa não puder ser determinada imediatamente, pela taxa de empréstimo incremental do Grupo. Geralmente, o Grupo usa sua taxa incremental sobre empréstimo como taxa de desconto. O Grupo determina sua taxa incremental sobre empréstimos obtendo taxas de juros de várias fontes externas de financiamento e fazendo alguns ajustes para refletir os termos do contrato e o tipo do ativo arrendado. Os pagamentos de arrendamento incluídos na mensuração do passivo de arrendamento compreendem o seguinte: • pagamentos fixos, incluindo pagamentos fixos na essência. • valores que se espera que sejam pagos pelo arrendatário, de acordo com as garantias de valor residual. O passivo de arrendamento é mensurado pelo custo amortizado, utilizando o método dos juros efetivos. É remensurado quando há uma alteração nos pagamentos futuros de arrendamento resultante de alteração em índice ou taxa, se houver alteração nos valores que se espera que sejam pagos de acordo com a garantia de valor residual, se o Grupo alterar sua avaliação se exercerá uma opção de compra, extensão ou rescisão ou se há um pagamento de arrendamento revisado fixo em essência. Quando o passivo de arrendamento é remensurado dessa maneira, é efetuado um ajuste correspondente ao valor contábil do ativo de direito de uso ou é registrado no resultado se o valor contábil do ativo de direito de uso tiver sido reduzido a zero. O Grupo apresenta ativos de direito de uso que não atendem à definição de propriedade para investimento em "ativo imobilizado" e passivos de arrendamento em "empréstimos e financiamentos" no balanço patrimonial. Arrendamentos de ativos de baixo valor: O Grupo optou por não reconhecer ativos de direito de uso e passivos de arrendamento para arrendamentos de ativos de baixo valor e arrendamentos de curto prazo, incluindo equipamentos de TI. O Grupo reconhece os pagamentos de arrendamento associados a esses arrendamentos como uma despesa de forma linear pelo prazo do arrendamento. (m) Mensuração do Valor Justo: Valor justo é o preço que seria recebido na venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação não forçada entre participantes do mercado na data de mensuração, no mercado principal ou, na sua ausência, no mercado mais vantajoso ao qual o Grupo tem acesso nessa data. O valor justo de um passivo reflete o seu risco de descumprimento ("non-performance"). Uma série de políticas contábeis e divulgações do Grupo requer a mensuração de valores justos, tanto para ativos e passivos financeiros como não financeiros. Quando disponível, o Grupo mensura o valor justo de um instrumento utilizando o preço cotado num mercado ativo para esse instrumento. Um mercado é considerado como "ativo" se as transações para o ativo ou passivo ocorrem com frequência e volume suficientes para fornecer informações de precificação de forma contínua. Se não houver um preço cotado em um mercado ativo, o Grupo utiliza técnicas de avaliação que maximizam o uso de dados observáveis relevantes e minimizam o uso de dados não observáveis. A técnica de avaliação escolhida incorpora todos os fatores que os participantes do mercado levariam em conta na precificação de uma transação. Se um ativo ou um passivo mensurado ao valor justo tiver um preço de compra e um preço de venda, o Grupo mensura ativos com base em preços de compra e passivos com base em preços de venda. A melhor evidência do valor justo de um instrumento financeiro no reconhecimento inicial é normalmente o preço da transação – ou seja, o valor justo da contrapartida dada ou recebida. Se o Grupo determinar que o valor justo no reconhecimento inicial difere do preço da transação e o valor justo não é evidenciado nem por um preço cotado num mercado ativo para um ativo ou passivo idêntico nem baseado numa técnica de avaliação para a qual quaisquer dados não observáveis são julgados como insignificantes em relação à mensuração, então o instrumento financeiro é mensurado inicialmente pelo valor justo ajustado para diferir a diferença entre o valor justo no reconhecimento inicial e o preço da transação. Posteriormente, essa diferença é reconhecida no resultado numa base adequada ao longo da vida do instrumento, ou até o momento em que a avaliação é totalmente suportada por dados de mercado observáveis ou a transação é encerrada, o que ocorrer primeiro.

8. Novas e Interpretações Novas e Revisadas Aplicáveis aplicáveis ao exercício findo 31 de dezembro de 2024 – a) Adoção de novos pronunciamentos, alterações e interpretações emitidos pelo CPC:

Norma	Requisitos	Impacto nas demonstrações financeiras
CPC 50 (Contratos de Seguro (incluindo alterações publicadas em junho de 2020 e dezembro de 2021)	O CPC 50 estabelece os princípios para reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de contratos de seguro e substitui o CPC 11 – Contratos de Seguro. A norma descreve o modelo geral, modificado para contratos de seguro com características de participação direta, descrito como abordagem de taxa variável. O modelo geral é simplificado se determinados critérios forem atendidos, mensurando o passivo para cobertura remanescente usando a abordagem da alocação de prêmios. O modelo geral usa premissas atuais para estimativa do valor, do prazo e da incerteza de fluxos de caixa futuros e mensura explicitamente o custo dessa incerteza. Ele leva em consideração as taxas de juros do mercado e o impacto das opções e garantias dos titulares de apólices.	O Grupo não identificou impacto relevante em suas demonstrações financeiras

b) Adoção de novos pronunciamentos, alterações e interpretações emitidos pelo e CPC e normas publicadas e ainda não vigentes. A Administração também considerou o impacto das novas normas, interpretações e emendas emitidas, mas ainda não vigentes. Exceto quando informado, elas não são consideradas relevantes para a Sociedade e entrarão em vigor em ou após 31 de dezembro de 2023.

Norma	Requisitos	Impacto nas demonstrações financeiras
Alterações à CPC 36 (R3) e à CPC 18 (R2)	Venda ou Contribuição na forma de Ativos entre um Investidor e sua Coligada ou Controlada em Conjunto	O Grupo não espera impacto relevante em suas demonstrações financeiras.
Alterações à CPC 26 (R1)	Classificação do Passivo como Circulante ou Não Circulante	O Grupo não espera impacto relevante em suas demonstrações financeiras.

9. Reapresentação das Demonstrações Financeiras – O Grupo está reapresentando o seu Balanço Patrimonial (BP), Demonstração do Resultado do Exercício (DRE), Demonstração de Mutação do Patrimônio Líquido (DMPL) e Demonstração de Fluxo de Caixa (DFC), referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022 de forma a reconhecer os contratos de incentivos à longo prazo concedidos a determinados profissionais, os quais estavam vigentes em exercícios anteriores, mas não estavam registrados nas demonstrações financeiras. Como resultado desse processo, os ajustes foram quantificados e efetuados nas demonstrações financeiras a partir de 1º de janeiro de 2022, conforme requerido pelo pronunciamento técnico CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudanças de Estimativas e Retificação de Erro. Assim, as demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023 incluem, para fins de comparação, os valores referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 reapresentados e saldos de abertura em 1 de janeiro de 2022. As mudanças efetuadas que resultaram em ajustes estão resumidas a seguir:

Balanço Patrimonial — **Controladora**

	Saldo em 1º de janeiro de 2022	**Ajustes**	**Saldo em 1º de janeiro de 2022 após o ajuste**	**Saldo em 31 de dezembro de 2022**	**Ajustes**	**Saldo em 31 de dezembro de 2022 após o ajuste**
Ativo não circulante:						
Ativo fiscal diferido	42.642	2.265	44.907	48.192	2.606	50.798
Total do ativo não circulante	**55.013**	**2.265**	**57.278**	**49.985**	**2.606**	**52.591**
Passivo não circulante:						
Provisão Para Incentivos à Longo Prazo	–	6.661	6.661	–	7.662	7.662
Total do passivo não circulante	63.400	6.661	70.061	50.020	7.662	57.682
Patrimônio Líquido						
Prejuízos Acumulados	(118.075)	(4.396)	(122.471)	(130.831)	(5.057)	(135.888)
Total Patrimônio Líquido	**96.163**	**(4.396)**	**91.767**	**94.621**	**(5.057)**	**89.564**

Consolidado

	Saldo em 1º de janeiro de 2022	**Ajustes**	**Saldo em 1º de janeiro de 2022 após o ajuste**	**Saldo em 31 de dezembro de 2022**	**Ajustes**	**Saldo em 31 de dezembro de 2022 após o ajuste**
Ativo não circulante:						
Ativo fiscal diferido	42.642	2.265	44.907	48.192	2.606	50.798
Total do ativo não circulante	**46.668**	**2.265**	**48.933**	**49.985**	**2.606**	**52.591**
Passivo circulante:						
Provisão Para Incentivos à Longo Prazo	–	6.661	6.661	–	7.662	7.662
Total do passivo não circulante	56.227	6.661	62.888	50.020	7.662	57.682
Patrimônio Líquido						
Prejuízos Acumulados	(118.075)	(4.396)	(122.471)	(130.831)	(5.057)	(135.888)
Total Patrimônio Líquido	**96.163**	**(4.396)**	**91.767**	**94.621**	**(5.057)**	**89.564**

continua ...

A publicação acima foi realizada e certificada no dia 12/04/2024

ICP Brasil

Acesse a página de **Publicações Legais** no site do **Jornal Data Mercantil**, apontando a câmera do seu celular no QR Code, ou acesse o link: **www.datamercantil.com.br/publicidade_legal**

... continuação

Víncula Indústria, Comércio, Importação e Exportação de Implantes S.A.

	Saldo em 31 de dezembro de 2022	Ajustes	Controladora Saldo em 31 de dezembro de 2022 após o ajuste
Outras receitas (despesas) operacionais, Líquidas	4.150	(1.002)	3.148
Resultado antes das receitas (despesas) financeiras líquidas e impostos	4.550	(1.002)	3.548
Resultado antes do imposto	(18.306)	(1.002)	(19.308)
Imposto de renda diferido	5.550	341	5.891
Prejuízo do exercício	(12.756)	(661)	(13.417)

	Saldo em 31 de dezembro de 2022	Ajustes	Consolidado Saldo em 31 de dezembro de 2022 apó o ajuste
Outras receitas (despesas) operacionais, Líquidas	4.150	(1.002)	3.148
Resultado antes das receitas (despesas) financeiras líquidas e impostos	4.369	(1.002)	3.367
Resultado antes do imposto	(18.306)	(1.002)	(19.308)
Imposto de renda diferido	5.550	341	5.891
Prejuízo do exercício	(12.756)	(661)	(13.417)

Demonstração de Fluxo de Caixa

	Saldo em 31 de dezembro de 2022	Ajustes	Controladora Saldo em 31 de dezembro de 2022 após o ajuste
Prejuízo líquido do exercício	(12.756)	(661)	(13.417)
Ajustes para:			
Provisão Para Incentivos à Longo Prazo	–	1.002	1.002
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(5.550)	(341)	(5.891)
Caixa líquido aplicado nas atividades operacionais	(5.477)	–	(5.477)

	Saldo em 31 de dezembro de 2022	Ajustes	Consolidado Saldo em 31 de dezembro de 2022 após o ajuste
Prejuízo líquido do exercício	(12.756)	(661)	(13.417)
Ajustes para:			
Provisão Para Incentivos à Longo Prazo	–	1.002	1.002
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(5.550)	(341)	(5.891)
Caixa líquido aplicado nas atividades operacionais	(5.180)	–	(5.180)

10. Caixa e Equivalentes de Caixa

	Controladora 2023	Controladora 2022	Consolidado 2023	Consolidado 2022
Caixa e bancos	518	685	518	685
Aplicações financeiras	505	215	512	216
Total	1.023	900	1.031	901

As aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor. Esses investimentos financeiros referem-se substancialmente a Certificados de Depósitos Bancários (CDB) e fundos de renda fixa, remunerados a taxas do Certificado de Depósito Interbancário (CDI), em 2023 e em 2022.

11. Contas a Receber de Clientes

	Controladora 2023	Controladora 2022	Consolidado 2023	Consolidado 2022
Contas a receber nacional	36.462	33.113	36.462	33.113
Contas a receber internacional	118	687	118	687
Provisão para perda por redução ao valor recuperável do contas a receber de clientes	(2.313)	(2.340)	(2.313)	(2.340)
	34.267	31.460	34.268	31.460
Classificadas no:				
Circulante	33.938	30.601	33.938	30.601
Não circulante	330	859	330	859

O saldo de contas a receber de clientes em 31 de dezembro de 2023 e de 2022, por período de vencimento, está apresentado a seguir:

A vencer:	Controladora 2023	Controladora 2022	Consolidado 2023	Consolidado 2022
Até 30 dias	8.863	7.709	8.863	7.709
Entre 31 e 90 dias	9.704	8.960	9.704	8.960
Entre 91 e 180 dias	7.762	7.261	7.762	7.261
Entre 181 e 360 dias	5.091	4.133	5.091	4.133
Acima de 361 dias	281	705	281	705
A vencer (a)	31.701	28.768	31.701	28.768
Vencidos:				
Até 30 dias	1.804	1.378	1.804	1.378
Entre 31 e 90 dias	576	693	576	693
Entre 91 e 180 dias	705	945	705	945
Entre 181 e 360 dias	152	545	152	545
Acima de 361 dias	1.643	1.472	1.643	1.472
Total Vencidos	4.880	5.033	4.880	5.033
Total	**36.581**	**33.801**	**36.581**	**33.801**

(a) Dentre os títulos a vencer constam títulos renegociados no montante de R$1.906 (R$3.128 em 2022), aos quais os clientes vêm honrando com os referidos acordos firmados. a. Títulos registrados nas contas a receber como garantia de empréstimos. O Grupo possui títulos de contas a receber dados em garantias de empréstimos no montante de R$22.884 (R$18.424 em 2022). b. Riscos de crédito e de mercado, e perdas esperadas de créditos de liquidação duvidosa: A provisão para perda por redução ao valor recuperável do contas a receber de clientes foi constituída com base em análise dos valores a receber e risco de crédito, levando em conta eventos de inadimplência que tem probabilidade de ocorrência ou eventos que já indiquem a não realização desses valores. A movimentação da provisão perdas esperadas de créditos de liquidação duvidosa do contas a receber é apresentada a seguir:

	Controladora	Consolidado
Saldo em 31 de dezembro de 2021	**(5.023)**	**(5.023)**
Adições	(723)	(723)
Baixas efetivas	24	24
Reversão (b)	3.381	3.381
Saldo em 31 de dezembro de 2022	**(2.341)**	**(2.341)**
Adições	(531)	(531)
Baixas efetivas	47	47
Reversão	512	512
Saldo em 31 de dezembro de 2023	**(2.313)**	**(2.313)**

(b) As reversões referentes aos anos de 2022 estão atreladas ao volume grande de reversões nas perdas esperadas, ocorreu em virtude do reestabelecimento das relações comerciais com os clientes devido a melhora nas condições de mercado com o atenuamento dos impactos causados pela COVID-19, acordos realizados para pagamento de débitos e, consequente, diminuição da inadimplência.

12. Estoques

	Controladora 2023	Controladora 2022	Consolidado 2023	Consolidado 2022
Produtos acabados	17.486	23.512	17.486	23.512
Produtos em elaboração	11.113	7.651	11.113	7.651
Matéria-prima	7.823	7.372	7.823	7.372
Mercadorias para revenda	1.518	2.773	1.518	2.774
Auxiliar de produção	1.558	1.405	1.558	1.405
Equipamentos e peças em poder de terceiros	10.387	10.870	10.387	10.870
Estoque em trânsito	–	906	–	906
Demais estoques	632	498	633	498
Total	**50.517**	**54.987**	**50.518**	**54.988**

Os saldos de produtos acabados estão sendo apresentados líquidos da provisão ao valor realizável líquido estimado no montante de R$4.122 (R$1.260 em 2022). A provisão foi reconhecida em contrapartida no resultado do exercício na rubrica de custo dos produtos vendidos e serviços prestados conforme nota explicativa nº 29. A movimentação da provisão para perdas nos estoques é apresentada a seguir:

	Controladora e Consolidado
Saldo em 1º de janeiro de 2021	**(904)**
Adições no exercício (nota 29)	(583)
Baixa efetiva no exercício (nota 29)	227
Saldo em 31 de dezembro de 2022	**(1.260)**
Adições no exercício (nota 29)	(3.455)
Baixa efetiva no exercício	593
Saldo em 31 de dezembro de 2023	**(4.122)**

(a) No exercício findo em 31 de dezembro de 2023, parcela das adições na provisão para perdas nos estoques, no montante de R$2.954, foram resultantes da descontinuidade das linhas de trauma e de extremidades. O Grupo não possui estoques concedidos em garantia sobre empréstimos e financiamentos. Movimentação sem efeito caixa

Houve movimentação de estoques de R$4.024 na Controladora e no Consolidado referente a instrumentais produzidos e transferidos para o Imobilizado para uso e, por isso, não tiveram efeito caixa.

13. Impostos e Contribuições a Recuperar

	Controladora 2023	Controladora 2022	Consolidado 2023	Consolidado 2022
Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços – ICMS (a)	7.312	5.672	7.312	5.672
Contribuições aos serviços sociais autônomos (Sistema S) (b)	–	5.792	–	5.792
Programa de Integração Social – PIS/Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social – COFINS	593	817	593	817
Outros	350	615	345	615
Total	**8.255**	**12.896**	**8.250**	**12.896**
Classificados no:				
Circulante	4.311	12.219	4.306	12.472
Não circulante	3.944	677	3.944	677

(a) Em fevereiro de 2022, a Vincula recebeu o montante de R$5.081 em virtude da venda dos créditos provenientes de ICMS. Em novembro de 2022, foi solicitado pedido de apropriação de crédito acumulado no valor de R$4.304, sendo que, em janeiro de 2023 foi deferido R$2.013 de forma automática. O montante foi utilizado para compensação. O saldo restante aguarda procedimento fiscal para homologação e posterior utilização. A Companhia vem conseguindo realizar os créditos de ICMS mediante a homologação via e-credAc e posterior compensação de créditos em suas operações. (b) Em 2022, houve levantamento de pagamento a maior nos últimos 5 anos, no montante de R$5.792, incluindo a correção monetária no montante de R$871, reconhecida como receita financeira no resultado daquele exercício – refere-se a limitação da base de cálculo das contribuições para Outras Entidades ou Fundos ("Sistema S") em 20 salários. O crédito foi tomado de forma administrativa e foi objeto de compensação via PER/DCOMP.

14. Ativo Fiscal Diferido – Abaixo está demonstrado a composição do ativo fiscal diferido:

	Controladora 2023	Controladora 2022 (Reapresentado)	Consolidado 2023	Consolidado 2022 (Reapresentado)
Prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social sobre o lucro	161.354	134.549	161.354	134.549
Diferenças temporárias:				
Perda por redução ao valor recuperável de contas a receber	2.313	2.340	2.313	2.340
Provisão ao valor realizável líquido dos estoques	4.122	1.260	4.936	1.260
Redução ao valor recuperável de ativos	814	–	814	–
Amortização de ágio de rentabilidade futura	(6.986)	(3.493)	(6.986)	(3.493)
Provisão para incentivos de longo prazo	4.341	7.662	4.341	7.662
Provisão para riscos	2.741	4.400	2.741	4.400
Direito de Uso – Arrendamentos	1.835	187	1.835	187
Provisão para bônus	2.082	2.359	2.082	2.359
Depreciação – diferença entre as depreciações contábil e fiscal	(3.896)	(3.110)	(3.896)	(3.110)
Perda (Ganho) não realizado em operações de instrumentos financeiros derivativos	709	1.429	709	1.429
Outras	2.036	1.820	2.036	1.820
Total	**171.465**	**149.403**	**171.465**	**149.403**
Alíquota vigente de IRPJ e CSLL	34%	34%	34%	34%
Ativo fiscal diferido	58.298	50.798	58.298	50.798

A Companhia, com base em projeções de lucros tributáveis futuros aprovados pela Administração, reconheceu imposto de renda e contribuição social diferidos ativos sobre diferenças temporariamente tributáveis e não-dedutíveis, sem prazo-limite para utilização. O valor contábil dos ativos fiscais diferidos é revisado na data do encerramento do exercício e reduzido quando não for mais provável que haja lucro tributável disponível para permitir que todo o ativo, ou parte dele, seja recuperado. Com base nessas projeções de lucros tributáveis futuros, a Companhia estima realizar o imposto de renda e contribuição social diferidos no período de 10 anos, conforme segue:

	Controladora e Consolidado
2024	–
2025	1.134
2026	2.542
2027	4.028
2028	5.708
2029 em diante	44.886
	58.298

A movimentação do ativo fiscal diferido líquido está assim demonstrada:

	Saldo líquido em 1º de janeiro de 2022 (Reapresentado)	Reconhecido no resultado (Reapresentado)	Controladora e Consolidado Saldo líquido em 31 de dezembro de 2022 (Reapresentado)	Reconhecido no resultado	Saldo líquido em 31 de dezembro de 2023
Prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social sobre o lucro	40.098	5.648	45.746	9.114	54.860
Perda por redução ao valor recuperável de contas a receber	1.708	(912)	796	(10)	786
Redução ao valor recuperável de ativos				277	277
Provisão ao valor realizável líquido dos estoques	307	121	428	973	1.401
Amortização ágio de rentabilidade futura		(1.188)	(1.188)	(1.188)	(2.376)
Provisões para processos	771	725	1.496	(564)	932
Provisão de incentivos a longo prazo	2.265	341	2.605	(1.129)	1.476
Direito de Uso – Arrendamentos	(61)	125	64	560	624
Provisão para bônus	476	326	802	(94)	708
Depreciação – diferença entre as depreciações contábil e fiscal	(709)	(348)	(1.057)	(267)	(1.324)
Perda (Ganho) não realizado em operações de "Hedge"	(160)	646	486	(245)	241
Outras provisões	212	407	620	73	693
Saldo líquido do ativo fiscal diferido	**44.906**	**5.891**	**50.798**	**7.500**	**58.298**

A reconciliação da despesa de imposto de renda e contribuição social é como segue:

	2023 Controladora	2023 Consolidado	2022 Controladora (Reapresentado)	2022 Consolidado (Reapresentado)
Prejuízo antes do IRPJ e da CSLL	(22.904)	(22.904)	(19.308)	(19.308)
Alíquota vigente	34%	34%	34%	34%
Crédito de IRPJ e CSLL, de acordo com a alíquota vigente	7.787	7.787	6.565	6.565
Diferenças permanentes:				
Estoques obsoletos	(93)	(93)	(242)	(242)
Resultado de equivalência patrimonial	(164)	(164)	455	455
Outros	(30)	(30)	(887)	(887)
Imposto de renda e contribuição social	7.500	7.500	5.891	5.891
Taxa efetiva	33%	33%	31%	31%
Reconhecimento de imposto de renda e contribuição social diferidos	7.500	7.500	5.891	5.591

15. Investimentos

A composição dos investimentos é como segue:

	Controladora 2023	Controladora 2022
Investimentos em controladas	508	740

Controlada	Principal segmento de atuação	País	Dados da investida 2023 Patrimônio líquido	Prejuízo do exercício	% de Participação direta	Prejuízo de participações societárias no resultado	Saldo do investimento
Vincula Colômbia (i)	Produção e comercialização de instrumentais cirúrgicos	Colômbia	508	(482)	100%	(482)	508
Total – investimento						–	508
Total – Equivalência patrimonial						(482)	–

Controlada	Principal segmento de atuação	País	Dados da investida 2022 Patrimônio líquido	Lucro do exercício	% de Participação direta	Lucro de participações societárias no resultado	Saldo do investimento
Vincula Colômbia (i)	Produção e comercialização de instrumentais cirúrgicos	Colômbia	740	1.337	100%	1.337	740
Total – investimento						–	740
Total – Equivalência patrimonial						1.337	

(i) Informações contábeis da controlada: O quadro a seguir resume as informações contábeis (base 100%) da controlada da controladora Víncula Indústria, Comércio, Importação e Exportação de Implantes S.A., conforme demonstrado abaixo a única empresa controlada durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2022 e 2023 é a Vincula Colômbia, a empresa está em fase de encerramento e não se encontra mais operacional.

2023	Ativos Circulante	Ativos Não circulante	Passivos Circulante	Passivos Não circulante	Patrimônio líquido	Receita líquida	Prejuízo líquido
Vincula Colômbia	8	512	12	–	508	–	(482)

2022	Ativos Circulante	Ativos Não circulante	Passivos Circulante	Passivos Não circulante	Patrimônio líquido	Receita líquida	Lucro líquido
Vincula Colômbia	259	513	–	32	740	–	1.337

(ii) Capitalização das dívidas da Vincula Colômbia junto a Controladora: Em 2022, a Controladora, por meio da capitalização de recebíveis que possuía junto à Vincula Colombia, realizou o investimento no montante de R$5.600.

16. Imobilizado

	Taxa média anual de depreciação – %	Controladora 2023 Custo	Depreciação acumulada	Red. ao valor recup.	Líquido	2022 Líquido
Equipamentos de informática	20	1.664	(1.460)	–	204	249
Benfeitorias em propriedade de terceiros em construção	5	6.952	(4.420)	–	2.532	2.741
Móveis e utensílios	6,67	1.455	(834)	–	621	584
Veículos	20	108	(108)	–	–	–
Máquinas e equipamentos	20	27.595	(18.459)	–	9.136	9.956
Ferramentas	10	4.428	(2.283)	(17)	2.128	1.906
Instrumentais	10	32.956	(13.386)	(173)	19.397	17.189
Direito de uso – CPC 06(R2)	Prazo do contrato 1 – 10 anos	15.651	(6.739)	–	8.912	10.132
Total		**90.809**	**(47.689)**	**(190)**	**42.930**	**42.757**

	Taxa média anual de depreciação – %	Consolidado 2023 Custo	Depreciação acumulada	Red. ao valor recup.	Líquido	2022 Líquido
Equipamentos de informática	20	1.664	(1.460)	–	204	249
Benfeitorias em propriedade de terceiros em construção	5	6.952	(4.420)	–	2.532	2.741
Móveis e utensílios	6,67	1.455	(834)	–	621	584
Veículos	20	108	(108)	–	–	–
Máquinas e equipamentos	20	27.595	(18.459)	–	9.136	9.956
Ferramentas	10	4.428	(2.283)	(17)	2.128	1.906
Instrumentais	10	33.775	(13.694)	(173)	19.908	17.702
Direito de uso – CPC 06(R2)	Prazo do contrato 1 – 10 anos	15.651	(6.739)	–	8.912	10.132
Total		**91.628**	**(47.977)**	**(190)**	**43.441**	**43.270**

A movimentação do imobilizado é como segue:

Controladora	2022	Adições	Baixas	Depreciação	Red. ao valor recup.	2023
Equipamentos de informática	249	41	(1)	(85)	–	204
Benfeitorias em propriedade de terceiros em construção	2.741	796	(763)	(243)	–	2.531
Móveis e utensílios	585	139	(2)	(99)	–	622
Máquinas e equipamentos	9.955	529	(47)	(1.302)	–	9.136
Ferramentas	1.906	562	–	(323)	(17)	2.128
Instrumentais (a)	17.188	5.434	(40)	(3.013)	(173)	19.397
Direito de uso – CPC 06(R2)	10.133	1.645	–	(2.865)	–	8.912
Total	**42.757**	**9.146**	**(853)**	**(7.930)**	**(190)**	**42.930**

Consolidado	2022	Adições	Baixas	Depreciação	Red. ao valor recup.	2023
Equipamentos de informática	249	41	(1)	(85)	–	204
Benfeitorias em propriedade de terceiros em construção	2.741	796	(763)	(243)	–	2.531
Móveis e utensílios	585	139	(2)	(99)	–	622
Máquinas e equipamentos	9.955	529	(47)	(1.302)	–	9.136
Ferramentas	1.906	562	–	(323)	(17)	2.128
Instrumentais (a)	17.701	5.548	(40)	(3.128)	(173)	19.908
Direito de uso – CPC 06(R2)	10.133	1.645	–	(2.865)	–	8.912
Total	**43.270**	**9.260**	**(853)**	**(8.045)**	**(190)**	**43.441**

Controladora	31/12/2021	Adições	Baixas	Depreciação	2022
Equipamentos de informática	913	176	(587)	(253)	249
Benfeitorias em propriedade de terceiros em construção	2.637	273		(170)	2.741
Móveis e utensílios	668	7		(89)	585
Veículos	3	–		(3)	–
Máquinas e equipamentos	10.946	357	(43)	(1.305)	9.955
Ferramentas	1.805	449	(8)	(340)	1.906
Instrumentais (a)	16.247	3.700	(281)	(2.478)	17.188
Direito de uso – CPC 06(R2)	6.510	6.322	(297)	(2.402)	10.133
Total	**39.729**	**11.284**	**(1.216)**	**(7.040)**	**42.757**

Consolidado	31/12/2021	Adições	Baixas	Depreciação	2022
Equipamentos de informática	913	176	(587)	(253)	249
Benfeitorias em propriedade de terceiros em construção	2.637	271	–	(170)	2.738
Móveis e utensílios	668	7	(1)	(89)	585
Veículos	4	–	–	(3)	1
Máquinas e equipamentos	10.947	357	(44)	(1.305)	9.955
Ferramentas	1.805	449	(8)	(340)	1.906
Instrumentais (a)	16.993	3.700	(473)	(2.517)	17.702
Direito de uso – CPC 06(R2)	6.508	6.324	(297)	(2.402)	10.133
Total	**40.475**	**11.284**	**(1.410)**	**(7.080)**	**43.270**

continua ...

A publicação acima foi realizada e certificada no dia 12/04/2024

ICP Brasil

Acesse a página de **Publicações Legais** no site do **Jornal Data Mercantil**, apontando a câmera do seu celular no QR Code, ou acesse o link: **www.datamercantil.com.br/publicidade_legal**

... continuação

Víncula Indústria, Comércio, Importação e Exportação de Implantes S.A.

(a) As adições ao longo dos exercícios de 2022 e 2023 na controladora e consolidado no montante de R$5.434 na controladora e R$5.548 no consolidado (R$3.700 na controladora e no consolidado em 2022), referem-se à ativação dos instrumentais necessários para a realização dos procedimentos cirúrgicos. Os instrumentais são cedidos em comodato aos hospitais, planos de saúde e distribuidores. Testes por redução ao valor recuperável ("impairment"): A Administração realizou teste de para avaliação do valor justo dos ativos imobilizado por meio do valor em uso do ativo. Como resultado desses testes, a Administração concluiu que não seria necessário nenhum ajuste a valor recuperável dos ativos imobilizados. Todavia, a administração entendeu necessário a provisão para redução ao valor recuperável dos ativos exclusivos da linha de negócios de trauma e extremidades, que foi descontinuada, abrangendo bens de ferramentas e instrumentais exclusivos para essa linha de negócios, no montante de R$190. Para maiores detalhes sobre o teste de redução ao valor recuperável vide a nota 17 de intangível. Adições sem efeito caixa: O Grupo teve adições no montante de R$6.386 na Controladora e Consolidado que não tiveram efeito caixa, Sendo R$717 referente a imobilizados adicionados e não efetivamente pagos, cujo o efeito pode ser visto na nota explicativa nº 18 (de fornecedores), R$1.645 referente ao efeito não caixa de adição de arrendamentos (direito de uso – CPC 06(R2)), conforme nota explicativa nº 19 (de passivo de arrendamento), e R$4.024 cujo o efeito é percebido na rubrica de estoques, conforme nota 12, tratando-se de instrumentais de fabricação própria destinados ao ativo imobilizado. Bens imobilizados dado em Garantia de Empréstimos: O Grupo possui imobilizados dados em garantias de empréstimos no montante de R$23.186 (R$22.524 em 2022).

17. Intangível

	% Amortização	2023 Controladora	2023 Consolidado
Ágio de rentabilidade futura – Meta Bio	–	17.466	17.466
Desenvolvimento de projetos	10% a.a.	2.951	2.951
Outros intangíveis	10% a 20% a.a.	1.011	1.011
Total		**21.339**	**21.339**

	% Amortização	2022 Controladora	2022 Consolidado
Ágio de rentabilidade futura – Meta Bio	–	17.466	17.466
Desenvolvimento de projetos	10% a.a.	3.282	3.282
Outros intangíveis	10% a 20% a.a.	1.011	1.011
Total		**21.759**	**21.759**

A movimentação do intangível para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2023 é como segue:

Controladora e Consolidado	2021	Adições	Baixas	Amortizações	Red. Vlr recup.	2022
Ágio de rentabilidade futura – Meta Bio (i)	17.466	–	–	–	–	17.466
Desenvolvimento de projetos	3.502	32	–	(252)	–	3.282
Outros intangíveis	744	746	–	(479)	–	1.011
Total	**21.712**	**464**	**–**	**(731)**	**–**	**21.759**

Controladora e Consolidado	2022	Adições	Baixas	Amortizações	Red. Vlr recup.	2023
Ágio de rentabilidade futura – Meta Bio (i)	17.466	–	–	–	–	17.466
Desenvolvimento de projetos	3.282	65	–	(251)	(145)	2.951
Outros intangíveis	1.011	399	(114)	(261)	(113)	922
Total	**21.759**	**464**	**(114)**	**(512)**	**(258)**	**21.339**

(i) Ágio decorrente de aquisições: O valor do ágio, no montante de R$17.466, refere-se a uma operação de compra ocorrida em 2014 da empresa Meta Bio Industrial Ltda., que foi posteriormente incorporada pela Controladora em 2021. A Administração realiza anualmente o teste de redução ao valor recuperável dos seus ativos não circulante e nenhuma necessidade de constituição de provisão para "impairment" desses ativos foi identificada. As principais premissas utilizadas para estimar o valor recuperável do ágio registrado estão divulgadas abaixo. Testes por redução ao valor recuperável ("impairment"): Em 2023, a Administração realizou o teste de redução ao valor recuperável dos seus ativos não circulante (ativos intangíveis e ágios) e nenhuma necessidade de constituição de provisão para de redução ao valor recuperável desses ativos foi identificada. O valor recuperável foi baseado em fluxos de caixa descontados. As principais premissas utilizadas para estimar o valor recuperável estão definidas a seguir. Para a determinação do valor em uso dos ativos do Grupo foi utilizada a metodologia do fluxo de caixa descontado, calculado a partir da capitalização dos fluxos de caixa livres, descontados a uma taxa de retorno (WACC) que corresponde ao retorno exigido, considerando-se o custo médio ponderado das diferentes formas de financiamento presentes na sua estrutura de capital. Os valores atribuídos às principais premissas representam a avaliação de tendências futuras em setores relevantes e foram baseadas em dados históricos de fontes internas e externas.

	2022	2023
Taxa de desconto	16,9%	15,6%
Taxa de crescimento na perpetuidade	3,5%	4,3%

As projeções financeiras das unidades de negócios no Brasil foram elaboradas em moeda nacional. Os cálculos usam projeções de fluxo de caixa que são baseadas em orçamentos financeiros e planos de negócios elaborados pela Administração. As expectativas da Administração refletem o desempenho até o momento e são baseadas em sua experiência. A taxa de desconto foi estimada após impostos com base na taxa média ponderada histórica do custo de capital em que a UGC opera. As projeções do fluxo de caixa incluíram estimativas específicas para cinco anos e uma taxa de crescimento na perpetuidade após este período. A taxa de crescimento na perpetuidade foi determinada com base na estimativa da taxa anual composta de crescimento de longo prazo do LAJIDA, a qual a Administração acredita estar consistente com a premissa que um participante de mercado utilizaria. O crescimento da receita foi projetado levando em consideração (i) envelhecimento da população brasileira; (ii) maior expectativa de vida da população local; (iii) maior número de usuários de planos de saúde e; (iv) o represamento de procedimentos não realizados durante a pandemia de COVID-19. Como resultado dos testes, o valor presente dos fluxos de caixa futuros gerados com o uso dos ativos do Grupo é superior ao valor contábil. Descontinuidade da linha de negócios de trauma e extremidades: Em virtude da descontinuidade da linha de negócios de trauma e extremidades, alguns ativos foram identificados como de uso exclusivo e, portanto, como não trariam ao Grupo retorno econômico futuro, seus valores foram reconhecidos como perda, tendo seu valor residual reduzidos ao valor recuperável líquido, ou seja, a zero. Dentre esses ativos alguns registros junto ao órgão regulador (Anvisa) registrados em outros intangíveis foram afetados, bem como alguns projetos de desenvolvimento de novos produtos relacionados a essa linha de negócios, no montante respectivamente de R$113 e R$145.

18. Fornecedores

	Controladora 2023	Controladora 2022	Consolidado 2023	Consolidado 2022
Fornecedores Internacionais	3.735	3.998	3.747	4.030
Fornecedores Nacionais	16.377	6.253	16.377	6.253
Total	**20.112**	**10.251**	**20.124**	**10.283**

Movimentação sem efeito caixa: O Grupo possui adições de imobilizado que não foram ainda quitadas no montante de R$771 na Controladora e Consolidado que, portanto, não tiveram efeito caixa.

19. Passivo de Arrendamento

	Controladora e consolidado 2023	2022
Passivo de arrendamento	9.849	10.841
Classificado no passivo circulante	3.034	2.377
Classificado no passivo não circulante	6.815	8.464

A movimentação do passivo de arrendamento é apresentada a seguir:

	Controladora e Consolidado
Saldo em 1º de janeiro de 2022	**7.011**
Adições/remensurações no exercício	6.324
Juros incorridos	1.130
Pagamento de juros	(1.130)
Pagamento de principal	(2.494)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	**10.841**
Adições/remensurações no exercício	1.645
Juros incorridos	1.208
Pagamento de juros	(1.208)
Pagamento de principal	(2.637)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	**9.849**

Demonstramos abaixo o vencimento por ano do passivo de arrendamento:

Ano	Controladora e consolidado
2024	3.034
2025	2.819
Após 2025	3.996
Total	**9.849**

O passivo de arrendamento é mensurado inicialmente ao valor presente dos pagamentos do arrendamento que não são efetuados na data de início, descontados pela taxa de juros implícita no arrendamento ou, se essa taxa não puder ser determinada imediatamente, pela taxa de empréstimo incremental do Grupo. Demonstramos abaixo a taxa de desconto utilizada:

	2023	2022
Taxa de desconto	9,54%, 12% e 25%	9,54%, 12% e 25%

Adições sem efeito caixa

O Grupo possui adições no montante de R$1.645 na Controladora e no Consolidado que não tiveram efeito caixa.

20. Empréstimos e Financiamentos

Operações	Controladora e consolidado 2023	2022
Operação 4131/FRN – Moeda Estrangeira (a)	4.281	13.850
Capital de giro (b)	79.025	64.251
FINEP (c)	2.177	3.889
FINIMP (d)	614	–
Conta Garantida (e)	1.276	1.030
Total	**87.373**	**83.020**
Classificado no passivo circulante	63.898	45.143
Classificado no passivo não circulante	23.475	37.877

(a) Operações em moeda estrangeira (dólar), na modalidade 4131 e FRN, com "Swap", com a finalidade de garantir a liquidez do fluxo de caixa, taxa média equivalente de 7,8% a.a. (b) Operações de Capital de Giro, com a finalidade de garantir a liquidez do fluxo de caixa e taxa média equivalente de CDI + 8,5% a.a. (c) Financiamento junto a Financiadora de Estudos e Pesquisas – FINEP, cuja taxa de juros anual é de 4% a.a. (d) Financiamento à Importação FINIMP, cuja taxa de juros anual é de 9,8%a.a. (e) Conta Garantida cuja taxa de juros mensal é de CDI + 8,82 % a.a. Demonstramos abaixo o vencimento por ano dos empréstimos e financiamentos do passivo não circulante:

Ano	Controladora Consolidado
2025	21.134
2026	2.342
Total	**23.475**

A movimentação dos empréstimos e financiamentos está demonstrada a seguir:

	Controladora e Consolidado
Saldos em 1º de janeiro de 2022	**75.941**
Captações	64.830
Juros provisionados	13.028
Pagamento de principal	(56.084)
Pagamento de juros	(12.990)
Variação cambial realizada e não realizada	(1.705)
Saldos em 31 de dezembro de 2022	**83.020**
Captações	64.185
Juros provisionados	15.470
Pagamento de principal	(59.900)
Pagamento de juros	(14.953)
Variação cambial realizada e não realizada	(449)
Saldos em 31 de dezembro de 2023	**87.373**

Cláusulas contratuais restritivas ("covenants"): Os contratos de empréstimos do Grupo possuem as seguintes cláusulas restritivas financeiras e não financeiras, que requerem pagamento antecipados de seu empréstimo e financiamento, tais como: (i) Descumprimento da obrigação acessória de manutenção da vigência da garantia dos contratos. (ii) Transferência, cessão ou promessa de cessão a terceiros dos direitos e obrigações decorrentes dos contratos, sem prévia e expressa anuência dos bancos. (iii) Apuração de falsidade ou inexatidão de qualquer declaração, informação ou documento que houver sido prestada, firmada ou entregue pelo emitente ou pelos avalistas ou pelos terceiros garantidores ou por quaisquer de seus prepostos ou mandatários. (iv) Se o Emitente e/ou Avalista requerer ou tiver requerida sua insolvência civil, declaração de incapacidade, de ausência ou interdição; se ficarem impedidos, por qualquer razão de fato ou de direito, de exercerem suas atividades e/ou administrarem seus bens e/ou negócios; ou ainda, se for verificada a ocorrência de morte dos mesmos. (v) Métricas financeiras de endividamento sobre a geração de lucro operacional (Dívida Líquida/EBITDA deve manter-se menor ou igual a 3,5 vezes). (vi) Métricas financeiras de geração de lucro operacional versus a despesa financeira (EBITDA/Despesa Financeira, deve manter-se menor ou igual a 2,5). (vii) Variação do PL em relação ao encerramento do exercício de 2019 não deve reduzir mais de 30%. (viii) Métrica de endividamento sobre a posição patrimonial (Dívida Bruta/Patrimônio Líquido) não deve ultrapassar 100%. (ix) Emitente e/ou Avalista(s) sofram perda de parte do patrimônio em montante superior a 30% (trinta por cento) do patrimônio líquido divulgados nas Demonstrações financeiras referentes ao período de dezembro de 2019. (x) Existência de protestos contra o Grupo; (xi) Cláusulas de *Cross Defoe*, que são queles que atingem os empréstimos solidariamente a outro contrato quebrado seja pela própria instituição financeira ou por outra. Em decorrência do agravamento da crise do COVID-19, houve uma mudança significativa no estado econômico do Grupo em 2023 e 2022. O Grupo, identificou a quebra de cláusulas contratuais restritivas, conhecidas como "covenants", em determinados empréstimos e financiamentos celebrados junto a instituições financeiras. Em 2022, o Grupo conseguiu a renegociação das cláusulas antes da conclusão das demonstrações financeiras, recebendo até a data base os "waivers" das instituições financeiras. Todavia, para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023, até a conclusão dessa demonstração financeira o Grupo ainda não recebeu as cartas de "waivers" de todas as instituições financeiras, que permanecem em negociação por conta da reestruturação de capital em virtude do aporte realizado, conforme a nota 32 de eventos subsequentes. Em decorrência do não atingimento das cláusulas de "covenants", todos os contratos atingidos, os quais ainda que não foram recebidos referidos respectivos "waivers", foram reclassificados para curto prazo no montante de R$11.202; os contratos que tiveram as cláusulas de "covenants" não atingidas e foram recebidos os respectivos "waivers" em data anterior a de 31 de dezembro de 2023 somam o montante de R$13.559, portanto, esse montante se manteve no passivo não circulante. As cláusulas quebradas estão relacionadas as cláusulas abaixo mencionadas: (v) Métricas financeiras de endividamento sobre a geração de lucro operacional (Dívida Líquida/EBITDA deve manter-se menor ou igual a 3,5 vezes). (vi) Métricas financeiras de geração de lucro operacional versus a despesa financeira (EBITDA/Despesa Financeira, deve manter-se menor ou igual a 2,5). (x) Existência de protestos contra o Grupo. (xi) Cláusulas de Cross Defoe, que são queles que atingem os empréstimos solidariamente a outro contrato quebrado seja pela própria instituição financeira ou por outra.

21. Salários, Provisão para Férias e Encargos

	Controladora e Consolidado 2023	2022
Instituto Nacional do Seguro Social – INSS	1.976	2.760
Gratificações a pagar	2.809	2.752
Provisão para férias e encargos sociais	2.325	2.175
Salários a pagar	735	720
Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS	371	178
Outros	57	61
Total	**8.273**	**8.646**

22. Impostos e Contribuições A Recolher

	Controladora 2023	Controladora 2022	Consolidado 2023	Consolidado 2022
Imposto de Renda Retido na Fonte – IRRF	645	463	645	463
Contribuições Sociais Retidas na Fonte – CSRF	141	81	141	81
Total	**786**	**544**	**786**	**544**

23. Partes Relacionadas – No curso de seus negócios, os valores atribuídos as operações entre as partes, respeitam o preço de transferência. O controlador final do Grupo é o Pátria Brazilian Private Equity Fund IV – Fundo de Investimentos em Participações Multiestratégia e Brazilian Private Equity IV – Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia, ambos representados por Pátria Investimentos Ltda.

Víncula Colômbia	–	–

O valor de R$5.600 foi capitalizado constituindo o investimento (conforme nota 15) em 2022, a diferença do saldo, referente a variação cambial incorrida, foi reconhecida como despesa uma vez que o valor não seria recuperável. Remuneração do pessoal-chave da Administração: A remuneração do pessoal-chave da Administração inclui salários e benefícios não monetários. Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2023, a remuneração dos administradores foi no montante de R$5.586 (R$5.050 em 2022) (individual e consolidado), os quais foram apropriados ao resultado na rubrica "Despesas gerais e administrativas". Incentivos de longo prazo (ILP): O Grupo possui Plano de Incentivo de Longo Prazo (ILP) para determinados executivos elegíveis, com pagamento baseado em ações. Em 2023, a Administração concluiu a avaliação do tratamento contábil e valorização das opções para registro contábil de acordo com o CPC 10 (R1) – Pagamento Baseado em Ações. O resultado referente a esse programa foi reconhecido por meio da reapresentação apresentada na nota 9 e os efeitos no passivo estão apresentados pela nota 24.

24. Provisão para Incentivos a Longo Prazo – A Administração do Grupo, com base em uma avaliação do valor justo sobre o programa de incentivos à longo prazo, dedicado a alta administração, registrou provisão para cobrir a estimativa de desembolsos futuros resultantes do programa de incentivo, tendo registrado em seu balanço patrimonial os saldos:

	Controladora e Consolidado 2023	2022 (Reapresentado)
Provisão para incentivos à longo prazo	4.341	7.662
Total	**4.341**	**7.662**

O valor justo do passivo é determinado utilizando a metodologia binomial e reflete a estimativa do montante que a Companhia pagaria aos beneficiários na liquidação das opções outorgadas. A variação no valor justo é reconhecida na demonstração do resultado, impactando diretamente as despesas com incentivos a longo prazo. O pagamento de qualquer valor devido a título de Incentivo ocorrerá apenas no âmbito de um evento de liquidez decorrente de uma transferência de controle do Grupo. Por conta das características do plano, uma vez que as condições estabelecidas pelo plano sejam satisfeitas, carência e o evento de liquidez, o pagamento seja realizado pela Companhia, em dinheiro, mediante transferência eletrônica de recursos aos beneficiários na proporção das opções outorgadas de cada um dos beneficiários, a contrapartida se dá no passivo não circulante. Os contratos de outorga do Incentivo de Longo Prazo (ILP) são destinados exclusivamente a determinados executivos e representam a outorga do direito sobre valorização de investimento em eventual mudança de controle do Grupo. A movimentação está demonstrada a seguir:

	Controladora e Consolidado
Saldos em 1º de janeiro de 2022 (Reapresentado)	**6.661**
Adições	1.001
Saldos em 31 de dezembro de 2022 (Reapresentado)	**7.662**
Reversões	(3.321)
Saldos em 31 de dezembro de 2023	**4.341**

25. Provisão para Riscos – A Administração do Grupo, com base nos pareceres apresentados pelos assessores jurídicos, registrou provisão para riscos para cobrir prováveis perdas com os processos trabalhistas, tributários e cíveis em andamento e assuntos classificados como obrigações legais, independentemente do desfecho esperado para as causas. Perdas possíveis: O Grupo é parte passiva em processos com probabilidade de perdas "possíveis", cujo valor total das causas em 31 de dezembro de 2023 é de R$14.150 (R$12.455 em 2022), sendo o montante de R$375 (R$57 em 2022) referente a processos trabalhistas, R$13.190 (R$11.729 em 2022) referente a processos cíveis e R$585 (R$669 em 2022) referente a processos tributários. Os processos cíveis são ações indenizatórias no montante de R$2.487 (R$2.929 em 2022), ações de desacordos e rescisão contratuais de R$8.774 (R$6.606 em 2022), ações regulatórias no montante de R$1.806 (R$1.514 em 2022) e outros no montante de R$123 (R$680 em 2022). Perdas prováveis: Os processos com probabilidade de perda provável em 31 de dezembro de 2023 e 2022 provisionados é composto como segue:

	Controladora e Consolidado 2023	2022
Tributárias	2.687	–
Trabalhistas e cíveis	54	1.763
Total	**2.741**	**1.763**

Os principais processos provisionados em 2022 tratavam-se de ações cíveis, referente a ações de indenizações por danos materiais, morais e rescisão contratual e foram liquidados durante 2023. A movimentação do exercício é apresentada a seguir:

	Controladora e Consolidado
Em 1º de janeiro de 2021	**1.853**
Adições	1.713
Baixas	(949)
Reversões	(854)
Em 31 de dezembro de 2022	**1.763**
Adições (i)	2.793
Baixas (ii)	(1.810)
Reversões	(5)
Em 31 de dezembro de 2023	**2.741**

(i) As adições de 2023 são provenientes de causas tributárias refere-se essencialmente a um processo ao qual o Grupo questiona, por meio de ação coletiva contra a União, por meio da ABIMO (Associação Brasileira da Indústria de Dispositivos Médicos) objetivando a manutenção do regime de apuração da Contribuição Previdenciária Patronal Sobre a Receita Bruta (CPRB) para o período de 2018 (setembro a dezembro). Embora o Grupo tenha sido beneficiado por conta do deferimento de pedido em sede de liminar, em 2023, houve decisões desfavoráveis no STJ que mudaram o prognóstico dos consultores jurídicos, que passaram a considerar a perda provável. (ii) As baixas de 2023 referem-se essencialmente de causas cíveis societárias que foram concluídas durante o exercício de 2023.

26. Cessão de Direitos – O montante refere-se a cessão fiduciária de direitos creditórios às instituições financeiras, cuja responsabilidade em caso de não pagamento pelo cliente é da Víncula. A movimentação da cessão de direitos está demonstrada a seguir:

	Controladora e Consolidado
Saldos em 1º de janeiro de 2022	**–**
Captações	7.015
Juros provisionados	265
Pagamento de principal	(5.321)
Pagamento de juros	(473)
Saldos em 31 de dezembro de 2022	**1.486**
Captações	8.452
Juros provisionados	603
Pagamento de principal	(6.445)
Pagamento de juros	(799)
Saldos em 31 de dezembro de 2023	**3.297**

As taxas de juros atreladas a essas operações variam entre Taxa Básica de juros (Selic) + Taxa de juros pré-fixada de 16,77% a.a. e taxa fixa de 23,14% a.a. As operações de cessão têm como garantia as próprias duplicatas vinculadas nas transações. Não existe qualquer cláusula de "covenants" financeiras e não financeira atreladas a essas operações.

27. Patrimônio Líquido – a. Capital social: Em 31 de dezembro de 2022, o capital social é de R$203.105 (R$192.505 em 2021) representado por 8.308.277 ações ordinárias subscritas e integralizadas sendo 8.128.724 ações (97,84%), 7.923.844 ações em 2021, do acionista Pátria Brazilian Private Equity Fund IV – Fundo de Investimentos em Participações Multiestratégia e 179.553 ações (2,16%), 175.029 ações em 2021, do acionista Brazilian Private Equity IV – Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia. Em novembro de 2022, o Grupo emitiu 209.404 ações ordinárias a um preço de R$50,62 por ação, totalizando R$10.600, sendo 204.880 ações no montante de R$10.371 ao acionista Pátria Brazilian Private Equity Fund IV – Fundo de Investimentos em Participações Multiestratégia e 4.524 ações no montante de R$229 ao acionista Brazilian Private Equity IV – Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia. Não houve movimentações societárias no exercício de 2023 e o capital social permaneceu no montante de R$203.105 com os mesmos acionistas e proporções mencionadas acima. **b. Reserva legal:** Quando aplicável, calculada à razão de 5% do lucro líquido apurado no exercício, ajustado nos termos da legislação societária, não podendo seu saldo acumulado exceder 20% do capital social. **c. Reserva de Capital:** Foi constituído em 2012 a reserva de capital referente a ágio de subscrição, nos termos do parágrafo único do artigo 14 da Lei das S.A. O valor não sofreu nenhuma movimentação de novas constituições ou reversões em atos societários anos de 2022 e 2023. **d. Dividendo mínimo obrigatório:** Quando aplicável, calculada à razão mínima de 1% do lucro líquido apurado no exercício, será distribuída aos acionistas como dividendo anual mínimo obrigatório. Em virtude do prejuízo dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022 não foram calculados dividendos mínimos obrigatórios. **e. Base para retenção de lucros:** O saldo remanescente de lucros, após atendidas as disposições contidas nos itens anteriores, terá a destinação determinada pela Assembleia Geral de Acionistas, com base na proposta do Conselho de Administração.

28. Receita de Vendas e Serviços

	Controladora 2023	Controladora 2022	Consolidado 2023	Consolidado 2022
Vendas de produtos, mercadorias e serviços brutos				
Brasil – Distribuição	85.269	75.170	85.269	75.170
Brasil – Venda Direta	24.889	18.633	24.889	18.633
Exportação	625	2.401	625	2.401
Vendas de produtos e mercadorias	110.783	96.204	110.783	96.204
Impostos sobre vendas	(663)	(1.780)	(663)	(1.780)
Descontos comerciais	(3.012)	(1.107)	(3.012)	(1.107)
Devoluções	(2.034)	(3.935)	(2.034)	(3.935)
Receita líquida de vendas e serviços	**105.074**	**89.382**	**105.074**	**89.382**

29. Despesas por Natureza

	Controladora 2023	Controladora 2022 (Reapresentado)	Consolidado 2023	Consolidado 2022 (Reapresentado)
Material consumido e gastos gerais de fabricação	(38.960)	(33.900)	(38.960)	(33.900)
Custos e despesas com pessoal	(28.711)	(29.294)	(28.711)	(29.294)
Depreciação e amortização	(8.442)	(7.772)	(8.557)	(7.845)
Serviços de terceiros	(4.369)	(4.140)	(4.369)	(4.140)
Auditoria, consultorias e honorários advocatícios	(4.340)	(4.454)	(4.353)	(4.475)
Fretes, transportes e correios	(3.281)	(2.421)	(3.281)	(2.421)
"Utilities"	(3.328)	(2.984)	(3.706)	(3.071)
Provisão para perdas nos estoques (nota 12)	(2.862)	(355)	(2.862)	(355)
Provisão para riscos	(1.942)	(591)	(1.942)	(591)
Licenças e concessão de uso	(1.858)	(1.815)	(1.858)	(1.815)
Materiais usos e consumo, limpeza e escritório	(1.671)	(1.585)	(1.671)	(1.585)
Despesas com viagem	(1.051)	(1.453)	(1.051)	(1.453)
Aluguéis de imóveis, máquinas e equipamentos	(287)	(336)	(287)	(336)
Impostos e taxas	(173)	(169)	(173)	(169)
Provisão para perda por redução ao valor recuperável do contas a receber de clientes (nota 11)	(19)	2.658	(19)	2.658
Receitas e despesas com recuperação de créditos tributários	526	4.426	526	4.427
Provisão de ILP (nota 24)	3.321	(1.001)	3.321	(1.001)
Outras	(2.696)	(649)	(2.668)	(651)
	(100.143)	**(85.835)**	**(100.621)**	**(86.017)**

	Controladora 2023	Controladora 2022 (Reapresentado)	Consolidado 2023	Consolidado 2022 (Reapresentado)
Classificados como:				
Custo dos produtos vendidos e serviços prestados	(53.390)	(47.427)	(53.390)	(47.427)
Despesas gerais e administrativas	(23.537)	(21.060)	(24.016)	(21.242)
Despesas com vendas e distribuição	(19.975)	(18.979)	(19.975)	(18.979)
Despesas com pesquisa	(1.622)	(1.517)	(1.622)	(1.517)
Outras (despesas) receitas líquidas	(1.619)	3.148	(1.618)	3.148
	(100.143)	**(85.835)**	**(100.621)**	**(86.017)**

30. Resultado Financeiro Líquido

	Controladora 2023	Controladora 2022	Consolidado 2023	Consolidado 2022
Variação cambial ativa	201	2.490	201	5.262
Receita de juros	617	1.542	617	1.542
Descontos obtidos	2	73	2	73
Rendimento de aplicações	8	32	8	32
Receitas financeiras	828	4.137	828	6.909
Encargos sobre empréstimo e financiamento e instrumentos financeiros	(19.458)	(16.182)	(19.458)	(16.182)
Encargos sobre antecipação de recebíveis	(1.320)	(347)	(1.320)	(347)
Encargos sobre operações de arrendamento mercantil	(1.208)	(1.130)	(1.208)	(1.130)
Encargos sobre parcelamentos federais	(1.120)	(318)	(1.120)	(318)
Encargos sobre pagamentos a fornecedores	(1.133)	(344)	(1.133)	(344)
Descontos financeiros concedidos	(544)	(1.036)	(544)	(1.036)
Atualização monetária de processos judiciais	(740)	(2.215)	(740)	(2.215)
Variação cambial passiva	(190)	(5.060)	(190)	(6.313)
Despesa bancária	(781)	(972)	(781)	(972)
Outros	(1.687)	(726)	(1.691)	(726)
Despesas financeiras	(28.181)	(28.330)	(28.185)	(29.583)
Resultado financeiro líquido	**(27.353)**	**(24.193)**	**(27.357)**	**(22.674)**

31. Instrumentos Financeiros – Classificação contábil e valores justos: O Grupo realiza operações envolvendo instrumentos financeiros que se destinam a captar e aplicar recursos. A administração desses instrumentos é efetuada através de políticas de controles e de estratégias operacionais, visando a liquidez, rentabilidade e segurança. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das taxas contratadas em relação às vigentes no mercado para operações de natureza, risco e prazo similares. Os valores apresentados como ativos e passivos financeiros são assim demonstrados por categoria:

continua ...

A publicação acima foi realizada e certificada no dia 12/04/2024
ICP Brasil
Acesse a página de **Publicações Legais** no site do **Jornal Data Mercantil**, apontando a câmera do seu celular no QR Code, ou acesse o link: **www.datamercantil.com.br/publicidade_legal**

... continuação

Víncula Indústria, Comércio, Importação e Exportação de Implantes S.A.

						Consolidado
	31 de dezembro de 2023			31 de dezembro de 2022		
	Valor justo por meio do resultado	Ativo mensurado ao custo Amortizado	Total	Valor justo por meio do resultado	Ativo mensurado ao custo Amortizado	Total
Ativos consolidados						
Caixa e bancos (nota 10)	–	518	518		685	685
Aplicações financeiras (nota 10)	–	513	513		216	216
Contas a receber (nota 11)	–	34.268	34.268		31.461	31.461
Demais contas a receber		1.568	1.568		2.903	2.903
Total	**–**	**36.868**	**36.868**		**35.265**	**35.265**
	Valor justo por meio do resultado	**Passivo mensurado ao custo Amortizado**	**Total**	**Valor justo por meio do resultado**	**Passivo mensurado ao custo Amortizado**	**Total**
Passivos consolidados						
Fornecedores (nota 18)	–	20.124	20.124	–	10.283	10.283
Empréstimos e financiamentos (nota 20)	–	87.372	87.372	–	83.020	83.020
Instrumentos financeirosderivativos (nota 31)	709	–	709	1.429	–	1.429
Passivo de arrendamento (nota 19)	–	9.849	9.849	–	10.841	10.841
Impostos e contribuições parcelados	–	4.752	4.752	–	3.564	3.564
Cessão de direitos (nota 26)	–	3.297	3.297	–	1.486	1.486
Provisão de Incentivo ILP	4.341	–	4.341	7.662	–	7.662
Demais contas a pagar	–	1.606	1.606	–	602	602
Total	**5.050**	**127.000**	**132.050**	**9.091**	**109.766**	**118.887**

						Controladora
	31 de dezembro de 2023			31 de dezembro de 2022		
	Valor justo por meio do resultado	Ativo mensurado ao custo Amortizado	Total	Valor justo por meio do resultado	Ativo mensurado ao custo Amortizado	Total
Ativos						
Caixa e bancos (nota 10)	–	518	518		685	685
Aplicações financeiras (nota 10)	–	505	505		215	215
Contas a receber (nota 11)	–	34.268	34.268		31.461	31.461
Demais contas a receber	–	1.563	1.563		2.899	2.899
Total	**–**	**36.855**	**36.855**		**35.259**	**35.259**
	Valor justo por meio do resultado	**Ativo mensurado ao custo Amortizado**	**Total**	**Valor justo por meio do resultado**	**Ativo mensurado ao custo Amortizado**	**Total**
Passivos						
Fornecedores (nota 18)	–	20.112	20.112	–	10.251	10.251
Empréstimos e financiamentos (nota 20)	–	87.372	87.372	–	83.020	83.020
Instrumentos financeiros derivativos (nota 31)	709	–	709	1.429		1.429
Passivo de arrendamento (nota 19)	–	9.849	9.849	–	10.841	10.841
Impostos e contribuições parcelados	–	4.752	4.752	–	3.564	3.564
Cessão de direitos (nota 26)	–	3.297	3.297	–	1.486	1.486
Provisão de Incentivo ILP	4.341	–	4.341	7.662	–	7.662
Demais contas a pagar	–	1.606	1.606	–	602	602
Total	**5.050**	**126.988**	**132.038**	**9.091**	**109.764**	**118.855**

A Administração entende que os ativos e passivos financeiros e os instrumentos financeiros demonstrados acima são reconhecidos nas demonstrações financeiras pelos seus valores contábeis e são apresentados em relação aos respectivos valores de mercado, pois o vencimento de parte substancial dos saldos ocorre em datas próximas às das demonstrações financeiras. Hierarquia do valor justo: Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, o Grupo usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (inputs) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma. Nível 1: Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos. Nível 2: Inputs, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços). Nível 3: Inputs, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis). O Grupo reconhece as transferências entre níveis da hierarquia do valor justo no final do período das demonstrações financeiras em que ocorreram as mudanças. A tabela a seguir apresenta os valores contábeis, que apresentam uma aproximação dos seus valores justos dos ativos e passivos financeiros, incluindo os seus níveis na hierarquia do valor justo.

							Consolidado
							31 de dezembro de 2023
	Designados a valor justo	Ativos financeiro a custo amortizado	Passivos financeiros a custo amortizado	Total	Nível 1	Nível 2	Nível 3
Caixa e bancos (nota 10)	–	518	–	518	–	518	–
Aplicações financeiras (nota 10)	–	513	–	513	–	513	–
Contas a receber de clientes (nota 11)	–	34.268	–	34.268	–	34.268	–
Demais contas a receber		1.568	–	1.568	–	1.568	–
Total	**–**	**36.868**	**–**	**36.868**	**–**	**36.868**	**–**
Fornecedores (nota 18)	–	–	20.124	20.124	–	20.124	–
Empréstimos e financiamentos (nota 20)	–	–	87.372	87.372	–	87.372	–
Instrumentos financeiros (nota 30)	709	–	–	709	709	–	–
Passivo de arrendamento (nota 19)	–	–	9.849	9.849	–	9.849	–
Impostos e contribuições parcelados	–		4.752	4.752		4.752	
Cessão de direitos (nota 26)	–		3.297	3.297		3.297	
Provisão de Incentivo ILP	4.341	–		4.341			4.341
Demais contas a pagar	–	–	1.606	1.606	–	1.606	–
Total	**5.050**	**–**	**127.000**	**132.050**	**709**	**127.000**	**4.341**

							Consolidado
							31 de dezembro de 2022
	Designados a valor justo	Ativos financeiros a custo amortizado	Passivos financeiros a custo amortizado	Total	Nível 1	Nível 2	Nível 3
Caixa e bancos (nota 10)	–	685	–	685	–	685	–
Aplicações financeiras (nota 10)	–	216	–	216	–	216	–
Contas a receber de clientes (nota 11)	–	31.461	–	31.461	–	31.461	–
Demais contas a receber	–	2.903	–	2.903	–	2.903	–
Total	**–**	**35.265**	**–**	**35.265**	**–**	**35.265**	**–**
Fornecedores (nota 18)	–	–	10.283	10.283	–	10.283	–
Empréstimos e financiamentos (nota 20)	–	–	83.020	83.020	–	83.020	–
Instrumentos financeiros (nota 31)	1.429	–	–	1.429	1.429	–	–
Passivo de arrendamento (nota 19)	–	–	10.841	10.841	–	10.841	–
Impostos e contribuições parcelados			3.564	3.564		3.564	
Cessão de direitos (nota 26)			1.486	1.486		1.486	
Provisão de Incentivo ILP	7.662		–	7.662	–		7.662
Demais contas a pagar	–	–	602	602	–	602	–
Total	**9.091**	**–**	**109.796**	**118.887**	**1.429**	**109.796**	**7.662**

							Controladora
							31 de dezembro de 2023
	Designados a valor justo	Ativos financeiros a custo amortizado	Passivos financeiros a custo amortizado	Total	Nível 1	Nível 2	Nível 3
Caixa e bancos (nota 10)	–	518	–	518	–	518	–
Aplicações financeiras (nota 10)	–	505	–	505	–	505	–
Contas a receber de clientes (nota 11)	–	34.268	–	34.268	–	34.268	–
Demais contas a receber	–	1.563	–	1.563	–	1.563	–
Total	**–**	**36.855**	**–**	**36.855**		**36.855**	**–**
Fornecedores (nota 18)	–	–	20.112	20.112	–	20.112	–
Empréstimos e financiamentos (nota 20)	–	–	87.372	87.372	–	87.372	–
Instrumentos financeiros (nota 31)	709	–	–	709	709	–	–
Passivo de arrendamento (nota 19)	–	–	9.849	9.849	–	9.849	–
Impostos e contribuições parcelados	–	–	4.752	4.752	–	4.752	
Cessão de direitos (nota 26)	–	–	3.297	3.297	–	3.297	
Provisão de Incentivo – ILP	4.341			4.341			4.341
Demais contas a pagar	–	–	1.606	1.606	–	1.606	–
Total	**5.050**	**–**	**126.988**	**132.038**	**709**	**126.988**	**4.341**

							Controladora
							31 de dezembro de 2022
	Designados a valor justo	Ativos financeiros a custo amortizado	Passivos financeiros a custo amortizado	Total	Nível 1	Nível 2	Nível 3
Caixa e bancos (nota 10)	–	685	–	685	–	685	–
Aplicações financeiras (nota 10)	–	215	–	215	–	215	–
Contas a receber de clientes (nota 11)	–	31.461	–	31.461	–	31.461	–
Demais contas a receber	–	2.899	–	2.899	–	2.899	–
Total	**–**	**35.259**	**–**	**35.259**	**–**	**35.259**	**–**
Fornecedores (nota 18)	–	–	10.251	10.251	–	10.251	–
Empréstimos e financiamentos (nota 20)	–	–	83.020	83.020	–	83.020	–
Instrumentos financeiros (nota 31)	1.429	–	–	1.429	1.429		–
Passivo de arrendamento (nota 19)	–	–	10.841	10.841	–	10.841	–
Impostos e contribuições parcelados	–	–	3.564	3.564	–	3.564	–
Cessão de direitos (nota 26)	–	–	1.486	1.486	–	1.486	–
Provisão de Incentivo – ILP	7.662			7.662			7.662
Demais contas a pagar	–	–	602	602	–	602	–
Total	**9.091**	**–**	**109.764**	**118.855**	**1.429**	**109.764**	**7.662**

Em 31 de dezembro de 2023, havia instrumentos financeiros derivativos em aberto no passivo circulante no montante de R$709 (R$1.429, em 2022), controladora e consolidado, sendo classificados como mensurados ao valor justo por meio do resultado. Gerenciamento dos riscos financeiros: Os principais fatores de risco inerentes às operações do Grupo são expostos a seguir: Risco de crédito: Decorrem da possibilidade de o Grupo sofrer perdas decorrentes de inadimplência de suas contrapartes ou de instituições financeiras depositárias de recursos.

	Controladora	
	2023	2022
Ativos financeiros:		
Custo amortizado		
Caixa e bancos (nota 10)	518	685
Aplicações financeiras (nota 10)	505	215
Contas a receber (nota 11)	34.268	31.461
Demais contas a receber	1.563	2.899
	36.855	**35.259**

	Consolidado	
	2023	2022
Ativos financeiros		
Custo amortizado		
Caixa e bancos (nota 10)	518	685
Aplicações financeiras (nota 10)	505	216
Contas a receber (nota 11)	34.268	31.461
Indenizações a receber	1.568	–
Demais contas a receber	–	2.903
	36.868	**35.265**

As perdas por redução ao valor recuperável sobre ativos financeiros e de contrato reconhecidas no resultado foram as seguintes:

	Controladora	
	2023	2022
(Perda)/Ganho por redução ao valor recuperável de contas a receber decorrentes de contratos com clientes	-19	2.658

	Consolidado	
	2023	2022
(Perda)/Ganho por redução ao valor recuperável de contas a receber decorrentes de contratos com clientes	-24	2.658

Contas a receber e outros recebíveis: A exposição do Grupo a risco de crédito é influenciada principalmente pelas características individuais de cada cliente. A Administração estabeleceu uma política de crédito na qual cada novo cliente é analisado individualmente quanto à sua condição financeira antes de o Grupo apresentar uma proposta de limite de crédito e termos de pagamento. A revisão efetuada pelo Grupo inclui a avaliação de ratings externos, quando disponíveis, demonstrações financeiras, informações de agências de crédito, informações da indústria. Limites de crédito são estabelecidos para cada cliente e são revisados periodicamente. As análises realizadas pelo Grupo do balanço, histórico de pagamentos e score dos clientes auxiliaram na redução do risco nas transações durante o exercício, como consequência observamos a redução do saldo de títulos vencidos. A análise da exposição do Grupo ao risco de crédito de contas a receber de clientes por faixa de vencimento está apresentada na nota explicativa nº 11. Em 31 de dezembro de 2023, a exposição ao risco de crédito para contas a receber de clientes terceiros e ativos contratuais por região geográfica era a seguinte.

	Valor contábil	
Controladora	**2023**	**2022**
Brasil – Distribuição	31.085	28.218
Brasil – Venda Direta	4.621	4.209
América Latina	118	687
	35.825	**33.114**

	Valor contábil	
Consolidado	**2023**	**2022**
Brasil – Distribuição	31.085	28.218
Brasil – Venda Direta	4.621	4.209
América Latina	118	687
	35.825	**33.114**

A tabela a seguir fornece informações sobre a exposição ao risco de crédito e perdas de crédito esperadas para contas a receber consolidado de clientes terceiros em 31 de dezembro de 2023 e 2022. Consolidado

				31 de dezembro de 2023
contas a receber de clientes	Taxa média ponderada de perda estimada	Saldo contábil bruto	Provisão para perda estimada	Com problemas de recuperação de crédito
A vencer	0,62%	31.701	197	Não
Vencido de 1-30 dias	1,74%	1.804	31	Não
Vencido de 31-60 dias	7,67%	345	26	Não
Vencido de 61-90 dias	20,38%	231	47	Não
Vencido de 91-360 dias	42,89%	857	367	Sim
Vencido há mais de 360 dias	100,00%	1.643	1.643	Sim
Total		**36.580**	**2.313**	

				31 de dezembro de 2022
contas a receber de clientes	Taxa média ponderada de perda estimada	Saldo contábil bruto	Provisão para perda estimada	Com problemas de recuperação de crédito
A vencer	0,64%	28.768	183	Não
Vencido de 1-30 dias	2,18%	1.377	30	Não
Vencido de 31-60 dias	6,28%	283	18	Não
Vencido de 61-90 dias	12,99%	410	53	Não
Vencido de 91-360 dias	39,21%	1.490	584	Sim
Vencido há mais de 360 dias	100,00%	1.472	1.472	Sim
Total		**33.801**	**2.340**	

Derivativos: Os derivativos são contratados com bancos e instituições financeiras que possuem rating mínimo BAA3 (Moods) e/ou BBB- (S&P e Fitch). Risco de mercado: Risco de mercado é o risco que alterações nos preços de mercado, tais como as taxas de câmbio, taxas de juros e preços de ações, têm nos ganhos do Grupo ou no valor de suas participações em instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercados, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno. Risco de variação cambial sobre ativos e passivos financeiros: O Grupo para fins de análise de sensibilidade para riscos de mercado, analisa, conjuntamente, as posições ativas e passivas indexadas em moeda estrangeira. As seguintes taxas de câmbio foram aplicadas:

	Taxa de fechamento	
	2023	2022
Real		
BRL x 1 USD	4,84	5,22
BRL x 1 EUR	5,35	5,57

Para a análise de sensibilidade das operações indexadas em moeda estrangeira, a Administração adotou como cenário provável os valores reconhecidos contabilmente. Como referência, aos demais cenários foram considerados a deterioração e apreciação sobre a taxa de câmbio utilizada para apuração dos apresentados nos registros contábeis. Os cenários foram estimados com uma desvalorização de 10% e 20% do Real no cenário provável. A metodologia adotada para apuração dos saldos apresentados no quadro abaixo consistiu em substituir a taxa de câmbio de fechamento utilizada para fins de registro contábil pelas taxas estressadas conforme cenários abaixo. A tabela abaixo demonstra os eventuais impactos no resultado na hipótese dos respectivos cenários apresentados para as operações indexadas ao Dólar Norte-Americano ao Euro:

Cenários – 2023	Moeda estrangeira em 2023	Risco	Valor provável (Reais)	Acréscimo 10%	Acréscimo 20%
Clientes estrangeiros	4,84	Dólar/Real	118	130	141
Fornecedores estrangeiros	4,84	Dólar/Real	(1.302)	(1.432)	(1.562)
Fornecedores estrangeiros	5,35	Euro/Real	(2.445)	(2.689)	(2.934)
Instrumentos financeiros derivativos (ativo)	4,84	Dólar/Real	(709)	(779)	(850)
Impacto no resultado			**(4.338)**	**(4.770)**	**(5.205)**

Risco de taxa de juros: Risco de taxa de juros decorre da possibilidade de o Grupo sofrer ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. Visando à mitigação desse tipo de risco, o Grupo busca diversificar a captação de recursos em termos de taxas prefixadas ou pós-fixadas. Análise de sensibilidade de variações nas taxas de juros: O Grupo está exposto a riscos e oscilações de taxas de juros em suas aplicações financeiras. Em consonância com a CPC 40, o Grupo realizou análise de sensibilidade dos principais riscos aos quais seus instrumentos financeiros estão expostos. Nos quadros abaixo são considerados três cenários de taxas de juros anual com os respectivos impactos nos resultados. Esses cenários foram definidos com base na expectativa da Administração para as variações das taxas de juros dos respectivos contratos sujeitos a esses riscos. Risco de taxa de juros sobre ativos financeiros – Depreciação das taxas

Controladora										
							Redução do índice em 25%		**Redução o do índice em 50%**	
Instrumentos	**Exposição**	**Risco**	**Taxa de juros efetiva em 2023**	**Cenário Provável %**	**Valor**	**%**	**Valor**	**%**	**Valor**
Aplicação financeira (nota 10)	513	CDI	13,03	13,03	67	9,77	50	6,51	33

Controladora										
							Redução do índice em 25%		**Redução o do índice em 50%**	
Instrumentos	**Exposição**	**Risco**	**Taxa de juros efetiva em 2022**	**Cenário Provável %**	**Valor**	**%**	**Valor**	**%**	**Valor**
Aplicação financeira (nota 10)	216	CDI	12,38	12,38	27	9,29	20	6,19	13

Risco de taxa de juros sobre passivos financeiros – Apreciação das taxas

Controladora e consolidado										
							Elevação do índice em 25%		**Elevação do índice em 50%**	
Instrumentos	**Exposição**	**Risco**	**Taxa de juros efetiva em 2023**	**Cenário Provável %**	**Valor**	**%**	**Valor**	**%**	**Valor**
Empréstimos e financiamentos (nota 20)	(75.671)	CDI	13,03	13,03	(9.860)	16,29	(12.325)	19,55	(14.790)

Controladora e consolidado										
							Elevação do índice em 25%		**Elevação do índice em 50%**	
Instrumentos	**Exposição**	**Risco**	**Taxa de juros efetiva em 2022**	**Cenário Provável %**	**Valor**	**%**	**Valor**	**%**	**Valor**
Empréstimos e financiamentos (nota 20)	(83.020)	CDI	12,38	12,38	(10.278)	15,48	(12.847)	18,57	(15.417)

• Fonte: Boletim Focus – Banco Central do Brasil: Administração de capital: A Administração procura manter um equilíbrio entre risco, retorno e liquidez na gestão de capital de giro, cujas aplicações financeiras de curto prazo estão atreladas a depósitos bancários, fundos de renda fixa e fundos de investimentos. Risco de liquidez: Risco de liquidez é o risco em que o Grupo poderá encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações, associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem do Grupo na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a sua reputação.

			Fluxos de caixa contratuais – Consolidado		
	Valor Contábil	Fluxo de caixa contratual	Menos de 1 ano	Entre 1 e 2 anos	Entre 2 e 5 anos
Em 31 de dezembro de 2023					
Passivos financeiros					
Empréstimos e financiamentos (nota 20)	87.373	195.097	92.785	64.136	38.176
Instrumentos financeiros derivativos	709	709	709	–	–
Passivo de arrendamento (nota 19)	9.849	16.693	3.798	4.021	8.874
Impostos e contribuições parcelados	4.752	4.752	2.167	1.586	999
Cessão de direitos (nota 26)	3.297	3.297	3.297	–	–
Demais contas a pagar	1.606	1.606	1.606	–	–
Fornecedores (nota 18)	20.124	20.124	20.124	–	–
Total	**127.698**	**242.266**	**124,474**	**69.743**	**48.049**

			Fluxos de caixa contratuais – Consolidado		
	Valor Contábil	Fluxo de caixa contratual	Menos de 1 ano	Entre 1 e 2 anos	Entre 2 e 5 anos
Em 31 de dezembro de 2022					
Passivos financeiros	83.020	99.543	59.091	33.602	6.851
Empréstimos e financiamentos (nota 20)	10.841	14.593	3.419	3.287	7.887

continua ...

A publicação acima foi realizada e certificada no dia 12/04/2024

ICP Brasil

Acesse a página de **Publicações Legais** no site do **Jornal Data Mercantil**, apontando a câmera do seu celular no QR Code, ou acesse o link: **www.datamercantil.com.br/publicidade_legal**

... continuação

Víncula Indústria, Comércio, Importação e Exportação de Implantes S.A.

	Fluxos de caixa contratuais – Consolidado				
	Valor Contábil	Fluxo de caixa contratual	Menos de 1 ano	Entre 1 e 2 anos	Entre 2 e 5 anos
Passivo de arrendamento (nota 19)	1.429	1.429	1.429	–	–
Impostos e contribuições parcelados	3.564	3.564	1.689	1.730	145
Cessão de direitos (nota 26)	1.486	1.486	1.486	–	–
Demais contas a pagar	602	602	602	–	–
Fornecedores (nota 18)	10.283	10.283	10.283	–	–
Total	**111.225**	**131.500**	**77.999**	**38.619**	**14.883**

	Fluxos de caixa contratuais – Controladora				
	Valor Contábil	Fluxo de caixa contratual	Menos de 1 ano	Entre 1 e 2 anos	Entre 2 e 5 anos
Em 31 de dezembro de 2023					
Passivos financeiros					
Empréstimos e financiamentos (nota 20)	87.373	195.097	92.785	64.136	38.176
Passivo de arrendamento (nota 19)	709	709	709		
Instrumentos financeiros derivativos	9.849	16.693	3.798	4.021	8.874
Impostos e contribuições parcelados	4.752	4.752	2.167	1.586	999
Cessão de direitos (nota 26)	3.297	3.297	3.297	–	–
Demais contas a pagar	1.606	1.606	1.606	–	–
Fornecedores (nota 18)	20.112	20.112	20.112	–	–
Total	**127.698**	**242.266**	**124,474**	**69.743**	**48.049**

	Fluxos de caixa contratuais – Controladora				
	Valor Contábil	Fluxo de caixa contratual	Menos de 1 ano	Entre 1 e 2 anos	Entre 2 e 5 anos
Em 31 de dezembro de 2022					
Passivos financeiros	83.020	99.543	59.091	33.602	6.851
Empréstimos e financiamentos (nota 20)	10.841	14.593	3.419	3.287	7.887
Passivo de arrendamento (nota 19)	1.429	1.429	1.429	–	–
Impostos e contribuições parcelados	3.564	3.564	1.689	1.730	145
Cessão de direitos (nota 26)	1.486	1.486	1.486	–	–
Demais contas a pagar	602	602	602	–	–
Fornecedores (nota 18)	10.283	10.283	10.283	–	–
Total	**111.225**	**131.500**	**77.999**	**38.619**	**14.883**

Risco operacional: Risco operacional é o risco de prejuízos diretos ou indiretos decorrentes de uma variedade de causas associadas a processos, pessoal, tecnologia, infraestrutura e de fatores externos, exceto riscos de crédito, mercado e liquidez, como aqueles decorrentes de exigências legais e regulatórias e de padrões geralmente aceitos de comportamento empresarial. Valor justo dos instrumentos financeiros: *Valores estimados de mercado:* O Grupo aplica o CPC 40 para instrumentos financeiros mensurados no balanço patrimonial pelo valor justo, o que requer divulgação das mensurações do valor justo pelo nível da seguinte hierarquia de mensuração pelo valor justo, descritos no tópico de "Hierarquia do valor justo". Os instrumentos financeiros derivativos existentes foram mensurados levando-se em consideração o Nível 2 e a metodologia utilizada é a marcação de valor ao mercado (MTM), o cálculo de MTM consiste em trazer o preço "forward" de dólar do "Swap" contratado à valor presente, descontando os juros de mercado (DI e Cupom Limpo) da data do cálculo até o vencimento do "Swap". Assim, o preço de um instrumento no mercado representa o valor daquele instrumento no mercado de negociação, ou seja, valor de referência pelo qual ele pode ser comprado ou vendido imediatamente. A tabela abaixo, demonstra os saldos referente ao contrato de "SWAP" contratado pela Grupo:

Instituição/ Contraparte	Indexador Ativo	Indexador Passivo	Data de início	Vencimento	Valor Notional Contratado	Valor Justo
Banco Votorantim	4.284	4.926	22/01/2022	22/04/2024	4.750	709

Valor justo versus valor contábil: Os valores justos dos ativos e passivos financeiros, juntamente com os valores contábeis apresentados no balanço patrimonial consolidado, são os seguintes:

	2023		2022	
	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Ativos				
Caixa e equivalentes de caixa (nota 10)	1.031	1.031	901	901
Contas a receber de clientes (nota 11)	34.268	34.268	31.461	31.461
Demais contas a receber	1.568	1.568	2.903	2.903
Total	36.868	36.868	32.265	35.265
Passivos				
Fornecedores (nota 18)	20.124	20.124	10.283	10.283
Empréstimos e financiamentos (nota 20)	87.372	87.372	83.020	83.020
Instrumentos financeiros derivativos (nota 30)	709	709	1.429	1.429
Passivo de arrendamento (nota 19)	9.849	9.849	10.841	10.841
Impostos e contribuições parcelados	4.752	4.752	3.564	3.564
Cessão de direitos (nota 26)	3.297	3.297	1.486	1.486
Demais contas a pagar	1.606	1.606	602	602
Total	**127.709**	**127.709**	**111.225**	**111.225**

32. Eventos Subsequentes – Em janeiro de 2024, o Grupo obteve autorização para aumentar o capital social em R$40.000, no mesmo mês foi integralizado R$5.000, a expectativa é que o restante do capital seja integralizado dentro do primeiro semestre de 2024.

Luis Fernando Lenski – Diretor Presidente | **Paulo Colucci Ducati** – Diretor Financeiro | **Gabriel Flöter de Oliveira Valim** – Contador – CRC SP-325.286/O-8

Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas

Aos Administradores e Acionistas da
Víncula Indústria, Comércio, Importação e Exportação de Implantes S.A.

Opinião com ressalva: Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Víncula Indústria, Comércio, Importação e Exportação de Implantes S.A. ("Companhia"), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais. Em nossa opinião, exceto pelo possíveis efeitos do assunto descrito na seção a seguir intitulada "Base para opinião com ressalva", as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Víncula Indústria, Comércio, Importação e Exportação de Implantes S.A. em 31 de dezembro de 2023, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião com ressalva:** *Realização do imposto de renda e contribuição social diferidos:* Conforme divulgado na nota explicativa nº 14 às demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Companhia possui registrado no ativo não circulante (controladora e consolidado), em 31 de dezembro de 2023, o montante de R$58.298 mil (R$50.798 mil em 31 de dezembro de 2022), referente a imposto de renda e contribuição social diferidos relacionados a prejuízo fiscal, base negativa de contribuição social e diferenças temporárias, mantidos com base no plano de negócios e estimativas de geração de base tributária futura realizados pela Companhia. Não nos foi possível obter evidência apropriada e suficiente para concluir sobre a realização desses ativos e se seria necessário algum ajuste nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas de 31 de dezembro de 2023 e de 2022 (controladora e consolidado), assim como nas respectivas divulgações nas notas explicativas. Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e a suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade – CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva. **Ênfase:** *Reapresentação dos valores correspondentes:* Chamamos a atenção para a nota explicativa nº 9 às demonstrações financeiras individuais e consolidadas, que apresenta alterações relacionadas ao reconhecimento de transações de incentivos a longo prazo concedidos pela Companhia a determinados profissionais e o respectivo impacto no imposto de renda e contribuição diferidos. Os valores correspondentes referentes ao exercício anterior, apresentados para fins de comparação, foram ajustados e estão sendo reapresentados como previsto pelo pronunciamento técnico CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto. **Responsabilidades da Administração pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas:** A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e de suas controladas. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e de suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. • Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do Grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas. Somos responsáveis pela direção, pela supervisão e pelo desempenho da auditoria do Grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria. Comunicamo-nos com a Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Campinas, 15 de março de 2024

Deloitte Touche Tohmatsu
Auditores Independentes Ltda.
CRC nº 2 SP 011.609/O-8.

Fabiano Ricardo Tessitore
Contador
CRC nº 1 SP 216.451/O-1

Deloitte.

Data Mercantil

A melhor opção para sua empresa

Faça suas Publicações Legais em nosso jornal com a segurança garantida pela certificação digital ICP Brasil

(11) 3361-8833
comercial@datamercantil.com.br

Cetenco Engenharia S.A.

CNPJ/MF nº 61.550.497/0001-06

Relatório da Administração

Prezados senhores, em atendimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas. o Balanço Patrimonial e demais demonstrações contábeis referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023. Este ano marcou um período de desafios superados e conquistas significativas, impulsionadas por um promissor ambiente econômico ainda em transformação. É inegável que os impactos da retração econômica sobre o segmento de infraestrutura e construção civil pesada no Brasil desencadearam um processo de reorganização no setor. Mas apesar de todas as adversidades enfrentadas, a empresa demonstrou resiliência, perseverança e adaptabilidade.O ano de 2023 foi caracterizado por uma recuperação sólida e uma perspectiva otimista para o futuro. Dando continuidade à estratégia de gestão eficiente e redução dos custos, a companhia encerrou o período com receita líquida de R$ 197,5 milhões, um aumento de 17% em relação ao ano anterior, e lucro operacional bruto de R$ 37 milhões (19% de margem operacional). Importante destacar também que o aumento das despesas gerais e administrativas foram proporcionalmente inferiores ao crescimento da receita liquida e do lucro operacional. Este ano evidenciou nossos esforços para aprimoramento da eficiência operacional, assim como os primeiros frutos dos investimentos em inovação e automação na gestão dos projetos. Continuaremos a investir em nosso pessoal, em nossos recursos e em nossa capacidade de entrega. Estamos comprometidos em manter essa trajetória de crescimento sustentável e em criar valor para todos os nossos acionistas e demais stakeholders.

A Diretoria

Balanços Patrimoniais em 31 de dezembro de 2023, 2022 e 2021 *(Em Reais)*

	Nota	Controladora 31/12/2023	31/12/2022 Reapresentado	31/12/2021 Reapresentado	Consolidado 31/12/2023	31/12/2022 Reapresentado	31/12/2021 Reapresentado
Ativo							
Circulante							
Caixa e Equivalentes de Caixa	(3)	32.556.738	52.391.646	7.011.740	34.229.316	54.504.700	7.135.409
Contas a Receber	(4)	48.154.472	15.060.559	19.023.179	50.156.594	16.301.151	20.298.854
Outros Ativos Circulantes		77.093.186	53.135.405	188.545.244	71.716.317	48.929.056	186.015.430
		157.804.396	**120.587.610**	**214.580.163**	**156.102.227**	**119.734.907**	**213.449.693**
Não Circulante							
Empréstimos a Associadas	(5)	4.577.343	3.462.125	2.659.434	4.577.343	3.462.125	2.659.434
Contas a Receber		324.376.815	324.422.653	324.506.928	324.376.814	325.216.800	326.057.792
Depósitos Judiciais		2.192.857	2.283.339	2.266.448	2.192.857	2.283.339	2.266.448
Imobilizado	(7)	3.859.644	5.145.279	6.829.594	6.687.276	7.839.708	9.427.832
Intangível		383.426.668	383.518.602	383.611.790	383.426.668	383.518.602	383.611.790
Investimentos	(6.1)	16.900.000	518.776	2.608.058	17.099.143	199.143	108.094
		735.333.327	**719.350.774**	**722.482.252**	**738.360.101**	**722.519.717**	**724.131.390**
Total do Ativo		**893.137.723**	**839.938.384**	**937.062.415**	**894.462.328**	**842.254.624**	**937.581.083**

	Nota	Controladora 31/12/2023	31/12/2022 Reapresentado	31/12/2021 Reapresentado	Consolidado 31/12/2023	31/12/2022 Reapresentado	31/12/2021 Reapresentado
Passivo							
Circulante							
Empréstimos e Financiamentos	(8)	14.590.608	14.251.750	111.827.742	14.590.608	14.251.750	111.827.742
Fornecedores		47.929.223	39.611.424	44.708.566	52.733.292	43.686.434	49.161.839
Impostos, Taxas e Contribuições		12.934.878	8.751.435	8.844.023	13.000.425	9.296.958	8.928.526
Salários e Encargos a Recolher		12.876.744	7.397.521	5.803.331	13.088.124	7.496.159	7.649.783
IRPJ e CSLL		358.101	358.101	358.101	358.101	358.101	358.101
Provisão de Férias e Encargos		3.585.507	4.965.777	6.596.349	3.620.272	7.698.054	9.166.211
		92.275.061	**75.336.008**	**178.138.112**	**97.390.822**	**82.787.456**	**187.092.202**
Não Circulante							
Parcelamentos		12.444.298	11.511.646	5.450.948	12.682.870	11.570.522	5.568.909
Contas a pagar		807.997	25.163.819	20.011.891	807.997	25.163.819	20.011.891
Aluguéis a Pagar		1.539.521	789.296	204.473	1.539.521	789.296	204.473
Empréstimos e Financiamentos	(8)	70.505.785	50.601.513	1.305.939	70.505.785	50.601.513	1.305.939
Empréstimos a Associadas		–	–	–	12.064.740	7.964.740	8.214.740
IRPJ e CSLL Diferidos	(9)	40.814.567	40.814.567	56.311.442	40.814.567	40.814.567	56.311.442
Provisão p/ Perda Investimentos	(6)	4.392.099	3.288.546	4.191.139	–	–	–
Provisões para Demandas Judiciais	(11)	10.564.878	9.834.363	8.910.465	10.564.878	9.834.363	8.910.465
		141.069.145	**142.003.750**	**96.386.297**	**148.980.358**	**146.738.820**	**100.527.859**
Patrimônio Líquido							
Capital Realizado	(10)	182.116.405	155.035.599	155.035.599	182.116.405	155.035.599	155.035.599
Ajuste de Avaliação Patrimonial		383.397.312	383.397.312	383.397.312	383.397.312	383.397.312	383.397.312
Reserva de Capital		105.463.186	105.463.186	105.463.186	105.463.186	105.463.186	105.463.186
Reserva Legal		30.400.000	30.400.000	30.400.000	30.400.000	30.400.000	30.400.000
Reserva de Lucros		96.840.504	96.840.504	52.196.631	96.840.504	96.840.504	52.196.631
Reserva de Lucros a Realizar		74.708.270	74.708.270	119.352.143	74.708.270	74.708.270	119.352.143
Prejuízos Acumulados		(213.132.160)	(223.246.245)	(183.306.865)	(213.132.160)	(223.246.245)	(183.306.865)
		659.793.517	**622.598.626**	**662.538.006**	**659.793.517**	**622.598.626**	**662.538.006**
Participação dos Não Controladores		–	–	–	**(11.702.369)**	**(9.870.278)**	**(12.576.984)**
Total do Passivo e Patrimônio Líquido		**893.137.723**	**839.938.384**	**937.062.415**	**894.462.328**	**842.254.624**	**937.581.083**

As notas explicativas anexas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstrações do Resultado para os Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023, 2022 e 2021 *(Em Reais)*

	Nota	Controladora 31/12/2023	31/12/2022 Reapresentado	31/12/2021 Reapresentado	Consolidado 31/12/2023	31/12/2022 Reapresentado	31/12/2021 Reapresentado
Receita Operacional Líquida	(12)	197.551.540	169.250.298	161.062.933	197.551.540	169.250.298	161.062.933
Custo Operacional		(160.551.446)	(162.042.583)	(137.784.944)	(160.551.446)	(162.042.583)	(137.784.944)
Lucro Bruto		**37.000.094**	**7.207.715**	**23.277.989**	**37.000.094**	**7.207.715**	**23.277.989**
Receitas (Despesas) Operacionais							
Despesas com Pessoal		(9.315.538)	(8.326.599)	(7.626.124)	(9.639.586)	(8.621.258)	(7.888.985)
Despesas Administrativas		(3.233.511)	(2.853.163)	(2.050.638)	(5.586.693)	(5.104.244)	(4.055.156)
Servs. Terceiros P. Jurídica		(9.843.657)	(47.878.434)	(17.521.608)	(10.494.534)	(49.183.460)	(18.470.333)
Impostos e Taxas		(1.302.662)	(5.924.489)	(694.832)	(1.376.722)	(5.993.659)	(969.797)
Outras Receitas (Despesas) Operacionais		18.810.725	(44.934.079)	(12.828.557)	17.978.712	(47.493.454)	(11.911.503)
Depreciação e Amortização		(141.286)	(2.027.394)	(2.043.840)	(142.365)	(2.028.346)	(2.044.990)
Resultado de Equivalência Patrimonial		(1.622.329)	(1.186.691)	(743.653)	–	–	–
		(6.648.258)	**(113.130.849)**	**(43.509.252)**	**(9.261.188)**	**(118.424.421)**	**(45.340.764)**
Resultado Financeiro		(20.237.751)	50.486.879	(20.771.410)	(20.260.213)	49.879.399	(20.582.803)
Lucro/(Prejuízo) antes do Imposto de Renda e Contribuição Social		**10.114.085**	**(55.436.255)**	**(41.002.673)**	**7.478.693**	**(61.337.307)**	**(42.645.578)**
CSLL/IRPJ Diferido	(9.1)	–	15.496.875	5.011.721	–	15.496.875	5.011.721
Lucro/(Prejuízo) Líquido do Exercício		**10.114.085**	**(39.939.380)**	**(35.990.952)**	**7.478.693**	**(45.840.432)**	**(37.633.857)**
Lucro/(Prejuízo) por Ação		**10,75**	**(49,88)**	**(44,95)**	**9,34**	**(57,25)**	**(47,00)**

As notas explicativas anexas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido para os Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 *(Em Reais)*

	Capital Realizado	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Reserva de Capital	Reserva Legal	Reserva de Lucros a Realizar	Reserva de Lucros	Prejuízos Acumulados	Total
Saldos em 31/12/2020	**155.035.599**	**383.397.312**	**105.463.186**	**30.400.000**	**133.491.180**	**75.407.281**	**(89.130.954)**	**794.063.604**
Realização parcial de Lucros	–	–	–	–	(14.139.037)	14.139.037	–	
Resultado de Exercício Anteriores	–	–	–	–	–	–	(58.184.959)	(58.184.959)
Resultado do Exercício	–	–	–	–	–	–	(35.990.952)	(35.990.952)
Distribuição de Dividendos	–	–	–	–	–	(37.349.687)	–	(37.349.687)
Saldos em 31/12/2021	**155.035.599**	**383.397.312**	**105.463.186**	**30.400.000**	**119.352.143**	**52.196.631**	**(183.306.865)**	**662.538.006**
Realização parcial de Lucros	–	–	–	–	(44.643.873)	44.643.873	–	–
Resultado do Exercício	–	–	–	–	–	–	(39.939.380)	(39.939.380)
Saldos em 31/12/2022	**155.035.599**	**383.397.312**	**105.463.186**	**30.400.000**	**74.708.270**	**96.840.504**	**(223.246.245)**	**622.598.626**
Aumento de Capital	27.080.806	–	–			–	–	27.080.806
Resultado do Exercício	–	–	–			–	10.114.085	10.114.085
Saldos em 31/12/2023	**182.116.405**	**383.397.312**	**105.463.186**	**30.400.000**	**74.708.270**	**96.840.504**	**(213.132.160)**	**659.793.517**

As notas explicativas anexas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstrações dos Fluxos de Caixa para os Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 *(Em Reais)*

	Controladora 31/12/2023	31/12/2022 Reapresentado	31/12/2021 Reapresentado	Consolidado 31/12/2023	31/12/2022 Reapresentado	31/12/2021 Reapresentado
Fluxos de Caixa Originados de:			**Atividades Operacionais**			
Lucro/Prejuízo Líquido antes do Imposto de Renda e Contrib.Social	**10.114.085**	**(39.939.380)**	**(35.990.952)**	**7.478.693**	**(45.840.432)**	**(37.633.857)**
Ajustes de Reconciliação						
Depreciação e Amortização	1.635.396	2.321.965	2.043.841	1.636.477	2.322.918	2.044.990
Valor Residual na Baixa de Ativo Imobilizado	758.269	188.277	274.570	758.269	330.924	274.570
Aumento em investimentos	(16.900.000)	–	–	(16.022.573)	–	–
Resultado de Equivalência Patrimonial	1.622.329	1.186.691	743.653	–	–	–
Redução(Aumento) nas Contas a Receber	(56.915.373)	139.439.843	49.640.089	(54.986.314)	141.949.271	50.200.191
Aumento(Redução) nos Fornecedores	(15.287.798)	639.608	5.768.459	(15.284.663)	261.346	5.826.040
Reversão parcial IRPJ/CSLL diferidos	–	(15.496.875)	(5.011.720)	–	(15.496.875)	(5.011.720)
Aumento (Redução) dos Salários a Pagar	5.479.225	1.594.190	1.592.471	5.591.965	(153.623)	2.136.868
Aumento (Redução) de Outros Impostos a Recolher	4.183.443	(92.588)	2.990.270	3.703.467	368.432	2.991.883
(Redução)Aumento parcelamento L.Prazo	932.652	6.060.698	3.047.164	1.112.347	6.060.698	2.988.344
Aumento(Redução) nas Contas a Pagar e Provisões	(649.755)	(706.674)	3.517.793	(3.347.266)	(544.260)	3.806.465
(=) Caixa Líquido Aplic. nas Atividades Operacionais	**(65.027.527)**	**95.195.755**	**28.615.638**	**(69.359.598)**	**89.258.399**	**27.623.774**
Fluxo de Caixa Originados de:			**Atividades de Financiamentos**			
Empréstimos Pagos/Efetuados	(31.756.361)	(127.521.482)	(63.712.543)	(27.730.484)	(119.354.949)	(63.462.566)
Empréstimos e Financiamentos Tomados/Recebidos	35.301.865	53.532.286	56.975.169	35.301.865	53.532.286	56.975.169
Encargos sobre financiamento Tomados/Recebidos	15.582.409	24.906.087	13.273.356	15.582.409	24.906.087	13.273.356
(=) Caixa Líq. Usado nas Atividades de Financiamento	**19.127.913**	**(49.083.109)**	**6.535.982**	**23.153.789**	**(40.916.576)**	**6.785.959**
Fluxo de Caixa Originados de:			**Atividades de Investimentos**			
Aquisições de Ativo Imobilizado	(1.016.100)	(732.740)	(899.770)	(1.150.381)	(972.532)	(1.214.132)
Recebimento por Venda Ativo Imobilizado	–	–	–	–	–	1.000.025
Aumento de Capital Social	27.080.806	–	–	27.080.806	–	–
Distribuição de Dividendos	–	–	(37.349.710)	–	–	(37.349.710)
(=) Caixa Líq. Usado nas Atividades de Investimento	**26.064.706**	**(732.740)**	**(38.249.480)**	**25.930.425**	**(972.532)**	**(37.563.817)**
Aumento (Redução) no Caixa e Equivalentes de Caixa	**(19.834.908)**	**45.379.906**	**(3.097.860)**	**(20.275.384)**	**47.369.291**	**(3.154.084)**
Caixa e Equivalentes de Caixa (Início do Exercício)	52.391.646	7.011.740	10.109.600	54.504.700	7.135.409	10.289.493
Caixa e Equivalentes de Caixa (Final do Exercício)	32.556.738	52.391.646	7.011.740	34.229.316	54.504.700	7.135.409
Aumento (Redução) no Caixa e Equivalentes de Caixa	**(19.834.908)**	**45.379.906**	**(3.097.860)**	**(20.275.384)**	**47.369.291**	**(3.154.084)**

As notas explicativas anexas são parte integrante das demonstrações financeiras

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras dos Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 e 2021 *(Em Reais)*

1. Contexto Operacional – A Cetenco Engenharia S.A. ("Companhia" ou "CETENCO"), é uma Sociedade Anônima de capital fechado domiciliada no Brasil, com sede na Rua Maria Paula, 36, 8º andar, São Paulo, capital. Sua acionista controladora é a Construtora Centenário S.A. Empreendimentos e Participações, CNPJ/MF: 43.382.027/0001-07. A Companhia tem por objetivo a exploração da atividade, no país ou no exterior, de serviços de engenharia e de construção civil pesada, de obras para produção, utilização e distribuição de energia elétrica, bem como de obras hidráulicas, eletromecânicas e viárias, por empreitada ou administração; construção, incorporação, administração, compra e venda de imóveis, aluguéis em geral, podendo inclusive, sempre que do interesse social, constituir e participar em consórcio de empresas e participar como sócia ou acionista de outras Companhias. Ao longo de sua existência, a Cetenco destacou-se pelo emprego de modernas e avançadas técnicas de construção, visando à constante preocupação com a responsabilidade social e respeito ao meio ambiente, atuando com ênfase em saneamento, barragens, eclusas e usinas hidroelétricas, mobilidade urbana, metrôs, rodovias, ferrovias, portos, aeroportos, energia, edificações industriais e comerciais de alto padrão. Tudo isso comprovado pelos robustos atestados que comprovam sua capacidade técnica e operacional para a execução das mais complexas obras e projetos de infraestrutura e construção civil pesada. A Companhia atualmente participa do desenvolvimento de obras e projetos de infraestrutura em conjunto com outros parceiros de negócios, mediante a formação de consórcios. **2. Base de Elaboração e Práticas Contábeis adotadas na Apresentação das Demonstrações Financeiras –** As demonstrações financeiras foram elaboradas no pressuposto de continuidade dos negócios e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC. As demonstrações contábeis individuais e consolidadas evidenciam todas as informações relevantes próprias e somente elas, as quais são consistentes com as utilizadas pela administração e pela diretoria na sua gestão. As demonstrações contábeis individuais e consolidadas estão sendo apresentadas em Reais, sendo sua moeda funcional o real (R$), com base no custo histórico, exceto pela avaliação de certos ativos e passivos, que estão mensurados pelo valor justo. As demonstrações financeiras foram elaboradas utilizando-se diversas bases de avaliação para se determinar as estimativas contábeis, incluindo fatores objetivos e subjetivos com base no julgamento por parte da Administração. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a seleção de vidas úteis do ativo imobilizado e de sua recuperabilidade nas operações, avaliação dos ativos financeiros pelo valor justo e pelo método de ajuste a valor presente, análise do risco de crédito para determinação da provisão para créditos de liquidação duvidosa, assim como da análise dos demais riscos para determinação de outras provisões, inclusive para riscos e discussões judiciais. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. A Companhia revisa suas estimativas e premissas pelo menos anualmente. A emissão das demonstrações contábeis individuais e consolidadas foi autorizada pela diretoria da Companhia em 02 de abril de 2024. Participação em Consórcios: A Companhia participa do desenvolvimento de obras e projetos em conjunto com outros parceiros de negócio através da formação de Consórcios. O objeto e o prazo de duração dos consórcios são determinados e coincidem com o término de todas as obrigações assumidas. Os ativos, passivos e resultados decorrentes da participação em consórcios são reconhecidos linha a linha, respeitando os percentuais de participação da Companhia e, quando aplicável, as devidas eliminações *intercompany*. As práticas contábeis dos consórcios estão em conformidade com as adotadas pela Companhia. **2.1. Caixa e equivalentes de caixa:** São representados por fundo fixo de caixa, recursos em contas bancárias de livre movimentação e por aplicações financeiras consideradas de liquidez imediata ou conversíveis em um montante conhecido de caixa. **2.2. Contas a Receber (Circulante)** São relacionados a contratos de longo prazo com entidades estatais. Os resultados são reconhecidos à medida em que os serviços vão sendo executados e o direito ao recebimento se torna líquido e certo. **2.3. Outros Ativos Circulantes:** Referem-se, basicamente, a todos os demais créditos que a sociedade possui junto as obras, tais como aportes de recursos, adiantamentos a terceiros, estoque, inventário, despesas antecipadas, impostos a recuperar, dentre outros. **2.4. Contas a Receber (Não Circulante)** Referem-se a ações judiciais e direitos creditórios de empresas públicas estatais, em que a companhia já obteve decisão favorável, não restando qualquer dúvida quanto ao seu direito ou ao seu recebimento. **2.5. Imobilizado:** É demonstrado ao custo de aquisição, formação ou construção, deduzidos de depreciação e perdas por redução ao valor recuperável acumuladas. A depreciação é reconhecida com base na vida útil estimada de cada ativo pelo método linear. A vida útil estimada, os valores residuais e os métodos de depreciação são revisados no fim da data do balanço patrimonial e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente. **2.6. Intangíveis:** Refere-se ao registro contábil da Marca Cetenco Engenharia. Tal avaliação foi realizada por empresa especializada e encontra-se devidamente fundamentada por laudo de avaliação de Marca, conforme o pronunciamento contábil CPC 04 – Ativo Intangível. **2.7. Provisões:** A Companhia adota as melhores práticas no reconhecimento de provisão para causas cíveis, tributárias e trabalhistas. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas periodicamente para levar em conta alterações nas circunstâncias. A Administração da Companhia não vem procedendo à constituição da provisão para crédito de liquidação duvidosa sobre créditos contra poderes públicos por entender que estes não são sujeitos à falência (artigo 2º da Lei nº 11.101, de 09/02/2005). **2.8. Ajustes a Valor Presente de Ativos e Passivos:** Os ativos e passivos monetários de longo prazo são ajustados pelo seu valor presente, e os de curto prazo, quando o efeito é considerado relevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto. O ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explicita, e em certos casos implicita, dos respectivos ativos e passivos. Dessa forma, os juros embutidos nas receitas, despesas e custos associados a esses ativos e passivos são descontados com o intuito de reconhecê-los em conformidade com o regime de competência. Posteriormente, esses juros são realocados nas linhas de despesas e receitas financeiras no resultado por meio da utilização do método da taxa efetiva de juros em relação aos fluxos de caixa contratuais. As taxas de juros implícitas aplicadas foram determinadas com base em premissas e são consideradas estimativas contábeis. **2.9. Reconhecimento de receita:** A receita do contrato compreende o valor inicial contratado, acrescido de variações decorrentes de solicitações adicionais, reclamações e pagamentos de incentivos contratuais, na condição em que seja provável que elas resultem em receita e possam ser mensuradas de forma confiável. Tão logo o resultado de um contrato de construção possa ser estimado de maneira confiável, a receita é reconhecida no resultado na medida do estágio de conclusão do contrato. Despesas de contrato são reconhecidas quando incorridas, a menos que elas criem um ativo relacionado à atividade do contrato futuro. O estágio de conclusão é avaliado pela referência do levantamento dos trabalhos realizados. Quando o resultado de um contrato de construção não pode ser medido de maneira confiável, a receita do contrato é reconhecida até o limite dos custos reconhecidos na condição de que os custos incorridos possam ser recuperados. Perdas em um contrato são reconhecidas imediatamente no resultado. **2.10. Demonstrações dos Fluxos de Caixa:** As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas pelo método indireto e estão apresentadas de acordo com o pronunciamento contábil CPC 03 – Demonstração dos Fluxos de Caixa, emitido pelo CPC. **3. Caixa e Equivalentes de Caixa –** Caixa e equivalentes de caixa consistem em numerário disponível, saldos de caixa e em poder de bancos. Caixa e equivalentes de caixa incluídos na demonstração dos fluxos de caixa compreendem:

	Controladora 2023	2022	Consolidado 2023	2022
Caixa e saldos em bancos	3.580.834	6.821.540	3.853.913	6.843.437
Aplicações Financeiras	28.975.904	45.570.106	30.375.403	47.661.263
Caixa e equivalentes de caixa	**32.556.738**	**52.391.646**	**34.229.316**	**54.504.700**

4. Contas a receber de Clientes

	Controladora 2023	2022	Consolidado 2023	2022
Circulante				
Contas a Receber	48.154.472	15.060.559	50.156.594	16.301.151
	48.154.472	**15.060.559**	**50.156.594**	**16.301.151**

Os valores a receber são decorrentes dos contratos de construção com entidades estatais.

5. Transações com Partes Relacionadas

Empréstimos a Associadas

	Controladora 2023	2022	Consolidado 2023	2022
Planoar Participações Ltda.	159.299	135.278	159.299	135.278
Porto São Bento	347.172	–	347.172	–
Construtora Centenário S.A.	4.070.872	3.326.847	4.070.872	3.326.847
Total Geral	**4.577.343**	**3.462.125**	**4.577.343**	**3.462.125**

Os saldos entre pessoas jurídicas vinculadas referem-se às operações de fornecimento de bens e serviços e a contratos de mútuo sem incidência de encargos financeiros. **6. Investimentos –** Os investimentos da Companhia são avaliados pelo método de equivalência patrimonial.

Coligada/Controlada	% de Participação 2023	2022	Patrimônio Líquido 2023	2022	Investimentos 2023	2022	Resultado das Participações 2023	2022
UNICON-União de Construtoras Ltda	24,99%	24,99%	(15.600.284)	(13.159.450)	(3.898.511)	(3.288.546)	(609.965)	902.592
CENTENOR Empreend. S.A.	99,88%	99,88%	(494.182)	519.400	(493.588)	518.776	(1.012.364)	(2.089.283)
			(16.094.466)	**(12.640.050)**	**(4.392.099)**	**(2.769.770)**	**(1.622.329)**	**(1.186.691)**

6.1. Propriedades para Investimentos: Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2023, a Administração da Companhia, tendo como base trabalhos de revisão e análise das matrículas das suas propriedades, assim como nas perspectivas de expansão das suas atividades no curto e médio prazos, classificou parte de seus imóveis como "Propriedades para Investimento", mantendo-as com o objetivo de obter renda com aluguéis e valorização de capital. Para fins de apuração do seu valor justo, a Companhia contratou avaliador independente que através da aplicação de metodologias específicas e evidências no mercado relacionadas a preços de transações efetuadas com propriedades similares, avaliou essas propriedades ao valor justo, reduzido de eventuais custos de transação, no montante de R$ 16.900.000,00 (dezesseis milhões e novecentos mil reais).

7. Imobilizado – É representado por:

	Imóveis	Máquinas e Equipamentos – Construção	Ferramentas Aparelhos e Apetrechos	Veiculos	Móveis e Utensilios	Instalações Móveis	Máquinas e Equipamentos de Escritório	Máquinas e Equipamentos de Informática	Aparelhos Instal. de Comunicações	Aparelhos de Engenharia	Benfeitorias Propriedades Terceiros	Controladora Imobilizado dos Consórcios	Total do Imobilizado
Saldo em 31 de dezembro de 2021	**44.498**	**3.956.837**	**80.437**	**259.424**	**71.267**	**118.850**	**20.686**	**100.413**	**3.350**	**–**	**35.018**	**2.138.814**	**6.829.594**
Custo total	68.951	32.522.805	287.369	8.528.144	538.458	193.001	108.704	1.247.238	148.380	175.311	127.758	4.540.803	48.486.922
Depreciação acumulada	(24.453)	(28.565.968)	(206.932)	(8.268.720)	(467.191)	(74.151)	(88.018)	(1.146.825)	(145.030)	(175.311)	(92.740)	(2.401.989)	(41.657.328)
Valor Residual	**44.498**	**3.956.837**	**80.437**	**259.424**	**71.267**	**118.850**	**20.686**	**100.413**	**3.350**	**–**	**35.018**	**2.138.814**	**6.829.594**
Aquisição	–	35.495	8.479	44.150	7.190	2.275	–	1.393	–	–	–	647.220	746.202
Baixa Custo	–	(57.883)	(1.730)	(669.567)	(16.363)	–	–	–	–	–	–	(1.596.506)	(2.342.049)
Baixa Depreciação	–	57.883	1.730	669.567	6.809	–	–	18	–	–	–	1.404.296	2.140.303
Depreciação	–	(1.676.770)	(12.483)	(164.510)	(24.558)	(13.135)	(6.860)	(31.931)	(644)	–	(4.160)	(293.720)	(2.228.771)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	**44.498**	**2.315.562**	**76.433**	**139.064**	**44.345**	**107.990**	**13.826**	**69.893**	**2.706**	**–**	**30.858**	**2.300.104**	**5.145.279**
Custo total	68.951	32.500.417	294.118	7.902.727	529.285	195.276	108.704	1.248.631	148.380	175.311	127.758	3.591.517	46.891.075
Depreciação acumulada	(24.453)	(30.184.855)	(217.685)	(7.763.663)	(484.940)	(87.286)	(94.878)	(1.178.738)	(145.674)	(175.311)	(96.900)	(1.291.413)	(41.745.796)
Valor Residual	**44.498**	**2.315.562**	**76.433**	**139.064**	**44.345**	**107.990**	**13.826**	**69.893**	**2.706**	**–**	**30.858**	**2.300.104**	**5.145.279**
Aquisição	–	252.860	90.971	–	81.335	378.973	18.091	42.900	31.004	–	–	92.756	988.890
Baixa Custo	(300)	(2.069.988)	–	–	(3.851)	–	–	(334)	(1.244)	–	–	(928.349)	(3.004.066)
Transferência	–	(25.920)	19.633	–	–	6.287	1.286	(1.286)	–	–	–	–	–
Baixa Depreciação	–	2.018.426	–	–	3.584	–	–	–	–	–	–	252.663	2.274.673
Depreciação	–	(1.136.895)	(15.772)	(71.279)	(22.763)	(41.399)	(6.120)	(29.234)	(2.317)	–	(4.160)	(215.193)	(1.545.132)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	**44.198**	**1.354.045**	**171.265**	**67.785**	**102.650**	**451.851**	**27.083**	**81.939**	**30.149**	**–**	**26.698**	**1.501.981**	**3.859.644**
Custo total	68.651	30.657.369	404.722	7.902.727	606.769	580.536	128.081	1.289.911	178.140	175.311	127.758	2.755.924	44.875.899
Depreciação acumulada	(24.453)	(29.303.324)	(233.457)	(7.834.942)	(504.119)	(128.685)	(100.998)	(1.207.972)	(147.991)	(175.311)	(101.060)	(1.253.943)	(41.016.255)
Valor Residual	**44.198**	**1.354.045**	**171.265**	**67.785**	**102.650**	**451.851**	**27.083**	**81.939**	**30.149**	**–**	**26.698**	**1.501.981**	**3.859.644**

continua ...

A publicação acima foi realizada e certificada no dia 12/04/2024

ICP Brasil

Acesse a página de **Publicações Legais** no site do **Jornal Data Mercantil**, apontando a câmera do seu celular no QR Code, ou acesse o link: **www.datamercantil.com.br/publicidade_legal**

... continuação

Cetenco Engenharia S.A.

	Imóveis	Máquinas e Equiptos – Construção	Ferramentas Aparelhos e Apetrechos	Veiculos	Móveis e Utensilios	Instalações Móveis	Máquinas e Equiptos de Escritório	Máquinas e Equiptos de Informática	Aparelhos Instal. de Comunica-ções	Aparelhos de Engenharia	Benfeitorias Propriedades Terceiros	Imobilizado dos Consórcios	Imobilizado em Anda-mento	Consolidado Total do Imobilizado
Saldo em 31 de dezembro de 2021	**1.185.878**	**5.104.430**	**80.437**	**261.658**	**95.215**	**118.850**	**20.685**	**104.276**	**3.350**	**–**	**35.018**	**2.138.814**	**279.221**	**9.427.832**
Custo total	26.376.004	46.243.747	287.369	8.706.061	792.716	193.001	108.704	1.252.530	148.380	146.331	127.758	4.540.803	279.221	89.202.625
Depreciação acumulada	(25.190.126)	(41.139.317)	(206.932)	(8.444.403)	(697.501)	(74.151)	(88.019)	(1.148.254)	(145.030)	(146.331)	(92.740)	(2.401.989)	–	(79.774.793)
Valor Residual	**1.185.878**	**5.104.430**	**80.437**	**261.658**	**95.215**	**118.850**	**20.685**	**104.276**	**3.350**	**–**	**35.018**	**2.138.814**	**279.221**	**9.427.832**
Aquisição	–	35.495	8.479	44.150	7.190	2.275	–	1.393	–	–	–	647.220	239.790	985.992
Transferência	63.840	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	(63.840)	–
Baixa Custo	–	(1.197.510)	(1.730)	(669.567)	(16.363)	–	–	–	–	–	–	(1.596.506)	–	(3.481.676)
Baixa Depreciação	–	1.054.863	1.730	669.567	6.809	–	–	18	–	–	–	1.404.296	–	3.137.283
Depreciação	–	(1.676.770)	(12.483)	(164.510)	(24.558)	(13.135)	(6.860)	(32.884)	(644)	–	(4.160)	(293.719)	–	(2.229.723)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	**1.249.718**	**3.320.508**	**76.433**	**141.298**	**68.293**	**107.990**	**13.825**	**72.803**	**2.706**	**–**	**30.858**	**2.300.105**	**455.171**	**7.839.708**
Custo total	26.439.844	45.081.732	294.118	8.080.644	783.543	195.276	108.704	1.253.923	148.380	146.331	127.758	3.591.517	455.171	86.706.941
Depreciação acumulada	(25.190.126)	(41.761.224)	(217.685)	(7.939.346)	(715.250)	(87.286)	(94.879)	(1.181.120)	(145.674)	(146.331)	(96.900)	(1.291.412)	–	(78.867.233)
Valor Residual	**1.249.718**	**3.320.508**	**76.433**	**141.298**	**68.293**	**107.990**	**13.825**	**72.803**	**2.706**	**–**	**30.858**	**2.300.105**	**455.171**	**7.839.708**
Aquisição	–	256.359	90.971	–	81.335	378.973	18.091	43.839	31.004	–	–	92.756	129.843	1.123.171
Transferência	350.283	(25.920)	19.633	–	–	6.287	1.286	(1.286)	–	–	–	–	(350.283)	–
Baixa Custo	(300)	(2.069.988)	–	–	(3.851)	–	–	(334)	(1.244)	–	–	(928.349)	–	(3.004.066)
Baixa Depreciação	–	2.159.795	–	–	3.584	–	–	–	–	–	–	252.663	–	2.416.042
Depreciação	–	(1.278.264)	(15.772)	(71.279)	(22.763)	(41.399)	(6.120)	(30.312)	(2.317)	–	(4.160)	(215.193)	–	(1.687.579)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	**1.599.701**	**2.362.490**	**171.265**	**70.019**	**126.598**	**451.851**	**27.082**	**84.710**	**30.149**	**–**	**26.698**	**1.501.982**	**234.731**	**6.687.276**
Custo total	26.789.827	43.242.183	404.722	8.080.644	861.027	580.536	128.081	1.296.142	178.140	146.331	127.758	2.755.924	234.731	84.826.046
Depreciação acumulada	(25.190.126)	(40.879.693)	(233.457)	(8.010.625)	(734.429)	(128.685)	(100.999)	(1.211.432)	(147.991)	(146.331)	(101.060)	(1.253.942)	–	(78.138.770)
Valor Residual	**1.599.701**	**2.362.490**	**171.265**	**70.019**	**126.598**	**451.851**	**27.082**	**85.996**	**30.149**	**–**	**26.698**	**1.501.982**	**234.731**	**6.687.276**

8. Empréstimos e Financiamentos – São representados por:

	Controladora		Consolidado	
	2023	**2022**	**2023**	**2022**
	Circulante	**Circulante**	**Circulante**	**Circulante**
Capital de Giro	14.147.572	13.282.411	14.147.572	13.282.411
Crédito Direto Consumidor – CDC (a)	443.036	969.339	443.036	969.339
	14.590.608	**14.251.750**	**14.590.608**	**14.251.750**
	Não Circulante	**Não Circulante**	**Não Circulante**	**Não Circulante**
Capital de Giro	70.505.785	50.183.985	70.505.785	50.183.985
Crédito Direto Consumidor – CDC (a)	–	417.528	–	417.528
	70.505.785	**50.601.513**	**70.505.785**	**50.601.513**

a) Referem-se a veículos adquiridos por meio de crédito direto ao consumidor

9. Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos – Refere-se ao valor das provisões de imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido sobre a totalidade das receitas diferidas. **9.1. IRPJ/CSLL diferidos:** Refere-se a reversão parcial da provisão do IRPJ e da CSLL diferidos, devido à realização parcial da receita que os deram origem. **10. Patrimônio Líquido –** Capital Social: Em 31 de dezembro de 2023, a AGE aprovou o aumento de capital social da Companhia em R$ 27.080.806 através da conversão do saldo de créditos detidos pela sua controladora Construtora Centenário S.A. Empreendimentos e Participações, passando para R$ 182.116.405, mediante a emissão de 139.873 novas ações preferenciais, todas nominativas e sem valor nominal, em tudo idênticas àquelas já existentes, ao preço de emissão de R$ 193,61 por ação, levando em consideração o valor patrimonial dessas ações, as quais foram totalmente subscritas e integralizadas pelo acionista. O Capital Social, totalmente nacional e integralizado, é representado por 940.623 ações sem valor nominal, sendo 731.750 ações ordinárias e 208.873 ações preferenciais. Reserva de Lucros a Realizar: Evidencia a parcela de lucros ainda não realizada financeiramente. **11. Provisão para Demandas Judiciais –** A Companhia possui provisões para contingências de natureza cível e trabalhista que, com base na opinião de seus assessores jurídicos, mantém provisionado o montante de R$ 10.564.878, conforme demonstrado a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	**31/12/2022**	**31/12/2023**	**31/12/2022**
Processos Trabalhistas	7.080.226	6.349.711	7.080.226	6.349.711
Processos Cíveis	3.484.652	3.484.652	3.484.652	3.484.652
	10.564.878	**9.834.363**	**10.564.878**	**9.834.363**

12.Receita operacional líquida

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	**31/12/2022**	**31/12/2023**	**31/12/2022**
Receita de Prestação de Serviços	174.329.642	131.820.775	174.329.642	131.820.775
Ajuste IN SRF 21/79	39.622.461	47.051.843	39.622.461	47.051.843
	213.952.103	**178.872.618**	**213.952.103**	**178.872.618**
Impostos Incidentes	(16.400.563)	(9.622.320)	(16.400.563)	(9.622.320)
Total Receita Líquida	**197.551.540**	**169.250.298**	**197.551.540**	**169.250.298**

Mudanças no Critério de Reconhecimento de Receita com Efeito Retroativo: Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2023, a Administração da Companhia passou a adotar como nova prática contábil a apuração de sua receita operacional pelo método do Percentual de Obra Concluída – POC, conforme item 26 do CPC 17, em substituição ao método anterior que era por Medição de Avanço Físico. De acordo com o CPC 23, Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de erro, requer a reapresentação dos valores correspondentes aos exercícios afetados. A administração da Companhia entende que o novo método de apuração das receitas operacionais, amplamente utilizado pelo mercado de construção civil, possibilita uma melhor relação entre receita e custo, mantem maior previsibilidade e estabilidade no acompanhamento de seu resultado operacional e promove comparabilidade com o desempenho dos nossos principais parceiros e concorrentes. Considerando que a mudança de política contábil é retroativa, a apuração da receita operacional foi devidamente apurada e reconhecida em seus exercícios, com os seus respectivos efeitos conforme abaixo:

Exercício	**Ajustes**
até 2020	(58.184.959)
2021	15.817.755
2022	47.051.843
Total	**4.684.639**

Devido a mudança no método de apuração da receita operacional e o consequente reconhecimento dos valores destas receitas nos dois exercícios anteriores, o impacto nas demonstrações financeiras foi de R$ 4.684.639, no exercício de 2022, registrados no Patrimônio Líquido como ajustes de exercícios anteriores da seguinte forma:

Exercícios	**POC**	**Medição**	**Diferença**
Até 2020	330.304.099	388.489.058	(58.184.959)
2021	71.407.597	55.589.842	15.817.755
2022	124.060.996	77.009.153	47.051.843
Total	**525.772.692**	**521.088.053**	**4.684.639**

13. Seguros – A Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia possuía diversas coberturas de seguro cobrindo diversos riscos, dentre eles riscos de *property* (incêndio), riscos de engenharia e responsabilidade civil e trabalhistas. O seguro contra riscos de engenharia visa cobrir danos materiais à própria obra e o seguro de responsabilidade civil visa cobrir danos que o processo de execução das obras ocasione involuntariamente a terceiros. As premissas de riscos, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo da auditoria das demonstrações financeiras, consequentemente, não foram auditadas pelos nossos auditores independentes. **14. Gestão de Risco Financeiro –** As políticas de gerenciamento de risco da Companhia foram estabelecidas para identificar e analisar os riscos, definir limites de riscos e controles apropriados, e para monitorar os riscos e a aderência aos limites estabelecidos. As políticas de risco e os sistemas são revistos regularmente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas suas operações. As atividades da Companhia as expõem a diversos riscos financeiros, tais como: risco de liquidez, risco de crédito e exposição a risco de varação da taxa de juros. A gestão de risco do Grupo concentra-se na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar os potenciais efeitos adversos no seu desempenho financeiro. A gestão de risco é pautada pela identificação, mensuração e mitigação dos riscos mapeados para todos os negócios do Grupo. Gerenciamento do risco: A Companhia está permanentemente exposta aos seguintes riscos financeiros: (i) a riscos de liquidez, em virtude da possibilidade de não ter caixa suficiente para honrar suas obrigações e atender suas necessidades operacionais; (ii) aos riscos de variações das taxas de juros e preços de mercado; e (iii) aos riscos de crédito, decorrentes da possibilidade de inadimplemento de suas contrapartes em aplicações financeiras e no contas a receber. A gestão de riscos de liquidez, de taxas de mercado e de crédito se dá através de mecanismos de manutenção de caixa mínimo, de monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e realizados, buscando minimizar a exposição dos ativos e passivos e proteger a rentabilidade dos contratos e o patrimônio. Gestão do capital social: O objetivo da gestão do capital social da Companhia é assegurar que se mantenha uma classificação de crédito forte perante as instituições e uma relação de capital ótima, a fim de suportar os negócios da Companhia e maximizar o valor aos acionistas. A Companhia controla sua estrutura de capital fazendo ajuste e adequação às condições econômicas atuais. Para manter ajustada esta estrutura, a Companhia pode efetuar pagamento de dividendos, retorno de capital aos quotistas, captação de novos empréstimos, emitir debêntures, entre outros.

Conselho de Administração

José Luís da Cruz – Contador CRC 1SP 171.690/O-7-SP

Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Contábeis Individuais e Consolidadas

Aos Administradores e Acionistas da
Cetenco Engenharia S.A. – São Paulo-SP

Opinião: Examinamos as demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Cetenco Engenharia S.A., identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Cetenco Engenharia S.A. em 31 de dezembro de 2023, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB). **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Empresa e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Outros assuntos:** As demonstrações contábeis individuais e consolidadas do exercício findo em 31 de dezembro de 2022 e ajustes de saldos iniciais em 1º de janeiro de 2022, (coluna de 31.12.2021) apresentadas para fins de comparação com as do exercício findo em 31 de dezembro de 2023 sob a denominação de "reapresentado", foram auditadas por nós, com emissão do relatório sem modificação datado de 20 de março de 2023. Conforme descrito na Nota Explicativa nº 12, as demonstrações contábeis da Empresa em 31 de dezembro de 2022 e anteriores estão sendo reapresentadas em conformidade ao disposto no CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro. Revisamos e concordamos com os ajustes apurados e incorporados as demonstrações ora reapresentadas. **Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor:** A administração da Empresa é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis individuais e consolidadas:** A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Empresa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Empresa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Empresa e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais; • obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Empresa e suas controladas; • avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração; • concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Empresa. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Empresa a não mais se manterem em continuidade operacional; • avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada; • obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

São Paulo, 2 de abril de 2024
Binah SP Auditores Independentes
CRC 2SP 009.597/O-8
Isidério Deusdado Fernandes
CRC CT 1SP 165.075/O-2

Data Mercantil
A melhor opção para sua empresa

Faça suas Publicações Legais em nosso jornal com a segurança garantida pela certificação digital ICP Brasil

(11) 3361-8833
comercial@datamercantil.com.br

Samar - Soluções Ambientais de Araçatuba S.A.

CNPJ nº 16.832.157/0001-13

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS REFERENTES AOS EXERCÍCIOS SOCIAIS ENCERRADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022 *(Valores expressos milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)*

BALANÇOS PATRIMONIAIS

Ativo	Nota	31/12/2023	31/12/2022
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	5	3.552	660
Contas a receber	7	17.124	13.851
Estoques		2.636	2.231
Impostos a recuperar		29	4
Outros créditos		583	1.193
Total do ativo circulante		**23.924**	**17.939**
Não circulante			
Realizável a longo prazo			
Aplicações financeiras	6	497	462
Contas a receber	7	395	515
IRPJ e CSLL diferidos	19.2	1.205	1.258
Depósitos judiciais		-	26
		2.097	2.261
Ativo de contrato	8	4.291	48.969
Intangível	9	254.197	198.410
Total do ativo não circulante		**260.585**	**249.640**
Total do ativo		**284.509**	**267.579**
Passivo e patrimônio líquido			
Circulante			
Empréstimos e financiamentos	10	4.739	4.716
Arrendamento mercantil	11	1.580	1.481
Fornecedores		6.131	6.821
Obrigações sociais		4.299	3.256
Obrigações fiscais		1.441	1.319
Concessão de serviços públicos	12	6.760	5.971
Dividendos a pagar	13	6.329	6.645
Partes relacionadas	13	6.615	3.967
Outras obrigações		602	1.283
Total do passivo circulante		**38.496**	**35.459**
Não circulante			
Empréstimos e financiamentos	10	74.284	76.507
Arrendamento mercantil	11	4.410	4.312
Partes relacionadas	13	11.561	5.501
Concessão de serviços públicos	12	66.596	63.636
Provisão para ações judiciais	14	796	840
Total do passivo não circulante		157.647	150.796
Total do passivo		196.143	186.255
Patrimônio líquido	15		
Capital social		48.446	48.446
Reserva de lucros		39.920	32.878
Total do patrimônio líquido		**88.366**	**81.324**
Total do passivo e patrimônio líquido		**284.509**	**267.579**

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS

	Nota	31/12/2023	31/12/2022
Receita líquida	**16**	**133.232**	**141.574**
Custo dos serviços prestados	**17**	**(83.654)**	**(97.589)**
Lucro bruto		**49.578**	**43.985**
Receitas e despesas operacionais			
Gerais e administrativas	17	(15.088)	(17.075)
Outras receitas e despesas operacionais, líquidas		139	118
		(14.949)	(16.957)
Lucro operacional antes do resultado financeiro		**34.629**	**27.028**
Resultado financeiro			
Receitas financeiras	18	2.651	4.349
Despesas financeiras	18	(23.622)	(23.417)
		(20.971)	(19.068)
Lucro operacional antes dos impostos		**13.658**	**7.960**
IRPJ e CSLL			
Correntes	19.1	(4.519)	(911)
Diferidos	19.2	(53)	(1.767)
		(4.572)	(2.678)
Lucro líquido do exercício		**9.086**	**5.282**
Lucro por ação - básico e diluído - R$	20	**0,19**	**0,11**

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS ABRANGENTES

	31/12/2023	31/12/2022
Lucro líquido do exercício	9.086	5.282
Total do resultado abrangente do exercício	**9.086**	**5.282**

DEMONSTRAÇÃO DE MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

	Nota	Capital social	Capital a integralizar	Reserva legal	Reserva de contingências	Reserva de lucros retidos	Lucros acumulados	Total
Saldos em 1º/01/2022		**48.446**	**(4.232)**	**2.072**	**2.072**	**24.640**	**-**	**72.998**
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	5.282	5.282
Integralização de capital social	15.1	-	4.232	-	-	-	-	4.232
Complemento de reserva legal	15.2	-	-	264	-	-	(264)	-
Complemento de reserva de contingências	15.3	-	-	-	264	-	(264)	-
Dividendos mínimos obrigatórios	15.5	-	-	-	-	-	(1.188)	(1.188)
Transferência para reserva de lucros a realizar	15.4	-	-	-	-	3.566	(3.566)	-
Saldos em 31/12/2022		**48.446**	**-**	**2.336**	**2.336**	**28.206**	**-**	**81.324**
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	9.086	9.086
Complemento de reserva legal	15.2	-	-	454	-	-	(454)	-
Complemento de reserva de contingências	15.3	-	-	-	454	-	(454)	-
Dividendos mínimos obrigatórios	15.5	-	-	-	-	-	(2.044)	(2.044)
Transferência para reserva de lucros a realizar	15.4	-	-	-	-	6.134	(6.134)	-
Saldos em 31/12/2023		**48.446**	**-**	**2.790**	**2.790**	**34.340**	**-**	**88.366**

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

Fluxo de caixa das atividades operacionais	Nota	31/12/2023	31/12/2022
Lucro líquido do exercício		9.086	5.282
Ajustes para conciliar o lucro líquido do exercício ao caixa oriundo das atividades operacionais			
IRPJ e CSLL diferidos	19.2	53	1.767
Amortização do intangível	9	13.397	13.178
Juros sobre empréstimos e financiamentos	10	7.899	9.192
Juros sobre empréstimos com partes relacion. (mútuos)	13	885	11
Baixas do ativo intangível	9	175	4
Baixas do ativo de contrato		38	-
Atualização monetária de arrendamento mercantil		250	968
Ajuste a valor presente do arredamento mercantil		1.440	-
Atualização monetária da concessão dos serv. públicos	12	10.911	10.590
Ajuste a valor presente da concessão dos serv. públicos	12	(528)	(1.763)
Provisão estimada de créditos de liquidação duvidosa	7	(266)	391
Provisão para ações judiciais	14	405	418
Variação nos ativos operacionais:			
Contas a receber	7	(2.887)	(1.216)
Estoques		(405)	(4)
Impostos a recuperar		(25)	1.144
Partes relacionadas	13	-	50
Depósitos judiciais		26	(26)
Outros créditos		610	(25)
Variação nos passivos operacionais:			
Fornecedores		(690)	2.973
Obrigações sociais		1.043	334
Obrigações fiscais		122	100
Partes relacionadas	13	3.534	6.221
Outras obrigações		(681)	554
Pagamento da concessão dos serviços públicos	12	(6.634)	(6.077)
Pagamento de ações judiciais	14	(449)	(724)
Caixa gerado nas atividades operacionais		37.309	43.342
Juros pagos sobre empréstimos e financiamentos	10	(8.003)	(1.444)
Caixa oriundo das atividades operacionais		29.306	41.898
Fluxo de caixa das atividades de investimento			
Aplicação financeira	6	(35)	(51)
Aquisição de ativo intangível	9	(10.457)	(16.836)
Aquisição de ativo de contrato	8	(14.262)	(29.300)
Caixa aplicado nas atividades de investimento		(24.754)	(46.187)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento			
Integralização de capital	15.1	-	4.232
Captações de empréstimos e financiamentos	10	2.287	5.622
Pagamento de empréstimos e financiamentos (principal)	10	(4.383)	(10.691)
Captação de mútuos	13	4.289	1.823
Novos contratos de arrendamento mercantil	11	-	-
Pagamento de arrendamento mercantil	11	(1.493)	(1.683)
Pagamento de dividendos		(2.360)	-
Caixa aplicado nas atividades de financiamento		(1.660)	(697)
Redução de caixa e equivalentes de caixa		**2.892**	**(4.986)**
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	5	660	5.646
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	5	3.552	660
Redução de caixa e equivalentes de caixa		**2.892**	**(4.986)**

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

1. Informações gerais: A Samar - Soluções Ambientais de Araçatuba S.A. ("Companhia") foi constituída em 23/08/2012, com sede na cidade de Araçatuba, estado de São Paulo. A Companhia é concessionária de serviços públicos de abastecimento de água potável e esgotamento sanitário na cidade de Araçatuba/SP, e possui como objeto a construção, a operação e a manutenção das unidades integrantes dos sistemas físicos, operacionais e gerenciais de produção e distribuição de água potável, inclusive ligações e respectivos instrumentos de medição, bem como a coleta, o afastamento, o tratamento e a disposição de esgotos sanitários, incluindo a gestão dos sistemas organizacionais, a comercialização dos produtos e serviços envolvidos e o atendimento aos usuários. A concessão teve início em novembro de 2012 e tem prazo de duração de 30 anos. Situação financeira: Em 31/12/2023, a Companhia apresentou capital circulante líquido negativo no montante de R$ 14.572 (R$ 17.520 em 31/12/2022) e apresentou índice de liquidez corrente de 0,62 (0,51 em 31/12/2022). No ano de 2023, a Companhia concluiu algumas obras, sendo as mais representativas as ampliações nas estações de tratamento na ETE IV, a construção da Usina Fotovoltaica para a geração de energia solar e o projeto de setorização e gestão de perdas. Adicionalmente, a Companhia vem apresentando lucro líquido no montante de R$ 9.086 (R$ 5.282 em 2022) e uma reserva de lucro retidos no montante de R$ 34.340. (R$ 28.206 em 31/12/2022), bem como apresenta caixa gerado nas atividades operacionais em 2023 de R$ 37.309 (R$ 43.342 em 2022). A Administração da Companhia entende que não há indícios de descontinuidade operacional. A Administração da Companhia afirma que, através de suas projeções de fluxos de caixa futuros do seu plano de negócios, terá caixa suficiente para garantir o pagamento de todas as suas obrigações de curto prazo, previstas até o encerramento do exercício de 2023. O plano de negócios aprovado pela Administração da Companhia está pautado em: i) Reequilíbrio contratual gerando mais recursos; ii) Monitorar os títulos atrasados para diminuição da inadimplência; iii) Redução de custos operacionais e aumento da produtividade gerando aumento das margens operacionais. A Administração da Companhia entende que as ações mencionadas acima possibilitam a manutenção de suas atividades operacionais e garantem a manutenção do caixa necessário para sua operação e cumprimento das obrigações futuras. Devido à grande importância dos serviços prestados de tratamento de água e esgotamento sanitário, a Companhia continua investindo na ampliação de suas estações de tratamento. Tais investimentos estão totalmente atrelados à expansão das estações de tratamento realizada nos últimos anos, além de proporcionar o aumento da capacidade da prestação do serviço oferecido pela Companhia. **2. Políticas contábeis materiais**: **2.1. Base de elaboração**: As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, em conformidade com os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC). As demonstrações financeiras são elaboradas com base no custo histórico, exceto por instrumentos financeiros mensurados aos seus valores justos no final de cada exercício. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de bens e serviços. A Administração da Companhia considerou as orientações emanadas da Orientação Técnica OCPC 07 – Evidenciação na Divulgação dos Relatórios Contábil-Financeiros de Propósito Geral, na preparação das suas demonstrações financeiras. Dessa forma, as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela Administração da Companhia em sua gestão. As demonstrações financeiras foram autorizadas pela Administração para emissão em 28/03/2024. **2.2. Classificação corrente versus não corrente**: A Companhia apresenta ativos e passivos no balanço patrimonial com base na sua classificação como circulante ou não circulante. Um ativo é classificado no circulante quando: • Espera-se que seja realizado, ou pretende-se que seja vendido ou consumido no curso normal do ciclo operacional da Companhia; • Está mantido, essencialmente, com o propósito de ser negociado; • Espera-se que seja realizado até doze meses após a data do balanço; e • É caixa ou equivalente de caixa (conforme definido no Pronunciamento Técnico CPC 03 - Demonstrações dos Fluxos de Caixa), a menos que sua troca ou uso para liquidação de passivo se encontre vedada durante, pelo menos, doze meses após a data do balanço. Com exceção dos critérios acima, todos os demais ativos são classificados como não circulantes. Um passivo é classificado no circulante quando: • Espera-se que seja liquidado durante o ciclo operacional da Companhia; • Está mantido, essencialmente, com a finalidade de ser negociado; • Deve ser liquidado no período de até doze meses após a data do balanço; e • A Companhia não tem direito incondicional de diferir a liquidação do passivo durante pelo menos doze meses após a data do balanço. Os termos de um passivo que podem, à opção da contraparte, resultar na sua liquidação por meio da emissão de instrumentos patrimoniais, não afetam a sua classificação. A Companhia classifica todos os demais passivos no não circulante. Os ativos e passivos fiscais diferidos são classificados no ativo e passivo não circulante. **2.3. Mensuração do valor justo**: A Companhia mensura instrumentos financeiros e ativos não financeiros ao valor justo em cada data de reporte. Valor justo é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação não forçada entre participantes do mercado na data de mensuração. A mensuração do valor justo é baseada na presunção de que a transação para vender o ativo ou transferir o passivo ocorrerá: i) no mercado principal para o ativo ou passivo e, ii) na ausência de um mercado principal, no mercado mais vantajoso para o ativo ou passivo, sendo que o mercado principal ou mais vantajoso deve ser acessível pela Companhia. O valor justo de um ativo ou passivo é mensurado com base nas premissas que os participantes do mercado utilizariam ao definir o preço de um ativo ou passivo, presumindo que os participantes do mercado atuam em seu melhor interesse econômico. A mensuração do valor justo de um ativo não financeiro leva em consideração a capacidade do participante do mercado de gerar benefícios econômicos utilizando o ativo em seu melhor uso possível ou vendendo-o a outro participante do mercado que utilizaria o ativo em seu melhor uso. A Companhia utiliza técnicas de avaliação que são apropriadas nas circunstâncias e para as quais haja dados suficientes disponíveis para mensurar o valor justo, maximizando o uso de dados observáveis relevantes e minimizando o uso de dados não observáveis. Todos os ativos e passivos para os quais o valor justo seja mensurado ou divulgado nas demonstrações financeiras são categorizados dentro da hierarquia de valor justo descrita a seguir, com base na informação de nível mais baixo que seja significativa à mensuração do valor justo como um todo: • **Nível 1:** os preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos a que a entidade possa ter acesso na data de mensuração; • **Nível 2:** técnicas de avaliação para as quais a informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo seja direta ou indiretamente observável; e • **Nível 3:** técnicas de avaliação para as quais a informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo não esteja disponível. Todos os instrumentos financeiros da Companhia são considerados de nível 2. **2.4. Instrumentos financeiros**: Um instrumento financeiro é um contrato que dá origem a um ativo financeiro de uma entidade e a um passivo financeiro ou instrumento patrimonial de outra entidade. **2.4.1. Ativos financeiros**: **a) Reconhecimento inicial e mensuração**: Ativos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como mensurados subsequentes ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes e ao valor justo por meio do resultado. A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial depende das características dos fluxos de caixa contratuais do ativo financeiro e do modelo de negócios da Companhia para a gestão desses ativos financeiros. Com exceção das contas a receber de clientes que não contenham um componente de financiamento significativo ou, para as quais, a Companhia tenha aplicado o expediente prático, a Companhia inicialmente mensura um ativo financeiro ao seu valor justo acrescido dos custos de transação, no caso de um ativo financeiro não mensurado ao valor justo por meio do resultado. Para que um ativo financeiro seja classificado e mensurado pelo custo amortizado ou pelo valor justo por meio de outros resultados abrangentes, ele precisa gerar fluxos de caixa que sejam "exclusivamente pagamentos de principal e de juros" sobre o valor do principal em aberto. Esta avaliação é executada em nível de instrumento. Ativos financeiros com fluxos de caixa que não sejam exclusivamente pagamentos de principal e de juros são classificados e mensurados ao valor justo por meio do resultado, independentemente do modelo do negócio adotado. O modelo de negócios da Companhia para administrar ativos financeiros se refere a como ela gerencia seus ativos financeiros para gerar fluxos de caixa. O modelo de negócios determina se os fluxos de caixa resultarão da cobrança de fluxos de caixa contratuais, da venda dos ativos financeiros ou de ambos. Ativos financeiros classificados e mensurados ao custo amortizado são mantidos em plano de negócio com o objetivo de manter ativos financeiros de modo a obter fluxos de caixa contratuais enquanto ativos financeiros classificados e mensurados ao valor justo em contrapartida a outros resultados abrangentes são mantidos em modelo de negócio com o objetivo de obter fluxos de caixa contratuais e com o objetivo de venda. As compras ou vendas de ativos financeiros que exigem a entrega de ativos dentro de um prazo estabelecido por regulamento ou convenção no mercado são reconhecidas na data da negociação, ou seja, a data em que a Companhia se compromete a comprar ou vender o ativo. **b) Mensuração subsequente**: Para fins de mensuração subsequente, os ativos financeiros são classificados em quatro categorias: **Ativos financeiros ao custo amortizado (instrumentos de dívida)** : Os ativos financeiros ao custo amortizado são subsequentemente mensurados usando o método de juros efetivos e estão sujeitos a redução ao valor recuperável. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado, modificado ou apresenta redução ao valor recuperável. Os ativos financeiros da Companhia ao custo amortizado incluem caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes, ativo de contrato e outros créditos. **Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (instrumentos de dívida)** : Para os instrumentos de dívida do valor justo por meio de outros resultados abrangentes, a receita de juros, a reavaliação cambial e as perdas ou reversões ao valor recuperável são reconhecidas na demonstração do resultado e calculadas da mesma maneira que os ativos financeiros mensurados ao custo amortizado. As alterações restantes no valor justo são reconhecidas em outros resultados abrangentes. No momento do desreconhecimento, a mudança acumulada do valor justo reconhecida em outros resultados abrangentes é reclassificada para resultado. A Companhia não possui ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (instrumentos de dívida). **Ativos financeiros designados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (instrumentos patrimoniais)** : No reconhecimento inicial, a Companhia pode optar, em caráter irrevogável, pela classificação de seus instrumentos patrimoniais designados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes quando atenderem à definição de patrimônio líquido nos termos do Pronunciamento Técnico CPC 39 – Instrumentos Financeiros: Apresentação, e não forem mantidos para negociação. A classificação é determinada considerando-se cada instrumento especificamente. Ganhos e perdas sobre esses ativos financeiros nunca são reclassificados para resultado. A Companhia não possui ativos financeiros designados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (instrumentos de dívida). **Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado**: Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são apresentados no balanço patrimonial pelo valor justo, com as variações líquidas do valor justo reconhecidas na demonstração do resultado. Os ativos financeiros da Companhia ao valor justo por meio do resultado incluem as aplicações financeiras. **c) Desreconhecimento**: Um ativo financeiro (ou, quando aplicável, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é desreconhecido quando: • Os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expiraram; ou • A Companhia transferiu seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumiu uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos sem atraso significativo a um terceiro nos termos de um contrato de repasse e (a) a Companhia transferiu, substancialmente, todos os riscos e benefícios do ativo ou (b) a Companhia nem transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, mas transferiu o controle do ativo. • Quando a Companhia transfere seus direitos de receber fluxos de caixa de um ativo ou celebra um acordo de repasse, ela avalia se, e em que medida, reteve os riscos e benefícios da propriedade. Quando não transferiu e nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, nem transferiu o controle do ativo, a Companhia continua a reconhecer o ativo transferido na medida de seu envolvimento continuado. Nesse caso, a Companhia também reconhece um passivo associado. O ativo transferido e o passivo associado são mensurados em uma base que reflita os direitos e as obrigações retidas pela Companhia. • O envolvimento contínuo sob a forma de garantia sobre o ativo transferido é mensurado pelo menor valor entre: (i) o valor do ativo; e (ii) o valor máximo da contraprestação recebida que a entidade possa ser obrigada a restituir (valor da garantia). **d) Redução ao valor recuperável de ativos financeiros**: A Companhia reconhece uma provisão para perdas de crédito esperadas para todos os instrumentos de dívida não detidos pelo valor justo por meio do resultado. As perdas de crédito esperadas baseiam-se na diferença entre os fluxos de caixa contratuais devidos de acordo com o contrato e todos os fluxos de caixa que a Companhia espera receber, descontados a uma taxa de juros efetiva que se aproxima da taxa de juros original da transação. Os fluxos de caixa esperados incluirão fluxos de caixa da venda de garantias detidas ou outras melhorias de crédito que sejam integrantes dos termos contratuais. As perdas de crédito esperadas são reconhecidas em duas etapas. Para as exposições de crédito para as quais não houve aumento significativo no risco de crédito desde o reconhecimento inicial, as perdas de crédito esperadas são provisionadas para perdas de crédito resultantes de eventos de inadimplência possíveis nos próximos 12 meses. Para as exposições de crédito para as quais houve um aumento significativo no risco de crédito desde o reconhecimento inicial, é necessária uma provisão para perdas de crédito esperadas durante a vida remanescente da exposição, independentemente do momento da inadimplência (uma perda de crédito esperada vitalícia). Para as contas a receber de clientes e ativos de contrato, a Companhia aplica uma abordagem simplificada no cálculo das perdas de crédito esperadas. Portanto, a Companhia não acompanha as alterações no risco de crédito, mas reconhece uma provisão para perdas com base em perdas de crédito esperadas vitalícias em cada data-base. A Companhia estabeleceu uma matriz de provisões que se baseia em sua experiência histórica de perdas de crédito, ajustada para fatores prospectivos específicos para os devedores e para o ambiente econômico. A Companhia considera um ativo financeiro em situação de inadimplemento quando os pagamentos contratuais estão vencidos há mais de 180 dias. No entanto, em certos casos, a Companhia também pode considerar que um ativo financeiro está em inadimplemento quando informações internas e externas indicam ser improvável a Companhia receber integralmente os valores contratuais em aberto antes de levar em conta quaisquer melhorias de crédito mantidas pela Companhia. **2.4.2. Passivos financeiros**: **a) Reconhecimento inicial e mensuração**: Os passivos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado, passivos financeiros ao custo amortizado ou como derivativos designados como instrumentos de hedge em um hedge efetivo, conforme apropriado. Todos os passivos financeiros são mensurados inicialmente ao seu valor justo, mais ou menos, no caso de passivo financeiro que não seja ao valor justo por meio do resultado, os custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à emissão do passivo financeiro. **b) Mensuração subsequente**: Para fins de mensuração subsequente, os passivos financeiros são classificados em duas categorias: **Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado**: Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado incluem passivos financeiros para negociação e passivos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado. Passivos financeiros são classificados como mantidos para negociação se forem incorridos para fins de recompra no curto prazo. Essa categoria também inclui instrumentos derivativos contratados pela Companhia que não são designados como instrumentos de hedge nas relações de hedge definidas pelo Pronunciamento Técnico CPC 48 – Instrumentos Financeiros. Derivativos embutidos separados também são classificados como mantidos para negociação, a menos que sejam designados como instrumentos de hedge eficazes. Ganhos ou perdas em passivos para negociação são reconhecidos na demonstração do resultado. Os passivos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado são designados na data inicial de reconhecimento e somente se os critérios do Pronunciamento Técnico CPC 48 – Instrumentos Financeiros, forem atendidos. A Companhia não designou nenhum passivo financeiro ao valor justo por meio do resultado. **Passivos financeiros ao custo amortizado**: Esta é a categoria mais relevante para a Companhia. Após o reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos contraídos e concedidos sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetiva. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando os passivos são baixados, bem como pelo processo de amortização da taxa de juros efetiva. O custo amortizado é calculado levando em consideração qualquer deságio ou ágio na aquisição e taxas ou custos que são parte integrante do método da taxa de juros efetiva. A amortização pelo método da taxa de juros efetiva é incluída como despesa financeira na demonstração do resultado. Os passivos financeiros da Companhia ao custo amortizado incluem empréstimos e financiamentos, arrendamento mercantil, contas a pagar de fornecedores, concessão dos serviços públicos, contas a pagar de partes relacionadas, empréstimos com partes relacionadas, dividendos a pagar e outras obrigações. **c) Desreconhecimento**: Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação sobre o passivo é extinta, ou seja, quando a obrigação especificada no contrato for liquidada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro do mesmo mutuante em termos substancialmente diferentes ou os termos de um passivo existente são substancialmente modificados, tal troca ou modificação é tratada como o desreconhecimento do passivo original e o reconhecimento de um novo passivo. A diferença nos respectivos valores contábeis é reconhecida na demonstração do resultado. **2.4.3. Compensação de instrumentos financeiros**: Os ativos financeiros e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial se houver um direito legal atualmente aplicável de compensação dos valores reconhecidos e se houver a intenção de liquidar em bases líquidas, realizar os ativos e liquidar os passivos simultaneamente. **2.5. Caixa e equivalentes de caixa**: Caixa e equivalentes de caixa incluem saldos em contas correntes bancárias, depósitos bancários e investimentos de curto prazo, com alta liquidez e vencimentos de três meses ou menos, a contar da data de contratação e sujeitos a um risco insignificante de mudança de valor. Esses saldos são mantidos com a finalidade de atender compromissos de caixa de curto prazo e não para investimentos ou outros fins. **2.6. Aplicações financeiras**: As aplicações financeiras são mensuradas pelo valor justo por meio do resultado. Correspondem, substancialmente, a aplicações financeiras de renda fixa, CDBs (Certificados de Depósito Bancários) e operações compromissadas com bancos de

continuação ➔

A publicação acima foi realizada e certificada no dia 12/04/2024

ICP Brasil

Acesse a página de **Publicações Legais** no site do **Jornal Data Mercantil**, apontando a câmera do seu celular no QR Code, ou acesse o link: **www.datamercantil.com.br/publicidade_legal**

continuação ☛

Samar - Soluções Ambientais de Araçatuba S.A.

primeira linha, mantidas para investimentos. **2.7. Contas a receber**: As contas a receber são registradas com base nos valores nominais e não são ajustadas a valor presente por apresentarem vencimento de curto prazo e por não resultarem em efeito relevante nas demonstrações financeiras. Correspondem a valores a receber dos clientes relacionados aos serviços prestados de tratamento de água e esgotamento sanitário. A provisão para perda de crédito esperada é constituída, se necessário, com base em estimativas de perdas esperadas. Ao mensurar a provisão para perda de crédito esperada, a Administração da Companhia usa informações sobre o futuro razoáveis e suportáveis, que se baseiam nas premissas para a movimentação futura de fatores econômicos diferentes e como esses fatores irão afetar uns aos outros. A probabilidade de inadimplência é um dado considerado importante para a mensuração da provisão para perda de crédito esperada. O critério para constituição da provisão para perda de crédito esperada corresponde aos títulos a receber que possuem vencimento superior a 180 dias. Para clientes com valores parcelados, são constituídos na provisão para perda de crédito esperada os títulos parcelados que possuem vencimento a mais de 90 dias. **2.8. Estoques**: Os estoques contemplam os materiais destinados à operação e manutenção dos sistemas, e são avaliados ao custo médio de aquisição, inferior ao custo de reposição ou ao valor de realização, sendo classificados no ativo circulante. Quando aplicável, é constituída provisão para perdas em montante considerado suficiente para cobrir prováveis perdas na realização dos estoques. **2.9. Intangível**: Ativos intangíveis são ativos não monetários identificáveis sem substância física ou incorpóreo, isto é, possui valor econômico, mas não tem existência física. Representa direitos de uso de um bem ou direitos associados a uma organização. Ativos intangíveis são inicialmente reconhecidos pelo preço de aquisição ou custo de produção. O custo de ativos intangíveis adquiridos em uma combinação de negócios corresponde ao valor justo na data de aquisição. Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são apresentados ao custo, deduzido de amortização acumulada e perdas acumuladas de valor recuperável. Ativos intangíveis gerados internamente, excluindo custos de desenvolvimento capitalizados, não são capitalizados, e o gasto é refletido na demonstração do resultado no exercício em que for incorrido de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 04 (R1) - Ativo Intangível. A vida útil do ativo intangível é avaliada como definida ou indefinida. Ativos intangíveis com vida útil definida são amortizados ao longo da vida útil-econômica e avaliados em relação à perda por redução ao valor recuperável sempre que houver indicação de perda de valor econômico do ativo. O período e o método de amortização para um ativo intangível com vida definida são revisados no mínimo no fim de cada exercício social. Mudanças na vida útil estimada ou no consumo esperado dos benefícios econômicos futuros desses ativos são contabilizadas por meio de mudanças no período ou método de amortização, conforme o caso, sendo tratadas como mudanças de estimativas contábeis. A amortização de ativos intangíveis com vida útil definida é reconhecida na demonstração do resultado na categoria de despesa consistente com a utilização do ativo intangível. Os anos de vida útil estimados para cada grupo de ativo intangível são os seguintes:

Classe de ativos intangíveis	Vida útil
Outorga	30 anos
Sistema de abastecimento de água	30 anos
Máquinas, aparelhos e equipamentos	5 a 10 anos
Móveis e utensílios	5 a 10 anos
Instalações	5 a 10 anos
Veículos	5 anos
Equipamentos de informática	5 anos
Edificações	4 anos
Ferramentas	5 a 10 anos
Embarcações	5 a 10 anos
Direito de uso de arrendamento	2 a 4 anos
Direto de uso de servidão de passagem	20 anos
Software	5 anos

Ativos intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados, mas são testados anualmente em relação a perdas por redução ao valor recuperável, individualmente ou no nível da unidade geradora de caixa. A avaliação de vida útil indefinida é revisada anualmente para determinar de esta avaliação continua a ser justificável. Caso contrário, a mudança na vida útil de indefinida para definida é feita de forma prospectiva. Um ativo intangível é baixado (desreconhecido) quando da sua venda (ou seja, a data em que o beneficiário obtém o controle do ativo relacionado) ou quando não são esperados benefícios econômicos futuros a partir de sua utilização ou venda. Eventual ganho ou perda resultante do desreconhecimento do ativo (a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) é reconhecido na demonstração do resultado do exercício. Contratos de concessão classificados como intangível e ativo de contrato: A Companhia contabiliza o contrato de concessão conforme a Interpretação Técnica ICPC 01 - Contratos de Concessão, que especifica as condições a serem atendidas em conjunto para que as concessões públicas estejam inseridas em seu alcance. A infraestrutura dentro do alcance da ICPC 01 não é registrada como ativo imobilizado da concessionária porque o contrato de concessão não transfere ao concessionário o direito de controle do uso da infraestrutura de serviços públicos. É prevista apenas a cessão de posse desses bens para prestação de serviços públicos, sendo eles revertidos ao poder concedente ao término do contrato de concessão, mediante indenização dos investimentos não amortizados à concessionária, caso aplicável. O concessionário tem acesso apenas para operar a infraestrutura para prestação dos serviços públicos em nome do poder concedente nos termos do contrato de concessão, atuando como prestador de serviço durante determinado prazo. A Companhia reconhece um intangível à medida que recebe autorização (direito) de cobrar dos usuários do serviço público e não possui direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro do poder concedente. Em um contrato de concessão, a estimativa de vida útil é o período contado a partir de quando a entidade se torna apta a cobrar os usuários pelo uso da infraestrutura até o final do período de concessão. A Companhia reconhece o ativo de contrato enquanto esse ativo não é finalizado para uso. Com a sua finalização, esse ativo é reconhecido como intangível por meio de transferências entre contas, pois é nesse momento que esse ativo está pronto para iniciar a sua amortização pela sua utilização. **2.10. Arrendamentos**: A Companhia avalia, na data de início do contrato, se esse contrato é ou contém um arrendamento, ou seja, se o contrato transmite o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período, em troca de contraprestação, de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 06 (R1) - Arrendamento Mercantil. A Companhia avalia uma única abordagem de reconhecimento e mensuração para todos os arrendamentos, exceto para arrendamento de curto prazo e arrendamentos de ativos de baixo valor. A Companhia reconhece os passivos de arrendamento para efetuar pagamentos de arrendamento e ativos de direito de uso que representam o direito de uso dos ativos subjacentes. Ativos de direito de uso: A Companhia reconhece os ativos de direito de uso na data de início do arrendamento, ou seja, na data em que o ativo subjacente está disponível para uso. Os ativos de direito de uso são mensurados ao custo, deduzidos de qualquer depreciação acumulada e perdas por redução ao valor recuperável, e ajustados por qualquer nova remensuração dos passivos de arrendamento. O custo dos ativos de direito de uso inclui o valor dos passivos de arrendamento reconhecidos, custos diretos iniciais incorridos e pagamentos de arrendamento realizados até a data de início, menos os eventuais incentivos de arrendamento recebidos. Os ativos de direito de uso são depreciados linearmente, pelo menor período entre o prazo do arrendamento e a vida útil estimada dos ativos. Passivos de arrendamento: Na data de início do arrendamento, a Companhia reconhece os passivos de arrendamento mensurados pelo valor presente dos pagamentos do arrendamento a serem realizados durante o prazo do arrendamento. Os pagamentos do arrendamento incluem os pagamentos fixos (incluindo, substancialmente, pagamentos fixos), menos quaisquer incentivos de arrendamento a receber, pagamentos variáveis de arrendamento que dependem de um índice ou taxa, e valores esperados a serem pagos sob garantia de valor residual. Os pagamentos de arrendamentos incluem ainda o preço de exercício de uma opção de compra razoavelmente certa de ser exercida pela Companhia e pagamentos de multa pela rescisão do arrendamento, se o prazo do arrendamento refletir a Companhia exercendo a opção de reincidir o arrendamento. **2.11. Custo dos empréstimos e financiamentos**: Os custos dos empréstimos e financiamentos atribuíveis diretamente à aquisição, construção ou produção de ativos qualificáveis, os quais levam, necessariamente, um período substancial para ficarem prontos para uso ou venda pretendida, são acrescentados aos custos de tais ativos até a data em que estejam prontos para o uso ou venda pretendida. **2.12. Provisões**: Uma provisão é reconhecida quando a Companhia possui uma obrigação presente (legal ou presumida) resultante de um evento passado, em que é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação, e for possível estimar seu valor de maneira confiável. O valor reconhecido como provisão, foi mensurado a valor presente, e é a melhor estimativa da compensação necessária para liquidar a obrigação presente na data do balanço, levando em consideração os riscos e as incertezas relativos à obrigação. As provisões para ações judiciais (trabalhistas, cíveis e tributárias) são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos passados; é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e o valor tiver sido estimado com segurança. Para toda ação judicial que tiver causa provável de perda, é feita a provisão contábil. **2.13. Distribuição de dividendos**: A distribuição de dividendos é reconhecida como passivo nas demonstrações financeiras ao final do exercício, com base no estatuto social. Qualquer valor, acima do valor mínimo obrigatório, somente é provisionado na data em que são aprovados pelos acionistas, em Assembleia Geral Ordinária (AGO). **2.14. Ajuste a valor presente de ativos e passivos**: Os ativos e passivos monetários de longo prazo são atualizados monetariamente e, portanto, estão ajustados pelo seu valor presente. O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários de curto prazo é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Para fins de registro e determinação de relevância, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos. **2.15. Tributos**: Lucro real: A Companhia é optante pelo lucro real e calcula o IRPJ e a CSLL corrente e diferida sobre o lucro líquido ajustado pelas adições e exclusões previstas na legislação tributária, aplicando a alíquota de 15%, acrescido do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R$240 (base anual) para IRPJ e 9% sobre o lucro tributável para CSLL. Além disso, considera a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de CSLL, limitada a 30% do lucro real do exercício. IRPJ e CSLL - correntes: O imposto corrente se baseia no lucro real do exercício. O lucro real diferente do lucro apresentado no resultado porque exclui receitas e despesas tributáveis ou dedutíveis em outros exercícios, além de excluir itens não tributáveis ou não dedutíveis de forma permanente. Ativos e passivos de tributos correntes são mensurados pelo valor esperado a ser recuperado ou pago às autoridades tributárias, utilizando as alíquotas de tributos que estejam aprovadas no fim do exercício. Uma provisão é reconhecida para questões para as quais a apuração de impostos é incerta, mas há probabilidade de desembolso futuro de recursos para uma autoridade fiscal. As provisões representam a melhor estimativa do valor a ser pago. IRPJ e CSLL - diferidos: O imposto diferido é o imposto devido ou a recuperar sobre as diferenças entre o valor contábil de ativos e passivos nas demonstrações financeiras e as correspondentes bases de cálculo usadas na apuração do lucro real. Os passivos fiscais diferidos são geralmente reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias tributáveis e os ativos fiscais diferidos são reconhecidos quando for provável que a Companhia apresentará lucro tributável em montante suficiente para que tais diferenças temporárias dedutíveis possam ser realizadas. O valor contábil de ativos fiscais diferidos é revisado em cada data do balanço e baixado quando não for mais provável que lucros tributáveis suficientes estarão disponíveis para permitir a recuperação de todo o ativo, ou parte dele. Impostos diferidos são calculados com base nas alíquotas fiscais aplicáveis no exercício no qual se espera que o passivo seja liquidado ou o ativo seja realizado, com base nas leis e alíquotas fiscais promulgadas ou substancialmente promulgadas na data do balanço. A Companhia contabiliza os ativos e passivos fiscais diferidos de forma líquida se, e somente se, possuir o direito legalmente executável de fazer ou receber um único pagamento líquido e pretenda fazer ou receber este pagamento líquido ou recuperar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. **2.16. Receitas**: A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela prestação de serviços no curso normal das atividades da Companhia. Nas demonstrações financeiras, a receita é apresentada líquida dos impostos, dos abatimentos e dos descontos. As receitas são reconhecidas quando os valores podem ser mensurados com segurança, é provável que benefícios econômicos futuros fluirão para as entidades e quando os critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma das atividades. As estimativas se baseiam em resultados históricos, levando em consideração o tipo de cliente, o tipo de transação e as especificações de cada prestação de serviço. Um recebível é reconhecido se um valor de contraprestação que seja incondicional é devido de um cliente (ou seja, faz-se necessário somente o transcorrer do tempo para que o pagamento da contraprestação seja devido). Os direitos a faturar são decorrentes da prestação de serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário ocorridas no exercício, cujo faturamento ocorrerá no mês subsequente em decorrência dos cortes dos períodos de leitura dos hidrômetros para emissão de cada fatura. Os tipos de receitas da Companhia estão descritos abaixo: Receitas de serviços de abastecimento de água e tratamento de esgoto: A receita de serviços é apurada em conformidade com o regime contábil de competência. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa na sua realização. As receitas de serviços decorrem do fornecimento de água e serviços de coleta e tratamento de esgoto sanitário que compreendem apenas uma obrigação de desempenho que é composta pelo ciclo completo da operação do sistema sanitário: captação, adução, tratamento e distribuição de água e coleta, tratamento e destinação do esgoto, sendo reconhecidas por ocasião da medição do volume tratado e do consumo de água. A receita de outros serviços (gestão comercial) de água e esgoto refere-se à prestação de serviço de instalações de hidrômetros e ligação, como também religação de água, e é reconhecida no período no qual os serviços são prestados. Receitas de construção: As receitas relacionadas aos serviços de construção ou melhoria sob o contrato de concessão de serviços são reconhecidas baseadas no estágio de conclusão da obra realizada, consistentes com a prática contábil para o reconhecimento de receita sobre contrato de concessão que está baseada na Interpretação Técnica ICPC 01 - Contratos de Concessão e no Pronunciamento Técnico CPC 47 - Receita de Contrato com Cliente. Quando contratam serviços de construção, a Companhia deve reconhecer a receita de construção, quando realizada, pelo valor justo. A determinação do valor justo referente à parcela de construção requer a aplicação de julgamento e estimativas para determinação do montante a ser alocado como retorno das atividades de construção, com base no modelo econômico do contrato de concessão ou construção. A Administração da Companhia entende que a concessão de esgoto não prevê margem de lucro na construção, por isso a receita de construção é igual ao custo. **2.17. Resultado financeiro**: As receitas e despesas financeiras são representadas, substancialmente, por juros e variações monetárias decorrentes de aplicações financeiras, empréstimos e financiamentos. **2.18. Pronunciamentos novos ou revisados aplicados em 2023**: A Companhia aplicou pela primeira vez certas normas e alterações, que são válidas para períodos anuais iniciados em, ou após, 01/01/2023 (exceto quando indicado de outra forma). A Companhia decidiu não adotar antecipadamente nenhuma outra norma, interpretação ou alteração que tenham sido emitidas, mas ainda não estejam vigentes. **CPC 50/IFRS 17 – Contratos de Seguros**: O IFRS 17 (equivalente ao CPC 50 Contratos de Seguros) é uma nova norma de contabilidade com alcance para contratos de seguros, abrangendo o reconhecimento e mensuração, apresentação e divulgação. O IFRS 17 (CPC 50) substitui o IFRS 4 – Contratos de Seguros (equivalente ao CPC 11). O IFRS 17 (CPC 50) se aplica a todos os tipos de contratos de seguros (como de vida, ramos elementares, ramo direto e resseguro), independentemente do tipo de entidades que os emitem, bem como a certas garantias e instrumentos financeiros com características de participação discricionária; algumas exceções de escopo se aplicarão. O objetivo geral do IFRS 17 (CPC 50) é fornecer um modelo de contabilidade abrangente para contratos de seguro que seja mais útil e consistente para seguradoras, cobrindo todos os aspectos contábeis relevantes. O IFRS 17 (CPC 50) é baseado em um modelo geral, complementado por: i) Uma adaptação específica para contratos com características de participação direta (a abordagem de taxa variável); e ii) Uma abordagem simplificada (a abordagem de alocação de prêmios) principalmente para contratos de curta duração. A nova norma não teve impacto nas demonstrações financeiras da Companhia. **Alterações ao CPC 23/IAS 8 – Definição de estimativas contábeis**: As alterações ao IAS 8 (equivalente ao CPC 23 – Políticas contábeis, mudança de estimativa e retificação de erro) esclarecem a distinção entre mudanças em estimativas contábeis, mudanças em políticas contábeis e correção de erros. Elas também esclarecem como as entidades utilizam técnicas de mensuração e inputs para desenvolver estimativas contábeis. As alterações não tiveram impacto nas demonstrações financeiras da Companhia. **Alterações ao CPC 26 (R1)/IAS 1 – Divulgação de políticas contábeis**: As alterações ao IAS 1 (equivalente ao CPC 26 (R1) – Apresentação das demonstrações contábeis) e o IFRS Practice Statement 2 fornecem orientação e exemplos para ajudar as entidades a aplicar julgamentos de materialidade às divulgações de políticas contábeis. As alterações visam ajudar as entidades a fornecer divulgações de políticas contábeis mais úteis, substituindo o requisito para as entidades divulgarem suas políticas contábeis "significativas" por um requisito para divulgar suas políticas contábeis "materiais" e adicionando orientação sobre como as entidades aplicam o conceito de materialidade ao tomar decisões sobre divulgações de políticas contábeis. As alterações tiveram impacto nas divulgações de políticas contábeis da Companhia, mas não na mensuração, reconhecimento ou apresentação de itens nas demonstrações financeiras da Companhia. **Alterações ao CPC 32/IAS 12 – Imposto diferido relacionado a ativos e passivos originados de uma simples transação**: As alterações ao IAS 12 Income tax (equivalente ao CPC 32 – Tributos sobre o lucro) estreitam o escopo da exceção de reconhecimento inicial, de modo que ela não se aplique mais a transações que geram diferenças temporárias tributárias e dedutíveis iguais, como arrendamentos e passivos de desativação. As alterações não tiveram impacto nas demonstrações financeiras da Companhia. **2.19. Normas emitidas, mas ainda não vigentes**: As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas não ainda em vigor até a data de emissão das demonstrações financeiras da Companhia, estão descritas abaixo. A Companhia pretende adotar essas normas e interpretações novas e alteradas, se cabível, quando entrarem em vigor. **Alterações ao CPC 06/IFRS 16 – Passivo de locação em um sale and leaseback (transação de venda e retroarrendamento)**: Em setembro de 2022, o IASB emitiu alterações ao IFRS 16 (equivalente ao CPC 06 – Arrendamentos) para especificar os requisitos que um vendedor-arrendatário utiliza na mensuração da responsabilidade de locação decorrente de uma transação de venda e arrendamento de volta, a fim de garantir que o vendedor-arrendatário não reconheça qualquer quantia do ganho ou perda que se relaciona com o direito de uso que ele mantém. As alterações vigoram para períodos de demonstrações financeiras anuais que se iniciam em ou após 01/01/2024 e devem ser aplicadas retrospectivamente a transações sale and leaseback celebradas após a data de aplicação inicial do IFRS 16 (CPC 06). A aplicação antecipada é permitida e esse fato deve ser publicado. Não se espera que as alterações tenham um impacto material nas demonstrações financeiras da Companhia. **Alterações ao CPC 26 (R1)/IAS 1 – Classificação de passivos como circulante ou não circulante**: Em janeiro de 2020 e outubro de 2022, o IASB emitiu alterações aos parágrafos 69 a 76 do IAS 1 (equivalente ao CPC 26 (R1) – Apresentação das demonstrações contábeis), para especificar os requisitos de classificação de passivos como circulante ou não circulante. As alterações esclarecem: i) o que se entende por direito de adiar a liquidação; ii) que o direito de adiar deve existir no final do período das informações financeiras; iii) que a classificação não é afetada pela probabilidade de a entidade exercer seu direito de adiar; iv) que somente se um derivativo embutido em um passivo conversível for ele próprio um instrumento de patrimônio, os termos de um passivo não afetarão sua classificação. Além disso, foi introduzida uma exigência de divulgação quando um passivo decorrente de um contrato de empréstimo é classificado como não circulante e o direito da entidade de adiar a liquidação depende do cumprimento de covenants futuros dentro de doze meses. As alterações vigoram para períodos de demonstrações financeiras anuais que se iniciam em ou após 01/01/2024 e devem ser aplicadas retrospectivamente. A Companhia está atualmente avaliando o impacto que as alterações terão na prática atual e se contratos de empréstimos e financiamentos existentes podem exigir renegociação. **Alterações ao CPC 03 (R2)/IAS 7 e CPC 40 (R1)/IFRS 7 – Acordos de financiamento de fornecedores**: Em maio de 2023, o IASB emitiu alterações ao IAS 7 (equivalente ao CPC 03 (R2) – Demonstrações do fluxo de caixa), e ao IFRS 7 (equivalente ao CPC 40 (R1) – Instrumentos financeiros: evidenciação) para esclarecer as características de acordos de financiamento de fornecedores e exigir divulgações adicionais desses acordos. Os requisitos de divulgação nas alterações têm como objetivo auxiliar os usuários das demonstrações financeiras a compreenderem os efeitos dos acordos de financiamento com fornecedores nas obrigações, fluxos de caixa e exposição ao risco de liquidez de uma entidade. As alterações vigoram para períodos de demonstrações financeiras anuais que se iniciam em ou após 01/01/2024. A adoção antecipada é permitida, mas deve ser divulgada. Não se espera que as alterações tenham um impacto material nas demonstrações financeiras da Companhia. 3. **Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas**: **3.1. Julgamentos**: A preparação das demonstrações financeiras da Companhia requer que a Administração faça julgamentos, estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, e as respectivas divulgações, bem como as divulgações de passivos contingentes. No processo de aplicação das políticas contábeis da Companhia, a Administração fez os seguintes julgamentos que têm efeito mais significativo sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras: **Análise dos contratos de arrendamento**: A Companhia analisa os contratos de aluguel para identificar se eles se enquadram nos critérios de arrendamento definidos pelo Pronunciamento Contábil CPC 06 (R2) – Arrendamentos. Nessa análise, a Companhia utiliza seu julgamento para verificar a periodicidade de cada contrato, juntamente com as opções de renovação e rescisão. A Administração da Companhia aplica julgamento ao avaliar se é razoavelmente certo se deve ou não exercer a opção de renovar ou rescindir o arrendamento. Nessa avaliação, considera todos os fatores relevantes que criam um incentivo econômico para o exercício da renovação ou rescisão. Após a mensuração inicial, a Companhia reavalia o prazo do arrendamento se houver um evento significativo ou mudança nas circunstâncias que esteja sob seu controle e afetará sua capacidade de exercer ou não exercer a opção de renovar ou rescindir. **3.2. Estimativas e premissas**: As principais premissas relativas ao futuro e outras principais fontes de incerteza nas estimativas na data das demonstrações financeiras, que têm um risco significativo de causar um ajuste material nos valores contábeis dos ativos e passivos no próximo exercício social, estão descritas a seguir. A Companhia baseou suas premissas e estimativas em parâmetros disponíveis quando as demonstrações financeiras foram preparadas. No entanto, as circunstâncias existentes e as premissas sobre desenvolvimentos futuros podem mudar devido a alterações de mercado ou circunstâncias que estão além do controle da Companhia. Tais mudanças são refletidas nas premissas quando ocorrem. **Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros**: Uma perda por redução ao valor recuperável existe quando o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede o seu valor recuperável, que é o maior valor entre o valor justo líquido das despesas de venda e o valor em uso. O cálculo do valor justo líquido das despesas de venda é baseado em informações disponíveis de transações de venda de ativos similares ou preços de mercado menos as despesas de venda. O cálculo do valor em uso é baseado no modelo de fluxo de caixa descontado. Os fluxos de caixa derivam do orçamento para os próximos cinco anos e não incluem atividades de reorganização com as quais a Companhia ainda não tenha se comprometido ou investimentos futuros significativos que melhorarão a base de ativos da unidade geradora de caixa objeto de teste. O valor recuperável é sensível à taxa de desconto utilizada no método de fluxo de caixa descontado, bem como aos recebimentos de caixa futuros esperados e à taxa de crescimento utilizada para fins de extrapolação. As principais premissas utilizadas para determinar o valor recuperável da unidade geradora de caixa, incluindo análise de sensibilidade, são detalhadas na Nota 4. **Perda por redução ao valor recuperável de ativos financeiros**: Provisão para perdas de crédito esperadas para contas a receber: A provisão para perdas de crédito esperadas é constituída, se necessário, com base em estimativas de perdas históricas e esperadas. Ao mensurar a provisão para perdas de crédito esperadas, a Administração da Companhia usa informações sobre o futuro razoáveis e suportáveis, que se baseiam nas premissas para a movimentação futura de fatores econômicos diferentes e como esses fatores irão afetar uns aos outros. A probabilidade de inadimplência é um dado considerado importante para a mensuração da provisão para perdas de crédito esperadas. A probabilidade de inadimplência é uma estimativa da probabilidade de inadimplência durante um período específico, cujo cálculo inclui dados históricos, premissas e expectativas de condições futuras. A avaliação da correlação entre a perda histórica observada, as condições econômicas previstas e as perdas de crédito esperadas são uma estimativa significativa. As informações sobre a provisão para perdas de crédito esperadas para contas a receber está divulgada na Nota 7. **Tributos diferidos**: O tributo diferido é gerado por diferenças temporárias na data do balanço entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis. A Companhia mantém o registro permanente de IRPJ e CSLL diferidos ativos e passivos. O diferido ativo é sobre as diferenças temporárias de provisão de crédito esperada, provisão para ações judiciais, provisão de obsolescência dos estoques, participação nos lucros e resultados, diferença da depreciação e amortização fiscal e societária, provisão de notas fiscais e atualização e ajuste a valor presente da outorga. O diferido passivo é sobre ajuste a valor presente da outorga e ajuste a valor presente do arrendamento mercantil. O julgamento significativo da Administração, em relação ao ativo fiscal diferido, é requerido para determinar o valor do ativo fiscal diferido que pode ser reconhecido, com base no prazo provável e nível de lucros tributáveis futuros, juntamente com estratégias de planejamento fiscal futuras. O passivo fiscal diferido é mensurado pela alíquota que se espera que seja aplicável no período quando for liquidado o passivo, com base nas alíquotas (e legislação fiscal) que estejam em vigor ao final do período que está sendo reportado. A Companhia espera amortizar o valor contábil do passivo fiscal diferido até o encerramento do contrato de concessão. **Contabilização dos contratos de concessão**: Na contabilização dos contratos de concessão, conforme determinado pela Interpretação Técnica ICPC 01 - Contratos de Concessão, a Companhia efetua análises que envolvem uso de estimas pela Administração, substancialmente no que diz respeito a: aplicação da interpretação de contratos de concessão; determinação e classificação da remuneração da prestação de serviço de melhoria ou construção como ativo intangível ou ativo financeiro. **Reconhecimento da receita e custos de construção**: Quando contratam serviços de construção, a Companhia deve reconhecer a receita de construção pelo valor justo, com base no estágio de conclusão das obras realizadas. A determinação do valor justo referente à parcela de construção requer a aplicação de julgamentos e estimativas para determinação do montante a ser alocado como retorno das atividades de construção, com base no modelo econômico do contrato de concessão ou construção. O custo da obra é registrado com base nos valores efetivamente contratados de terceiros para a construção e é igual ao da receita, pois a Administração da Companhia entende que o contrato firmado com o poder concedente não prevê margem de lucro na construção. **Reconhecimento da receita não faturada**: A Companhia registra as receitas ainda não faturadas, porém incorridas, cujo serviço/venda foi prestado/comercializado, mas ainda não foi faturado até o final de cada período. Essas receitas são contabilizadas na data da prestação do serviço/venda de mercadorias, como contas a receber de clientes a faturar, com base em especificações de cada venda, de forma que as receitas se contraponham aos custos em sua correta competência. **Provisão para ações judiciais**: A Companhia reconhece a provisão para ações judiciais relacionada à causas cíveis. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados internos e externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. 4. **Gestão de riscos**: **4.1. Objetivos e políticas para gestão de riscos financeiros**: Os principais ativos financeiros da Companhia incluem caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, contas a receber de clientes, ativo de contrato e outros créditos. Os principais passivos financeiros da Companhia, que não sejam derivativos, referem-se à empréstimos e financiamentos, arrendamento mercantil, contas a pagar de fornecedores, concessão dos serviços públicos, contas a pagar de partes relacionadas, empréstimos a pagar com partes relacionadas, dividendos a pagar e outras obrigações. A Companhia está exposta a risco de mercado, risco de crédito e risco de liquidez. A Administração da Companhia supervisiona a gestão desses riscos. A Administração da Companhia afirma que as atividades da Companhia em que se assumem riscos financeiros são regidas por políticas e procedimentos apropriados e que os riscos financeiros são identificados, avaliados e gerenciados de acordo com as políticas da Companhia. A Companhia não possui atividades envolvendo derivativos. A Administração da Companhia estabelece políticas para a gestão de cada um desses riscos, os quais são resumidos a seguir: **Risco de mercado**: O risco de mercado é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nos preços de mercado. Os preços de mercado englobam três tipos de riscos: risco de taxa de juros, risco de câmbio e risco de preço. Instrumentos financeiros afetados pelo risco de mercado incluem endividamentos, equivalentes de caixa e fundo restrito. Dentro do risco de mercado, o risco aplicável à Companhia é o risco de taxa de juros e risco de câmbio. De acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 40 (R1) – Instrumentos Financeiros: Evidenciação, é requerida a divulgação de demonstrativo de análise de sensibilidade para cada tipo de risco de mercado considerado relevante pela Administração. A Administração entende como relevante o risco de taxa de juros e para a análise de sensibilidade de variações nas taxas de juros, a Administração da Companhia adotou para o cenário provável para os próximos 12 meses (cenário I), as mesmas taxas utilizadas na data das demonstrações financeiras. Para os cenários II e III considerou, conforme instrução da CVM, um acréscimo e uma deterioração de 25% e 50%, respectivamente. *Risco de taxa de juros*: Riscos de taxas de juros é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nas taxas de juros de mercado. A exposição da Companhia ao risco de mudanças nas taxas de juros de mercado refere-se, principalmente, às obrigações de longo prazo da Companhia sujeitas a taxa de juros variáveis. A Companhia gerencia o risco de taxa de juros mantendo uma carteira equilibrada de endividamentos sujeitos a taxas fixas e taxas variáveis. *Sensibilidade à taxa de juros:* A tabela abaixo demonstra a sensibilidade a eventuais possíveis na taxa de juros sobre os empréstimos e financiamentos, empréstimos com partes relacionadas, e aplicações financeiras:

continuação ☛

A publicação acima foi realizada e certificada no dia 12/04/2024

ICP Brasil

Acesse a página de **Publicações Legais** no site do **Jornal Data Mercantil**, apontando a câmera do seu celular no QR Code, ou acesse o link: **www.datamercantil.com.br/publicidade_legal**

continuação

Samar - Soluções Ambientais de Araçatuba S.A.

Indicadores	Saldo contábil	Cenário I (provável)	Cenário II (+ 25%)	Cenário II (- 25%)	Cenário III (+ 50%)	Cenário III (- 50%)
CDI		13,04% (*)	16,30%	9,78%	19,56%	6,52%
Aplicações financeiras	497	562	578	546	594	529
IPCA + 2,31% a.a.		6,93% (*)	8,66%	5,20%	10,40%	3,47%
Empréstimos e financiam. ('A')	(22.960)	(24.551)	(24.949)	(24.154)	(25.347)	(23.756)
IPCA + 2,71% a.a.		7,33% (*)	9,16%	5,50%	11,00%	3,67%
Empréstimos e financiam. ('B')	(56.063)	(60.173)	(61.201)	(59.146)	(62.228)	(58.118)
CDI + 3% a.a.		16,04% (*)	20,05%	12,03%	24,06%	8,02%
Empréstimos com partes relacionadas	(7.008)	(8.132)	(8.413)	(7.851)	(8.694)	(7.570)

(*) Fonte dos índices - Banco Central do Brasil - BACEN (CDI e IPCA acumulados em 31/12/2023). *Risco de câmbio:* O risco de câmbio é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nas taxas de câmbio. A exposição da Companhia ao risco de variações nas taxas de câmbio refere-se principalmente às atividades operacionais da Companhia (quando receitas ou despesas são denominadas em uma moeda diferente da moeda funcional da Companhia). A Companhia gerencia seu risco de câmbio garantindo que o fluxo de caixa dessas transações seja previsto até a liquidação do valor a pagar ou a receber, expresso em moeda estrangeira. **Risco de crédito:** O risco de crédito é o risco de a contraparte de um negócio não cumprir uma obrigação prevista em um instrumento financeiro ou contrato com cliente, o que levaria ao reconhecimento de perdas. A Companhia está exposta ao risco de crédito em suas atividades operacionais (principalmente com relação às contas a receber) e de financiamento, incluindo caixa e equivalentes de caixa, transações em moeda estrangeira e outros instrumentos financeiros. O risco de crédito do cliente é administrado por cada unidade de negócio, estando sujeito a procedimentos, controles e políticas estabelecidas pela Companhia em relação ao gerenciamento de risco de crédito do cliente. Os recebíveis de clientes em aberto são monitorados regularmente. Uma análise de redução ao valor recuperável é efetuada a cada data de reporte usando uma matriz de provisão para avaliar as perdas de crédito esperadas. O cálculo reflete a probabilidade ponderada de perda, o valor do dinheiro no tempo e informações razoáveis e suportáveis que estão disponíveis na data de reporte sobre eventos passados, condições atuais e provisões de condições econômicas futuras. O risco de crédito de saldos com bancos e instituições financeiras é administrado pela Tesouraria da Companhia de acordo com a política estabelecida pela Companhia. Os recursos excedentes são investidos apenas em contrapartes aprovadas e dentro do limite estabelecido de cada uma. **Risco de liquidez:** A Companhia acompanha o risco de escassez de recursos. Para administrar a liquidez do caixa em moeda nacional, a Companhia possui premissas de desembolsos e recebidos que são monitorados diariamente pela Tesouraria da Companhia. O objetivo da Companhia é manter um balanço adequado entre a continuidade da disponibilização de recursos e a flexibilidade de sua obtenção por meio de empréstimos, financiamentos e contratos de arrendamento. **4.2. Instrumentos financeiros por categoria** Os instrumentos financeiros da Companhia são classificados da seguinte forma:

	31/12/2023	31/12/2022
Ativos financeiros pelo custo amortizado		
Caixa e equivalentes de caixa	3.552	660
Contas a receber de clientes	17.519	14.366
Ativo de contrato	4.291	48.969
Outros créditos	583	1.193
	25.945	65.188
Ativos financeiros por meio do resultado		
Aplicações financeiras	497	462
	497	462
Total do ativo financeiro	**26.442**	**65.650**
Passivos financeiros pelo custo amortizado		
Empréstimos e financiamentos	(79.023)	(81.223)
Arrendamento mercantil	(5.990)	(5.793)
Contas a pagar de fornecedores	(6.131)	(6.821)
Concessão dos serviços públicos	(73.356)	(69.607)
Contas a pagar de partes relacionadas	(11.168)	(7.634)
Empréstimos com partes relacionadas (mútuos)	(7.008)	(1.834)
Dividendos a pagar	(6.329)	(6.645)
Outras obrigações	(602)	(1.283)
Total do passivo financeiro	**(189.607)**	**(180.840)**
Ativos e passivos financeiros, líquidos	**(163.165)**	**(115.190)**

4.3. Gestão de capital O objetivo principal da gestão de capital da Companhia é o de salvaguardar a capacidade de sua continuidade para oferecer retorno aos acionistas. A Companhia administra a estrutura de capital e a ajusta considerando as mudanças nas condições econômicas e requerimentos de covenants financeiros. Para manter ou ajustar a estrutura de capital, a Companhia pode ajustar o pagamento de dividendos aos acionistas, devolver o capital a eles ou emitir novas ações. A Companhia monitora o capital por meio de quocientes de alavancagem, que é a dívida líquida dividida pelo capital total, acrescido da dívida líquida. Em 31/12/2023 e de 2022, os índices de alavancagem financeira são os seguintes:

	31/12/2023	31/12/2022
Empréstimos e financiamentos	79.023	81.223
Empréstimos com partes relacionadas (mútuos)	7.008	1.834
(-) Caixa e equivalentes de caixa	(3.552)	(660)
(-) Aplicações financeiras	(497)	(462)
Dívida líquida	**81.982**	**81.935**
Patrimônio líquido	88.366	81.324
Total do capital	**170.348**	**163.259**
Índice de alavancagem	**48%**	**50%**

5. Caixa e equivalentes de caixa

	31/12/2023	31/12/2022
Caixa	3	3
Bancos	2.137	657
Aplicações financeiras	1.412	-
	3.552	**660**

As aplicações financeiras são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor. Essas aplicações financeiras referem-se a Certificados de Depósitos Bancários (CDB) e são remuneradas a uma variação anual média de 99% do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) em 31/12/2023.

6. Aplicações financeiras:	31/12/2023	31/12/2022
Aplicações financeiras	497	462
	497	**462**

As aplicações financeiras referem-se a Certificados de Depósitos Bancários (CDB) e são remuneradas a uma variação anual média de 99,50% do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) em 31/12/2023 e de 2022. A Administração possui a intenção de manter essas aplicações financeiras para investimentos.

7. Contas a receber:	31/12/2023	31/12/2022
Contas a receber de clientes (i)	24.339	21.452
Provisão para perda de crédito esperada (ii)	(6.820)	(7.086)
	17.519	**14.366**
Ativo circulante	17.124	13.851
Ativo não circulante (iii)	395	515
	17.519	**14.366**

(i) Referem-se ao faturamento das medições de volume do consumo de água, tratamento de esgoto e de serviços complementares efetuados pela Companhia. A própria Companhia é responsável pela cobrança junto aos consumidores finais. Essas contas a receber são registradas pelo valor nominal e não são ajustadas a valor presente por apresentarem vencimento de curto prazo. O prazo médio de recebimento dessas contas é de 30 dias. Em 31/12/2023 e de 2022, não existiam saldos de contas a receber dados em garantia. (ii) O critério para constituição da provisão para perda de crédito esperada reflete a provisão de 100% dos títulos a receber vencidos há mais de 180 dias. Os títulos vencidos a mais de 180 dias, para os quais houve renegociação/parcelamento, no pagamento da primeira parcela, o saldo da dívida é desconsiderado da provisão. Essa exclusão é necessária pois os valores do parcelamento são imputados nas faturas a vencer do respectivo cliente. Se ocorrer atrasos superiores a 90 dias nos títulos a receber de clientes com parcelamento, é constituída a provisão para perda de crédito esperada do saldo total da dívida. Adicionalmente, a Companhia também leva em consideração sua análise individualizada sobre a situação financeira de cada cliente e seu histórico de perdas. A provisão constituída é considerada suficiente pela Administração da Companhia para cobrir os riscos de perdas existentes. (iii) Os valores a receber no ativo não circulante referem-se ao acordo de confissão e parcelamento de dívida entre a Companhia e a Santa Casa de Misericórdia de Araçatuba. O acordo foi assinado entre as partes em 11/02/2015, no montante inicial de R$1.164 a ser pago em 150 parcelas. Após o acordo, a Santa Casa de Misericórdia de Araçatuba está cumprindo com suas obrigações e não houve atrasos nos pagamentos. As contas a receber, por idade de vencimento, estão demonstradas abaixo:

	31/12/2023	31/12/2022
Vencidas:		
Até 30 dias	4.146	3.226
De 31 a 60 dias	1.332	906
De 61 a 90 dias	437	199
De 91 a 120 dias	141	139
De 121 a 150 dias	115	129
De 151 a 180 dias	107	122
De 181 a 360 dias	531	724
Vencidas:		
Acima de 361 dias	4.720	5.414
	11.529	10.859
A vencer:		
Até 30 dias	7.093	6.856
De 31 a 60 dias	2	14
De 61 a 90 dias	-	12
Acima de 91 dias	5.715	3.711
	12.810	10.593
Provisão para perda de crédito esperada	(6.820)	(7.086)
	17.519	**14.366**

A movimentação da provisão para perda de crédito esperada está demonstrada abaixo:

	31/12/2023	31/12/2022
Saldo inicial	(7.086)	(6.695)
Complemento de provisão	(2.893)	(5.928)
Reversão de provisão	3.159	5.537
	(6.820)	**(7.086)**

As reversões de provisão correspondem aos recebimentos ocorridos no exercício. **8. Ativo de contrato:** O ativo de contrato refere-se ao direito contratual da Companhia de receber caixa dos usuários pelos serviços de construção do sistema de distribuição de água e tratamento de esgoto, quando da entrada em operação dos respectivos ativos, e estão mensurados ao seu valor de custo acrescido de encargos financeiros, quando aplicável. Quando da conclusão da construção da infraestrutura, o ativo de contrato será classificado como ativo intangível. A movimentação do ativo de contrato está demonstrada abaixo:

	31/12/2023	31/12/2022
Saldo no início do exercício	48.969	22.794
Adições (i)	14.262	29.300
Baixas	(38)	-
Transferências (ii)	(58.902)	(3.125)
Total	**4.291**	**48.969**

(i) As adições correspondem às obras em andamento. (ii) Referem-se às transferências para o ativo intangível em decorrência da conclusão das obras. No ano de 2023, foram concluídas algumas obras, sendo as mais significativas: ampliações nas estações de tratamento na ETE IV, a construção da Usina Fotovoltaica para a geração de energia solar e o projeto de setorização e gestão de perdas.

9. Intangível:

Custo	31/12/2022	Adições	Baixas	Transferências	31/12/2023
Outorga (i)	86.683	-	-	-	86.683
Captação, distribuição e coleta (redes e tubulações) (ii)	157.042	9.335	-	(34.510)	131.867
Máquinas, aparelhos e equipamentos	3.899	742	(204)	30.000	34.437
Móveis e utensílios	648	58	(2)	(137)	567
Instalações	478	40	(3)	(133)	382
Veículos	2.374	-	(61)	37	2.350
Equipamentos de informática	1.331	273	(19)	531	2.116
Edificações	403	-	-	63.121	63.524
Ferramentas	33	9	-	(42)	-
Embarcações	11	-	-	(11)	-
Direito de uso - arrendamento mercantil	687	-	(687)	-	-
Direito de uso - servidão de passagem	6.356	-	-	-	6.356
Software	2.890	-	-	46	2.936
	262.835	**10.457**	**(976)**	**58.902**	**331.218**

Custo	31/12/2021	Adições	Baixas	Transferências	31/12/2022
Outorga (i)	86.683	-	-	-	86.683
Captação, distribuição e coleta (redes e tubulações) (ii)	138.154	15.847	-	3.041	157.042
Máquinas, aparelhos e equipamentos	3.121	706	(8)	80	3.899
Móveis e utensílios	582	71	(9)	4	648
Instalações	429	49	-	-	478
Veículos	2.374	-	-	-	2.374
Equipamentos de informática	1.171	163	(3)	-	1.331
Edificações	403	-	-	-	403
Ferramentas	33	-	-	-	33
Embarcações	11	-	-	-	11
Direito de uso - arrendamento mercantil	684	15	(12)	-	687
Direito de uso - servidão de passagem	-	6.356	-	-	6.356
Software	2.890	-	-	-	2.890
	236.535	**23.207**	**(32)**	**3.125**	**262.835**

Amortização	31/12/2022	Adições	Baixas	Transferências	31/12/2023
Outorga (i)	(29.534)	(3.356)	-	-	(32.890)
Captação, distribuição e coleta (redes e tubulações) (ii)	(24.250)	(4.764)	-	12.341	(16.673)
Máquinas, aparelhos e equipamentos	(1.083)	(1.652)	41	(3.194)	(5.888)
Móveis e utensílios	(239)	(55)	1	45	(248)
Instalações	(123)	(31)	-	53	(101)
Veículos	(2.342)	(33)	61	(11)	(2.325)
Equipamentos de informática	(967)	(239)	11	(85)	(1.280)
Edificações	(62)	(2.777)	-	(9.165)	(12.004)
Ferramentas	(25)	-	-	25	-
Embarcações	(7)	-	-	7	-
Direito de uso - arrendamento mercantil	(687)	-	687	-	-
Direito de uso - servidão de passagem	(2.805)	(161)	-	-	(2.966)
Software	(2.301)	(329)	-	(16)	(2.646)
	(64.425)	**(13.397)**	**801**	**-**	**(77.021)**

Amortização	31/12/2021	Adições	Baixas	Transferências	31/12/2022
Outorga (i)	(26.653)	(2.881)	-	-	(29.534)
Captação, distribuição e coleta (redes e tubulações) (ii)	(17.886)	(6.364)	-	-	(24.250)
Máquinas, aparelhos e equipamentos	(762)	(329)	8	-	(1.083)
Móveis e utensílios	(181)	(62)	4	-	(239)
Instalações	(77)	(46)	-	-	(123)
Veículos	(2.309)	(33)	-	-	(2.342)
Equipamentos de informática	(831)	(137)	1	-	(967)
Edificações	(45)	(17)	-	-	(62)
Ferramentas	(22)	(3)	-	-	(25)
Embarcações	(6)	(1)	-	-	(7)
Direito de uso - arrendamento mercantil	(546)	(141)	-	-	(687)
Direito de uso - servidão de passagem	-	(2.820)	15	-	(2.805)
Software	(1.957)	(344)	-	-	(2.301)
	(51.275)	**(13.178)**	**28**	**-**	**(64.425)**

Saldo líquido	31/12/2023	31/12/2022
Outorga (i)	53.793	57.149
Captação, distribuição e coleta (redes e tubulações) (ii)	115.194	132.792
Máquinas, aparelhos e equipamentos	28.549	2.816
Móveis e utensílios	319	409
Instalações	281	355
Veículos	25	32
Equipamentos de informática	836	364
Edificações	51.520	341
Ferramentas	-	8
Embarcações	-	4
Direito de uso - arrendamento mercantil	-	-
Direito de uso - servidão de passagem (iii)	3.390	3.551
Software	290	589
	254.197	**198.410**

Saldo líquido	31/12/2022	31/12/2021
Outorga (i)	57.149	60.030
Captação, distribuição e coleta (redes e tubulações) (ii)	132.792	120.268
Máquinas, aparelhos e equipamentos	2.816	2.359
Móveis e utensílios	409	401
Instalações	355	352
Veículos	32	65
Equipamentos de informática	364	340
Edificações	341	358
Ferramentas	8	11
Embarcações	4	5
Direito de uso - arrendamento mercantil	-	138
Direito de uso - servidão de passagem (iii)	3.551	-
Software	589	933
	198.410	**185.260**

i) A Companhia é concessionária dos serviços públicos de abastecimento de água potável e esgotamento sanitário na cidade de Araçatuba/SP, e contabiliza o contrato de concessão conforme a ICPC 01 (R1) - Contratos de concessão. A Companhia tem acesso para operar a infraestrutura para prestação dos serviços públicos em nome do poder concedente, nos termos do contrato de concessão, atuando como prestador de serviço durante o prazo da concessão. A concessão tem vigência até novembro de 2042. Ao término da concessão, todos os bens públicos e instalações utilizados, bem como todas as obras e instalações realizadas pela Companhia, serão revertidas pelo saldo líquido das respectivas amortizações ao Departamento de Água e Esgoto de Araçatuba (DAEA) sem qualquer retorno financeiro para a Companhia. ii) Correspondem às estações tratamento de esgoto (elevatórias e redes) e estações de tratamento de água (reservatórios e redes). iii) Em 2022, a Companhia assinou o termo de autorização de uso de faixa de domínio a título precário e oneroso junto à ViaRondon Concessionária de Rodovia S.A. Esse termo oferece o direito à Companhia de utilizar a faixa de domínio da Rodovia Marechal Rondon para a passagem de tubulações de água e esgoto, utilizadas pela Companhia na prestação dos serviços inerentes ao contrato de concessão que a Companhia possui. Por consequência do referido termo, a Companhia passou a registrar o direito de uso da faixa de domínio e sua correspondente amortização. O prazo para amortização do direito de uso de servidão de passagem será até o prazo final do contrato de concessão, em novembro de 2042. Os detalhes sobre os pagamentos e prazos da obrigação estão descritos na nota explicativa nº 11. Conforme mencionado nas notas explicativas nº 11 e 21, as adições do direito de uso de arrendamento e direito de uso da servidão de passagem, no reconhecimento inicial, nos montantes totais de R$6.371 em 31/12/2022, não afetaram as movimentações do fluxo de caixa. A Companhia revisa a cada exercício a vida útil e os valores residuais dos bens do ativo intangível. Não houve mudança nas taxas e nos valores residuais em relação ao exercício anterior. Os anos de vida útil estimados para cada grupo de ativo intangível estão divulgados na nota explicativa nº 2.9.

10. Empréstimos e financiamentos:

Modalidade e encargos financeiros anuais	Taxa efetiva de juros anual	Vencimento	31/12/2023	31/12/2022
Banco BNDES	IPCA + 2,31 a.a. ("A") e IPCA + 2,71% a.a. ("B")	Ago/2041	79.023	81.223
			79.023	**81.223**
Passivo circulante			4.739	4.716
Passivo não circulante			74.284	76.507
			79.023	**81.223**

O financiamento com o BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social) está destinado a investimentos na modernização e expansão do sistema de abastecimento de água e esgotamento sanitário. Os juros estavam sendo pagos de forma trimestral desde fevereiro de 2019 e a partir de setembro de 2022 passaram a ser pagos mensalmente. Nesse contrato de financiamento, há cláusula restritiva denominada "covenants" e garantias, relativas ao nível de endividamento da Companhia e o cumprimento de obrigações acessórias, que são aplicáveis desde o encerramento do prazo de carência do contrato. Em relação às garantias, o financiamento possui como garantia a cessão fiduciária dos recebíveis das contas decorrentes da cobrança de água e esgoto e referem-se à: • Cessão fiduciária de direitos creditórios emergentes do contrato de concessão, bem como de seus aditivos posteriores; • Penhor de 100% das ações representativas do capital social da Companhia, bem como todas as novas ações que a acionista controladora venha a adquirir no futuro, seus frutos, lucros, bonificações, juros, distribuições e demais direitos, inclusive dividendos e juros sobre o capital próprio, durante a vigência do contrato. Em relação à cláusula restritiva ("covenants"), a Companhia assumiu os seguintes compromissos de caráter econômico-financeiro constantes no contrato: • Manter o Índice de Cobertura do Serviços da Dívida (ICSD) igual ou superior a 1,5 sendo o ICSD definido por: EBITDA/ Serviço da Dívida, onde: (i) EBITDA: resultado operacional antes do resultado financeiro, impostos (IRPJ e CSLL sobre o lucro), acrescido da depreciação e amortização subtraído dos ajustes IFRS. (ii) Ajustes IFRS: resultado entre a subtração das receitas e custos relativos à prestação dos serviços de construção acrescido das receitas financeiras calculadas com base na taxa efetiva de juros sobre os ativos financeiros, quando existirem. (iii) Serviço da Dívida: pagamento de juros + amortização de principal da dívida bruta e mútuos contraídos junto a seus acionistas ou a qualquer outra empresa integrante do grupo econômico do qual a beneficiária faça parte. (iv) Dívida bruta: debêntures, empréstimos, financiamentos, quaisquer outras dívidas bancárias (incluindo instrumentos financeiros derivativos atrelados à dívida em moeda estrangeira), dívida fiscal, com fornecedores vencidos acima de 90 dias, dívidas provenientes de acordos judiciais e contratos de mútuos contraídos juntos aos acionistas ou a qualquer outra empresa integrante do grupo econômico do qual a beneficiária faça parte. (v) Dívida fiscal: saldo devedor de impostos, tributos e encargos sociais, parcelados e/ou em atraso. • Manter a relação de Patrimônio Líquido/ Ativo Total igual ou superior a 0,30. • Manter a relação de Dívida Líquida/EBITDA igual ou inferior a 3,0 onde dívida líquida é a dívida bruta deduzida do saldo de caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras. Em 31/12/2023 e de 2022, a Companhia cumpriu com todos os compromissos e cláusulas restritivas estabelecidas no contrato. A movimentação dos empréstimos e financiamentos está demonstrada abaixo:

	31/12/2023	31/12/2022
Saldo inicial	81.223	78.544
Captação de novos empréstimos e financiamentos	2.287	5.622
Juros incorridos no exercício	7.899	9.192
Amortização de principal	(4.383)	(10.691)
Amortização de juros	(8.003)	(1.444)
	79.023	**81.223**

As parcelas de longo prazo apresentam o seguinte cronograma de vencimento:

2025	4.457
2026	4.457
2027	4.457
2028	4.457
Após 2028	56.456
	74.284

11. Arrendamento mercantil:

	31/12/2023	31/12/2022
ViaRondon Concessionária de Rodovia S.A	5.990	5.792
Demais arrendamentos	-	1
	5.990	**5.793**
Passivo circulante	1.580	1.481
Passivo não circulante	4.410	4.312
	5.990	**5.793**

Em 2022, a Companhia assinou o termo de autorização de uso da faixa de domínio a título precário e oneroso junto à ViaRondon Concessionária de Rodovia S.A. Esse termo oferece o direito à Companhia de utilizar a faixa de domínio da Rodovia Marechal Rondon para a passagem de tubulações de água e esgoto, utilizadas pela Companhia na prestação dos serviços inerentes ao contrato de concessão que a Companhia possui. Por consequência do referido termo, a Companhia passou a registrar o direito de uso da faixa de domínio e sua correspondente amortização, bem como a obrigação a pagar para a ViaRondon pelo uso da faixa de domínio e o seu correspondente ajuste a valor presente (AVP). O referido contrato possui vigência até 2039. O valor da dívida é atualizado, mensalmente, pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) fechado do mês anterior. O ajuste a valor presente é calculado considerando o IPCA acumulado do ano anterior, encerrado em 31/12/2022. Em 31/12/2023, as taxas consideradas para a atualização mensal da dívida, bem como para o cálculo do ajuste a valor presente foram 0,28% e 6,0% (0,41% e 5,90% em 31/12/2022, respectivamente). Esses índices constam no referido contrato de arrendamento. Os pagamentos são mensais e anuais. A movimentação dos arrendamentos é como segue:

	31/12/2023	31/12/2022
Saldo anterior	5.793	137
Novos contratos de arrendamento	-	9.017
Atualização monetária	250	968
Ajuste a valor presente	1.440	(2.646)
Pagamentos	(1.493)	(1.683)
	5.990	**5.793**

Conforme divulgado nas notas explicativas nº 9 e 21, as adições do direito de uso de arrendamento e direito de uso da servidão de passagem, no reconhecimento inicial, líquidas do ajuste a valor presente, nos montantes totais de R$6.371 em 31/12/2022, não afetaram as movimentações do fluxo de caixa. **12. Concessão de serviços públicos:** O contrato de concessão prevê a outorga a pagar para o município de Santa Cruz das Palmeiras o valor a pagar de outorga definido contratualmente foi no montante de R$ 4. A outorga a pagar é definida contratualmente como "ônus fixo" e "ônus variável". O ônus variável foi liquidado em abril de 2014. O ônus fixo é pago de forma mensal e será pago durante todo o período da concessão (30 anos). Em 31/12/2023, o valor atualizado do ônus fixo mensal é de R$ 520 (R$ 478 em 31/12/2022). No mês de dezembro de cada ano são pagas duas parcelas, totalizando 13 pagamentos por ano. O valor da outorga é atualizado com base no reajuste tarifário, considerando a variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor (IPCA) dos últimos 12 meses, divulgada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). A decisão sobre o reajuste é publicada na imprensa oficial e em site na internet e passa a entrar em vigor imediatamente após a divulgação. O reajuste tarifário, divulgado em março de 2023, vigente em 31/12/2023, é de 8,87% (10,06% em 31/12/2022). Como garantia, o poder concedente requereu da Companhia um seguro garantia de cumprimento das obrigações contratuais emitido através de apólice no 02-0775-0477764, Seguradora Junto Seguros S.A. A movimentação da outorga a pagar está demonstrada abaixo:

	31/12/2023	31/12/2022
Saldo no início do exercício	69.607	66.857
Atualização financeira	10.911	10.590
Pagamentos	(6.634)	(6.077)
Ajuste a valor presente (AVP)	(528)	(1.763)
Total	**73.356**	**69.607**
Passivo circulante	6.760	5.971
Passivo não circulante	66.596	63.636
	73.356	**69.607**

O ajuste a valor presente é representado pelo valor justo da concessão na

continuação

continuação ☛

Samar - Soluções Ambientais de Araçatuba S.A.

data do registro da outorga com base na taxa de desconto real de 6% a.a., que reflete o custo de oportunidade projetado para o negócio.

13. Partes relacionadas:

					31/12/2023
	Contas a pagar	**Mútuo a pagar**	**Dividendos e JSCP a pagar**	**Despesas financeiras**	**Despesas operacionais (serviços prestados pelo CSC)**
GS Inima Brasil Ltda. (i)	6.828	7.008	6.329	(885)	(2.421)
GS Inima Soluções em Saneamento Ltda. (ii)	4.340	-	-	-	-
	11.168	**7.008**	**6.329**	**(885)**	**(2.421)**

					31/12/2022
	Contas a pagar	**Mútuo a pagar**	**Dividendos e JSCP a pagar**	**Despesas financeiras**	**Despesas operacionais (serviços prestados pelo CSC)**
GS Inima Brasil Ltda. (i)	3.667	1.834	6.645	(11)	(1.991)
GS Inima Soluções em Saneamento Ltda. (ii)	3.967	-	-	-	-
	7.634	**1.834**	**6.645**	**(11)**	**(1.991)**

(i) Os saldos de contas a pagar com a GS Inima Brasil Ltda. correspondem aos contratos de serviços de execução, supervisão e gerenciamento de obras e será quitado no decorrer do ano de 2024. O saldo de R$ 7.008 (R$ 1.834 em 31/12/2022) corresponde a um contrato de mútuo captado entre as partes em 14/12/2022. Esse mútuo é atualizado, mensalmente, pelo CDI acrescido de 3% ao ano. O contrato de mútuo possui vencimento em 15/12/2028, motivo pelo qual a totalidade do saldo está registrada no passivo não circulante. A movimentação do mútuo está demonstrada abaixo:

	31/12/2023	31/12/2022
Saldo inicial	1.834	-
Liberação de recursos	4.289	1.823
Juros incorridos no exercício	885	11
	7.008	**1.834**

(ii) Os saldos de contas a pagar com a GS Inima Soluções em Saneamento Ltda. correspondem aos contratos de serviços de execução, supervisão, gerenciamento de obras e gestão comercial. Em 31/12/2023 a Companhia reconheceu o montante de R$ 1.009 (R$ 826 em 31/12/2022), a título de remuneração de seus administradores, os quais não obtiveram nem concederam empréstimos à Companhia e não possuem benefícios indiretos significativos. A Companhia concede participação nos lucros e resultados (PLR) a seus colaboradores. O pagamento dessa participação está vinculado ao alcance de metas operacionais e objetivos específicos, estabelecidos e aprovados no início de cada exercício. O cálculo e a provisão contábil do PLR são feitos anualmente, no encerramento de cada exercício e o pagamento se dá nos meses subsequentes ao encerramento de cada exercício. Os valores apurados no fim do exercício são apropriados ao resultado, tendo como contrapartida as obrigações sociais. O saldo de PLR a pagar em 31/12/2023 é de R$ 2.019 (R$ 1.189 em 31/12/2022). Abaixo mencionamos os participantes e definição dos valores do PLR: Participantes Os participantes nos resultados da Companhia são todos os colaboradores, diretores e gerentes contratados com vínculo empregatício, no período de abrangência do plano. Participam os empregados desligados que não foram demitidos por justa causa. No caso de demissão, a participação será proporcional ao tempo trabalhado. Valores Os critérios para definição dos valores do PLR são: metas individuais, metas departamentais e metas corporativas. Para cada meta, cargo e função, são atribuídos pesos específicos.

14. Provisão para ações judiciais:	31/12/2023	31/12/2022
Contingências cíveis (i)	474	336
Contingências trabalhistas (ii)	322	504
	796	**840**

(i) As contingências cíveis referem-se a riscos prováveis com indenizações a terceiros em relação a perdas de bens. (ii) As reclamações trabalhistas referem-se a pedidos de verbas de diferenças salariais, pedidos indenizatórios e adicionais de outras naturezas, formulados por antigos empregados, assim como aqueles referentes às empresas terceiras que prestaram serviços para a Companhia. O cálculo da provisão para ações judiciais leva em consideração a avaliação dos consultores jurídicos, internos e externos, da Companhia. Todas as ações judiciais, sejam elas de natureza tributária, cível, administrativa, ambiental ou trabalhista, são provisionadas se a classificação da probabilidade de perda por parte da Companhia for provável. A Companhia é parte em outros processos que totalizam o montante de R$ 1.627 (R$ 2.029 em 31/12/2022), com probabilidades de perdas definidas como possíveis, com base na posição de seus consultores jurídicos. Esses processos possuem as seguintes naturezas:

Natureza	31/12/2023	31/12/2022
Reclamações cíveis	1.518	1.799
Reclamações trabalhistas e previdenciárias	109	230
	1.627	**2.029**

A movimentação da provisão para ações judiciais está demonstrada abaixo:

	31/12/2023	31/12/2022
Saldo inicial	840	1.146
Complemento de provisão	405	418
Reversão de provisão	(449)	(724)
	796	**840**

Nos complementos de provisão estão incluídos juros e atualização monetária. **15. Patrimônio líquido: 15.1. Capital social:** Em 31/12/2023 e de 2022, o capital social da Companhia está totalmente integralizado e representa o montante de R$ 48.446 e está representado por 48.446 ações nominativas ordinárias, sem valor nominal, assim distribuído:

	31/12/2023 e 31/12/2022	
	Quantidade de ações integralizadas	**Participação direta no capital social**
GS Inima Brasil Ltda.	48.446	100%
	48.446	**100%**

Em 15/08/2022, através de AGE, a acionista da Companhia aprovou a integralização de capital no montante de R$ 4.232. **15.2. Reserva legal:** A reserva legal é constituída em conformidade com a legislação societária e o estatuto social, na base de 5% do lucro líquido do exercício, até atingir 20% do capital social ou 30% do saldo do capital social acrescido das reservas. Em 31/12/2023 e de 2022, a Companhia complementou a reserva legal em R$ 454 e R$ 264, respectivamente. **15.3. Reserva de contingências:** O estatuto social da Companhia prevê a retenção de 5% do lucro líquido do exercício para a constituição da reserva de contingências, limitada ao valor do capital social. Em 31/12/2023 e de 2022, a Companhia complementou a reserva de contingências em R$ 454 e R$ 264, respectivamente. **15.4. Reserva de lucros retidos e lucros acumulados:** O saldo de lucros acumulados é alocado aos lucros retidos, sendo sua distribuição definida em Assembleia Geral Ordinária (AGO) e/ou extraordinária (AGE). Em 31/12/2023, a Companhia transferiu o saldo total da conta de lucros acumulados, no montante de R$ 6.134 para a conta de lucros retidos (R$ 3.566 em 31/12/2022). **15.5. Dividendos:** O estatuto social da Companhia prevê a distribuição de dividendos às ações ordinárias e preferenciais, atendendo ao percentual mínimo e obrigatório de 25% sobre o lucro líquido, conforme definido pela Lei das Sociedades por Ações. Em 31/12/2023 e de 2022, a Companhia registrou a distribuição de dividendos mínimos obrigatórios nos montantes de R$ 2.044 e R$ 1.188, respectivamente.

16. Receita líquida:	31/12/2023	31/12/2022
Receita bruta		
Tratamento de água	60.321	52.671
Tratamento de esgoto	58.905	51.720
Serviços de construção (i)	24.719	46.138
Gestão comercial	4.145	2.958
	148.090	153.487
Deduções da receita		
PIS	(1.973)	(1.735)
COFINS	(9.088)	(7.992)
Vendas canceladas e descontos concedidos	(3.797)	(2.186)
	(14.858)	(11.913)
Receita líquida	**133.232**	**141.574**

(i) As receitas dos serviços de construção são reconhecidas com base no estágio de conclusão das obras realizadas e referem-se às ampliações nas estações de tratamento na ETE IV, à construção da Usina Fotovoltaica para a geração de energia solar e ao projeto de setorização e gestão de perdas. A Administração da Companhia entende que a concessão de água e esgoto não prevê margem de lucro na construção, por isso a receita de construção é igual ao custo.

17. Custos e despesas por natureza:	31/12/2023	31/12/2022
Custo dos servicos prestados		
Pessoal	(14.750)	(12.730)
Materiais	(5.939)	(5.196)
Serviços de terceiros	(5.818)	(4.578)
Energia elétrica	(13.076)	(12.504)
Depreciação e amortização	(13.221)	(10.175)
Obras civis (i)	(24.719)	(46.138)
Taxas de licença de operação e gerenciamento	(3.259)	(2.856)
Aluguéis	(968)	(1.159)
Combustíveis e manutenção de veículos	(1.295)	(1.161)
Seguros	(500)	(466)
Outros custos com operação	(109)	(626)
	(83.654)	**(97.589)**

(i) Os custos dos serviços de construção são reconhecidos com base no estágio de conclusão das obras realizadas e referem-se às ampliações nas estações de tratamento na ETE IV, à construção da Usina Fotovoltaica para a geração de energia solar e ao projeto de setorização e gestão de perdas. A Administração da Companhia entende que a concessão de água e esgoto não prevê margem de lucro na construção, por isso a receita de construção é igual ao custo.

	31/12/2023	31/12/2022
Despesas gerais e administrativas		
Pessoal	(6.736)	(5.958)
Materiais	(483)	(448)
Serviços de terceiros	(3.344)	(3.441)
Serviços do CSC (Centro de Serviços Compartilhados)	(2.421)	(1.991)
Depreciação e amortização (i)	(176)	(3.003)
Despesas jurídicas	(840)	(885)
Publicidade e propaganda	(279)	(192)
Perdas estimadas de créditos de liquidação duvidosa	266	(391)
Provisão para ações judiciais	44	306
Aluguéis	(492)	(280)
Outras despesas operacionais	(627)	(792)
	(15.088)	**(17.075)**

18. Resultado financeiro:	31/12/2023	31/12/2022
Receitas financeiras		
Rendimentos sobre aplicações financeiras	45	69
Variação monetária e cambial ativa	70	196
Ajuste a valor presente de arrendamento mercantil	-	2.646
Ajuste a valor presente da outorga	528	-
Juros sobre títulos recebidos	2.008	1.438
	2.651	**4.349**
Despesas financeiras		
Juros sobre empréstimos e financiamentos	(7.899)	(9.192)
Atualização financeira da outorga	(10.911)	(10.590)
Ajuste a valor presente da outorga	-	1.763
Atualização financeira de arrendamento mercantil	(250)	(968)
Ajuste a valor presente de arrendamento mercantil	(1.440)	-
Variação monetária e cambial passiva	(47)	(345)
Descontos concedidos	(924)	(906)
Juros e despesas bancárias	(1.032)	(2.840)
Juros sobre mútuos	(885)	(11)
Outras despesas financeiras	(234)	(328)
	(23.622)	**(23.417)**
Total do resultado financeiro	**(20.971)**	**(19.068)**

19. IRPJ e CSLL: 19.1. Reconciliação da alíquota efetiva do IRPJ e CSLL:

	31/12/2023	31/12/2022
Lucro antes do IRPJ e da CSLL	13.658	7.960
Alíquota vigente	34%	34%
Despesa calculada com IRPJ e CSLL à alíquota vigente	(4.644)	(2.706)
Ajustes para alíquota efetiva:		
Diferenças permanentes	72	28
Despesa com IRPJ e CSLL corrente	**(4.572)**	**(2.678)**
Correntes	(4.519)	(911)
Diferidos	(53)	(1.767)
	(4.572)	**(2.678)**

19.2. IRPJ e CSLL diferidos:	31/12/2023	31/12/2022
Ativo fiscal diferido (i)	7.568	7.491
Passivo fiscal diferido (ii)	(6.363)	(6.233)
IRPJ e CSLL diferidos, líquidos	**1.205**	**1.258**

(i) O ativo fiscal diferido está atrelado as seguintes diferenças temporárias: provisão estimada de créditos de liquidação duvidosa, provisão para ações judiciais, provisão para obsolescência dos estoques, participação nos lucros e resultados, ajuste a valor presente sobre a outorga e diferenças de depreciação e amortização fiscal e societária. (ii) O passivo fiscal diferido está atrelado as seguintes diferenças temporárias: ajuste a valor presente sobre a outorga, ajuste a valor presente sobre a obrigação a pagar a fornecedores e ajuste a valor presente sobre o arrendamento mercantil. A expectativa de realização do imposto diferido, líquido é como segue:

2024	48
2025	58
2026	68
A partir de 2026	1.031
	1.205

A movimentação do IRPJ e CSLL diferidos é como segue:

	31/12/2023		31/12/2022	
	Ativo	**Passivo**	**Ativo**	**Passivo**
Saldo em 1º de janeiro	7.491	(6.233)	7.975	(4.950)
Reconhecimento na demonstração do resultado	77	(130)	(484)	(1.283)
	7.568	**(6.363)**	**7.491**	**(6.233)**

20. Lucro por ação: A tabela a seguir reconcilia o lucro líquido e a média ponderada do valor por ação, utilizadas para o cálculo do lucro líquido básico e do lucro líquido diluído por ação:

	31/12/2023	31/12/2022
Lucro atribuível aos acionistas da Companhia	9.086	5.282
Quantidade média ponderada de ações ordinárias e preferenciais emitidas (milhares)	48.446	48.446
Lucro básico por ação	**0,19**	**0,11**

21. Demonstrações dos fluxos de caixa: A seguir demonstramos as transações que não afetaram o caixa em 31/12/2023 e de 2022:

	31/12/2023	31/12/2022
Adições de novos contratos de arrendamento	-	6.371
Transferências do ativo de contrato para intangível	58.902	3.125
Dividendos propostos e não pagos	6.329	6.645
	65.231	**16.141**

22. Cobertura de seguros: A Companhia, por força contratual, mantém regularizadas e atualizadas as garantias que cobrem a execução e cumprimento do contrato de construção e das demais funções operacionais. Adicionalmente, a Companhia mantém coberturas de riscos inerentes ao desenvolvimento de todas as suas atividades, inclusive seguros do tipo "todos os riscos" para os danos materiais, cobrindo perda, destruição ou dano dos bens que integram o contrato de acordo com os padrões internacionais para empreendimentos dessa natureza, nas seguintes modalidades: riscos de construção, projetista, maquinário e equipamentos de obra, danos patrimoniais, avaria de máquinas e perda de receitas. Em 31/12/2023, as coberturas de seguros são resumidas como segue:

Tipo de cobertura	**Importâncias seguradas**
Garantia de contrato	9.510
Garantia compra e venda energia	714
Responsabilidade civil	20.000
Riscos operacionais	15.000
Equipamentos	190
Frota	100% tabela Fipe

23. Eventos subsequentes: A Companhia não identificou eventos subsequentes às demonstrações financeiras que necessitam de divulgações aos usuários dessas demonstrações.

A DIRETORIA

Paulo Roberto de Oliveira - Diretor Presidente
Eduardo Henrique Telles Caldeira - Diretor Técnico
Rodrigo Basso - Contador - CRC 1SP 266.229/O-8

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Acionistas e Administradores da **Samar - Soluções Ambientais de Araçatuba S.A.,** Araçatuba – SP. **Opinião:** Examinamos as demonstrações financeiras da Samar - Soluções Ambientais de Araçatuba S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31/12/2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31/12/2023, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras:** A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Campinas, 28/03/2024.

ERNST & YOUNG Auditores Independentes
CRC SP-027623/F

Marcos Roberto Sponchiado
Contador
CRC SP-175536/O-5

Documento assinado e certificado digitalmente Conforme MP 2.200-2 de 24/08/2001Confira ao lado a autenticidade

A publicação acima foi realizada e certificada no dia 12/04/2024

ICP Brasil

Acesse a página de **Publicações Legais** no site do **Jornal Data Mercantil**, apontando a câmera do seu celular no QR Code, ou acesse o link: **www.datamercantil.com.br/publicidade_legal**

Construtora Centenário S.A. Empreendimentos e Participações

CNPJ/MF nº 43.382.027/0001-07

Relatório da Diretoria

Prezados Senhores: Em atendimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas., o Balanço Patrimonial e demais demonstrações contábeis referentes ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2023. Colocamo-nos à inteira disposição dos senhores acionistas para quaisquer esclarecimentos julgados necessários.

A Diretoria

Balanços Patrimoniais em 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022 *(Em Reais)*

		Controladora		Consolidado	
Ativo	**Nota**	**2023**	**2022**	**2023**	**2022**
Circulante					
Caixa e Equivalente de Caixa		8.323	4.196	51.596.939	94.574.567
Contas a Receber		–	–	50.156.594	11.616.511
Outros Ativos Circulantes		2.164.556	3.934.252	59.315.224	53.941.825
Total do Circulante		**2.172.879**	**3.938.448**	**161.068.757**	**160.132.903**
Não Circulante					
Depósito para Defesa de Recursos		–	–	2.192.857	2.283.339
Empréstimos às Associadas		–	–	506.471	135.278
Contas a Receber		–	–	324.376.814	325.216.800
Investimentos em Controladas	(7)	652.400.307	609.995.887	–	518.777
Deságio Aquisição Investimento		(882.157)	(882.157)	(882.157)	(882.157)
Investimentos em Imóveis	(8)	724.912	724.912	17.624.912	724.912
Imobilizado Líquido		–	–	6.687.276	7.839.708
Intangível		–	–	398.560.740	398.652.674
Total do Não Circulante		**652.243.062**	**609.838.642**	**749.066.913**	**734.489.331**
Total do Ativo		**654.415.941**	**613.777.090**	**910.135.670**	**894.622.234**

		Controladora		Consolidado	
Passivo	**Nota**	**2023**	**2022**	**2023**	**2022**
Circulante					
Contas a Pagar		2.158.388	7.504.253	68.096.937	103.846.287
Empréstimos e Financiamentos		–	–	14.590.610	14.251.751
Salários e Encargos		–	–	12.897.404	7.416.245
Provisão para Férias e Encargos		–	–	3.620.272	4.995.642
Impostos, Taxas e Contribuições		202.611	185.485	13.584.521	9.409.018
Total do Circulante		**2.360.999**	**7.689.738**	**112.789.744**	**139.918.943**
Não Circulante					
Empréstimos de Associadas	(6)	4.070.871	3.326.848	506.472	135.278
Empréstimos e Financiamentos		–	–	79.353.268	59.448.996
Impostos a Recolher – Refis		–	–	3.297	58.876
Parcelamentos		354.416	501.294	12.798.713	12.022.324
Contas a Pagar		31.923.512	3.513.572	38.442.283	34.367.799
Aluguéis a Pagar		–	–	1.539.521	789.296
Provisão para Demandas Judiciais		1.822.605	1.612.362	12.387.483	11.446.724
Provisões para perdas investimentos		13.671.638	13.452.527	4.392.099	3.288.546
Provisão IRPJ e CSLL Diferidos		–	–	40.814.568	40.814.568
Total do Não Circulante		**51.843.042**	**22.406.603**	**190.237.704**	**162.372.407**
Patrimônio Líquido					
Capital Realizado	(9)	110.210.107	106.640.101	110.210.107	106.640.101
Reserva de Capital		7.739	7.739	7.739	7.739
Reserva Legal		21.328.020	21.328.020	21.328.020	21.328.020
Reserva de Lucros		638.329.409	638.329.409	638.329.409	638.329.409
Reserva de Lucros a Realizar	(5)	73.724.886	73.724.886	73.724.886	73.724.886
Prejuízos Acumulados		(243.388.261)	(256.349.406)	(243.388.261)	(256.349.406)
Total do Patrimônio Líquido		**600.211.900**	**583.680.749**	**600.211.900**	**583.680.749**
Participação dos não controladores		–	–	6.896.322	8.650.135
Total do Passivo		**654.415.941**	**613.777.090**	**910.135.670**	**894.622.234**

As notas explicativas anexas são parte integrante destas demonstrações

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido para os anos findos em 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022 *(Em Reais)*

	Capital Realizado	Reserva de Capital	Reserva Legal	Resultado Exercício e Prejuízos Acumulados	Reserva de Lucros a Realizar	Reserva de Lucros	Total
Saldo em 31/12/2021	**106.640.101**	**7.739**	**21.328.020**	**(169.246.073)**	**117.872.752**	**594.181.543**	**670.784.082**
Transferência para Reservas de Lucros	–	–	–	–	(44.147.866)	44.147.866	–
Resultado do Exercício	–	–	–	(87.103.333)	–	–	(87.103.333)
Saldo em 31/12/2022	**106.640.101**	**7.739**	**21.328.020**	**(256.349.406)**	**73.724.886**	**638.329.409**	**583.680.749**
Aumento de Capital	3.570.006	–	–	–	–	–	3.570.006
Resultado do Exercício	–	–	–	12.961.145	–	–	12.961.145
Saldo em 31/12/2023	**110.210.107**	**7.739**	**21.328.020**	**(243.388.261)**	**73.724.886**	**638.329.409**	**600.211.900**

As notas explicativas anexas são parte integrante destas demonstrações

Demonstração do Resultado para os anos findos em 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022 *(Em Reais)*

	Controladora		Consolidado	
	2023	**2022**	**2023**	**2022**
Receita Operacional Líquida	–	–	197.551.540	122.198.455
Custo Operacional	–	–	(160.551.446)	(162.042.583)
Lucro Bruto	**–**	**–**	**37.000.094**	**(39.844.128)**
Receitas (Despesas) Operacionais				
Participação Resultados de Controladas Coligadas	**15.104.505**	**(86.226.047)**	**(1.622.329)**	**(1.186.691)**
Despesas Operacionais				
Despesas Administrativas	(290.159)	(254.923)	(4.874.197)	(4.476.713)
Despesas com Pessoal	–	–	(9.639.587)	(8.621.258)
Servs. Terceiros P. Jurídica	(493.566)	(504.657)	(10.988.100)	(49.688.117)
Depreciações	–	–	(142.364)	(2.028.347)
Outras Receitas/(Despesas) Operacionais	–	–	18.848.267	(45.016.327)
Impostos e Taxas	(28.488)	(23.236)	(1.474.693)	(6.062.948)
Receitas (Despesas) Financeiras Líquidas	(1.331.147)	(94.470)	(20.235.997)	51.092.487
	(2.143.360)	**(877.286)**	**(28.506.671)**	**(64.801.223)**
Lucro (Prejuízo) antes Contr. Social /Imposto de Renda	**12.961.145**	**(87.103.333)**	**6.871.094**	**(105.832.042)**
Contribuição Social e Imposto de Renda Diferidos	–	–	–	15.496.875
Lucro (Prejuízo) do Exercício	**12.961.145**	**(87.103.333)**	**6.871.094**	**(90.335.167)**
Lucro (Prejuízo) por ação do exercício	**3.871,31**	**(26.016,53)**	–	–

As notas explicativas anexas são parte integrante destas demonstrações

Demonstração do Fluxo de Caixa para os anos findos em 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022 *(Em Reais)*

Fluxos de Caixa Originados de:	**Atividades Operacionais**			
	Controladora		**Consolidado**	
	2023	**2022**	**2023**	**2022**
Lucro (Prejuízo) do Exercício	**12.961.145**	**(87.103.333)**	**6.871.094**	**(90.335.167)**
Ajustes de Reconciliação				
(+) Depreciação e Amortização	–	–	1.636.476	2.028.347
(+) Valor Residual na Baixa de Ativo Imobilizado	–	–	758.270	330.924
(+/-) Resultado de Equivalência Patrimonial	(15.104.505)	86.226.047	1.622.329	1.186.691
(-) Reversão de IRPJ/CSLL Diferidos	–	–	–	(15.496.875)
(-/+) Aumento/Redução nas Contas a Receber	1.769.697	1.421.047	(38.298.375)	192.806.522
(+/-) Aumento/Redução nos Fornecedores /Contas a pagar	23.064.077	(1.398.626)	(30.924.642)	37.044.245
(+/-) Aumento/Redução dos Salários a Pagar	–	–	5.481.159	1.592.704
(+/-) Aumento/Redução de Outros Impostos a Recolher	17.123	1.058	4.951.892	5.870.955
(-) Redução de Impostos a Recolher – REFIS	(146.875)	(113.426)	(55.579)	(59.085)
(+/-) Aumento/Redução nas Provisões	210.243	178.259	(434.611)	(529.196)
(=) Caixa Líquido Aplic. nas Atividades Operacionais	**22.770.905**	**(788.974)**	**(48.391.987)**	**134.440.065**
Fluxo de Caixa Originados de:	**Atividades de Financiamentos**			
(-) Empréstimos Pagos/Efetuados	–	–	(31.756.361)	(126.723.844)
(+) Encargos sobre financiamentos	–	–	15.582.409	24.906.087
(+) Empréstimos e Financiamentos Tomados/Recebidos	744.022	788.179	36.417.084	53.532.286
(=) Caixa Líq. Usado nas Atividades de Financiamento	**744.022**	**788.179**	**20.243.132**	**(48.285.471)**
Fluxo de Caixa Originados de:	**Atividades de Investimentos**			
(-) Aquisição de ativo imobilizado	–	–	(1.150.380)	(677.961)
(-) Aumento de Investimentos	(27.080.806)	–	–	–
(-) Ajustes exercícios anteriores	–	–	(13.678.393)	–
(+) Aumento de Capital	3.570.006	–	–	–
(=) Caixa Líq. Usado nas Atividades de Investimento	**(23.510.800)**	**–**	**(14.828.773)**	**(677.961)**
Aumento (Redução) no Caixa e Equivalentes de Caixa	**4.127**	**(795)**	**(42.977.628)**	**85.476.633**
Caixa e Equivalentes de Caixa (Início do Exercício)	4.196	4.991	94.574.567	9.097.934
Caixa e Equivalentes de Caixa (Final do Exercício)	8.323	4.196	51.596.939	94.574.567
Aumento (Redução) no Caixa e Equivalentes de Caixa	**4.127**	**(795)**	**(42.977.628)**	**85.476.633**

As notas explicativas anexas são parte integrante destas demonstrações.

Notas Explicativas

1. Contexto Operacional – A sociedade com sede na Rua Maria Paula, 36, 4º andar, conj. A, Bela Vista, São Paulo, Capital e tem por objeto a construção, incorporação, comércio e administração de imóveis; administração de empresas, de bens próprios ou de terceiros; importação ou exportação de equipamentos para seu uso, pertinentes ao serviço que vier a executar; participação em outras sociedades. **2. Apresentação das Demonstrações Contábeis** – As Demonstrações Contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e estão sendo apresentadas de acordo com a Lei nº 6404/76, Lei das Sociedade por Ações, observando as alterações trazidas pelas Leis nºs 11638/07 e 11941/09 e pelos pronunciamentos técnicos emitidos pelo CPC – Comitê de Pronunciamentos Contábeis, e, no ano calendário de 2014, a sociedade não fez opção pela adoção da Lei nº 12.973/14.. O conselho da administração e a diretoria aprovaram as demonstrações financeiras em 02/04/2024. **3. Principais Práticas Contábeis – a) Investimentos**: As participações em controladas e coligadas foram avaliadas pelo método de equivalência patrimonial; **b) Investimentos em Imóveis**: Está registrado ao custo monetariamente corrigido até 1995, e os terrenos tiveram seus valores avaliados a valor de mercado, de acordo com laudo fundamentado de empresa especializada. **4. DFC** – O DFC foi preparado pelo método indireto. **5. Reserva de Lucros a Realizar** – Evidencia a parcela de lucros ainda não realizada financeiramente. **6. Transações com Partes Relacionadas** – Os saldos com empresas associadas são representados por contrato de mútuo, como segue:

Saldos a Pagar	**2023**	**2022**
Cetenco Engenharia S.A.	4.070.871	3.326.848

7. Investimentos

Controladas e Coligadas	**Participação em Controladas/Coligadas**		**Resultado da Participação**	
	2023	**2022**	**2023**	**2022**
Cetenco Engenharia S.A.	652.400.307	609.780.596	15.538.906	(85.846.187)
Centenor Empreendimentos S.A.	–	5	(9)	(18)
Cetenco Empreendimentos e Participações Ltda	–	–	(85.038)	(377.416)
Porto São Bento Ltda	–	215.286	(348.792)	–
Planoar Participações Ltda.	–	–	(562)	(2.426)
Totais	**652.400.307**	**609.995.887**	**15.104.505**	**(86.226.047)**

Constituída provisão para perdas no investimento na controlada Planoar Participações Ltda. (R$ 159.283, em 2023 e R$ 158.722, em 2022), Minérios Centurião Ltda. (R$ 8.685.270, em 2023 e 2022), Cetenco Empreendimentos e Participações Ltda. (R$ 4.693.575, em 2023 e R$ 4.608.537, em 2022), Porto São Bento Ltda. (R$ 133.506 em 2023) devido ao Patrimônio Líquido Negativo.

8. Investimento em Imóveis	**2023**	**2022**
Terrenos	724.912	724.912

9. Capital Social – O Capital Social é totalmente nacional e integralizado.

Conselho de Administração e Diretoria
José Luís da Cruz – Contador CRC 1SP 171.690/O-7

Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Contábeis Individuais e Consolidadas

Aos Administradores e Acionistas da
Construtora Centenário S.A. Empreendimentos e Participações
São Paulo-SP

Opinião com ressalva: Examinamos as demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Construtora Centenário S.A. Empreendimentos e Participações, identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, exceto quanto aos possíveis efeitos do assunto descrito na seção a seguir intitulada "Base para opinião com ressalva sobre as demonstrações contábeis", as demonstrações contábeis individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Construtora Centenário S.A. Empreendimentos e Participações em 31 de dezembro de 2023, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Base para opinião com ressalva sobre as demonstrações contábeis: Não examinamos, nem foram examinadas por outros auditores independentes, as demonstrações contábeis das empresas Cetenco Empreendimentos e Participações Ltda., Planoar Participações Ltda., Porto São Bento Ltda. e Minérios Centurião Ltda., correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023, sendo que as três últimas não estão em atividade operacional. Como consequência, não nos foi possível formar uma opinião quanto a adequação dos valores representativos de tais investimentos naquela data e do correspondente resultado registrado no exercício de 2023, com base no valor de patrimônio líquido daquelas empresas, como mencionado na nota explicativa nº 7 às demonstrações contábeis. Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Empresa e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor:** A administração da Empresa é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Diretoria. Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Diretoria e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Diretoria e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Diretoria, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis individuais e consolidadas:** A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Empresa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Empresa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Empresa e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais; • obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Empresa e suas controladas; • avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração; • concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Empresa. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Empresa a não mais se manter em continuidade operacional; • avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada; • obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

São Paulo, 2 de abril de 2024
Binah SP Auditores Independentes
CRC 2SP 009.597/O-8
Isidério Deusdado Fernandes
CRC CT 1SP 165.075/O-2

Credit Suisse Hedging-Griffo Corretora de Valores S.A.

CNPJ/MF nº 61.809.182/0001-30 – NIRE 35.300.013.409

Ata da Assembleia Geral Extraordinária realizada em 04 de janeiro de 2024

Hora e Local: 14:00 horas, na sede social da Credit Suisse Hedging-Griffo Corretora de Valores S.A. ("Companhia"), na Rua Leopoldo Couto de Magalhães Jr., nº 700, 11º andar (parte), 13º e 14º andares (parte) – Itaim Bibi, cidade e Estado de São Paulo. **Presença:** Acionistas representando a totalidade do capital social. **Mesa:** Presidente: Teodoro Zemella Bruno de Lima; Secretário: Luiz Guilherme da Costa Manso Moreira de Mendonça. **Deliberações:** Todas tomadas por unanimidade: ***(a)*** foi aprovada a lavratura da presente ata na forma sumária, conforme faculta o art. 130, § 1º da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976 ("LSA"); ***(b)*** foi dispensada a convocação pela imprensa na forma do art. 124, § 4º, da LSA; ***(c)*** foi eleita para compor a Diretoria da Companhia, com mandato até a Assembleia Geral Ordinária (AGO) do ano de 2025, para o cargo de Diretora sem designação especial, a Sra. **Camila Angeli Ribeiro**, brasileira, casada, advogada, RG 26.629.598-8 SSP-SP, inscrita no CPF sob o nº 252.082.898-65, residente e domiciliada na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, com escritório na Rua Leopoldo Couto Magalhães Jr., 700, 13º andar (parte), Itaim Bibi; ***(d)*** a Diretora ora eleita declara não estar incursa em nenhum dos crimes previstos em lei que a impeça de exercer a atividade mercantil, nos termos das Declarações de Desimpedimento e do termo de posse arquivados na sede da Companhia; ***(e)*** foi consignado que a Diretora ora eleita preenche todas as condições estabelecidas na Resolução do Conselho Monetário Nacional nº 4.970, de 25 de novembro de 2021, necessárias para o exercício do cargo para o qual foi eleita; e ***(f)*** nada mais havendo a ser tratado, foi encerrada a assembleia e lavrada a ata, que foi lida e assinada por todos os presentes. **Assinaturas dos Presentes:** Presidente: Teodoro Zemella Bruno de Lima; Secretário: Luiz Guilherme da Costa Manso Moreira de Mendonça; Banco de Investimentos Credit Suisse (Brasil) S.A., neste ato representado pelos seus diretores Milena Weiss Aloisi e Luiz Guilherme da Costa Manso Moreira de Mendonça, na forma de seu Estatuto Social. Certidão. Confere com o original lavrado no livro próprio. **Luiz Guilherme da Costa Manso Moreira de Mendonça** – Secretário da Assembleia. Junta Comercial do Estado de São Paulo. Certifico o registro sob o nº 121.625/24-2 em 15/03/2024. Maria Cristina Frei – Secretária Geral.

Credit Suisse (Brasil) S.A. Corretora de Títulos e Valores Mobiliários

CNPJ/MF nº 42.584.318/0001-07 – NIRE 35.300.132.807

Ata da Assembleia Geral Extraordinária realizada em 04 de janeiro de 2024

Hora e Local: 10:00 horas, na sede social da Credit Suisse (Brasil) S.A. Corretora de Títulos e Valores Mobiliários ("Companhia"), na Rua Leopoldo Couto de Magalhães Jr., nº 700, 10º andar (parte), 12º a 14º andares (parte) – Itaim Bibi, cidade e Estado de São Paulo. **Presença:** Acionistas representando a totalidade do capital social, convocados por meio de avisos pessoais. **Mesa:** Presidente: Luiz Guilherme da Costa Manso Moreira de Mendonça; Secretário: Marcelo Augusto Ramos. **Deliberações:** Todas tomadas por unanimidade: ***(a)*** foi aprovada a lavratura da presente ata na forma sumária, conforme faculta o art. 130, § 1º da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976 ("LSA"); ***(b)*** foi dispensada a convocação pela imprensa na forma do art. 124, § 4º, da LSA; ***(c)*** foi eleita para compor a Diretoria da Companhia, com mandato até a Assembleia Geral Ordinária (AGO) do ano de 2025, para o cargo de Diretora sem designação especial, a Sra. **Camila Angeli Ribeiro**, brasileira, casada, advogada, RG 26.629.598-8 SSP-SP, inscrita no CPF sob o nº 252.082.898-65, residente e domiciliada na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, com escritório na Rua Leopoldo Couto Magalhães Jr., 700, 13º andar (parte), Itaim Bibi; ***(d)*** a Diretora ora eleita declara não estar incursa em nenhum dos crimes previstos em lei que a impeça de exercer a atividade mercantil, nos termos das Declarações de Desimpedimento e do termo de posse arquivados na sede da Companhia; ***(e)*** foi consignado que a Diretora ora eleita preenche todas as condições estabelecidas na Resolução do Conselho Monetário Nacional nº 4.970, de 25 de novembro de 2021, necessárias para o exercício do cargo para o qual foi eleita; e ***(f)*** nada mais havendo a ser tratado, foi encerrada a assembleia e lavrada a ata, que foi lida e assinada por todos os presentes. **Assinaturas dos Presentes:** Presidente: Luiz Guilherme da Costa Manso Moreira de Mendonça; Secretário: Marcelo Augusto Ramos; Banco de Investimentos Credit Suisse (Brasil) S.A., neste ato representado por seus diretores Luiz Guilherme da Costa Manso Moreira de Mendonça e Marcelo Augusto Ramos. Certidão. Confere com o original lavrado no livro próprio. **Marcelo Augusto Ramos** – Secretário da Assembleia. Junta Comercial do Estado de São Paulo. Certifico o registro sob o nº 120.743/24-3 em 14/03/2024. Maria Cristina Frei – Secretária Geral.

Banco Credit Suisse (Brasil) S.A.

CNPJ/MF nº 32.062.580/0001-38 – NIRE 35.300.525.841

Ata da Assembleia Geral Extraordinária realizada em 04 de janeiro de 2024

Hora e Local: 10:00 horas, na sede social do Banco Credit Suisse (Brasil) S.A. ("Companhia"), na Rua Leopoldo Couto de Magalhães Jr., nº 700, 10º andar (parte), 12º a 14º andares (parte) – Itaim Bibi, cidade e Estado de São Paulo. **Presença:** Acionistas representando a totalidade do capital social, convocados por meio de avisos pessoais. **Mesa:** Presidente: Luiz Guilherme da Costa Manso Moreira de Mendonça; Secretária: Milena Weiss Aloisi. **Deliberações:** Todas tomadas por unanimidade: ***(a)*** foi aprovada a lavratura da presente ata na forma sumária, conforme faculta o art. 130, § 1º da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976 ("LSA"); ***(b)*** foi dispensada a convocação pela imprensa na forma do art. 124, § 4º, da LSA; ***(c)*** foi eleita para compor a Diretoria da Companhia, com mandato até a Assembleia Geral Ordinária (AGO) do ano de 2025, para o cargo de Diretora sem designação especial, Sra. **Camila Angeli Ribeiro**, brasileira, casada, advogada, RG 26.629.598-8 SSP-SP, inscrita no CPF sob o nº 252.082.898-65, residente e domiciliada na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, com escritório na Rua Leopoldo Couto Magalhães Jr., 700, 13º andar (parte), Itaim Bibi; ***(d)*** a Diretora ora eleita declara não estar incursa em nenhum dos crimes previstos em lei que a impeça de exercer a atividade mercantil, nos termos das Declarações de Desimpedimento e do termo de posse arquivados na sede da Companhia; ***(e)*** foi consignado que a Diretora ora eleita preenche todas as condições estabelecidas na Resolução do Conselho Monetário Nacional nº 4.970, de 25 de novembro de 2021, necessárias para o exercício do cargo para o qual foi eleita; e ***(f)*** nada mais havendo a ser tratado, foi encerrada a assembleia e lavrada a ata, que foi lida e assinada por todos os presentes. **Assinaturas dos Presentes:** Presidente: Luiz Guilherme da Costa Manso Moreira de Mendonça; Secretária: Milena Weiss Aloisi; Banco de Investimentos Credit Suisse (Brasil) S.A., neste ato representado por seus diretores Luiz Guilherme da Costa Manso Moreira de Mendonça e Milena Weiss Aloisi. Certidão. Confere com o original lavrado no livro próprio. **Milena Weiss Aloisi** – Secretária da Assembleia. Junta Comercial do Estado de São Paulo. Certifico o registro sob o nº 121.376/24-2 em 15/03/2024. Maria Cristina Frei – Secretária Geral.

GPS Participações e Empreendimentos S.A.

CNPJ/MF nº 09.229.201/0001-30 – NIRE 35.300.350.120 – Companhia Aberta

Ata de Reunião Extraordinária do Conselho de Administração realizada em 25 de março de 2024

Data, Hora e Local: Reunião realizada no dia 25 de março de 2024, às **13:30** horas, na modalidade à distância e digital, e assim sendo considerada realizada na sede social da **GPS Participações e Empreendimentos S.A.**, localizada na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Miguel Frias e Vasconcelos, nº 1.215, 2º andar, Jaguaré, CEP 05345-000 ("**Companhia**" ou "**GPS**"). **Presenças:** Presentes os membros titulares do Conselho de Administração da Companhia ("**CA-GPS**"), a saber, senhores José Caetano Paula de Lacerda, Luiz Chrysostomo de Oliveira Filho, Marcos Luiz Abreu de Lima, Piero Paolo Picchioni Minardi, Otavio Yazbek, Roberto Lopes Pontes Simões e Pedro Franco Sales e a Conselheira Suplente, senhora Fernanda Didier Nascimento Pedreira, os quais participaram remotamente, nos termos do parágrafo 3º do artigo 18 do Estatuto Social da GPS e dos parágrafos 1º e 2º do artigo 12 do Regimento Interno do Conselho de Administração. **Convocação:** Realizada nos termos do parágrafo 1º do artigo 18 do Estatuto Social da Companhia e nos termos do parágrafo único do artigo 9º e do artigo 10º do Regimento Interno do Conselho de Administração. **Mesa:** Presidente: José Caetano Paula de Lacerda. Secretário: Cláudio Petruz. **Ordem do Dia: PD.CA_GPS-011-2024**: análise, deliberação e aprovação da proposta de aquisição de 100% (cem por cento) das quotas de emissão das sociedades: (i) GR Serviços e Alimentação Ltda., inscrita no CNPJ/MF sob o nº 02.905.110/0001-28; (ii) Foodbuy Alimentos Sociedade Unipessoal Ltda., inscrita no CNPJ/MF sob o nº 42.026.421/0001-31; (iii) GR Manutenção e Facilities Sociedade Unipessoal Ltda., inscrita no CNPJ/MF sob o nº 43.751.048/0001-44; (iv) Clean Mall Serviços Ltda., inscrita no CNPJ/MF sob o nº 50.784.057/0001-05 e (v) GRSA Serviços Ltda., inscrita no CNPJ/MF sob o nº 05.691.697/0001-08 ("Aquisição" e "Grupo GRSA", respectivamente), bem como autorização para que a Diretoria da Companhia tome todas as medidas que se façam necessárias à formalização da referida Aquisição. **Discussões e Deliberações:** após análise e discussão da matéria constante da Ordem do Dia, que teve por base a apresentação disponibilizada previamente no Portal do CA-GPS, contendo o resumo das razões e condições de Aquisição atualizadas, incluindo o preço, a forma de pagamento e a documentação relativa às diligências realizadas, conforme relatórios de auditoria legal, financeira, contábil, tributária, trabalhista e previdenciária, os senhores Conselheiros aprovaram, nos termos do artigo 21, incisos (xvii) e (xxiv) do Estatuto Social da GPS, por unanimidade de votos, a proposta de Aquisição, pela LC Administração de Restaurantes Ltda. S.A. ("LC Restaurantes"), inscrita no CNPJ/MF sob o nº 60.691.250/0001-47, controlada da Companhia, de 100% (cem por cento) das quotas de emissão das sociedades integrantes do Grupo GRSA, a ser formalizada mediante a assinatura do Instrumento Particular de Compra e Venda de Quotas e Outras Avenças ("CCV"), no âmbito do qual a Top Service Serviços e Sistemas S/A, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 00.973.749/0001-15 ("Top Service"), controlada da Companhia, figurará como garantidora, observado que a conclusão da Aquisição estará sujeita à aprovação pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica – CADE, dentre outras condições precedentes. Na sequência, os senhores Conselheiros autorizaram a Diretoria da Companhia a tomar todas as medidas que se façam necessárias para a formalização da Aquisição, ressaltando a relevância da realização de acompanhamento diferenciado das informações contábeis e financeiras, em prazos não superiores a 6 (seis) meses e 1 (um) ano após a conclusão da Aquisição, e da apresentação aos membros do CA-GPS do respectivo plano de integração. **Lavratura:** Foi autorizada, por unanimidade de votos, a lavratura da presente ata na forma de sumário, com a omissão das assinaturas dos senhores Conselheiros. Os Senhores Conselheiros presentes deliberaram ainda que: (i) a assinatura da presente Ata por meio eletrônico ou digital é válida e plenamente eficaz; (ii) ainda que venham a assiná-la digitalmente em local diverso, o local de assinatura é considerado, para todos os fins, como sendo na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, onde está localizada a sede da Companhia; e (iii) será considerada data de assinatura, para todos os fins e efeitos, a data da presente reunião, independentemente da data que constar na assinatura digital. **Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente deu por encerrada a Reunião do Conselho de Administração, da qual se lavrou a presente ata para aprovação e assinatura de todos os presentes. São Paulo, 25 de março de 2024. **Assinaturas:** Mesa: Presidente: José Caetano Paula de Lacerda. Secretário: Cláudio Petruz. Membros do Conselho de Administração: José Caetano Paula de Lacerda; Luiz Chrysostomo de Oliveira Filho; Marcos Luiz Abreu de Lima; Piero Paolo Picchioni Minardi; Otavio Yazbek; Roberto Lopes Pontes Simões e Pedro Franco Sales. *(confere com o original lavrado em livro próprio)* **José Caetano Paula de Lacerda** – Presidente; **Cláudio Petruz** – Secretário.

Infrasec Securitizadora S.A.

CNPJ/MF nº 10.488.244/0001-19 - NIRE: 35.300.363.124 - Companhia Aberta

Edital de Convocação - Assembleia Especial de Investidores dos Certificados de Recebíveis Imobiliários da 2ª Emissão

Ficam convocados os Srs. Titulares dos Certificados de Recebíveis Imobiliários da 2ª Emissão da Emissora ("Titulares de CRI" e "CRI", respectivamente), nos termos do Termo de Securitização, firmado em 27/04/2012, conforme aditado ("Termo de Securitização"), a reunirem-se em Assembleia Especial de Titulares dos CRI ("Assembleia"), a realizar-se no dia 30/04/2024, às 10h30, de forma exclusivamente digital (ver Informações Gerais abaixo), por meio da plataforma "Zoom", sendo o acesso disponibilizado pela Emissora individualmente para os Titulares dos CRI devidamente habilitados, nos termos deste Edital de Convocação, conforme a Resolução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 60, de 23/12/2021 ("Resolução CVM 60"), a fim de deliberar sobre as seguintes matérias da Ordem do Dia: **(i)** Deliberação sobre as Demonstrações Financeiras do Patrimônio Separado da 2ª Emissão, e o respectivo Relatório do Auditor Independente, referentes ao exercício social encerrado em 31/12/2022, apresentadas pela Emissora e disponibilizadas nos sites www.infrasec.com.br, www.trusteedtvm.com.br e www.gov.br/cvm, as quais foram emitidas sem opinião modificada; **(ii)** Deliberação sobre as Demonstrações Financeiras do Patrimônio Separado da 2ª Emissão, e o respectivo Relatório do Auditor Independente, referentes ao exercício social encerrado e 31/12/2023, apresentadas pela Emissora e disponibilizadas nos sites www.infrasec.com.br, www.trusteedtvm.com.br e www.gov.br/cvm, as quais foram emitidas sem opinião modificada; **(iii)** Deliberação para que a Emissora e o Agente Fiduciário realizem, em conjunto, todos os atos e celebrem todos e quaisquer documentos necessários para a implementação das deliberações da Assembleia Informações Gerais. A Assembleia será realizada de forma digital, nos termos da Resolução CVM 60, por videoconferência, via plataforma Zoom, coordenada pela Emissora e integralmente gravada, a qual disponibilizará oportunamente o link de acesso aos Titulares de CRI que enviarem aos endereços eletrônicos contato@infrasec.com.br e fiduciario@trusteedtvm.com.br, com até 2 (dois) dias úteis de antecedência à data marcada para a realização da Assembleia os seguintes documentos: **i)** Se participante pessoa física: cópia digitalizada de documento de identidade do Titular dos CRI; caso representado por procurador, também deverá ser enviada cópia digitalizada da respectiva procuração, com firma reconhecida ou assinatura eletrônica com certificado digital, com poderes específicos para sua representação na Assembleia e outorgada há menos de 1 (um) ano, acompanhada do documento de identidade do procurador, conforme estabelece a Resolução CVM 60; **ii)** Se demais participantes: cópia digitalizada do contrato social/estatuto social (ou documento equivalente), acompanhado de documento societário que comprove a representação legal do Titular de CRI (por exemplo, ata de eleição da diretoria) e cópia digitalizada de documento de identidade do representante legal; caso representado por procurador, também deverá ser enviada cópia digitalizada da respectiva procuração com firma reconhecida ou assinatura eletrônica com certificado digital, com poderes específicos para sua representação na Assembleia e outorgada há menos de 1 (um) ano, acompanhada do documento de identidade do procurador, conforme estabelece a Resolução CVM 60. Conforme a Resolução CVM 60, os Investidores poderão votar por meio de comunicação escrita ou eletrônica, desde que recebida pela Emissora antes do início da Assembleia. São Paulo-SP, 10/04/2024. **Infrasec Securitizadora S.A. Ismail Cristiano de Souza Moutinho,** Diretor de Relações com Investidores. (11, 12 e 13/04/2024)

GPS Participações e Empreendimentos S.A.

CNPJ/MF nº 09.229.201/0001-30 – NIRE 35.300.350.120 – Companhia Aberta

Ata de Reunião Extraordinária do Conselho de Administração realizada em 18 de março de 2024

Data, Hora e Local: No dia 18 de março de 2024, às **17:00** horas, na modalidade à distância e digital, e assim sendo considerada realizada na sede social da GPS Participações e Empreendimentos S.A., localizada na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Miguel Frias e Vasconcelos, nº 1.215, 2º andar, Jaguaré, CEP 05345-000 ("Companhia" ou "GPS"). **Presenças:** Presentes os membros do Conselho de Administração da Companhia ("CA-GPS"), a saber, senhores José Caetano Paula de Lacerda, Luiz Chrysostomo de Oliveira Filho, Marcos Luiz Abreu de Lima, Piero Paolo Picchioni Minardi, Otavio Yazbek, Roberto Lopes Pontes Simões e Pedro Franco Sales, os quais participaram remotamente nos termos do parágrafo 3º do artigo 18 do Estatuto Social da GPS e dos parágrafos 1º e 2º do artigo 12 do Regimento Interno do Conselho de Administração. **Convocação:** Realizada nos termos do parágrafo 1º do artigo 18 do Estatuto Social da Companhia e nos termos do parágrafo único do artigo 9º e do artigo 10º do Regimento Interno do Conselho de Administração. **Mesa:** Presidente: José Caetano Paula de Lacerda; Secretário: Cláudio Petruz. **Ordem do Dia: PD.CA_GPS-010-2024:** análise, deliberação e aprovação da **(i)** ratificação e complementação das condições do Programa de Opções de Compra de Ações de 2024 ("PROCA 2024" ou "Programa"), conforme deliberado pelo CA-GPS em Reunião Ordinária de 04 de março de 2024; e **(ii)** emissão de Ações e correspondente aumento do capital social da Companhia, dentro do limite do capital autorizado, para ulterior ratificação em Assembleia Geral da Companhia. **Discussões e Deliberações:** colocadas em discussão as matérias da Ordem do Dia, foram tomadas as seguintes deliberações: **I**. Aprovar, por unanimidade de votos e sem ressalvas, a **PD.CA_GPS-010-2024,** ratificando e complementando, nos termos do Plano de Opções de Compra de Ações aprovado pela Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária da Companhia realizada em 14 de abril de 2022, o PROCA 2024, o qual, devidamente rubricado pelo senhor Presidente e pelo senhor Secretário, ficará arquivado em livro próprio na sede da Companhia. **II**. Aprovar, por unanimidade de votos e sem ressalvas, no âmbito do referido PROCA 2024 e com base no inciso (viii) do artigo 21 do Estatuto Social da Companhia **(a)** a emissão de 2.684.464 (dois milhões, seiscentos e oitenta e quatro mil, quatrocentos e sessenta e quatro) ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal da Companhia, representando 0,40% (zero vírgula quarenta por cento) do capital social da Companhia anterior a tal emissão, pelo preço de emissão calculado com base na cotação média de preços de fechamento das ações da Companhia no período compreendido entre 11 de março de 2024 e 15 de março de 2024, de R$ 18,12 (dezoito reais e doze centavos) por opção, e um desconto de 10% (dez por cento) a ser pago em 05 de abril de 2024; **(b)** o consequente aumento de capital social da Companhia, pelo CA-GPS, dentro do limite do capital autorizado, no valor de R$ 48.642.487,68 (quarenta e oito milhões, seiscentos e quarenta e dois mil, quatrocentos e oitenta e sete reais e sessenta e oito centavos); **(c)** face ao aumento de capital objeto das deliberações acima, aprovar, *ad referendum* da assembleia geral da Companhia, a reforma do caput do artigo 5º do seu Estatuto Social, para refletir o aumento do capital social da Companhia, que passará a vigorar com a seguinte redação: Artigo 5º. O capital social da Companhia, totalmente subscrito e integralizado, é de R$ 1.786.808.990,73 (um bilhão, setecentos e oitenta e seis milhões, oitocentos e oito mil, novecentos e noventa reais e setenta e três centavos), dividido em 674.854.731 (seiscentos e setenta e quatro milhões, oitocentos e cinquenta e quatro mil, setecentas e trinta e uma) ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal; **(d)** a inaplicabilidade do direito de preferência aos demais acionistas da Companhia nos termos do § 3º do artigo 171 da Lei nº 6.404/1976; **(e)** nos termos do artigo 106 da Lei das Sociedades Anônimas, e do PROCA 2024, a subscrição das ações pelos Parceiros, mediante a assinatura dos subscritores nos respectivos boletins de subscrição, cabendo ressaltar que as ações emitidas participarão em igualdade de condições com as demais ações ordinárias da Companhia, relativamente a todos os benefícios e vantagens que vierem a ser declarados a partir da presente data. **Lavratura:** Foi autorizada, por unanimidade de votos, a lavratura da presente ata na forma de sumário, com a omissão das assinaturas dos senhores Conselheiros. Os Senhores Conselheiros presentes deliberaram ainda que: (i) a assinatura da presente Ata por meio eletrônico ou digital é válida e plenamente eficaz; (ii) ainda que venham a assiná-la digitalmente em local diverso, o local de assinatura é considerado, para todos os fins, como sendo na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, onde está localizada a sede da Companhia; e (iii) será considerada data de assinatura, para todos os fins e efeitos, a data da presente reunião, independentemente da data que constar na assinatura digital. **Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente deu por encerrada a Reunião do Conselho de Administração, da qual se lavrou a presente ata para aprovação e assinatura de todos os presentes. **São Paulo, 18 de março de 2024**. **Assinaturas:** Mesa: Presidente: José Caetano Paula de Lacerda; Secretário: Cláudio Petruz. Membros do Conselho de Administração: José Caetano Paula de Lacerda; Luiz Chrysostomo de Oliveira Filho; Marcos Luiz Abreu de Lima; Piero Paolo Picchioni Minardi; Otavio Yazbek; Roberto Lopes Pontes Simões; e Pedro Franco Sales. *(confere com o original lavrado em livro próprio)* **José Caetano Paula de Lacerda** – Presidente; **Cláudio Petruz** – Secretário.

Infrasec Securitizadora S.A.

CNPJ/MF nº 10.488.244/0001-19 - NIRE: 35.300.363.124 - Companhia Aberta

Edital de Convocação - Assembleia Especial de Investidores dos Certificados de Recebíveis Imobiliários da 1ª Emissão

Ficam convocados os Srs. Titulares dos Certificados de Recebíveis Imobiliários da 1ª Emissão da Emissora ("Titulares de CRI" e "CRI", respectivamente), nos termos do Termo de Securitização, firmado em 14/04/2011, conforme aditado ("Termo de Securitização"), a reunirem-se em Assembleia Especial de Titulares dos CRI ("Assembleia"), a realizar-se no dia 30/04/2024, às 11h30, de forma exclusivamente digital (ver Informações Gerais abaixo), por meio da plataforma "Zoom", sendo o acesso disponibilizado pela Emissora individualmente para os Titulares dos CRI devidamente habilitados, nos termos deste Edital de Convocação, conforme a Resolução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 60, de 23/12/2021 ("Resolução CVM 60"), a fim de deliberar sobre as seguintes matérias da Ordem do Dia: **(i)** Deliberação sobre as Demonstrações Financeiras do Patrimônio Separado da 1ª Emissão, e o respectivo Relatório do Auditor Independente, referentes ao exercício social encerrado em 31/12/2022, apresentadas pela Emissora e disponibilizadas nos sites www.infrasec.com.br, www.trusteedtvm.com.br e www.gov.br/cvm, as quais foram emitidas sem opinião modificada; **(ii)** Deliberação sobre as Demonstrações Financeiras do Patrimônio Separado da 1ª Emissão, e o respectivo Relatório do Auditor Independente, referentes ao exercício social encerrado em 31/12/2023, apresentadas pela Emissora e disponibilizadas nos sites www.infrasec.com.br, www.trusteedtvm.com.br e www.gov.br/cvm, as quais foram emitidas sem opinião modificada; e **(iii)** Deliberação para que a Emissora e o Agente Fiduciário realizem, em conjunto, todos os atos e celebrem todos e quaisquer documentos necessários para a implementação das deliberações da Assembleia. Informações Gerais. A Assembleia será realizada de forma digital, nos termos da Resolução CVM 60, por videoconferência, via plataforma Zoom, coordenada pela Emissora e integralmente gravada, a qual disponibilizará oportunamente o link de acesso aos Titulares de CRI que enviarem aos endereços eletrônicos contato@infrasec.com.br e fiduciario@trusteedtvm.com.br, com até 2 (dois) dias úteis de antecedência à data marcada para a realização da Assembleia os seguintes documentos: **i)** Se participante pessoa física: cópia digitalizada de documento de identidade do Titular dos CRI; caso representado por procurador, também deverá ser enviada cópia digitalizada da respectiva procuração, com firma reconhecida ou assinatura eletrônica com certificado digital, com poderes específicos para sua representação na Assembleia e outorgada há menos de 1 (um) ano, acompanhada do documento de identidade do procurador, conforme estabelece a Resolução CVM 60; **ii)** Se demais participantes: cópia digitalizada do contrato social/estatuto social (ou documento equivalente), acompanhado de documento societário que comprove a representação legal do Titular de CRI (por exemplo, ata de eleição da diretoria) e cópia digitalizada de documento de identidade do representante legal; caso representado por procurador, também deverá ser enviada cópia digitalizada da respectiva procuração com firma reconhecida ou assinatura eletrônica com certificado digital, com poderes específicos para sua representação na Assembleia e outorgada há menos de 1 (um) ano, acompanhada do documento de identidade do procurador, conforme estabelece a Resolução CVM 60. Conforme a Resolução CVM 60, os Investidores poderão votar por meio de comunicação escrita ou eletrônica, desde que recebida pela Emissora antes do início da Assembleia. São Paulo-SP, 10/04/2024. **Infrasec Securitizadora S.A. Ismail Cristiano de Souza Moutinho -** Diretor de Relações com Investidores. (11, 12 e 13/04/2024)

Renovar Ambiental Participações S.A.

CNPJ/MF nº 00.280.334/0001-66 – NIRE 35.300.385.098

Edital de Convocação

Ficam convocados os senhores acionistas da **Renovar Ambiental Participações S.A.** a se reunirem em Assembleia Geral Extraordinária, nos termos do art. 123 da Lei das Sociedades por Ações (Lei nº 6.404/76) e da Cláusula 6ª de seu Estatuto Social, a se realizar no dia 22 de abril de 2024, às 10 horas, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Eng. Antônio Jovino, nº 220, conj. 41, sala B, Vila Andrade, CEP.: 05727-900, a fim de deliberar sobre **(i)** a eleição dos membros da Diretoria da Companhia. São Paulo, 09 de abril de 2024. **Jaime Bargallo Arnabat** – Diretor Presidente. (10, 11 e 12/04/2024)

Cas Tecnologia S.A.

CNPJ nº 00.958.378/0001-00

Edital de Convocação

Ficam convocados os srs. acionistas para uma assembleia geral ordinária a realizar-se no dia 23/04/2024, às 10:00h, na sede social em São Paulo, SP, à Rua Dias Leme, 130, para tratar da seguinte ordem do dia: a) Aprovação das Demonstrações Contábeis do exercício de 2023 e destinação de seus resultados; b) Distribuição de dividendos; c) Eleição dos membros do Conselho de Administração. São Paulo, 11 de abril de 2024 (aa) **Welson Regis Jacometti**, Diretor Presidente. **(11, 12 e 13/04/2024)**

REC Guarulhos S.A.

CNPJ/MF nº 08.730.884/0001-41 – NIRE 35.300.340.680

Ata de Assembleia Geral Extraordinária realizada em 10 de abril de 2024

1. Data, Hora e Local. Em 10 de abril de 2024, às 09 horas, na sede da **REC Guarulhos S.A.** ("Companhia"), localizada na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 3.900, cj 501, Edifício Pedro Mariz Birmann 31, Itaim Bibi, CEP 04538-132. **2. Convocação e Presença**. Dispensada a convocação, nos termos do artigo 124, parágrafo 4º, da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das Sociedades por Ações"), em razão da presença de acionistas representando 100% do capital social da Companhia. **3. Composição da Mesa**. (i): Presidente: Dani Ajbeszyc; e (ii) Secretário: Rômulo Otoni Andrade. **4. Ordem do Dia**. Deliberar sobre: A. a aprovação da realização da 1ª (primeira) emissão, pela Companhia, de 500.000 (quinhentas mil) notas comerciais escriturais, em série única, sendo o valor total da emissão equivalente a R$ 500.000.000,00 (quinhentos milhões de reais) ("Valor Total da Emissão"), para distribuição pública, objeto de garantia firme de colocação, ("Notas Comerciais Escriturais" ou "Notas Comerciais" e "Emissão", respectivamente), nos termos da Lei nº 14.195, de 26 de agosto de 2021 ("Lei nº 14.195") e da Resolução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 160, de 13 de julho de 2022, conforme alterada ("Resolução CVM 160" e "Oferta", respectivamente), mediante a celebração do "*Termo de Emissão da 1ª (primeira) Emissão de Notas Comerciais Escriturais, em Série Única, para Distribuição Pública, da REC Guarulhos S.A.*" a ser celebrado entre a Companhia, a **Oliveira Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.**, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda ("CNPJ/MF") sob o nº 36.113.876/0004-34, na qualidade de representante dos interesses dos titulares das Notas Comerciais ("Titulares de Notas Comerciais" e "Agente Fiduciário", respectivamente), e a **GLP Investimentos II Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia**, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 15.049.586/0001-56 ("Fundo" ou "Avalista"), representado por sua gestora GLP Capital Partners Gestão de Recursos e Administração Imobiliária Ltda., inscrita CNPJ/MF sob o nº 13.478.471/0001-51, devidamente habilitada pela CVM para atuar como gestor por meio do Ato Declaratório nº 15.686, de 01 de junho 2017, na qualidade de avalista ("Gestora" e "Termo de Emissão", respectivamente); B. A aprovação para que, sob condição suspensiva, nos termos do artigo 125 do Código Civil, em garantia do fiel, integral e pontual pagamento e cumprimento de todas as obrigações pecuniárias, principais e acessórias, presentes e futuras, assumidas pela Companhia e decorrentes da emissão das Notas Comerciais Escriturais e do Termo de Emissão, incluindo o Valor Nominal Unitário (conforme abaixo definido), a Remuneração (conforme abaixo definido), o Prêmio (conforme abaixo definido), quando devido, os Encargos Moratórios (conforme abaixo definido), e os custos e despesas incorridos e a serem incorridos em relação à emissão das Notas Comerciais Escriturais, a penas convencionais, honorários advocatícios, custas e despesas judiciais ou extrajudiciais, que sejam de responsabilidade da Companhia, bem como quaisquer outros acessórios decorrentes ou oriundos da emissão das Notas Comerciais Escriturais ou do Termo de Emissão, sejam constituídas as garantias abaixo descritas ("Obrigações Garantidas"): **(i)** a celebração, sob condição suspensiva, nos termos do artigo 125 do Código Civil, do "*Instrumento Particular de Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios em Garantia e Outras Avenças*", ("Contrato de Cessão Fiduciária") celebrado sob condição suspensiva, nos termos do artigo 125 do Código Civil (conforme definido abaixo) de acordo com o artigo 66-B da Lei nº 4.728, de 14 de julho de 1965 ("Lei nº 4.728"), os artigos 18 a 20 da Lei nº 9.514, de 20 de novembro de 1997, conforme em vigor ("Lei nº 9.514") as disposições pertinentes do Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002, conforme alterada ("Código Civil"), caso aplicáveis, e demais legislações aplicáveis, em garantia do fiel, pontual e integral cumprimento e pagamento de todas as Obrigações Garantidas, a Companhia cederá fiduciariamente ao Agente Fiduciário, na qualidade de representante dos titulares das Notas Comerciais Escriturais, os direitos creditórios decorrentes (1) das parcelas de aluguel mensal (a) das quais é titular em decorrência de determinados contratos de locação vigentes ("Locatárias" e "Contrato(s) de Locação", respectivamente) e (b) daquelas a que venha a ser titular em decorrência de determinados contratos de locação que vierem a ser celebrados ("Futuras Locatárias" e "Contrato(s) de Locação Futuro", respectivamente); (2) de todos e quaisquer outros valores, presentes e futuros, principais e acessórios, devidos pelas Locatárias e Futuras Locatárias, conforme aplicável por força dos Contratos de Locação e dos Contratos de Locação Futuros, conforme aplicável, incluindo a totalidade dos respectivos acessórios, tais como atualização monetária, juros remuneratórios, encargos moratórios, multas, penalidades, indenizações, valores devidos por rescisão ou extinção antecipada dos Contratos de Locação e dos Contratos de Locação Futuros, conforme aplicável, seguros, despesas, custas, honorários, garantias e demais encargos contratuais e legais previstos nos respectivos Contratos de Locação e dos Contratos de Locação Futuros, conforme aplicável ("Direitos Creditórios Vigentes" e "Direitos Creditórios Futuros", respectivamente, e quando em conjunto, os "Direitos Creditórios"); e (3) dos direitos futuros, detidos pela Companhia em relação à Conta Vinculada (conforme definido no Termo de Emissão), na qual será depositada todos os recursos decorrentes dos Direitos Creditórios, incluindo, mas não se limitando a, todos os frutos, rendimentos e aplicações, presentes e futuros, detidos pela Companhia contra o respectivo banco depositário ("Direitos Creditórios Conta Vinculada" e, quando em conjunto com os Direitos Creditórios Futuros, os "Direitos Cedidos Fiduciariamente" e "Cessão Fiduciária", respectivamente). **(ii)** a celebração, sob condição suspensiva, nos termos do artigo 125 do Código Civil, do "*Instrumento Particular de Contrato de Alienação Fiduciária de Imóvel e Outras Avenças Sob Condição Suspensiva*" ("Contrato de Alienação Fiduciária de Imóvel"), nos termos da Lei nº 9.514, e dos artigos 1.361 e seguintes do Código Civil, quando aplicáveis, em garantia do fiel, pontual e integral cumprimento e pagamento de todas as Obrigações Garantidas, a Companhia alienará fiduciariamente ao Agente Fiduciário a integralidade de sua fração ideal do imóvel, objeto da matrícula nº 134.073, do 1º Oficial de Registro de Imóveis de Guarulhos, Estado de São Paulo ("Imóvel" e "Alienação Fiduciária de Imóvel", respectivamente). C. autorização à Diretoria da Companhia para, direta ou indiretamente, por meio de procuradores devidamente constituídos, (i) discutir, negociar e definir os termos e condições da Emissão; (ii) praticar todos os atos necessários à realização da Emissão e celebrar todos e quaisquer contratos e/ou documentos e seus eventuais aditamentos, incluindo, mas não se limitando, o Termo de Emissão, o "*Contrato de Coordenação, Colocação e Distribuição Pública, em Regime de Garantia Firme de Colocação, da 1ª (primeira) Emissão de Notas Comerciais Escriturais, em Série Única, da REC Guarulhos S.A.*", a ser celebrado entre a Companhia e determinadas instituições financeiras integrantes do sistema de distribuição de valores mobiliários ("Coordenadores" e "Contrato de Distribuição", respectivamente), o Contrato de Cessão Fiduciária e o Contrato de Alienação Fiduciária de Imóvel e seus eventuais aditamentos, bem como os demais contratos e/ou documentos relacionados à Oferta, observados os limites aqui previstos; (iii) contratar (a) os Coordenadores para intermediarem e coordenarem a Oferta; e (b) os demais prestadores de serviços para a Oferta, incluindo a instituição prestadora de serviços de escrituração das Notas Comerciais Escriturais, a instituição prestadora de serviços de banco liquidante das Notas Comerciais Escriturais, o Agente Fiduciário, o assessor legal, o banco depositário, dentre outros, podendo, para tanto, negociar e assinar os respectivos contratos; e D. ratificar todos os atos já praticados pela Diretoria, direta ou indiretamente, por meio de procuradores devidamente constituídos, relacionados às matérias acima. **5. Deliberações**: Após a discussão das matérias, os acionistas presentes, por unanimidade de votos e sem quaisquer restrições ou ressalvas, deliberaram: **A.** aprovar a realização da Emissão e da Oferta, nos termos a serem pactuados no Termo de Emissão, com as seguintes principais condições: **(i)** Valor Total da Emissão. O valor total da Emissão será de R$ 500.000.000,00 (quinhentos milhões de reais), na Data de Emissão (conforme abaixo definido) ("Valor Total da Emissão"); **(ii)** Quantidade de Notas Comerciais Escriturais. Serão emitidas 500.000 (quinhentas mil) Notas Comerciais Escriturais, em série única; **(iii)** Valor Nominal Unitário. O valor nominal unitário das Notas Comerciais Escriturais será de R$1.000,00 (mil reais) na Data de Emissão ("Valor Nominal Unitário"); **(iv)** Data de Emissão. Para todos os fins e efeitos legais, a data de emissão das Notas Comerciais Escriturais será o dia 16 de abril de 2024, correspondente à primeira data de integralização das Notas Comerciais Escriturais ("Data de Emissão"); **(v)** Data de Vencimento. As Notas Comerciais Escriturais terão prazo de vencimento de 2.560 dias, contados da Data de Emissão, vencendo, portanto, em 20 de abril de 2031 ("Data de Vencimento"); **(vi)** Atualização Monetária. O Valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário, conforme o caso, não serão atualizados monetariamente; **(vii)** Garantias. Em garantia do fiel, integral e pontual pagamento e cumprimento de todas as Obrigações Garantidas, serão constituídas as garantias abaixo descritas: a. *Aval*: O Avalista de forma irrevogável e irretratável, outorga em favor dos titulares das Notas Comerciais Escriturais, obrigando-se como avalista e, na condição de principal pagador, solidariamente responsável com a Emitente pelo pagamento de todas as Obrigações Garantidas. O Aval é prestado em caráter universal e compreende a totalidade das Obrigações Garantidas e vigerá até que todas as Notas Comerciais Escriturais sejam integralmente liquidadas pela Emitente. ("Aval"); b. A Cessão Fiduciária; e c. A Alienação Fiduciária do Imóvel. **(viii)** Remuneração. Sobre o Valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário, conforme o caso, incidirão juros remuneratórios correspondentes à variação acumulada de 100% (cem por cento) das taxas médias diárias do DI de um dia, "over extra-grupo", expressas na forma percentual ao ano-base de 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis, calculadas e divulgadas diariamente pela B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão ("Taxa DI"), acrescida de *spread* (sobretaxa) de 1,45% (um inteiro e quarenta e cinco centésimos por cento) ao ano, base de 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis ("Remuneração"); **(ix)** Pagamento da Remuneração. Sem prejuízo dos pagamentos em decorrência de eventual vencimento antecipado das obrigações decorrentes das Notas Comerciais Escriturais, da Amortização Extraordinária Facultativa (conforme abaixo definido), do Resgate Antecipado Facultativo (conforme abaixo definido) ou da Oferta de Resgate Antecipado Facultativo (conforme abaixo definido) das Notas Comerciais Escriturais, nos termos previstos no Termo de Emissão, a Remuneração será paga mensalmente, sem carência, a partir da Data de Emissão, sendo o primeiro pagamento devido em 20 de maio de 2024 e o último na Data de Vencimento, conforme cronograma de pagamentos disposto no Anexo I ao Termo de Emissão (cada uma delas, indistintamente, uma "Data de Pagamento da Remuneração"); **(x)** Encargos Moratórios. Ocorrendo impontualidade no pagamento de qualquer quantia devida aos Titulares de Notas Comerciais Escriturais por força do Termo de Emissão, os débitos em atraso ficarão, ainda, sujeitos a juros de mora de 1% (um por cento) ao mês, calculados desde a data de inadimplemento até a data do efetivo pagamento, e multa moratória não compensatória de 2% (dois por cento) sobre o valor devido, além da Remuneração, que continuará a incidir sobre o débito em atraso à taxa prevista no Termo de Emissão, independentemente de aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial ("Encargos Moratórios"); **(xi)** Amortização do Valor Nominal Unitário. Ressalvadas as hipóteses de Resgate Antecipado Facultativo, Amortização Extraordinária Facultativa, Oferta de Resgate Antecipado Facultativo, e vencimento antecipado, nos termos previstos no Termo de Emissão, o Valor Nominal Unitário ou o saldo do Valor Nominal Unitário, conforme aplicável, das Notas Comerciais Escriturais serão pagos mensalmente, a partir do 5º (quinto) ano (inclusive), sendo o primeiro pagamento devido em 20 de maio de 2028 e a última, na Data de Vencimento, conforme cronograma de pagamentos disposto no Anexo I ao Termo de Emissão ("Amortização do Valor Nominal Unitário" e "Data de Pagamento da Amortização", quando em conjunto com a Data de Pagamento da Remuneração, "Data de Pagamento"); **(xii)** Resgate Antecipado Facultativo: A Companhia poderá, a seu exclusivo critério e independentemente da vontade dos Titulares de Notas Comerciais Escriturais, a qualquer momento, a partir do 13º mês (inclusive) contado da Data de Emissão, ou seja, a partir de 20 de maio de 2025 (inclusive), realizar o resgate antecipado total das Notas Comerciais Escriturais ("Resgate Antecipado Facultativo"). Por ocasião do Resgate Antecipado Facultativo, o valor a ser pago aos Titulares de Notas Comerciais Escriturais será equivalente **(i)** ao Valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário a serem resgatadas, acrescido; **(ii)** da Remuneração e dos Encargos Moratórios, se for o caso, devidos e ainda não pagos, calculados *pro rata temporis* desde a Data de Emissão ou a Data de Pagamento da Remuneração imediatamente anterior, o que tiver ocorrido por último, até a data efetiva do Resgate Antecipado Facultativo; e **(iii)** de prêmio de 0,40% (quarenta centésimos por cento) ao ano *pro rata temporis*, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis, conforme indicado na fórmula a ser apresentada no Termo de Emissão, multiplicado pelo prazo médio remanescente das Notas Comerciais Escriturais na data do efetivo Resgate Antecipado Facultativo, incidente sobre o Valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário, conforme o caso ("Prêmio de Resgate" ou "Prêmio"). O Prêmio será calculado de acordo com a fórmula apresentada no Termo de Emissão; **(xiii)** Amortização Extraordinária Facultativa: Sujeito ao atendimento das condições previstas no Termo de Emissão, a Companhia poderá, a partir da Data de Emissão, a seu exclusivo critério, mediante aviso aos Titulares de Notas Comerciais Escriturais, por meio de publicação realizada nos termos do Termo de Emissão, ou em comunicação individual a cada Titular de Notas Comerciais Escriturais, com cópia ao Agente Fiduciário, bem como comunicação ao escriturador e banco liquidante da Emissão, à B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão – Balcão B3 ("B3") e ao Agente Fiduciário, com antecedência mínima de 5 (cinco) Dias Úteis da respectiva data do evento ("Data da Amortização Extraordinária Facultativa" e "Comunicação de Amortização Extraordinária Facultativa", respectivamente), promover amortizações extraordinárias sobre o Valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário, conforme o caso ("Amortização Extraordinária Facultativa"), limitado a 98% (noventa e oito por cento) do Valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário, conforme o caso, mediante o pagamento de parcela do Valor Nominal Unitário ou do saldo do Valor Nominal Unitário, conforme o caso, acrescido da Remuneração, calculada *pro rata temporis*, desde a Data de Pagamento da Remuneração imediatamente anterior, até a data da efetiva Amortização Extraordinária Facultativa, conforme o caso ("Valor da Amortização Extraordinária Facultativa") sendo certo que haverá o acréscimo do Prêmio correspondente a 0,40% (quarenta centésimos por cento) ao ano *pro rata temporis*, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis, conforme indicado na fórmula apresentada no Termo de Emissão, multiplicado pelo prazo médio remanescente das Notas Comerciais Escriturais na data da efetiva Amortização Extraordinária Facultativa, incidente sobre o Valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário, conforme o caso ("Prêmio de Amortização Extraordinária Facultativa"); **(xiv)** Oferta de Resgate Antecipado Facultativo: A Companhia poderá, a seu exclusivo critério, a qualquer momento, a partir da Data de Emissão, realizar Oferta de Resgate Antecipado Facultativo das Notas Comerciais Escriturais, endereçada a todos os Titulares de Notas Comerciais Escriturais, sendo assegurado a todos os Titulares de Notas Comerciais Escriturais igualdade de condições para aceitar o resgate das Notas Comerciais Escriturais por eles detidas ("Oferta de Resgate Antecipado Facultativo"). A Oferta de Resgate Antecipado Facultativo será operacionalizada de acordo com os termos previstos no Termo de Emissão; **(xv)** Local de Pagamento. os pagamentos a que fizerem jus as Notas Comerciais Escriturais serão efetuados pela Companhia no respectivo vencimento utilizando-se, conforme o caso: **(i)** os procedimentos adotados pela B3 para as Notas Comerciais Escriturais custodiadas eletronicamente nela; e/ou **(ii)** os procedimentos adotados pelo escriturador da Emissão para as Notas Comerciais Escriturais que não estejam custodiadas eletronicamente na B3; **(xvi)** Preco de subscrição e Forma de Integralização: as Notas Comerciais Escriturais serão subscritas e integralizadas à vista, em moeda corrente nacional, no ato da subscrição, pelo seu Valor Nominal Unitário, de acordo com as normas de liquidação aplicáveis à B3. Para as Notas Comerciais Escriturais que venham a ser integralizadas em data diversa e posterior à Data de Emissão, deverão ser integralizadas considerando o seu Valor Nominal Unitário acrescido da Remuneração, calculada *pro rata temporis* desde a Data de Emissão (inclusive) até a data de sua efetiva integralização; e **(xvii)** Vencimento Antecipado: As Notas Comerciais Escriturais terão seu vencimento antecipado declarado nos termos e hipóteses previstos no Termo de Emissão. **B.** em garantia do fiel, integral e pontual pagamento e cumprimento das Obrigações Garantidas aprovação da constituição, sob condição suspensiva, nos termos do artigo 125 do Código Civil, (i) da Cessão Fiduciária dos Direitos Cedidos Fiduciariamente, nos termos do Contrato de Cessão Fiduciária; e (ii) da Alienação Fiduciária de Imóvel, nos termos do Contrato de Alienação Fiduciária de Imóvel. **C.** aprovar a autorização à Diretoria da Companhia para, direta ou indiretamente, por meio de procuradores devidamente constituídos (i) discutir, negociar e definir os termos e condições da Emissão; (ii) praticar todos os atos necessários à realização da Emissão e celebrar todos e quaisquer contratos e/ou documentos e seus eventuais aditamentos, incluindo o Termo de Emissão, o Contrato de Cessão Fiduciária, o Contrato de Alienação Fiduciária de Imóvel e o Contrato de Distribuição e seus eventuais aditamentos, bem como os demais contratos e/ou documentos relacionados à Oferta, observados os limites aqui previstos; (iii) contratar os Coordenadores para intermediar e coordenar a Oferta; e (b) os demais prestadores de serviços para a Emissão e a Oferta, incluindo a instituição prestadora de serviços de escrituração das Notas Comerciais Escriturais, a instituição prestadora de serviços de banco liquidante das Notas Comerciais Escriturais, o agente fiduciário, o assessor legal, o banco depositário, dentre outros, podendo, para tanto, negociar e assinar os respectivos contratos; e **D.** aprovar a ratificação de todos os atos já praticados pela Diretoria, direta ou indiretamente, por meio de procuradores devidamente constituídos, relacionados às deliberações acima. **6. Encerramento.** Nada mais havendo a tratar, foram suspensos os trabalhos e lavrada a presente ata na forma de sumário, nos termos do artigo 130, parágrafo 1º da Lei das Sociedades por Ações, que, após reabertura da sessão, foi lida, aprovada e assinada por todos os presentes, na forma sumária. Mesa: **Dani Ajbeszyc** – Presidente; **Rômulo Otoni Andrade** – Secretário. *Acionistas:* GLP Investimentos II Fundo de Investimento em Participações Multiestrategia (p. Dani Ajbeszyc; Rômulo Otoni Andrade); Sul Real | Participações Ltda. (p. Dani Ajbeszyc; Romulo Otoni Andrade).

Movecta S.A.

CNPJ/MF nº 58.317.751/0001-16 - NIRE 35.300.117.441

Convocação da Ata da Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária

Convocamos os Srs. acionistas da **Movecta S.A.** ("Companhia") a se reunirem em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária ("AGOE"), a ser realizada, em primeira convocação, no dia 19/04/2024, às 10hs, de modo presencial, na Rua Guararapes, 1.909 - 9°andar - Cidade Monções São Paulo/SP, CEP: 04561-004 para deliberar sobre a seguinte **ordem do dia**: **5.1.1. Em Assembleia Geral Ordinária**: **(Item i)** o Relatório da Administração, examinar, discutir e votar as Demonstrações Financeiras da Companhia acompanhadas do Parecer dos Auditores Independentes referentes ao exercício social findo em 31/12/2023; **(Item ii)** a ratificação da distribuição de proventos, através de Juros sobre o Capital Próprio ("JCP"), referentes ao período de 01/06/2023 a 31/12/2023; **(Item iii)** a proposta dos administradores para a destinação do lucro/resultado relativo ao exercício social findo em 31/12/2023; **(Item iv)** a aprovação da Distribuição de Dividendos no montante total de R$ 9.602.896,94 na forma do Estatuto Social e na proporção do capital social e; constituição do montante correspondente à Reserva Legal (conforme previsto no Estatuto Social, Artigo 30) equivalente à 5% do lucro apurado no exercício de 2023, no valor total de R$ 2.021.662,51; **(item v)** a ratificação da distribuição de Dividendos Intermediários à acionista Preferencialista Localpar Participações S.A., no montante líquido de R$ 3.065.533,66, conforme autorizado pelo artigo 32 do estatuto Social da Companhia e deliberado e aprovado na Ata de Reunião do Conselho de Administração, realizada em 10/10/2023 ("RCA de 10/10/2023") e montante pago no dia 10/10/2023 ("Dividendos Intermediários"); **(item vi)** a destinação dos dividendos remanescentes no montante de R$ 6.537.363,18; da seguinte forma: R$ 5.205.391,84, conforme proporção nas ações ordinárias e R$ 1.331.971,34, conforme proporção da participação do capital social, nas ações Preferenciais, observado o "Item v" (ou seja, descontado o valor dos Dividendos Intermediários antecipados e pagos em 10/10/2023); **(Item vii)** a reeleição dos membros do Conselho de Administração da Companhia; e; **(Item viii)** a remuneração global anual dos administradores para o exercício social de 2024. **5.1.2. Em Assembleia Geral Extraordinária: (Item i)** a renúncia do Sr. Piero Grassi Simione do cargo de Diretor Comercial da Companhia; **(Item ii)** eleger o Sr. Alielton da Silva Vilas Boas ao cargo de Diretor de Operações da Companhia; **(Item iii)** reeleger os demais diretores da Companhia por mais 1 ano; **(Item iv)** apresentar a composição da Diretoria da Companhia atual; **(Item v)** ratificar os atos praticados por Diretores e procuradores da Companhia; e; **(Item vi)** a consolidação do Estatuto Social da Companhia. Sra. **Marilena Rodrigues Vasone**, Presidente. (11, 12 e 13/04/2024)

Nexans Brasil S.A.

CNPJ/MF nº 31.860.364/0012-28

Balanço Patrimonial em 31 de dezembro *(Em milhares de reais)*

Ativo	2023	2022
Circulante		
Caixa e equivalentes de caixa	68.231	87.912
Operações com derivativos	4.101	2.548
Contas a receber de clientes	96.465	97.981
Estoques	69.610	72.316
Impostos a recuperar	27.217	34.824
Outros ativos	9.511	4.760
Total do ativo circulante	**275.135**	**300.341**
Não Circulante		
Realizável a longo prazo		
Outras contas a receber	6500	
Impostos a recuperar	436	501
Imposto diferido	1.765	1.594
Depósitos judiciais	64.118	64.146
	72.819	**66.241**
Imobilizado	74.417	92.680
Direito de uso	–	840
Total do ativo não circulante	**147.236**	**159.761**
Total ativo	**422.371**	**460.102**

Passivo	2023	2022
Circulante		
Fornecedores	39.896	25.750
Operações de confirming	38.530	72.644
Obrigações com arrendamentos	–	840
Empréstimos e financiamentos	23.509	79.828
Partes relacionadas	–	62.784
Operações com derivativos	12.223	15.607
Impostos a recolher	8.471	3.769
Salários e encargos sociais	11.193	11.620
Adiantamentos de clientes	6.980	5.036
Outras contas a pagar	20.316	17.875
Provisão para reestruturação	–	1,460
Total do passivo circulante	**161.118**	**297.213**
Não Circulante		
Empréstimos e financiamentos	1.833	8.000
Partes relacionadas	60.684	–
Obrigações com arrendamentos	–	–
Provisões para processos judiciais	110.483	104.694
Provisão de benefícios pós emprego	2.283	1.616
Total do passivo não circulante	**175.283**	**114.310**
Total do passivo	**336.401**	**411.523**
Patrimônio líquido		
Capital social	772.430	772.430
Prejuizos acumulados	(685.877)	(729.749)
Ajustes de avaliação patrimonial	(583)	5.898
Total do patrimônio líquido	**85.970**	**48.579**
Total do passivo e patrimônio líquido	**422.371**	**460.102**

Demonstração dos Resultados – Exercícios findos em 31 de dezembro *(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)*

	2023	2022
Receita operacional líquida	616.200	705.354
Custo dos produtos vendidos	(494.400)	(606.892)
Lucro bruto	121.800	98.462
Despesas de vendas	(38.946)	(32.080)
Despesas gerais e administrativas	(21.164)	(18.225)
Outras receitas	61.197	25.934
Outras despesas	(47.827)	(65.301)
Lucro operacional	75.060	8.790
Receitas financeiras	29.248	28.871
Despesas financeiras	(51.292)	(56.468)
Despesas financeiras, líquidas	(22.044)	(27.597)
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social	53.016	(18.807)
Imposto de renda e contribuição social corrente	(15.291)	(4.962)
Lucro (prejuízo) do exercício	**37.725**	**(23.769)**
Resultado por ação básico (expresso em R$ por ação)	**0,78**	**(0,49)**

Demonstração dos Resultados Abrangentes
Exercícios findos em 31 de dezembro *(Em milhares de reais)*

	2023	2022
Resultado do exercício	**37.725**	**(23.769)**
Outros componentes do resultado abrangente		
Itens que não serão reclassificados para o resultado		
Remensuração de obrigações de benefícios pós-emprego	(505)	2.363
Imposto de renda e contribuição social sobre outros resultados abrangentes	172	(803)
Outros resultados abrangentes, líquidos dos efeitos tributários	**(333)**	**1.560**
Resultado abrangente total	**37.392**	**(22.209)**

Demonstração das Mutações do Patrimônio Liquido – Exercícios findos em 31 de dezembro *(Em milhares de Reais)*

	Capital social	Ajustes de avaliação patrimonial	Prejuízos Acumulados	Total do patrimônio Líquido
Saldo em 31 de dezembro de 2021	**772.430**	**4.339**	**(705.980)**	**70.789**
Remensuração de obrigações de benefícios pós-emprego	–	1.560	–	1.560
Prejuízo do exercício	–	–	(23.769)	(23.769)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	**772.430**	**5.898**	**(729.749)**	**48.579**
Remensuração de obrigações de benefícios pós-emprego	–	(334)	–	(334)
Ajuste de avaliação patrimonial	–	(6.146)	6.146	–
Lucro do exercício	–	–	37.725	37.725
Saldo em 31 de dezembro de 2023	**772.430**	**(583)**	**(685.877)**	**85.970**

Demonstração dos Fluxos de Caixa
Exercícios findos em 31 de dezembro *(Em milhares de Reais)*

Fluxo de caixa das atividades operacionais	2023	2022
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	**37.725**	**(23.769)**
Ajustes por:		
Provisão para expectativa de créditos de liquidação duvidosa	344	108
Provisão IR/CSLL	15.291	4.962
(Reversão)/provisão para perdas de estoques	(130)	1923
Depreciações	7.935	10.729
Reversão/Aumento das provisões	10.639	24.656
Juros não realizado sobre empréstimos e financiamentos	2.939	5.081
Variação cambial não realizada sobre empréstimos e financiamentos	(1.226)	(174)
Juros não realizado sobre empréstimos e financiamentos – partes relacionadas	3.295	1.707
Variação Cambial não realizada sobre empréstimos e financiamentos – partes relacionadas	(14.550)	(8.418)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(171)	804
Lucro com alienação de ativo imobilizado	(26.197)	12.103
Ganho atuarial – benefício pós emprego	162	288
Redução (aumento) em contas a receber de clientes	(5.329)	(12.298)
Redução (aumento) em estoque	2.482	5.906
Redução (aumento) em impostos a recuperar	(7.619)	7.641
Redução (aumento) em outras contas a receber	(4.751)	1.769
Redução (aumento) em depósitos judiciais	28	(7.294)
Aumento (redução) em fornecedores	(19.968)	5.367
Aumento (redução) em obrigações com arrendamento	(840)	(12.767)
Aumento (redução) em impostos a pagar	4.702	(2.817)
Aumento (redução) em contas a pagar	(3.941)	(5.943)
Aumento (redução) em adiantamentos de clientes	1.943	(1.038)
Aumento (redução) em adiantamentos	171	(804)
Instrumentos Financeiros	(4937)	25.996
Caixa (aplicado nas) gerado nas operações	**(2.003)**	**33.718**
Juros pagos	(5.171)	(7.986)
Imposto de renda e contribuição social pagos	–	
Caixa líquido (aplicado nas) gerado pelas atividades operacionais	**(7.174)**	**25.732**
Fluxo de caixa de atividades de investimento		
Aquisição de imobilizado	(3.600)	(5.995)
Alienação de ativo imobilizado	40.965	–
Caixa líquido (aplicado nas) gerado nas atividades de financiamento	**37.365**	**(5.995)**
Empréstimos tomados – parte relacionadas	62.782	
Empréstimos tomados de terceiros	80.403	18.387
Pagamento de empréstimos – parte relacionadas	(50.671)	
Pagamento de empréstimos de terceiros	(142.386)	(60.503)
Fluxo de caixa líquido decorrente das atividades de financiamentos	**(49.872)**	**(42.116)**
Redução líquida em caixa e equivalentes de caixa	**(19.680)**	**(22.378)**
Caixa e equivalentes de caixa em 1º de janeiro	87.912	110.290
Caixa e equivalentes de caixa em 31 de dezembro	68.231	87.912
Redução líquida em caixa e equivalentes de caixa	**(19.680)**	**(22.378)**
Transações que não afetam o caixa		
Provisão de benefícios pós emprego	505	(2.363)

Administração da Companhia

Gwenael Sylvain Gilbert	Frederico Alexander Fischer	Fernando Nicoletti Pinto	Marcos Vieira dos Santos
Diretor Presidente	Diretor Financeiro	Diretor Industrial	Contador – CRC SP 306.786/O-2

Axa Seguros S.A.

CNPJ/MF nº 19.323.190/0001-06 -
NIRE 35.300.471.113

Ata da Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária realizada em 25 de Março de 2024 - Certidão

Junta Comercial do Estado de São Paulo. Certifico o arquivamento da ata em epígrafo em 03/04/2024, sob o nº 138.962/24-8. Número do Protocolo 0.469.120/24-1. Maria Cristina Frei - Secretária Geral.

Data Mercantil
A melhor opção para sua empresa

Faça suas Publicações Legais em nosso jornal com a segurança garantida pela certificação digital ICP Brasil

(11) 3361-8833
comercial@datamercantil.com.br